

DIREITO A OUTRA CIDADE

OCUPAÇÕES E FAVELAS COMO TÁTICAS DE RESISTÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO



JULIANA CANEDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO

DIREITO A OUTRA CIDADE:

OCUPAÇÕES E FAVELAS COMO TÁTICAS
DE RESISTÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO

Tese de Doutorado

Aluna: Juliana Canedo

Orientadora: Prof. Dra. Luciana da Silva Andrade
(PROURB/UFRJ)

Supervisão do doutorado Sanduíche na Alemanha: Prof. Dr.
Frank Eckardt (BAUHAUS/WEIMAR)

RIO DE JANEIRO, 2017

C221d Canedo, Juliana
Direito a outra cidade: ocupações e favelas como
táticas de resistência e transformação / Juliana
Canedo. -- Rio de Janeiro, 2017.
186 f.

Orientadora: Luciana da Silva Andrade.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,
Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2017.

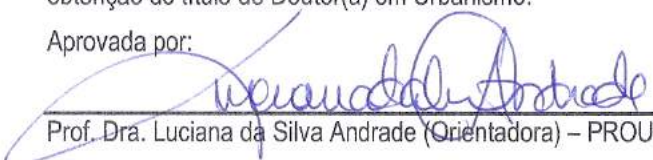
1. Planejamento Urbano. 2. Favelas e ocupações.
3. Andrade, Luciana da Silva (orient.). 4.
Universidade Federal do Rio de Janeiro. I. da Silva
Andrade, Luciana , orient. II. Título.

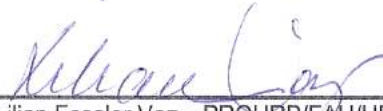
**DIREITO A OUTRA CIDADE: OCUPAÇÕES E FAVELAS COMO
TÁTICAS DE RESISTÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO**

Aluna: Juliana Canedo

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor(a) em Urbanismo.

Aprovada por:


Prof. Dra. Luciana da Silva Andrade (Orientadora) – PROURB/FAU/UFRJ


Prof. Dra. Lilian Fessler Vaz – PROURB/FAU/UFRJ


Prof. Dra. Eliane Bessa – PROURB/FAU/UFRJ


Prof. Dra. Luciana Lago – IPPUR/UFRJ


Prof. Dra. Denise Morado Nascimento – NPGAU/EA/UFMG

RESUMO

Nesta tese de doutorado entendemos as favelas e ocupações como formas de resistência criativa ao processo de produção capitalista da moradia. Nosso objetivo é compreender de que forma estes espaços podem ser vistos como contexto e sujeito de uma construção coletiva de uma outra cidade, coexistente e ao mesmo tempo resistente ao modelo de cidade hegemônico.

Nossa análise é feita a partir da ótica do arquiteto e urbanista e busca analisar de forma crítica como este profissional pode auxiliar nas lutas e na produção e transformação destes espaços.

Buscamos o apoio no estudo empírico de uma favela carioca – Indiana – ameaçada de remoção, utilizando-a como eixo condutor da discussão. A partir deste caso e seus desdobramentos, travamos diálogos com teóricos e com outros casos, como por exemplo as ocupações de edifícios em Berlim, Alemanha, onde realizei o doutorado sanduíche em 2015.

Seguindo os estudos de B.S. Santos (2007), Latour (2011 [1991]) e Morin (1990), entendemos o campo como local onde se produz e pratica o conhecimento, e onde as distorções das generalidades são reduzidas.

Encaramos as ocupações e favelas também como espaços de experimentação para uma proposição alternativa do morar e do viver em sociedade. Para atuar nestes espaços alternativos, é necessário pensar num outro arquiteto e numa outra arquitetura, questionar nossas ferramentas e nossos saberes.

ABSTRACT

In this doctoral dissertation we understand favelas and squats as forms of creative resistance to the process of capitalist production of housing. Our goal is to understand how these spaces can be seen as context and subjects of a collective construction of another city, coexistent and at the same time resistant to the hegemonic model of city.

Our analysis is made from the perspective of the architect and urbanist and seeks to critically analyze how this professional can assist in the struggles and in the production and transformation of these spaces.

Our empirical study is based in a favela in Rio de Janeiro – Indiana – threatened to be evicted, using it as the driving axis of the discussion. From this case and its developments, we engaged in dialogues with authors and with other cases, such as the squats in Berlin, Germany, where I did the sandwich doctorate in 2015.

Following the studies of B.S. Santos (2007), Latour (2011 [1991]) and Morin (1990), we understand the field as a place where knowledge is produced and practiced, and where distortions of generalities are reduced.

We view squats and favelas as spaces of experimentation for an alternative proposition of living. To act in these alternative spaces, it is necessary to think of another architect and another architecture, question our tools and our knowledge.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Luciana, pela constante troca, por compartilhar comigo seu conhecimento, por todo o apoio ao longo dos últimos quatro anos e dos quase sete anos em que trabalhamos juntas. Sem ela, esta tese não teria sido possível.

Ao prof. Frank Eckardt, pela contribuição e apoio durante o doutorado sanduíche na Alemanha.

Aos funcionários PROURB, especialmente à Keyla Araújo, por todo o apoio durante estes quatro anos.

À Capes pelo apoio durante todo o doutorado e durante o doutorado sanduíche.

Aos membros da banca, pela disponibilidade e contribuição. Agradeço especialmente às professoras Luciana Lago e Lilian Fessler Vaz, que deram contribuições fundamentais na banca de qualificação desta tese.

Aos colegas do doutorado e ao grupo de pesquisa CiHabE, pelas inúmeras trocas.

Aos parceiros durante o trabalho em Indiana. Em primeiro lugar à professora Maria Paula Albernaz e à Defensora Maria Lúcia Pontes, profissionais incansáveis na luta pelos direitos dos moradores de Indiana e companheiras de muitos debates e práticas enriquecedoras. Aos funcionários do ITERJ e ao engenheiro José Simões pela farta contribuição.

Aos alunos do Abricó/EMAU/UFRJ, especialmente Malu e Huani, que estiveram presentes em todos os momentos. Aos alunos da eletiva Transformação do Espaço Construído, que se engajaram na luta de Indiana e forneceram diversos elementos para as discussões que estabelecemos aqui. Às arquitetas Paula Miranda e Naiara Yumiko, cujos trabalhos finais de graduação foram importantes para o desenvolvimento das questões desta tese.

Agradeço e dedico aos moradores de Indiana, que abriram suas casas, seus problemas e suas demandas para nós, construindo uma relação de parceria, confiança, apoio e amizade. Agradeço especialmente aos membros da Comissão de Moradores, S. Antônio, D. Clarice, Lena, Inês, Marcelo, Socorro, D. Francisca, e todos os outros que de alguma forma participaram do nosso trabalho e ajudaram a construir as reflexões que propomos aqui. Agradeço ainda à Fundação São Joaquim, por fornecer por diversas vezes seu espaço para que pudéssemos realizar algumas dinâmicas em Indiana.

Aos membros do Squatting Europe Kollektive, por toda a troca que pudemos estabelecer desde 2015, que me fez ter uma compreensão mais ampla das discussões das ocupações especialmente na Europa e nos EUA.

Aos amigos que sempre estiveram do meu lado.

Aos meus pais, meus maiores incentivadores, ao meu marido Renato, pelo apoio incondicional, à minha irmã e meu cunhado pelo carinho e incentivo. À minha filha, Olivia, que me ensina todos os dias a enxergar o mundo de outra forma.

SUMÁRIO

PROCESSOS INTRODUÇÃO	4
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	6
BERLIM E RIO DE JANEIRO: DOIS CAMPOS DISTINTOS	8
UMA DISCUSSÃO EPISTEMOLÓGICA	10
UMA ESTRUTURA POSSÍVEL	15
EXISTIR CAPÍTULO 1	18
INDIANA: UMA FAVELA PARTIDA	19
REMOÇÃO E OCUPAÇÃO COMO PARTE DE UM MESMO PROCESSO	24
PMCMV E REMOÇÕES: CONSTRUINDO CONFLITOS	32
CENTRO E CENTRALIDADE	39
HABITAÇÃO: UMA DISPUTA DE INTERESSES	42
RESISTIR CAPÍTULO 2	47
REVELANDO CONTRADIÇÕES	48
CONSTRUINDO PONTES E REPENSANDO PROCESSOS	54
TRANSFORMANDO O ESPAÇO CONSTRUÍDO	61
EXPERIMENTANDO FERRAMENTAS, PROCESSOS E RESULTADOS	65
APROXIMAÇÕES CONTÍNUAS	74
CONFLITOS, CRISE DE REPRESENTATIVIDADE E IMPACTOS NA PARCERIA COM A UNIVERSIDADE	82
EXPANDIR CAPÍTULO 3	86
BERLIM COMO PALCO DE LUTAS URBANAS	87
OCUPAÇÃO COMO TÁTICA DE TRANSFORMAÇÃO (OU PRESERVAÇÃO) URBANA	97
OCUPAÇÃO COMO UMA REINTERPRETAÇÃO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS E SOCIOECONÔMICAS	107
OCUPAÇÃO COMO CONSTRUÇÃO ALTERNATIVA DE CIDADE E MORADIA	112
APROXIMAR CAPÍTULO 4	118
REAÇÃO ATIVA E REAÇÃO REATIVA	119
OUTROS TEMPOS, OUTRAS FERRAMENTAS, OUTROS ATORES, OUTROS PROCESSOS	126
PELO DIREITO A UMA OUTRA CIDADE	135
CAMINHOS CONCLUSÃO	143
POR UMA OUTRA CIDADE	144
ESPAÇOS DE EXPERIMENTAÇÃO	146
POR OUTRO ARQUITETO E OUTRA ARQUITETURA	149
CONTEXTO EM TRANSFORMAÇÃO	151
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	155
ANEXOS	164

PROCESSOS

INTRODUÇÃO

O Brasil tem quase 90% da população urbana, está entre as dez economias do mundo, é um país com uma indústria importante. Que as pessoas tenham que se organizar para lutar para ter um teto, para ter o direito básico de morar, é uma tragédia.¹

¹ Boullos (2017).

Em meio à tragédia mencionada por Boulos, uma grande parcela da população pobre brasileira vem historicamente construindo alternativas não apenas para garantir um teto, um abrigo, mas para reconstruir uma vida urbana, relações pessoais, possibilidades de geração de renda, ou seja, constrói a cidade com as ferramentas que possui. É a partir dos caminhos e da potencialidade de se repensar a cidade nestes espaços que iniciamos nossa pesquisa.

Entendemos as favelas e ocupações como formas alternativas de resistência ao processo de produção capitalista da moradia. Nosso objetivo é compreender de que forma estes espaços podem ser vistos como contexto e sujeitos de uma construção coletiva de uma outra cidade, coexistente e ao mesmo tempo resistente ao modelo de cidade hegemônico.

Para isso buscamos o apoio em nosso estudo empírico de uma favela carioca – Indiana – ameaçada de remoção, utilizando-a como eixo condutor da discussão. A partir deste caso e seus desdobramentos, travamos diálogos com teóricos e com outros casos, como por exemplo as ocupações de edifícios em Berlim, Alemanha, onde realizei o doutorado sanduíche em 2015.

Seguindo a metodologia de B.S. Santos² (2007), Latour (2011 [1991]) e Morin (1990), entendemos o campo como local onde se produz e pratica o conhecimento, e onde as distorções das generalidades são reduzidas.

² Para diferenciar os autores Carlos Nelson Ferreira dos Santos e Boaventura de Sousa Santos, utilizaremos as primeiras letras de seus nomes.

Esta tese se desenvolve, portanto, a partir da incerteza. Ela se conforma como espaço aberto para diálogo e debate, da experimentação e da construção coletiva. E não se propõe a trazer respostas concretas, conclusões, confirmar ou refutar hipóteses.

Nossa pesquisa surge em um contexto de profundas transformações no Rio de Janeiro motivadas ou justificadas a partir de dois grandes eventos sediados na cidade: a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Estas transformações vêm gerando um processo intenso de remoção dos pobres de áreas centrais para periferias cada vez mais distantes. Embora a prática das remoções não seja novidade em nossa breve história, a forma como têm sido feitas e as estratégias de luta pela permanência atuais possuem características muito específicas e que merecem ser aprofundadas.

Nossa análise é feita a partir da ótica da atuação do arquiteto/urbanista, buscando identificar de que forma este profissional pode atuar para auxiliar o acesso à moradia digna, minimizando riscos e potencializando soluções, e ao mesmo tempo realizando uma abordagem crítica com relação ao papel deste profissional no quadro atual.

Nossa crítica se fundamenta no distanciamento do profissional que realiza os projetos da prática das cidades ou do conhecimento profundo da realidade social onde pretende intervir. Buscamos uma aproximação, tanto do arquiteto/urbanista quanto do pesquisador com seu campo empírico. Além dos autores já

mencionados, trabalhamos com Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1980, 1981[1979], 1986, 1988) e sua discussão acerca da alienação do arquiteto e urbanista e defesa de um arquiteto mais atuante e conectado com o mundo onde intervém, que se compreenda como parte do processo de construção das cidades e não apenas seu único detentor.

Ao longo de nossa pesquisa, pudemos observar como os espaços de resistência, aqui representados pelas ocupações e favelas, podem se configurar como potenciais de transformação social e espacial. É a partir deste universo de potencialidades que desenvolvemos este trabalho.

Para tanto, a aproximação intensa com o caso de Indiana foi fundamental. Não apenas para compreender os limites, complexidades e contradições da luta pela permanência da favela, como para abrir possibilidades de experimentação no campo do estudo e da prática da arquitetura e urbanismo, a partir da aproximação e atuação no sentido de realizar assessoria técnica de alunos, professores e pesquisadores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao longo da história do Rio de Janeiro, especialmente a partir do final do século XIX, diferentes ações diretas ou indiretas do Estado tiveram impactos na questão da habitação da população mais pobre da cidade. O papel do Estado na problemática habitacional está presente não apenas nas políticas públicas voltadas para a habitação e em ações que tangenciam e influenciam as dinâmicas de moradia, mas também nos períodos em que se faz ausente. As políticas higienistas e de embelezamento do início do século XX, por exemplo, tiveram uma relação direta com o surgimento das primeiras favelas da cidade. As demolições dos cortiços do centro e o não oferecimento de uma alternativa viável de moradia para a população pobre tiveram como consequência a ocupação de encostas, até então indesejadas como espaço de moradia pela população de maior poder aquisitivo.³ Se, até os anos 1960, a produção pública de habitação social considerava minimamente a questão da localização, a partir de então as políticas habitacionais de construção de novos conjuntos para as classes mais baixas – a exemplo do BNH e do Programa Minha Casa Minha Vida – utilizam-se de instrumentos de remoção de grande parte da população pobre de áreas centrais e infraestruturadas e seu reposicionamento em periferias cada vez mais distantes.

O crescimento das favelas, as ocupações de edifícios vazios e outras formas alternativas de moradia encontradas pelos pobres nos

³ Sobre isto ver Abreu (2008 [1987]) e Vaz (1994), entre outros.

mostram que a questão da habitação social se relaciona com mobilidade, com o acesso às oportunidades de trabalho, lazer e serviços. Configuram-se de certa forma como uma resistência desta população aos diversos processos de valorização imobiliária que cada vez os expulsa para regiões mais inóspitas e com menos infraestrutura urbana, ou seja, menos cidade, entendida aqui como o espaço da troca, dos encontros, das oportunidades, dos conflitos do exercício da cidadania (Lefebvre, 2001 [1968]). E esta resistência se dá não apenas com a luta e reivindicação pelo direito à cidade (Lefebvre, 2001 [1968]), mas também com a construção de outras dinâmicas, outra relação entre os espaços de moradia e espaços de convívio, e com a reconstrução de sua própria noção de cidadania, uma cidadania alternativa, que pode ser vista a partir da discussão de cidadania insurgente proposta por Holston (2013).

Holston trabalha com dois argumentos. O primeiro é o de que há uma cidadania diferenciada que funciona a serviço da distribuição de desigualdades. E que esta forma de segregação a partir da cidadania é histórica, porém também atual. Seu segundo argumento é o de que, dentro desse contexto, nos últimos cinquenta anos, a classe trabalhadora brasileira vem construindo outra forma de cidadania.

O autor chama a atenção para o fato de que todas as nações historicamente criam estratégias para administrar a desigualdade entre seus habitantes. Estas estratégias podem ser mais evidentes como a escravidão, migração forçada e o genocídio, mas podem também ser menos óbvias e explícitas, como é o caso nas

democracias atuais. Segundo o autor, no Brasil a ferramenta de controle dessas diferenças sociais é a criação de uma cidadania em que supostamente todos seriam iguais, e que *“administra as diferenças sociais legalizando-as de maneiras que legitimam e reproduzem a desigualdade”* (Holston, 2013: 28). Como resposta a esta forma de controle e imposição, que na realidade age no sentido de manter os privilégios de poucos e a exclusão seletiva de muitos, está a cidadania insurgente. O autor coloca os próprios processos de construção de moradia ilegal e conflitos de terra como *“contexto e substância de uma nova cidadania urbana”* (Holston, 2013: 28). Este movimento seria conduzido pelas classes trabalhadoras, moradores da periferia da cidade, incluídos no sistema por sua exclusão, conforme destaca C.N.F. Santos (1981).

Estes trabalhadores não constroem apenas suas próprias casas e seu próprio espaço urbano; constroem novas formas de participação e sua própria cidadania.

Em poucas décadas, as classes trabalhadoras urbanas construíram uma força cívica capaz de bater forte naquele Brasil ainda dominante em que a norma histórica da cidadania promove exclusão, desigualdade, ilegalidade, violência e a lógica social do privilégio e da deferência como bases do pertencimento à nação. O desenvolvimento das periferias urbanas autoconstruídas resultou, assim, num confronto entre duas cidadanias, uma insurgente e outra entrincheirada. (Holston, 2013: 28)

Seja como forma de resistência organizada, através dos movimentos de luta pela moradia⁴ e outras organizações coletivas, seja a partir de iniciativas individuais, os pobres da cidade encontraram formas de utilizar espaços vagos e sem interesse para o poder público ou para o mercado imobiliário, garantindo de certa forma o seu direito de habitação e sua inserção urbana e, mais do que isso, reconstruindo sua cidadania e suas relações socioespaciais.

⁴ Esses movimentos atuaram de forma mais intensa na cidade de São Paulo, especialmente a partir dos anos 1980. Sobre este assunto, ver Affonso (2010).

BERLIM E RIO DE JANEIRO: DOIS CAMPOS DISTINTOS

O eixo condutor deste trabalho é nossa experiência com a favela Indiana. Indiana é uma favela situada no bairro da Tijuca, Rio de Janeiro, com cerca de 50 anos de existência e que desde 2012 vem lutando contra um processo de remoção promovido pela Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro. A ameaça de remoção de Indiana ocorre em um contexto de grandes transformações na cidade em vista dos grandes eventos (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016), quando, mais uma vez na história da cidade, o governo opta por um projeto de valorização que visa basicamente o remanejamento da população pobre das áreas de interesse para o mercado imobiliário e as elites.

Assim como Indiana, diversas outras favelas e ocupações passaram e vem passando pelo mesmo processo de ameaça, luta, organização e resistência. Como exemplo, podemos citar as favelas Vila Autódromo e Morro da Providência e a ocupação Quilombo das Guerreiras. Azevedo e Faulhaber (2015) desenvolveram uma vasta pesquisa dos processos de remoções no contexto dos megaeventos, demonstrando a coincidência entre as favelas e ocupações ameaçadas de remoção e os grandes projetos urbanos relacionados às Olimpíadas e à Copa do Mundo.

Além disso, podemos observar que o principal programa habitacional dos últimos anos, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), vem sendo utilizado como ferramenta de pressão no sentido de agilizar as remoções. Em Indiana, o projeto de remoção

veio acompanhado de uma oferta de novas unidades do PMCMV no bairro de Triagem. Esta oferta e os processos levados a cabo pela Prefeitura para entrega dos apartamentos levaram a um enorme conflito interno na comunidade, conforme abordaremos ao longo desta tese.

É importante, portanto, compreender que os mecanismos de remoção atuais no Brasil, e especialmente na cidade do Rio de Janeiro, são diferentes dos utilizados no passado e possuem uma certa sofisticação que pode, em muitos casos, inviabilizar ou dificultar a luta. Neste contexto, os processos de resistência também precisam se reinventar, aproveitando-se das ferramentas existentes e criando outras formas de organização e luta.

A experiência com Indiana nos trouxe uma série de elementos de discussão, e o processo de desenvolvimento do trabalho coincide com o desenvolvimento e andamento da pesquisa. Indiana é nossa aproximação intensa com a realidade, o elemento que nos ajuda a minimizar as distorções do caminho puramente teórico e do observador inerte e supostamente imparcial (B.S. Santos, 2007).

No entanto, compreendemos que é fundamental o processo de mergulho nas especificidades e voo nas generalidades, ou ainda, segundo a definição de pensamento complexo de Morin (1990), distinguir e conectar, “ao mesmo tempo unir (contextualizar e globalizar) e aceitar o desafio da incerteza”. Portanto, Indiana funciona como nosso eixo, nosso principal suscitador de questões, mas, por outro lado, é importante que as análises e reflexões sejam

feitas sempre tendo em mente que nosso caso está inserido em um contexto – local e global – e que suas particularidades são tão importantes quanto as generalidades que podem ser aplicadas para se observar outras realidades.

Neste sentido, nosso voo nas generalidades acontece especialmente na nossa experiência durante o doutorado sanduíche na cidade de Berlim, Alemanha. Não acontece apenas aí, uma vez que constantemente conectamos o caso de Indiana com outros exemplos do contexto brasileiro, como outras favelas e ocupações. No entanto, a experiência do afastamento e do estudo de uma realidade e um contexto à primeira vista completamente distintos modificou completamente nosso olhar sobre o caso e sobre a pesquisa.

Em Berlim, nos concentramos no estudo das ocupações de edifícios com a finalidade de habitação, sob uma perspectiva histórica e atual. A partir da aproximação com o grupo Squatting Europe Kollektive (Sqek),⁵ do qual tanto a autora como a orientadora desta tese fazem parte desde 2015, da aproximação com ocupações e ocupantes berlinenses e do contato com a produção acadêmica relacionada ao contexto de ocupações na Europa, passamos a observar o potencial de utilização das ocupações e favelas como instrumento de transformação social, política e espacial.

⁵ O Sqek é um coletivo de ativistas e pesquisadores interessados no tema das ocupações. São promovidos debates, seminários, encontros e produção de bibliografia, além de organização de mobilizações em defesa de ocupações especialmente na Europa, mas também nos EUA e América Latina.

A inserção de um debate internacional acerca dos processos de luta e resistência relacionados à habitação não tem como objetivo uma comparação ou, ainda, uma idealização do contexto europeu em detrimento do contexto brasileiro. O que buscamos com esta abordagem foi uma expansão no modo de olhar e agir sobre a realidade brasileira e especialmente carioca. Procuramos identificar pontos de convergência e elementos que pudessem nos fazer avançar nas discussões advindas da nossa experiência com Indiana e com outros espaços de luta no Rio de Janeiro.

O diálogo e o estudo das ocupações berlinenses foram fundamentais para a construção de uma visão destes processos para além da luta política, como possibilidades de transformação e criação.

UMA DISCUSSÃO EPISTEMOLÓGICA

Conforme explicitado anteriormente, nos apoiamos na discussão epistemológica de B.S. Santos (2007), Morin (1990) e Latour (2011 [1991]), buscando uma abordagem menos impositiva e mais engajada na relação entre a pesquisa e a empiria. O estudo destes autores foi fundamental para a construção do trabalho de campo e para o entendimento da importância de trabalharmos com caminhos abertos e com o imprevisível.

No desenvolvimento dos estudos que defendem o “pensamento complexo” (Morin, 1990), as “epistemologias do sul” (B.S. Santos, 2007) ou a “tradução” (Latour, 2011 [1991]), diversos autores vêm buscando compreender de que forma o conhecimento científico pode dialogar mais intensamente com a realidade. Este grupo de pensadores faz uma crítica à forma de construção do conhecimento tal qual a conhecemos e propõe um mergulho mais profundo na experiência ou experimentação do campo da empiria, não apenas como estudos de caso ou locais onde se verificam ou aplicam determinadas hipóteses ou teorias, mas sim entendendo o campo como local onde se produz e pratica o conhecimento. O diálogo entre teoria e prática deve se dar durante todo o processo da pesquisa, e é esta interação que irá sugerir os caminhos diversos da pesquisa.

É a partir deste lugar que procuramos propor nossa reflexão. Nosso objeto empírico é determinante para a condução dos caminhos da pesquisa. E é a partir da análise e da transformação provocada na

pesquisa, na pesquisadora e na realidade que buscaremos desenvolver nossa tese. É importante dizer que se parte de uma inquietação pessoal da pesquisadora – partilhada e muitas vezes alimentada por sua orientadora –, que desde o início de sua formação como arquiteta se questiona sobre o distanciamento das teorias daquilo que observa na prática. Questiona-se também, principalmente, sobre o distanciamento do pensamento do arquiteto interventor das práticas existentes na cidade.⁶

Os autores trabalhados defendem que, desde as ciências mais exatas às ciências sociais mais subjetivas, o objetivo da construção do conhecimento científico não está – ou não deveria estar – necessariamente em revelar uma determinada verdade ou realidade, mas sim em entender como esta (ou estas) realidade(s) se relacionam com a nossa vida coletiva, em sociedade. A busca da compreensão do mundo que nos cerca é, na verdade, uma busca de autoconhecimento e de conhecimento das nossas relações entre sujeitos e entre sujeitos e objetos.

Desta forma, eles defendem que a observação e, especialmente, a vivência da realidade devem ser a ferramenta primordial da pesquisa científica. E que são elas que vão minimizar as distorções causadas por generalizações e compartimentações artificiais. Latour ressalta que a realidade é híbrida, é transdisciplinar, é complexa. É a forma de pensar da ciência moderna que artificialmente separa os elementos em categorias, disciplinas. E

esta separação se transforma, também, em uma ferramenta de poder e controle.

Ao separar as relações de força de ordem política das relações de razões da ordem científica – mas sempre apoiando a razão sobre a força e a força sobre a razão – os modernos sempre tiveram duas cartas sob as mangas. Tornaram-se invencíveis. (Latour, 2011 [1991]: 43)

Esta é também a ferramenta que transforma as outras culturas e formas de pensamento resistentes no que o autor denomina como pré-modernos, implicando uma ideia de evolução. B.S. Santos (2002) vai acrescentar à discussão a ideia de que existem diferentes categorias de seres humanos, incluindo os não humanos, ou seja, seres que não estão sujeitos às mesmas regras dos demais humanos da sociedade. E esta relação se dá a partir do conceito de cidadania. Para o autor, a cidadania é concebida como um laço de pertencimento a um determinado grupo político, um laço que ao mesmo tempo prende e protege. Ao mesmo tempo que ela inclui – alguns –, ela exclui – os outros.

O conceito de cidadania é discutido no contexto dos incluídos, a partir da perspectiva dos aspectos positivos de “ser cidadão” e negativos de não ser. O que raramente se discute é como o direito de cidadania exclui. O próprio conceito de cidadania eurocêntrico é

⁶ A discussão do papel do arquiteto foi desenvolvida em minha dissertação de mestrado (Canedo, 2012).

excludente. Portanto, o que deveríamos fazer é discutir a cidadania a partir da perspectiva daqueles que não a têm.⁷

Historicamente, há grupos considerados inferiores, que possuem mais deveres do que direitos. Aqui podemos traçar um paralelo imediato com as questões tratadas neste trabalho. Os pobres, em sua maioria negros, favelados ou ocupantes, possuem a história de inferioridade e exclusão do acesso à cidadania impressa em sua trajetória. Isso fica claro nas ações de despejo violentas promovidas pelo Estado, nas políticas habitacionais autoritárias e claramente desprovidas de qualquer pensamento acerca da qualidade de vida destas pessoas, nas intervenções superficiais e muitas vezes de qualidade inferior realizadas em favelas.

Em um primeiro momento lhes é negada a possibilidade de acesso à moradia formal, sendo permitido a eles apenas a ocupação das áreas indesejáveis da cidade, para construir com suas próprias mãos um teto. Em seguida lhes é negado este próprio espaço construído por ele, através das remoções. E, por fim, lhes é negado inclusive o direito de escolha. Suas possibilidades, mesmo quando são oferecidas alternativas, acontecem em um universo muito limitado.

Holston (2013) defende, por outro lado, que esta exclusão à cidadania que se materializa em uma segregação espacial gera

outro tipo de cidadania, que o autor denomina cidadania insurgente. Ele argumenta que a segregação e a tentativa de exclusão tanto da cidadania quanto do espaço urbano, ao contrário de produzir não-cidadãos, criou um campo fértil para a construção de uma cidadania própria e de outra ordem.

Este pensamento encontra também respaldo na discussão de C.N.F. Santos (1981), que defende que os pobres urbanos excluídos dos benefícios da cidade e do restante da sociedade estão incluídos por outro lado no sistema e criam suas próprias táticas, construindo assim um sistema complexo de relações, hierarquias que se rebatem, entre outros, em seu espaço urbano.

B.S. Santos (2007) e Latour (2004 [1999]) defendem ainda que a ciência atual é um grande instrumento de redução da complexidade da realidade, apesar de as próprias teorias dentro da ciência mostrarem que ela é complexa. No entanto, o reconhecimento da complexidade *“introduz turbulência nos conceitos básicos da ciência”* (sujeito, objeto, determinismo), e ameaça o *status quo*, ou seja, a manutenção das relações de dominação sustentadas pela estrutura atual de produção do conhecimento.

Para B.S. Santos (2007), estas reflexões internas da ciência não alteraram as lógicas de poder, produção e desenvolvimento presentes nas correntes hegemônicas da ciência moderna. Para ele, o reconhecimento da complexidade nos levou a uma instrumentalização que possibilitou produtos mais complexos, mas

⁷ Este texto se baseia na aula “A cidadania a partir dos que não são cidadãos”, ministrada por Santos e disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uhi72rKxt8&feature=player_embedded>. Acesso em: 1º jul. 2014.

que não nos levou a construir uma sociedade entendida de forma mais complexa e democrática.

Para Latour (2011 [1991]), nem os críticos da ciência moderna conseguiram dar conta desta complexidade, uma vez que também oferecem uma visão fragmentada da realidade. O que Latour chama de Constituição Moderna tem um paralelo com o que B.S. Santos chama de epistemologia do norte. Latour diz que os pós-modernos não deixam de ser modernos, pois atuam sob a mesma Constituição – ou seja, a mesma lógica –, apenas não acreditam mais em suas garantias. B.S. Santos (2007), por sua vez, diz que mesmo as críticas ou formas alternativas do pensamento estão inseridas na lógica da epistemologia do norte e, portanto, não podem gerar uma transformação de fato.

Para os autores, é preciso outra forma de pensar, outra racionalidade, para que de fato haja uma mudança na construção do conhecimento que abarque toda a complexidade revelada pelo “mundo real”. B.S. Santos defende que um caminho seria a busca por uma construção de um pensamento epistemológico denominado pelo autor como epistemologias do sul.

As epistemologias do sul surgem em oposição ao que o autor denomina como epistemologias do norte, que simbolizam o pensamento hegemônico que domina os saberes e que é pautado por uma lógica de dominação capitalista, colonial e patriarcal. Para o autor, os problemas atuais não estão apenas na esfera social, econômica e política. São problemas também de ordem

epistemológica. É um problema do conhecimento. Não temos hoje conhecimento suficiente adequado para lutarmos por uma justiça social global. Não há justiça social global sem justiça cognitiva. O nosso saber hoje nos cega para realidades cruciais se quisermos transformar o mundo em uma sociedade melhor. A consequência disso é o conformismo.⁸

Neste sentido, a proposta do surgimento de epistemologias denominadas do sul, que buscam compreender a realidade a partir das experiências dos excluídos e daqueles que sofrem de maneira sistemática as injustiças do nosso modelo de sociedade, surge como uma resistência ao processo de dominação em curso. O objetivo é compreender e atacar as causas do sofrimento destes excluídos e parte do pressuposto de que é possível transformar a realidade a partir de um pensamento alternativo, de uma outra maneira de ver, entender e atuar sobre o mundo.

Para Morin (1990), a reforma do pensamento é o desenvolvimento do pensamento complexo. Aquele que busca distinguir e conectar, e *“ao mesmo tempo unir (contextualizar e globalizar) e aceitar o desafio da incerteza”* (Morin, 1990: 26).

O pensamento complexo parte do princípio sistêmico ou organizacional, que entende que não é possível compreender o

⁸ Este texto se baseia também na aula “Por que as epistemologias do sul?”, ministrada por Santos e disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ErVGilUQHjM&feature=player_embedded. Acesso em: 1º jul. 2014.

todo sem compreender as partes, mas que também não é possível compreender as partes isoladamente sem relacioná-las com o todo. Para esta abordagem, o todo não se limita a ser a soma das partes, e portanto não basta conhecermos cada parte do todo para que o compreendamos. A organização do conjunto influencia cada uma destas partes, e é preciso analisá-las em relação ao todo e nas suas relações entre si.

Além disso, compreende-se que o todo está presente em cada uma das partes, assim como cada célula do corpo humano carrega toda a informação genética responsável pelo conjunto do corpo, “a sociedade como um todo aparece em cada indivíduo, através da linguagem, da cultura, das normas”.

Outro princípio presente no pensamento complexo é o do *anel retroativo e recursivo*, oposto ao conceito linear de causa e efeito. Neste sentido, não apenas a causa gera o efeito, mas o efeito pode potencializar a causa, ou gerar ainda outras causas e outros efeitos, que se retroalimentam. Neste sentido, não podemos pensar nas dinâmicas por moradia pelos pobres hoje e nas ações propostas pelos governantes sem compreender como historicamente políticas semelhantes geraram ou acentuaram as próprias mazelas que buscavam solucionar. Compreender a circularidade das relações de causa e efeito nos traz outra perspectiva para olhar os problemas e as soluções. Perguntas ou demandas simples exigem soluções complexas. B.S. Santos (2002) também ressalta que atualmente há uma discrepância entre as perguntas fortes e as respostas fracas. Para ele, as soluções para problemas complexos são pautadas em

nosso modelo econômico, em uma visão quantitativa e não qualitativa de desenvolvimento.

Não basta pensarmos, por exemplo, que a solução para um déficit habitacional de 7 milhões de moradia é a simples construção de 7 milhões de novas casas. É preciso ir mais fundo na questão habitacional, observar as complexidades e contradições das soluções propostas pelos governantes e as encontradas pelos pobres ao longo do tempo. É preciso considerar que outros efeitos são gerados para estas pessoas e para a cidade a partir de cada uma dessas soluções ou formas de morar. Para não cairmos na armadilha de simplificar ou segmentar uma realidade complexa, é fundamental compreender o contexto e os possíveis desdobramentos das ações promovidas.

Da mesma forma, as favelas e ocupações que estudamos permanecem existindo e seus moradores encontrando suas táticas perante as estratégias impostas.⁹ A negação e omissão da sociedade e do poder público possibilitam e permitem sua existência – que até certo ponto também a eles interessa. Além disso, as soluções propostas – seja pelos governantes, seja pelos técnicos – seguem pautadas em visões externas e segmentadas do problema, e, com isso, não apenas permitem que tais fenômenos existam, como acabam por incentivá-los.

⁹ A discussão entre táticas e estratégias baseia-se em Michel de Certeau (1994 [1980]) e C.N.F. Santos (1980).

Ao não serem inseridos, ou não serem vistos como parte da sociedade, e, portanto, possuidores de direito a moradia, emprego, qualidade de vida, cidadania, os pobres são excluídos do acesso “formal”¹⁰ à habitação. No entanto, por mais que lhes sejam negados esses direitos, estas pessoas continuam existindo não apenas enquanto indivíduos, mas também como parte constitutiva do sistema capitalista e da constituição moderna de Latour (2011 [1991]). Eles são produto e alimento desta forma de vida em sociedade, muito embora sejam vistos à margem dela (C.N.F. Santos, 1988). E a partir de seu contexto de exclusão reconstróem suas alternativas e redesenham suas formas de luta.

¹⁰ A discussão sobre formalidade e informalidade é complexa e não será abordada nesta tese. Para a discussão sobre forma e informalidade nas favelas, ver Farias (2010), entre outros.

UMA ESTRUTURA POSSÍVEL

Esta tese se desenvolve em quatro capítulos. No primeiro capítulo – **Existir** –, buscamos compreender o contexto no qual se desenvolveram o que denominamos como processos de resistência a um projeto excludente de cidade, mais especificamente favelas e ocupações na cidade do Rio de Janeiro. Utilizamos nosso estudo de caso, Indiana, como eixo condutor do debate, demonstrando como este se articula com as discussões teóricas a respeito da questão habitacional no Brasil, mas também como as políticas públicas e a interferência ou ausência do Estado impactam nos conflitos que se desenvolveram nestes espaços.

Inicialmente apresentamos nosso estudo de caso sucintamente. Em seguida, buscamos demonstrar como é possível compreender as remoções e remanejamento da população urbana pobre e as formas de resistência representadas pelas favelas e ocupações como partes de um mesmo processo. Partimos da compreensão de que se trata de uma relação dialética e de disputa de poderes e autonomia, que estão presentes desde a formação destes espaços até as ações mais recentes no sentido de remover e realocar moradores de favelas e ocupações da cidade.

Debatemos também as contradições dos programas e políticas habitacionais brasileiros, que tratam a habitação como produto e não como direito e que muitas vezes priorizam os interesses do mercado imobiliário em detrimento da população pobre. Discutimos também de que forma o Programa Minha Casa Minha

Vida, especialmente no Rio de Janeiro, tem atuado no sentido contrário ao de redução do déficit habitacional, sendo utilizado, como no caso de Indiana, como instrumento de remoção da população pobre de áreas em valorização da cidade.

Nos apoiamos em autores como Holston (2013), Lefebvre (2001 [1968]) e C.N.F. Santos (1980 entre outros) para inserir a discussão sobre centro e centralidade e problematizar a luta pelo direito a cidade como mais do que o direito às oportunidades dos centros urbanos.

Por fim, buscamos discutir a habitação como um espaço de disputa de interesses e, através do nosso estudo de caso, demonstrar como os conflitos configuram-se a partir da articulação e desarticulação desses interesses.

No segundo capítulo – **Resistir** –, exploramos nossa experiência com o caso de Indiana para debater questões relativas ao espaço, à participação do arquiteto, à dinâmica entre a universidade e a sociedade.

Inicialmente procuramos discutir a complexidade e as contradições enfrentadas no trabalho técnico realizado nas favelas. Buscamos o aporte teórico de B.S. Santos (2007), Latour (2004 [1999]) e outros para compreender como nossa participação ativa no campo pode nos auxiliar a reduzir as distorções oriundas de uma simplificação da realidade característica do que B.S. Santos (2007) denomina como epistemologias do norte.

Em seguida detalhamos nosso processo de aproximação com Indiana, culminando no desenvolvimento de uma disciplina eletiva no segundo semestre de 2014. Além da eletiva, outras foram ações realizadas a partir de uma parceria da universidade com órgãos públicos e a Comissão de Moradores, como parte de um processo de experimentação contínua que suscitou uma série de questões que se tornaram fundamentais para o desenvolvimento desta tese.

O trabalho em conjunto de alunos, professores, técnicos, ativistas e moradores é contexto e ao mesmo tempo substância das discussões que foram desenvolvidas nesta pesquisa. Mais do que propor soluções, este capítulo discute limites, desafios e potencialidades neste trabalho coletivo, focando na participação do arquiteto e da Faculdade de Arquitetura neste processo.

No terceiro capítulo – **Expandir** –, desenvolvemos uma discussão acerca da relação entre as ocupações e favelas como formas de luta e transformação política, social e espacial. Para melhor estabelecer esta discussão, abordamos neste capítulo casos fora do Brasil, mais especificamente na cidade de Berlim, Alemanha, onde realizei o doutorado sanduíche em 2015.

Inicialmente apresentamos de forma sucinta o contexto no qual as lutas urbanas, em especial pela moradia, se estabeleceram em Berlim, buscando compreender de que forma este contexto marca o caráter ativista e político da sociedade berlinense. Em seguida, discutimos de que forma podemos observar e utilizar as ocupações e favelas como ferramentas de transformação espacial, utilizando o

caso berlinense para demonstrar como, em determinados momentos da história, o movimento de ocupações serviu tanto para defesa da preservação do espaço urbano e de um conjunto arquitetônico, como para repensar outras formas de configuração e outras funções dos espaços de moradia.

Discutimos também, nesse capítulo, a utilização das ocupações e favelas como ferramenta de transformação política, demonstrando como as ocupações e favelas são influenciadas pelas políticas urbanas vigentes e como podem, por outro lado, influenciá-las. Por fim, debatemos as ocupações e favelas como ferramenta de transformação social, buscando entender como, seja de forma explícita ou velada, estes espaços produzem outras formas de relação espaço-sociedade.

No quarto capítulo – **Aproximar** –, abordamos em que medida é necessário repensarmos nossos processos de forma a garantir que a luta dos pobres urbanos pela moradia se torne de fato um elemento de transformação e não de reprodução do modelo de cidade desigual e segregadora. Avançamos na discussão dos casos berlinenses e das favelas e ocupações cariocas, utilizando a favela de Indiana como nosso eixo condutor, para explorar semelhanças e diferenças que possam ser úteis na compreensão desses espaços de resistência em suas particularidades e também enquanto fenômeno global. Nosso foco foi procurar compreender em que medida as favelas e ocupações são ou podem ser agentes na construção coletiva de outra cidade.

Primeiramente analisamos as favelas e ocupações como duas formas de reação por vezes distintas, aqui denominadas “reação ativa” e “reação reativa”. Em seguida discutimos como essas duas reações se relacionam como uma reformulação dos processos de produção e reprodução do espaço urbano, discutindo e demandando outras ferramentas, outros tempos e outros atores. Por fim, focamos em como essas lutas podem contribuir para uma construção do direito a uma outra cidade.

Por fim, elencamos alguns elementos para as considerações finais, entendidos aqui como questões em aberto. Destacamos as ações que nos fazem olhar para as ocupações e favelas como formas de luta pelo direito e pela construção de uma outra cidade, e como podemos encarar estes locais como espaços de experimentação para uma proposição alternativa do morar e do viver em sociedade. Para atuar nestes espaços alternativos de forma a efetivamente nos aproveitarmos do seu potencial transformador, é necessário pensar num outro arquiteto e numa outra arquitetura, é preciso questionar nossas ferramentas e nossos saberes. Para concluir, ressaltamos a mudança de contexto que vem ocorrendo de forma cada vez mais acentuada desde 2015 no Brasil, destacando que alguns dos pontos discutidos nesta tese tendem a se agravar e que a luta terá que se reajustar e readaptar a uma nova realidade.

Neste primeiro capítulo, buscaremos compreender o contexto em que se estabelecem a luta, os conflitos e resistências das favelas e ocupações no Rio de Janeiro. A partir da análise dos elementos que configuraram o conflito atual na favela Indiana, procuraremos estabelecer um diálogo com um espectro mais amplo do debate, como as políticas públicas habitacionais, a abordagem da habitação como produto e o entendimento de que a resistência e a remoção fazem parte de um mesmo processo.

INDIANA: UMA FAVELA PARTIDA

Conforme explicitado na introdução, utilizamos nosso estudo de caso como eixo condutor das discussões teóricas e como base para o diálogo com outras experiências. O estudo de caso escolhido é uma favela situada no bairro da Tijuca, originalmente chamada Irmãos Coragem e atualmente denominada Comunidade Indiana.¹¹

A ocupação do terreno onde hoje se situa a favela teve início nos anos 1950, no bairro da Tijuca, Rio de Janeiro. Indiana possui, de acordo com levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Habitação (SMH) em 2013, 363 domicílios e 75 estabelecimentos comerciais, e localiza-se próximo à Rua Conde de Bonfim – uma das principais ruas do bairro – em uma região dotada de infraestrutura, serviços e oportunidades de emprego. É importante ressaltar que, embora o bairro da Tijuca seja um bairro com farta infraestrutura, acesso a serviços, meios de transporte, trabalho, cultura e lazer, e ser muito bem conectado ao centro da cidade, Indiana situa-se numa área de certa forma periférica do bairro, numa região conhecida como Usina.

¹¹ Este trabalho está inserido no grupo de pesquisa Cihabe do PROURB/UFRJ e faz parte de um projeto de extensão realizado em conjunto com os alunos do Escritório Modelo da FAU/UFRJ – Abricó –, coordenado entre os anos de 2014 e 2015 pela prof.^a Paula Albernaz, e contou com a participação da prof.^a Luciana Andrade e do prof. Fernando Minto. Os dados sobre a população são fruto da pesquisa de campo feita pelos alunos.

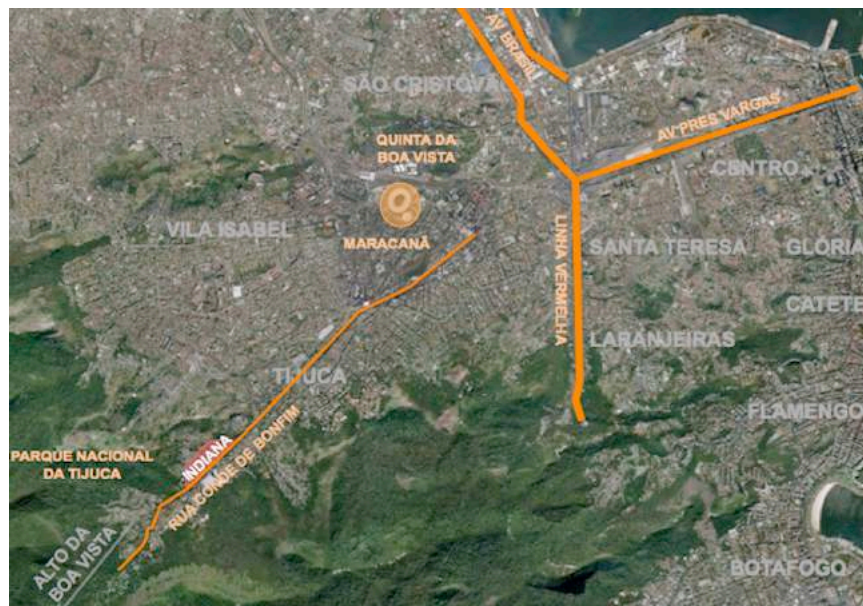


Figura 1: Localização de Indiana.

Fonte: Imagem do Google trabalhada pela autora.

Apesar de considerarmos a região bem abastecida em termos de transporte, serviços e comércio, é preciso ter claro que se trata de uma área menos conectada do que o bairro da Tijuca de forma geral e com menos oportunidades. Conforme discutiremos adiante, a luta pela permanência de Indiana parece estar, portanto, mais relacionada a uma construção de centralidade

nesta região por parte dos moradores do que a uma luta pelo direito ao centro e à cidade.

No entorno próximo há algumas outras favelas, em sua maioria mais extensas e populosas do que Indiana, como o morro da Formiga, Casa Branca e Borel – a mais próxima. A proximidade com a favela do Borel é extremamente relevante, uma vez que em diferentes ocasiões Indiana é tratada como se fosse parte desta favela. Um dos exemplos foi a implantação da UPP do Borel, em 2010, que considerou Indiana como parte de sua atuação. Além disso, diversos projetos sociais e culturais são realizados conjuntamente por moradores das duas favelas. Na Fundação São Joaquim, situada em Indiana, por exemplo, são oferecidos cursos de capacitação para moradores de Indiana e do Borel. Observamos também, conforme relataremos no próximo capítulo, que muitos moradores do Borel que possuem crianças pequenas as levam para brincar na praça de Indiana por ser de certa forma mais protegida do tráfego de carros e motos.¹²

Indiana desenvolveu-se inicialmente em um terreno vazio, numa região atualmente conhecida como “miolo”. Posteriormente, expandiu-se ao longo do rio Maracanã, na área hoje denominada Rua do Canal (ver figura 3). O trecho do rio Maracanã adjacente a Indiana encontra-se descoberto e em sua forma natural. Com exceção de algumas obras de contenção, não houve nenhuma

¹² Estas informações foram obtidas durante a disciplina eletiva de 2014, da qual falaremos adiante.

modificação significativa na estrutura do rio desde o estabelecimento da favela.



Figura 2: Localização de Indiana.

Fonte: Imagem do Google trabalhada pela autora.

Há, no entanto, dois projetos para canalização do rio, como apresentaremos adiante. Estes projetos são conflitantes entre si: um propõe a retificação e canalização do rio; e o outro, a manutenção do desenho original, sendo propostas apenas obras de infraestrutura. Não há informação até o momento sobre qual dos dois projetos poderá ser implementado. Ambos impactam na configuração da favela Indiana e, portanto, sua definição é

confrontavam com os interesses do outro. Após a saída dos primeiros moradores de Indiana, a Prefeitura iniciou um processo de demolição das casas vazias.

Estas demolições não tiveram início nas casas que ocupavam a FNA, mas no trecho denominado “miolo”, uma área passível de regularização segundo o Instituto de Terras e Cartografias do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ)¹⁵ e fora da área de risco. Este processo, além de não seguir critérios claros predefinidos, como localização ou condições de habitabilidade das casas, por exemplo, gerou enormes transtornos aos moradores que permaneciam na comunidade. Segundo relato dos moradores, os entulhos das demolições eram deixados no local, favorecendo a proliferação de vetores de transmissão de doenças. Além disso, muitas vezes as construções em favelas “apoiam-se” estruturalmente umas nas outras, e a demolição de uma casa pode desestabilizar a casa adjacente.

¹⁵ O ITERJ iniciou um processo de regularização fundiária de Indiana em 2013.



Figura 4: Casas demolidas em Indiana.
Fonte: Abricó/EMAU/UFRJ.

Em vista de todos esses transtornos, o grupo de moradores que desejava permanecer na favela se reuniu e criou uma Comissão de Moradores. Esta comissão procurou o Núcleo de Terras da Defensoria Pública do Município (NUTH), e os moradores passaram a ser representados pela Defensora Maria Lúcia Pontes. A partir daí, a Defensora entrou com um processo e solicitou uma liminar que impediu temporariamente as demolições na favela.

Com a liminar concedida, as demolições foram interrompidas. No entanto, a SMH interrompeu também a entrega das chaves dos novos apartamentos para os moradores que desejavam sair de

Indiana e que inclusive já haviam assinado o dossiê exigido pela Prefeitura oficializando o interesse. A SMH condicionou a entrega das chaves dos novos apartamentos à suspensão da liminar e ao retorno das demolições. A justificativa da Prefeitura para as demolições foi a de que os imóveis vazios poderiam ser ocupados por outras pessoas de fora da comunidade.

A Defensora e a Comissão de Moradores, por outro lado, defendem que as casas das pessoas que querem sair deveriam ser ocupadas por moradores de Indiana que se encontram de fato em áreas de risco ou condições de insalubridade, realizando um remanejamento interno na comunidade. Este impasse gerou um enorme conflito entre os dois grupos de moradores e a cisão da comunidade em dois lados.

Em 2014, a Defensora Pública responsável pelo caso, Maria Lúcia Pontes, procurou a professora Luciana Andrade, orientadora desta tese, solicitando o acompanhamento de uma vistoria que seria realizada pela SMH e a Defesa Civil para identificar a condição das casas marcadas para demolição. Nesta primeira aproximação,¹⁶ já ficou claro que não havia uma relação direta entre as demolições e as condições de insalubridade das casas ou áreas de risco, conforme destacado nos relatórios em anexo elaborados pela prof.^a Luciana e pelo engenheiro José Simões. A

¹⁶ A visita contou com a participação da prof.^a Luciana Andrade, da Defensora Maria Lúcia Pontes, do engenheiro José Simões, de um grupo da Comissão de Moradores, de uma socióloga pesquisadora da UERJ e de uma aluna do doutorado do PROURB/UFRJ.

prof.^a Luciana Andrade procurou, então, o grupo do Abricó/EMAU,¹⁷ coordenado na época pela professora Maria Paula Albernaz, e propôs que fizéssemos um trabalho conjunto de auxílio a esta população. A partir daí, fui me envolvendo com a questão, até que passei a coordenar o trabalho junto com a prof.^a Maria Paula Albernaz.

No próximo capítulo explicitaremos mais detalhadamente o trabalho em conjunto entre a FAU/UFRJ, a Defensoria Pública, o ITERJ e outros parceiros, realizado a partir de 2014. É importante ressaltar que este trabalho conta com a participação intensa de diversas pessoas. Além dos alunos, defensoria, professores e ITERJ, já citados, é importante destacar o papel do engenheiro José Simões, que elaborou análises e dados da legislação, das áreas de risco, além de propor uma modificação no traçado do Rio que foi fundamental para o estudo da permanência da maior parte dos moradores.

¹⁷ Abricó/EMAU é o escritório modelo da FAU/UFRJ, desenvolvido por alunos.

REMOÇÃO E OCUPAÇÃO COMO PARTE DE UM MESMO PROCESSO

Nossa pesquisa parte do entendimento de que as favelas e ocupações cariocas se configuram como processos de resistência a um projeto de cidade que exclui uma parcela da população. Entendemos, portanto, que se tratam de alternativas encontradas pelos pobres urbanos para garantir sua moradia e sua condição de subsistência por meio de espaços que possibilitem acesso a trabalho, lazer e serviços, mesmo que de forma precária. No entanto, estas alternativas só podem ser compreendidas se inseridas no contexto de ações do Estado e de agentes privados no sentido de pressioná-las ou induzi-las.

Compreendemos que as forças que atraem historicamente um enorme contingente populacional para os grandes centros urbanos, assim como aquelas que excluem estas pessoas do acesso formal à habitação em áreas infraestruturadas da cidade, contribuem de forma direta para a formação de táticas de moradia como as favelas e as ocupações de edifícios.

Além disso, identificamos que os processos de remoções – forçadas ou induzidas – conduzidos principalmente pelo Estado em diferentes momentos históricos são também impulsionadores de outras formas de organização e resistência. Para compreender melhor como se organizam, buscaremos nos orientar pelo caso de Indiana, identificando de que forma seus processos de resistência se relacionam às ações do governo e de outros agentes.

Sua história, assim como a de muitas favelas cariocas, relaciona-se com três aspectos fundamentais: 1) os processos de segregação não apenas na escala da cidade, mas também em escala nacional, representados nos movimentos migratórios para os grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo; 2) a omissão do Estado e/ou sua atuação no sentido de possibilitar e muitas vezes incentivar as ocupações irregulares dos espaços indesejados da cidade; e 3) a autoconstrução como principal forma de desenvolvimento do espaço urbano da moradia.

De acordo com relatos de moradores, a ocupação inicial do local foi feita a partir de uma família de imigrantes, que havia chegado ao Rio de Janeiro em busca de melhores condições de vida. Na falta de uma alternativa formal de acesso à moradia, esta família buscou um terreno onde se estabeleceu e para onde parentes oriundos especialmente da região do nordeste foram gradualmente se deslocando.¹⁸ Os primeiros moradores de Indiana relatam que houve por muitas vezes ajuda de moradores e instituições do entorno, como por exemplo a igreja católica do local, que fornecia móveis antigos de madeira com os quais eram construídos os primeiros barracos.

Este processo de ocupação se dá desde o início a partir de concessões e acordos, seja com os moradores do entorno, seja com a polícia, que eventualmente surge na tentativa de retirar os

¹⁸ Fonte: relato de moradores e registro no site: <www.comunidadeindianatijuca.blogspot.com>. Acesso em: 6 fev. 2017.

primeiros moradores,¹⁹ seja com instituições e órgãos públicos. É citada pelos moradores, inclusive, a participação em determinado momento de um representante do governo que autoriza informalmente a ocupação do terreno, contanto que não ultrapassasse um limite predefinido.

Esta negociação se dá também entre os próprios moradores da favela em construção. Por não se tratar de um grupo previamente organizado, cada novo morador necessita do aval dos demais para construir sua casa. Também à medida que grupos familiares se estabelecem, passam a chamar outros membros da família que porventura tenham ficado na cidade de origem.

Embora não tenhamos evidências concretas – além dos relatos citados – da participação ativa de agentes do governo e agentes privados no sentido de influenciar e permitir de certa forma o surgimento e desenvolvimento de Indiana, podemos supor que seja provável que tenha de fato ocorrido, se observarmos outros exemplos na história das favelas cariocas.

Abreu (1994) demonstra, por exemplo, como o início do processo de ocupação dos morros no Rio de Janeiro, que posteriormente ficariam conhecidos como favelas, possuiu uma participação ativa do governo. No final do século XIX, por exemplo, o governo autorizou a ocupação e construção de barracos de madeira na

¹⁹ Segundo relato dos primeiros moradores de Indiana, os barracos eram erguidos durante a noite; quando a polícia chegava, durante o dia, já havia um número grande de moradores, o que dificultava as ações pontuais de remoção.

encosta do Morro de Santo Antônio para abrigar as tropas oriundas da Revolta da Armada (1883-84) e da campanha militar de Canudos (1896-97). Neste mesmo período, a política higienista de demolição dos cortiços no centro da cidade aumentava ainda mais o contingente de pobres sem moradia. Muitos destes moradores expulsos dos cortiços passam a ocupar os morros de Santo Antônio e Providência.

Além disso, a participação de agentes privados como grileiros e grandes proprietários de terras, na venda ou aluguel ilegal através do parcelamento irregular de terras especialmente na periferia das cidades, conforme destacado por Holston (2013), entre outros, está presente desde o século XIX e foi determinante nos processos de surgimento e crescimento de favelas e ocupações irregulares como única alternativa viável para uma grande parcela da população.

O autor demonstra ainda como as políticas de acesso à terra foram fundamentais para garantir que os pobres ocupem áreas desvalorizadas da cidade. Embora a ocupação de terras fosse prática comum tanto por pobres livres como pela elite rural desde o período da colonização, o acesso à propriedade após a criação da Lei de Terras²⁰ em 1850 foi garantido apenas às elites, excluindo a maior parte da população de trabalhadores, aos quais se somavam os escravos libertos.

²⁰ Lei n.º 601 de 18 de setembro de 1850, criada para atender à necessidade de organizar os registros de terras doadas desde o período colonial e para legalizar as ocupadas sem autorização, reconhecendo posteriormente as chamadas terras devolutas, pertencentes ao Estado.

O assentamento das periferias urbanas perpetua a grande agência histórica da ocupação de terras no Brasil: é a ilegalidade que a torna possível. A própria ilegalidade dos lotes residenciais nas periferias torna a terra acessível aos que não podem pagar os altos preços de compra ou de aluguel de residências legais. (Holston, 2013: 270)

Além da ocupação de terras desvalorizadas da cidade, situadas em periferias sem infraestrutura ou em áreas de baixo valor imobiliário como a encosta de morros e margens de rios e lagoas, outro elemento marcante no processo de urbanização das áreas pobres da cidade é a autoconstrução. Conforme demonstra Maricato (1982), na falta de recursos e alternativas, a maior parte da população pobre dos grandes centros urbanos autoconstruiu não apenas suas casas, mas seus espaços coletivos (como igrejas, creches) e urbanos (arruamento, praças). Conforme a autora destaca, a autoconstrução favorecia a expansão capitalista, na medida em que consiste em trabalho não remunerado e permite que o Estado desvie recursos para outras áreas e setores da sociedade com maior poder econômico. Maricato (1982) denomina a autoconstrução como arquitetura possível, em um contexto de exclusão e exploração do trabalhador.

Holston (2013) ressalta que a autoconstrução é solução e impulsionadora da segregação urbana, em uma relação paradoxal. Ou seja, conforme ambos os autores afirmam, a autoconstrução – aliada à ocupação irregular – é a única alternativa para grande

parte da população ter acesso a moradia. Por outro lado, a própria existência desta alternativa tira das mãos do Estado a responsabilidade de prover moradia digna para a população mais pobre. Além disso, a falta de controle técnico dessas construções significa, em muitos casos, espaços insalubres e com condições precárias de habitabilidade.

Por outro lado, como destacou Jacques (2005), entre outros, é justamente a ausência de regras rígidas e a possibilidade de construir seus próprios espaços que daria às favelas um maior senso de apropriação do espaço e sentido de pertencimento. Além disso, conforme exploraremos mais adiante, a conformação dos espaços autoconstruídos possibilita novos usos, interpretações e relações sociais, que poderiam ser observados como elementos de potencialidade e não apenas de precarização da qualidade de vida dos habitantes.

Esta construção cotidiana de espaços de moradia, trabalho, lazer e troca evidentemente não ocorre sem conflitos ou determinadas estruturas de poder. No entanto, podemos supor que o exercício dessas práticas ao longo de décadas fortalece ou ajuda a criar a cidadania insurgente de que fala Holston (2013); e, na ausência do Estado, as regras e hierarquias acabam sendo desenvolvidas pela própria população.

(...) como os moradores passaram décadas transformando barracos em casas de alvenaria mobiliadas, decoradas e bem-acabadas, essa autoconstrução se tornou um domínio de

elaboração simbólica. Ela expressa narrativas coletivas e igualitárias do estabelecimento das periferias e narrativas individuais de realizações. Dessa forma, a autoconstrução transformou as periferias em espaço de futuros alternativos, produzidos nas experiências de se tornar proprietários, de organizar movimentos sociais, de participar de mercados consumidores e de fazer julgamentos estéticos sobre as transformações das casas. (Holston, 2013: 29)

Compreendemos, portanto, que os espaços de favelas se configuram como elementos de resistência dentro de um sistema de ação e reação entre os habitantes da cidade, o Estado e determinados agentes privados. A sua própria existência e desenvolvimento são formas de resistir e criar alternativas que podem se iniciar com a necessidade básica de moradia, mas que ao longo do tempo vão agregando outras necessidades e complexidades, transformando e criando urbanidade no espaço da favela.

Observamos ainda um segundo momento desta resistência, que ocorre quando o governo decide imputar ações no sentido de remover a população desses locais. Embora a remoção de favelas não seja um fato novo na história do Rio de Janeiro – remoções de favelas existem desde que existem favelas –, o que marca o período atual é a utilização de uma série de estratégias silenciosas por parte do governo para desestabilizar e criar conflitos no intuito de facilitar as ações de remoção.

Estas novas estratégias ocorrem em um contexto de certo fortalecimento da resistência, em muitos casos com a participação de movimentos sociais urbanos, e de certas garantias legais que dificultam que as ações desejadas pelo governo sejam realizadas contra os interesses e direitos dos moradores. Como uma das estratégias, podemos citar, por exemplo, as demolições e, especialmente, a forma como são realizadas. O fato de não haver um plano prévio de demolições, que avalie os impactos nas habitações vizinhas, que priorize as demolições das habitações em área de risco, que informe aos moradores quando e como serão realizadas, e a não retirada dos entulhos após as demolições são indicativos de que os interesses dos moradores não estão no centro das preocupações do governo.

No caso de Indiana, este segundo momento de resistência se evidencia após 2012, com a ameaça de remoção por parte da Prefeitura. Diversas estratégias foram desenvolvidas pela Prefeitura no sentido de enfraquecer e desmobilizar a comunidade, possibilitando assim sua completa remoção. Desde o primeiro contato da SMH com os moradores, fica claro que não há qualquer interesse em que parte da favela permaneça, assim como não há qualquer previsão de verba ou projeto para urbanização de Indiana.

Este tipo de ação da Prefeitura não é exclusivo de Indiana. Outras favelas ameaçadas de remoção, como Vila Autódromo e o Morro da Providência, passaram por situação semelhante.²¹ Em todos

²¹ Sobre o Morro da Providência, ver Canedo (2012), entre outros. O caso de Vila Autódromo foi amplamente divulgado na mídia tradicional e alternativa. Sobre

esses casos, a questão da ocupação de áreas de risco foi também uma estratégia para pressionar a remoção. Especificamente nos casos do Morro da Providência e de Indiana, laudos técnicos oficiais comprovando e detalhando as áreas de risco foram solicitados pelos moradores, porém nunca apresentados pela Prefeitura. Por outro lado, técnicos voluntários (engenheiros e arquitetos) elaboraram laudos independentes nas duas favelas, identificando que, apesar de haver algumas áreas de risco, estas não representam a totalidade da favela e oferecendo alternativas de obras de contenção, entre outras, que poderiam resolver grande parte das áreas de risco a custos econômicos e sociais muito inferiores aos de um processo de remoção.

Em Indiana, nos chama atenção o fato de que, conforme identificado durante a pesquisa, a maior parte da favela situa-se em lotes privados de um antigo PAL.²² Esta parte é conhecida pelos moradores como “miolo” e possui um grande número de casas fora da área *non aedificandi* do rio Maracanã, que havia sido considerada determinante para a remoção dos moradores da favela. Curiosamente é justamente nesta área do miolo que a Prefeitura tem concentrado esforços para remover famílias. Foi nesta área que o maior número de demolições aconteceu, e não nas casas na beira do rio, onde de fato identificamos que existe risco para os moradores.

este caso, ver <<http://comunidadevilaautodromo.blogspot.com.br/>> e Azevedo e Faulhaber (2015).

²² O Projeto de Alinhamento de Loteamento (PAL) e o Projeto Aprovado de Alinhamento (PAA) contêm o traçado que separa a área pública da área privada.

Outro fato que nos chamou a atenção foi a descoberta, pelo engenheiro José Simões, de dois projetos conflitantes para o trecho do rio Maracanã que passa por Indiana. O primeiro deles, o PAA 8520 de 1968, indicava a retificação do rio Maracanã e a junção da Avenida Maracanã com o trecho de mesmo nome, adjacente a Indiana. Neste caso, parte das habitações do “miolo” ficariam afetadas pelo novo PAA; por outro lado, as casas que hoje se situam na beira do rio não mais estariam em risco, uma vez que o rio teria sido desviado e canalizado.

No mapa a seguir, José Simões realizou uma sobreposição do PAA 8520 com o PAL 15512, demonstrando que a alteração no curso do rio proposta pelo projeto gera uma série de lotes privados e um impacto em diversas casas do “miolo” de Indiana.

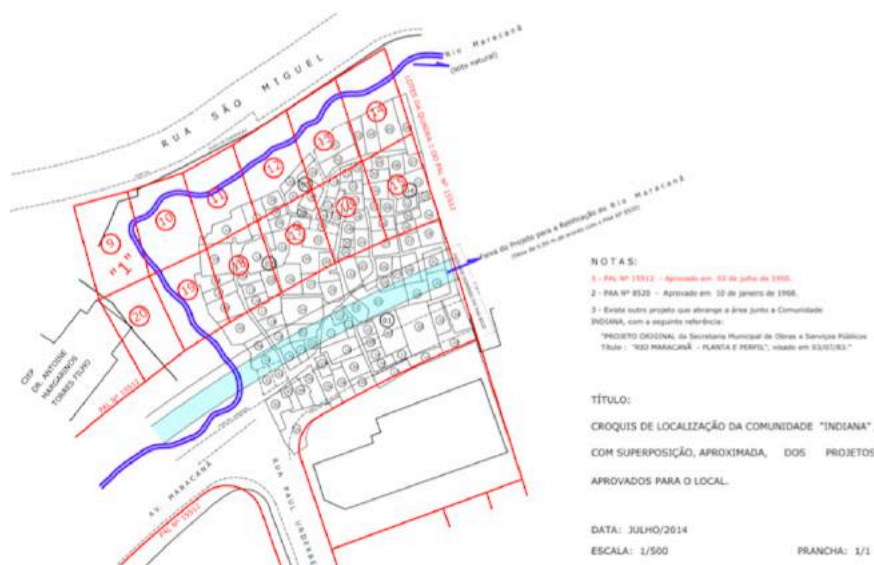


Figura 5: Mapa indicando os lotes do PAL 15512 e o traçado do rio do PAA 8520.
Fonte: Planta elaborada por José Simões.

O segundo projeto, cuja referência é “Projeto Original da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos; Título: Rio Maracanã – Planta e Perfil, revisado em 03/07/1983”, previa um novo perfil e uma pequena alteração no traçado, mas sem modificar a posição do curso atual. Desde a identificação desta contradição, o engenheiro José Simões e a Defensora Maria Lúcia Pontes têm pedido uma posição da Prefeitura sobre que projeto será de fato posto em prática, porém a Prefeitura até hoje não se pronunciou a respeito. Além disso, José Simões propôs uma terceira opção, baseado nos estudos feitos pelo Rio Águas, que significaria uma

redução bastante importante no número de casas em área de risco. Esta proposta, no entanto, não foi considerada pelo poder público.



Figura 6: Proposta de José Simões para novo traçado do rio Maracanã.
Fonte: Planta elaborada por José Simões.

Como agravante da situação, assim como ocorreu nas outras favelas mencionadas, a pouca informação da Prefeitura para os moradores gera um clima de insegurança e conflito. Casas são marcadas sem que seja dada aos moradores qualquer justificativa; e, quando os moradores solicitam os laudos da Defesa Civil que

confirmem que a ocupação se situava em área de risco, os laudos não são apresentados. Não há também qualquer informação sobre o que será feito no terreno de Indiana após a remoção.

Azevedo e Faulhaber (2015) demonstram a coincidência entre a localização das favelas consideradas em área de risco e marcadas para serem removidas pela Prefeitura do Rio de Janeiro e as áreas mais valorizadas da cidade, incluindo as áreas próximas aos equipamentos onde foram realizados os Jogos Olímpicos de 2016 e a Copa do Mundo de 2014. Fica claro que as favelas e ocupações cariocas são toleradas ou até mesmo incentivadas quando são de interesse para o governo e para as elites, fornecendo mão de obra barata ou como “curral eleitoral” (Holston, 2013). Por outro lado, quando os espaços ocupados por elas passam a ser de interesse do mercado imobiliário e do governo, as práticas de remoção tornam-se um dos principais instrumentos.

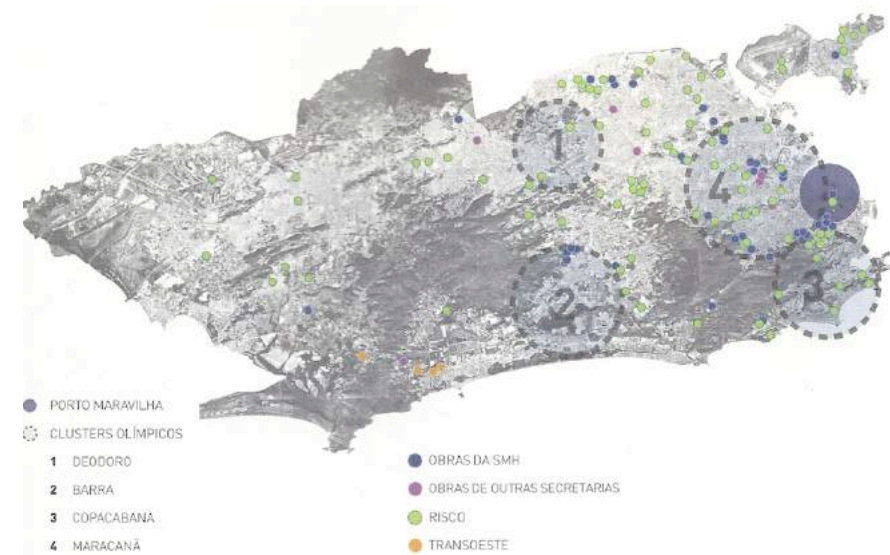


Figura 7: Favelas com remoções.

Fonte: Azevedo e Faulhaber (2015).

Outra estratégia recorrente da ação da Prefeitura é o fomento do conflito interno entre os moradores. No caso de Indiana, conforme já mencionado, este conflito foi estabelecido ao se condicionar, à demolição das casas, a entrega das chaves das unidades do PMCMV para os moradores que desejavam sair. Com a liminar que impedia as demolições, conseguida por meio da ação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro a partir da demanda do grupo de moradores que deseja permanecer em Indiana, a entrega dos apartamentos foi suspensa. Este impasse gerou um enorme conflito entre os dois grupos de moradores e a cisão da

comunidade em dois lados. Falaremos mais adiante das complexidades envolvidas nesta questão; no entanto, é importante ressaltar que este é um conflito construído com uma grande parcela de responsabilidade do poder público municipal e sua forma de atuação.

No entanto, podemos observar que é justamente neste momento de acirramento dos conflitos e pressão externa para remoção que a população se organiza e busca novos parceiros e novas formas de lutar pelo que deseja. Enquanto nas décadas de desenvolvimento de Indiana se observam estratégias de resistência e construção coletiva dos espaços, é no momento de confronto e agravamento das tensões que esta resistência pode se potencializar e transformar em ação criativa.

Argumentamos, portanto, que as ações perpetradas historicamente pelo governo e pelas elites no sentido de excluir uma parcela da população de seu direito a moradia criaram processos de resistência que podem ser representados aqui pelas favelas e ocupações cariocas. Além disso, no momento em que esses espaços consolidados passam a ser ameaçados de remoção, ocorre um segundo movimento de resistência, em que surgem novos conflitos, mas também novas organizações, demandas e formas de luta.

Ao unir essas duas ações – ocupar e remover –, duas sobras de um sistema perverso de desenvolvimento da cidade, compreende-se que ambos fazem parte do mesmo processo. A mesma força que

remove parte da população se rebate em uma contraforça, ou resistência, de ocupar e reconstruir a cidade e a cidadania à sua maneira. É a impossibilidade de se inserir totalmente na cidadania plena em um sistema formado por uma cidadania diferenciada (Holston, 2013) que possibilita ou força aos pobres da cidade a construção de outra forma de cidadania, outra relação com o espaço urbano.

PMCMV E REMOÇÕES: CONSTRUINDO CONFLITOS

As propostas de remoção promovidas pelo governo municipal do Rio de Janeiro através da SMH encontram respaldo no programa nacional de habitação Minha Casa Minha Vida, que tem tratado a questão da moradia popular a partir de uma perspectiva de construção de novas unidades habitacionais na periferia cada vez mais distante e retirada de outras formas alternativas de habitação das áreas mais valorizadas da cidade. Podemos observar a estratégia de apoio neste programa habitacional – seja como oferta real ou como parte de um discurso que nem sempre se concretiza – não apenas no caso de Indiana, como também em Vila Autódromo, Morro da Providência, entre outros.

Royer (2009) afirma que as políticas de habitação através de financiamentos e oferta de créditos potencializam o tratamento da moradia como mercadoria a ser negociada de forma livre. Neste contexto os moradores transformam-se em clientes consumidores de produtos, e não cidadãos com direito a moradia. O indivíduo passa a ser o único responsável por adquirir e manter o seu “bem” – a habitação. O acesso a esta mercadoria é uma questão de escolha individual, a partir da capacidade de pagamento de cada indivíduo, e não um direito social que deve ser garantido pelo Estado.

O acesso à terra urbanizada é também um elemento fundamental neste sistema. Historicamente a questão do acesso e da propriedade da terra exclui grande parte da população mais pobre.

A Lei de Terras de 1850, criada para atender à necessidade de organizar os registros de terras doadas desde o período colonial, legalizar as terras ocupadas sem autorização e regularizar as terras devolutas, aconteceu antes da abolição da escravidão, restringindo o acesso de negros à propriedade de terra. Além disso, era necessário certo grau de instrução para dar andamento às requisições e procedimentos que garantiam poder de decisão sobre a legitimidade da ocupação pelos árbitros designados pelo governo instituído. Isso excluía do processo muitos pequenos posseiros (Campos, 2005).²³

Podemos observar, portanto, que a propriedade da terra no Brasil, hoje responsável por enormes lucros por parte de um pequeno grupo de grandes proprietários, é extremamente desigual e excludente desde sua origem. Para Ferreira (2012), entre outros, o acesso à terra é o principal entrave para a solução da problemática habitacional no Brasil. A retenção de terra urbanizada como forma de especulação e acumulação de capital é um dos principais responsáveis hoje pela dificuldade de acesso por parte da população de baixa renda.

Além de favorecer o surgimento de favelas, a “falta” de terra urbanizada provoca supervalorização das poucas áreas disponíveis nos centros urbanos. Com o aumento de preços das terras urbanizadas centrais, a oferta de habitação formal para a baixa

²³ Esta reflexão faz parte de um artigo escrito em conjunto com Jacira Saavedra Farias para o I Urbafavelas: Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, que aconteceu em novembro de 2014.

renda desloca-se cada vez mais para a periferia e para áreas com pouca ou nenhuma infraestrutura. Alia-se a isso a falta de aplicação de instrumentos contidos no Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001), que garantem a função social da propriedade²⁴ e a prioridade de investimentos para Habitação de Interesse Social em áreas infraestruturadas da cidade. É importante ressaltar ainda que a construção de habitação na periferia traz maiores custos para o governo, responsável por levar infraestrutura e serviços para o local, além de gerar uma valorização imediata dos proprietários de terras especulativas no caminho entre o centro e a periferia da periferia, onde estão ocorrendo estas construções.

Neste sentido, as ações que buscam a regularização fundiária e a permanência da população pobre no local onde moram, como é o caso de Indiana, vão contra as ações de inserção desta população em programas como o Minha Casa Minha Vida, que acabam por favorecer mais o acúmulo do capital por parte das classes dominantes do que a própria população de baixa renda.

O Programa Minha Casa Minha Vida foi criado em 2009, em um contexto de crise internacional, “atropelando o processo de

²⁴ O Estatuto das Cidades regulamenta, entre outros, os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que versam sobre a função social da propriedade. O artigo 1º, parágrafo único, do Estatuto das Cidades prevê que “Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”.

planejamento em curso” (Andrade, 2013a: 21). Junto com o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento, 2007), possui o ambicioso objetivo de dinamizar a economia – especialmente a construção civil – para evitar que o país sofresse as consequências da crise econômica que atingiu a Europa e os Estados Unidos, e ao mesmo tempo atuar sobre o déficit habitacional, através da construção maciça de novas moradias. Estes programas, especialmente o PMCMV, não se preocupavam em articular uma política urbana e fundiária com a política habitacional, tratando a questão do déficit meramente como uma questão quantitativa (Andrade, 2013a).

O programa surge na contramão dos direitos adquiridos na Constituição de 1988, no Estatuto das Cidades e nas políticas defendidas pelo Plano Diretor Municipal do Rio de Janeiro e pelos Planos Municipal, Estadual e Federal de Habitação de Interesse Social. A Constituição Federal de 1988 garantiu o direito à moradia, tornando-o absoluto, e à função social da propriedade, ambos regulamentados em 2001 a partir do Estatuto das Cidades (Maricato, 2009). O Plano Diretor do Rio de Janeiro determina que as soluções habitacionais devem priorizar as áreas já dotadas de infraestrutura da cidade. O que é o oposto do que tem sido feito pela PMCMV, que se concentra em áreas distantes do centro e sem infraestrutura (Andrade, 2013a).

O Plano Nacional de Habitação (PlanHab) propunha diretrizes gerais para o país, mas que respeitassem as particularidades de cada região. Além disso, este seria apenas um instrumento para

guiar as construções dos Planos Estaduais e Municipais de cada município e estado do país. O plano identificava a necessidade de se pensar as estratégias de forma diferenciada para cada município do país, tendo em vista a grande diversidade de realidades, culturas e necessidades. A diversidade regional é um dos princípios estabelecidos no plano.²⁵

O PlanHab buscou introduzir leituras regionalizadas baseadas na construção de uma tipologia de cidades, adaptadas do estudo Tipologia das Cidades Brasileiras, elaborado pelo Observatório das Metrópoles. Esta diferenciação regional seria importante para a definição do tipo de produto habitacional mais adequado, seu processo de produção, custo da terra, entre outros aspectos. A tipologia foi definida a partir da análise das cidades com relação ao número de habitantes, importância metropolitana, polarização regional, variáveis socioeconômicas, níveis de pobreza etc.

Ao contrário de toda esta análise elaborada para o PlanHab, o Programa Minha Casa Minha Vida possui diretrizes genéricas e nacionais e não leva em consideração as especificidades de cada região. Diversos fatores contribuem para a homogeneização dos conjuntos do PMCMV no Brasil. Um deles é o valor fixo financiado pelo governo para cada unidade habitacional que não varia de região para região. Ou seja, não considera, entre outros fatores, um elemento importantíssimo para a habitação no Brasil que é o custo

da terra. Não considera também que existem diferentes técnicas construtivas mais adequadas para cada região e que certamente possuem uma variação de custo. Não considera a diversidade de tipologias possíveis para atender a diferentes configurações familiares, tipos de solo, cultura, entre outros.

Além disso, o processo burocrático de aprovação de projetos e verba nos órgãos públicos, como a Caixa Federal, por exemplo, faz com que a maior parte das construtoras opte pelos projetos e técnicas que já são feitos e, logo, têm uma maior chance de aprovação em um menor espaço de tempo.

Mas a questão fundamental é que, ao deixar a cargo da iniciativa privada todas as decisões sobre a escolha do terreno, projeto e técnicas construtivas, a tendência das empresas é, seguindo a lógica do mercado que visa obter lucro cada vez maior, optar por terrenos cada vez mais baratos, ou seja na periferia da periferia e com pouco ou nenhuma infraestrutura, apartamentos padronizados e com tamanho mínimo e pouca variação ou inovação arquitetônica. Esta padronização da habitação social e falta de inserção urbana dos novos conjuntos, no entanto, não são novidades exclusivas do PMCMV. Os problemas referentes a este modelo de política habitacional foram largamente estudados e observados nos conjuntos do BNH, por exemplo.²⁶

²⁵ Fonte: PlanHab. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/Publicacao_PlanHab_Capa.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2014.

²⁶ Sobre as transformações dos conjuntos habitacionais, ver Andrade e Leitão (2006).

Quando se trata da população de baixa renda moradora de favelas e ocupações, este aspecto se torna ainda mais grave. O fato de transferir para a periferia da cidade uma população de um bairro já consolidado, com infraestrutura e onde a população já construiu laços de trabalho e amizade, significa uma piora significativa nas condições de vida de uma população que já é fragilizada.

Além disso, ao não considerar a diversidade das famílias e as práticas necessárias à sobrevivência que pressupõem uma maior flexibilidade das construções e espaços mais generosos, o poder público torna as novas edificações extremamente vulneráveis a modificações que, além de em muitos casos trazerem novas condições de insalubridade para o local, podem representar um risco à integridade física dos moradores, uma vez que grande parte das edificações atualmente é feita com alvenaria estrutural.

No caso de Indiana, por exemplo, grande parte do comércio local pertence a moradores da própria favela. Ou seja, não apenas suas relações familiares e de vizinhança estão no local, como sua fonte de sustento. A maior parte dos comerciantes não quer sair de Indiana. Além disso, como em outras favelas da cidade, parte da população migrou de outras regiões em busca de maiores oportunidades e encontrou ali a única possibilidade de construir sua habitação. À medida que se estabelecem, estes moradores trazem outros parentes que vivem em condições precárias em outras áreas do Brasil. Esta expansão da favela, que vai se estabelecendo a partir das dinâmicas de aumento e redução das

famílias e de laços de amizades e solidariedade, não é considerada quando estas pessoas são realocadas em um conjunto habitacional.

Outra contradição entre o PMCMV e a Política de Planos Habitacionais é justamente a forma de atuação com relação às favelas cariocas, como é o caso de Indiana. O PlanHab previa cinco linhas programáticas de atendimento ao déficit habitacional. A primeira era a de Integração Urbana de Assentamentos Precários, que tinha como objetivo a urbanização da totalidade dos assentamentos precários no país, garantindo infraestrutura urbana e habitacional, regularização fundiária, regulação e gestão ambiental, além de participação e trabalho social. As demais linhas programáticas eram: Produção e Aquisição Habitacional, Melhoria Habitacional, Assistência Técnica e Desenvolvimento Institucional.

Ou seja, a principal forma de atuação do governo nas favelas deveria ser a de garantir que fossem urbanizadas e que sua população fosse mantida. No entanto, o que observamos é justamente o contrário. No caso de Indiana, por exemplo, o Programa Minha Casa Minha Vida está sendo usado como pretexto para a remoção da comunidade. É importante observar que a própria lei que criou o PMCMV previa o instrumento de regularização fundiária e o de melhorias habitacionais. No entanto, este instrumento praticamente não está sendo utilizado no caso do Rio de Janeiro.

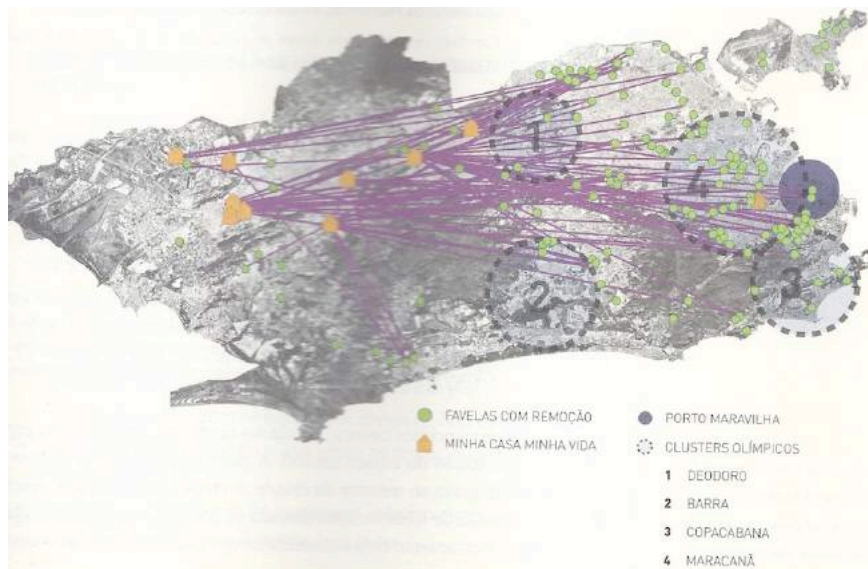


Figura 8: Favelas com remoções versus empreendimentos PMCMV.
 Fonte: Azevedo e Faulhaber (2015).

Com relação à parceria entre o poder público e a iniciativa privada, o próprio PlanHab já previa a articulação institucional de atores públicos, privados e demais agentes sociais na formulação e implementação das estratégias voltadas para a questão habitacional. No entanto, a forma como estes agentes se articulam após a criação do Programa Minha Casa Minha Vida é determinante para os problemas que observamos hoje. Segundo Ramos (2002), a ação do Estado deveria ocorrer no intuito de equilibrar e atenuar os efeitos negativos da segregação socioespacial embutida no capitalismo.

Além de não haver uma regulação do poder público, ao não se articular com as demais políticas públicas (urbanística, fundiária, de transportes etc.), o programa tende a repetir os mesmos erros do BNH, criando ambientes segregados na cidade e acentuando a desigualdade socioespacial (Andrade, 2011).

O Programa se apoia ainda no ideal da casa própria, pautado no direito “natural” e “inalienável” da propriedade privada (Ramos, 2002: 138). Este ideal é uma construção cultural que atua no sentido de acirrar a segregação socioespacial e dividir a população entre os proprietários de terra e meios de produção e aqueles que possuem a força de trabalho. Segundo Ramos (2002: 138),

A segregação socioespacial, e seus efeitos na vida das populações atingidas, somente pode ser explicada a partir do estudo das relações de produção e da estrutura das classes sociais, ou seja: esse fenômeno, também chamado “exclusão social”, resulta das relações sociais capitalistas, ao produzir um acesso desigual aos meios de produção, circulação e troca da riqueza social; os poucos que detêm esses meios apropriam-se do valor agregado pelo trabalho de outros; consequentemente, é também desigual o acesso aos equipamentos e serviços coletivos (...).

Ou seja, ao condicionar a segurança da moradia à propriedade privada, e ao mesmo tempo transferir para a iniciativa privada a responsabilidade de construção destas novas moradias, o poder

público esvazia a discussão do direito à cidade e do entendimento da habitação como bem social e reduz a moradia a um produto a ser adquirido. Este produto será adquirido por quem pode nas melhores áreas da cidade e restará para os pobres as periferias e periferias das periferias, com pouca ou nenhuma infraestrutura e serviços.

A sociedade capitalista consagra o estatuto da propriedade privada da terra e dos meios de produção, não sujeitando à discussão os seus efeitos, muitas vezes justificando a não interferência do Estado na provisão da habitação popular, por se tratar, em última instância, de atribuição da propriedade privada. (Ramos, 2002: 160)

As favelas, ocupações e outras formas de ocupar a cidade consolidada subvertem esta lógica, fazendo com que – especialmente no caso da cidade do Rio de Janeiro – muitas vezes os pobres e os ricos coexistam na cidade. No entanto, cada vez mais, o governo vem agindo de forma a inserir os moradores destes espaços no modelo de cidade proposto pelo Minha Casa Minha Vida. Seja através de imposições e remoções violentas, seja a partir de estratégias indiretas, como cooptação de Associações de Moradores ou a criação de conflitos que desestabilizem a comunidade.

Segundo Ramos (2002), a construção de um processo contra-hegemônico de crítica e superação desta lógica somente se dará a

partir do empoderamento local e das lutas populares. Segundo a autora:

Os conselhos locais podem se constituir num espaço público de formulação e controle de políticas urbanas, com o objetivo de inverter a lógica dominante, ou seja, de dirigir as políticas urbanas em conformidade com o interesse das forças sociais vinculadas ao trabalho e ao conjunto da população, adotando novos critérios de eficácia societal. (Ramos, 2002: 145)

Em Indiana, pudemos observar que a força da luta dos moradores só existe a partir do momento em que se unem e se organizam em torno de um objetivo comum. Esta união, que superficialmente pode ser vista como “mais fácil” nas favelas por conta de seu imaginário como espaço da solidariedade e do senso de comunidade, por vezes esconde diversos conflitos internos e individualidades que vez ou outra se sobressaem diante do interesse coletivo. Ao mesmo tempo, a própria organização cria uma relação contraditória, na medida em que a representatividade de todos não pode existir de forma igual em um grupo. Em todo grupo há aqueles que se comunicam melhor, aqueles que conseguem se estabelecer como liderança e aqueles que tendem a ser mais passivos diante das discussões do coletivo. Esta diversidade de personalidades tem um reflexo também nos interesses que se busca atender ao longo do processo. Portanto, a organização coletiva, mesmo que criada de forma espontânea e

democrática, muitas vezes acaba por assumir um caráter próprio e privilegiar determinadas visões em detrimento de outras.

Este é um caráter extremamente complexo e que não invalida de forma alguma as organizações populares, sejam elas institucionalizadas ou não. Trata-se da complexidade das relações humanas, com suas diversas nuances e contradições. Há que se ressaltar que ela existe, muito embora não tenhamos uma resposta ou solução a este aparente problema.

Não estamos também buscando tratar de forma maniqueísta estas relações de poder, e sim ressaltar que todos os indivíduos possuem, para além dos interesses comuns, interesses específicos. E que a forma como esses interesses são reivindicados varia para cada pessoa, assim como o sucesso dessas reivindicações. Portanto, no caso de Indiana, por exemplo, tanto a organização dos moradores que querem ficar possui suas contradições e suas reivindicações legítimas, como da mesma forma o outro lado. A Prefeitura ou o poder público também possui suas complexidades, afinal também são compostos por indivíduos que atendem a interesses ora pessoais ora coletivos. No entanto, entendemos que o papel do Estado é buscar situar-se acima dos interesses pessoais e defender os interesses coletivos da cidade – não apenas dos pobres, mas certamente olhando para eles.

Ramos (2002: 155) diz ainda que

(...) é falácia a sugestão de certos governantes para a superação do “déficit” de moradias, pois

seu equacionamento requer a superação das determinações que o formam, ou seja, dos processos geradores da desigualdade social manifestada no processo de segregação socioespacial, imanente à lógica da acumulação capitalista.

Precisamos entender a oferta de unidades do PMCMV para os moradores de Indiana dentro desse contexto e compreender que a luta de parte da comunidade pela permanência é legítima e deve ser levada em consideração ao pensarmos as políticas públicas habitacionais. Da mesma forma, o desejo de parte dos moradores por adquirir uma nova moradia fora da favela também é legítimo e deve ser respeitado. No entanto, nosso objeto de crítica é a forma como essas “alternativas” são oferecidas para a população.

Por um lado, a ação dos pobres pela moradia parece resolver a questão para a grande massa excluída dos processos formais de acesso à habitação e à cidade; por outro, acaba por gerar problemas mais complexos e de grande impacto social. A possibilidade de localização dos trabalhadores em áreas bem localizadas da cidade, mesmo que em condições de insalubridade, contribui para o barateamento da mão de obra e a precarização da qualidade de vida desses indivíduos (Maricato, 2009). Além disso, a criação de guetos de pobreza, onde o Estado está ausente, favorece a segregação socioespacial e a violência urbana, tanto dos habitantes destes guetos, sujeitos a poderes paralelos como a milícia e o tráfico, quanto dos demais habitantes da cidade, que

também se restringem aos seus guetos de riqueza (condomínios, shoppings). Assim, buscam-se os espaços dos iguais, e o convívio entre os diferentes responsável pela diversidade da cidade vai se tornando cada vez mais restrito.

Para além da crítica ao Programa Minha Casa Minha Vida, o que se observa é que há pouco ou nenhum investimento na construção de outros projetos habitacionais alternativos à construção de novas unidades na periferia das cidades. Este modelo vem sendo usado pelas últimas décadas no Brasil e certamente não resolveu a questão do acesso à habitação pelos pobres.

Parte da luta dos movimentos sociais tem se focado na inserção no programa, e não na formulação de alternativas. Embora entendamos que a criação do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, em que parte dos recursos passou a ser destinada a cooperativas habitacionais, associações e outras entidades sem fins lucrativos, tenha sido uma vitória para os movimentos sociais de luta pela moradia, não apenas o montante de recursos aportados é ínfimo (cerca de 3%) como a lógica de produção de novas unidades permanece e, na grande maioria dos casos, acaba por perpetuar o modelo de desenvolvimento das habitações sociais na periferia. Ainda assim, cabe ressaltar que, no caso do Entidades, é possível produzir espaços com maior qualidade, maior noção de pertencimento e atendimento às necessidades dos moradores através de processos participativos e, assim, questionar a lógica da construção de baixa qualidade e padronização levada a cabo pelas construtoras.

CENTRO E CENTRALIDADE

Tanto na academia quanto nos movimentos sociais, as discussões ligadas à habitação giram em torno de um entendimento da habitação para além da unidade habitacional, a compreensão de que casa é cidade e de que é importante garantir o direito amplo e irrestrito a esta cidade, como nos mostra Lefebvre (2001 [1968]). O autor defende que o acesso à cidade é fundamental para o exercício da cidadania e questiona a redução do habitar para o habitat, onde habitar implica a participação social em uma comunidade e o habitat seria apenas o espaço da moradia, pura e simplesmente.

A expulsão dos pobres das áreas centrais da cidade, em direção às periferias, segundo Lefebvre (2001 [1968]) desurbanizadas, faz com que eles percam o sentido de participação na cidade e na comunidade, e que as relações e trocas – potencializadas na cidade – se enfraqueçam ainda mais.

Enfim, a necessidade da cidade e da vida urbana só se exprime livremente nas perspectivas que tentam aqui se isolar e abrir os horizontes. As necessidades urbanas específicas não seriam necessidades de lugares qualificados, lugares de simultaneidade e de encontro, lugares onde a troca não seria tomada pelo valor de troca, pelo comércio e pelo lucro? Não seriam também a necessidade de um tempo desses encontros, dessas trocas? (Lefebvre, 2001 [1968]: 106)

No entanto, Holston (2013) chama a atenção para o fato de que a presença desta grande parcela da população em periferias autoconstruídas e, muitas vezes, alheias aos benefícios dos centros urbanos faz com que se construa outra forma de cidade e cidadania, que o autor denomina como cidadania insurgente.

No caso de Indiana, por exemplo, nem o grupo que lutava para permanecer na favela, nem o grupo que lutava para ir para uma unidade do Programa Minha Casa Minha Vida tratavam da questão da relação entre centro e centralidade conforme poderíamos supor.

De fato, se olharmos apenas para a localização na cidade, o conjunto Bairro Carioca em Triagem – onde os moradores de Indiana teoricamente seriam realocados – é mais próximo do centro e mais acessível do que Indiana. De Indiana para a Central do Brasil, por exemplo, é preciso pegar um ônibus e um metrô em um trajeto de aproximadamente 40 minutos, ou apenas um ônibus em um trajeto de cerca de uma hora e 30 minutos. De carro são cerca de 12 km de distância. Já o conjunto Bairro Carioca fica localizado bem próximo à estação de metrô Triagem, a partir da qual se chega em cerca de 15 minutos de metrô na Central do Brasil. De carro, a distância é de cerca de 8 km.

Poderíamos supor que a relação de centro dos moradores de Indiana se estabelece com o bairro da Tijuca, um bairro dotado de farta infraestrutura, conforme destacado anteriormente. No entanto, Indiana situa-se na parte alta do bairro, relativamente

afastada dos principais meios de transporte – o metrô mais próximo situa-se a cerca de 2 km –, serviços, lazer e oportunidades de trabalho. Além disso, o tempo de viagem entre a favela de Indiana e a Praça São Francisco Xavier, situada na área central da Tijuca, é de cerca de 30 minutos de transporte público, ou seja, tempo superior ao que os moradores do conjunto Minha Casa Minha Vida de Triagem levam de suas casas até o centro da cidade.

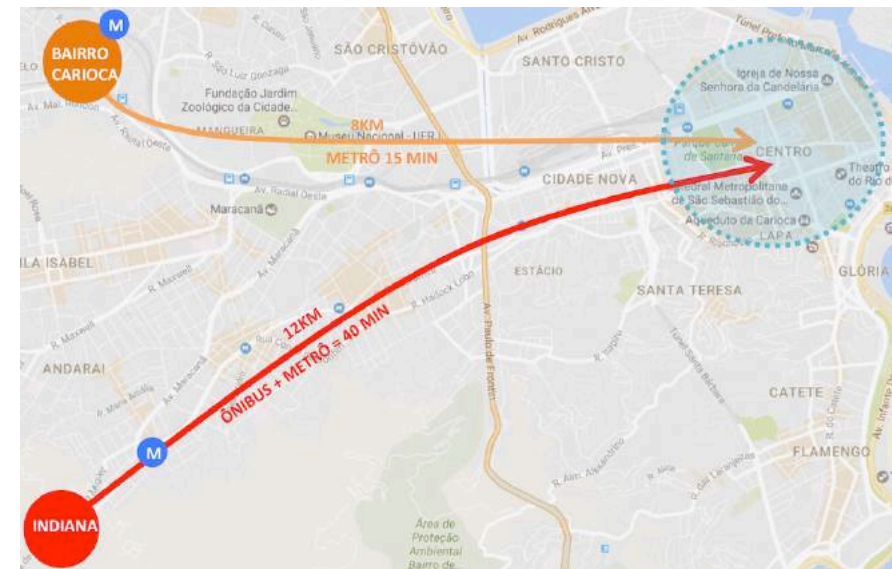


Figura 9: Mapa comparativo entre Indiana e Bairro Carioca.
Fonte: Imagem do Google trabalhada pela autora.

Outro exemplo desta discussão são as relações entre trabalho e moradia nas favelas no Rio de Janeiro. Historicamente, as favelas

cariocas são um estoque de mão de obra barata para servir à construção civil, serviços domésticos e todo tipo de trabalho considerado “subemprego” no Brasil. No entanto, cada vez mais se observa uma mudança neste cenário e, à medida que as favelas crescem e se tornam mais complexas, muitos moradores passam a estabelecer suas relações de trabalho dentro da própria favela.

Além disso, é importante destacar o potencial de construção de centralidade a partir das dinâmicas das favelas. No caso de Indiana, por exemplo, cerca de 20% dos imóveis são comerciais. Este comércio abastece não apenas os moradores de Indiana, como também os do entorno, tanto de outras favelas, como o Borel e a Formiga, mas também dos edifícios e casas de fora das favelas, especialmente por situar-se em uma parte do bairro da Tijuca com poucas opções de comércio e serviços em comparação com o restante do bairro.

Ou seja, não apenas a discussão de acesso ao centro e à centralidade não dá conta das dinâmicas existentes nas diferentes formas de ocupação da cidade, como é possível pensar de que forma estas ocupações podem contribuir para criar novos tipos de relações e de centralidades.

O direito à cidade defendido por Lefebvre (2001 [1968]) é também um direito à centralidade. Mas não apenas no aspecto físico, espacial. A centralidade como símbolo da urbanidade, e o urbano entendido como o espaço da troca, do encontro, da cidadania. O autor ressalta a dimensão social das cidades, e o fato de esta

dimensão estar sempre projetada em um espaço físico. A cidade não é feita apenas de forma ou apenas de conteúdo social; estes dois elementos são indissociáveis, se retroalimentam e modificam constantemente. As cidades não são o resultado passivo de um processo histórico e evolucionista. Cidade e sociedade transformam-se mutuamente num processo dialético, onde o papel protagonista do homem é fundamental, porém ele está inserido em um contexto físico-espacial, de estruturas predefinidas. Lefebvre enxerga a cidade como algo em movimento, em constante construção e transformação. Para ele, tempo e espaço não são dissociáveis.

Mas, para além da cidade do encontro, a cidade é o espaço do confronto, do conflito e da transformação a partir da relação com o outro (Lefebvre, 1994; Sennett, 1999 e outros). A cidade é a possibilidade de se olhar a partir da relação com o outro, com o diferente, de ampliar seu universo de possibilidades e, com isso, de transformar coletivamente o espaço vivido – de forma física e também de percepção. A segregação, os guetos, nada mais são do que a impossibilidade destes confrontos e desta transformação. Não basta termos uma cidade de encontros dos iguais. Podemos dizer que há encontro e trocas nos condomínios de classe média e nos guetos de pobreza. Mas o encontro só é transformador se for amplo, horizontal e com o diferente.

HABITAÇÃO: UMA DISPUTA DE INTERESSES

O acesso à habitação, especialmente em um país cuja cidadania é diferenciada (Holston, 2013), está inserido numa enorme disputa de interesses. Estes interesses se relacionam com políticas públicas, com o mercado imobiliário e com os interesses de cada morador ou grupo de moradores, e rebatem-se no planejamento urbano das cidades e nas resistências operadas pelos cidadãos de categorias inferiores (Holston, 2013 e B.S. Santos, 2007), a quem o acesso aos direitos é limitado, quando há. Estas disputas muitas vezes se materializam em conflitos.

No cerne destes conflitos, podemos destacar o conflito dos interesses e ações do Estado, que possui um papel central no processo de produção e distribuição da habitação, uma vez que é ele o agente que regula a terra, as regras dos financiamentos públicos e privados, das relações trabalhistas, além de ser o responsável por prover a infraestrutura. Este Estado, ao invés de atuar em prol dos habitantes da cidade, em geral age de forma a privilegiar os proprietários de terra e os especuladores, deixando de lado especialmente os interesses da população de baixa renda. (Maricato, 2009).

Desta forma, políticas públicas voltadas a interesses privados de determinados grupos sociais contribuem para a precarização da moradia para os pobres urbanos. Por outro lado, não utilizar ou mal utilizar os instrumentos para ordenamento territorial urbano definidos no Estatuto das Cidades contribui para a precariedade da

moradia nas cidades, não só dos cidadãos mais vulneráveis econômica e socialmente, mas também da sociedade como um todo (Farias e Canedo, 2014).

Adotar o mecanismo da outorga onerosa, que viabiliza parcerias público-privado em andamento na cidade do Rio de Janeiro, mola-mestra dos grandes eventos previstos na cidade, e não instituir o IPTU progressivo para áreas francamente subtilizadas e estratégicas se incorporadas a um programa de habitação social correto é um indício claro de redirecionamento de objetivos. Pode ser que nossos grandes projetos e megaeventos sejam um vetor que desvia os objetivos das políticas públicas atuais. Assim, eles se tornariam um objetivo implícito, acobertado por justificativas explícitas e seu legado, um custo para a sociedade. (Farias e Canedo, 2014)

Há também um conflito entre os próprios órgãos do governo que atuam e a política municipal e estadual. No caso de Indiana, por exemplo, há de um lado Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e o ITERJ atuando em prol da permanência dos moradores e da garantia do direito de moradia. De outro, há outros órgãos do governo que atuam justamente contra este direito, como a Secretaria Municipal de Habitação.

A luta dos moradores, por sua vez, também não ocorre sem conflitos internos. Conflitos estes que, muitas vezes, acabam por inviabilizar ou prejudicar a própria luta coletiva. Mesmo a partir de um interesse comum de escala mais ampla, ao observamos a realidade com um olhar aproximado, verificamos que existem diversas nuances e interesses específicos que ora se complementam, ora entram em confronto.

A população também tem, portanto, um papel fundamental nesta dinâmica e se organiza e reorganiza a partir de interesses e afinidades em comum, na luta por seus direitos e necessidades. No caso da favela Indiana, por exemplo, a comunidade se reorganizou entre aqueles que querem ficar e aqueles que querem sair. O grupo dos que querem sair se via apoiado na Associação de Moradores, e o dos que querem ficar criou outra instância de organização – uma Comissão de Moradores.

À primeira vista, a comunidade se divide nestes dois lados. E esta rivalidade em alguns momentos parece ser intransponível. No entanto, um olhar mais aproximado da realidade nos mostra que existem muitos lados nessa história. Existem os moradores que em um primeiro momento quiseram sair, mas que, após a demora na entrega das chaves e a mobilização dos moradores que querem ficar, decidiram permanecer. Há aqueles que atuavam fortemente na luta pela permanência, mas que por conflitos pessoais e divergências acabaram por se afastar da Comissão.

Sobre as demolições das casas de Indiana, também existem diversas considerações a serem feitas. De um lado, temos a justificativa da Defensoria Pública e Comissão de Moradores de que não há razão para demolição das casas que se encontram em boas condições e que não estão situadas em área de risco, e que estas casas poderiam, inclusive, servir como reassentamento de moradores da própria Indiana. Do outro, temos a justificativa da Prefeitura para demolição das casas alegando que as casas vazias “sem dono” poderiam ser ocupadas por outras pessoas, que não os moradores, gerando um conflito ainda maior. De fato, isso já está ocorrendo, em grande parte devido ao impasse em que se encontra a comunidade. Com a liminar que impede as demolições e a decisão da Prefeitura em não liberar as chaves para os moradores, o que vemos é um congelamento das ações que poderiam resolver este conflito e, neste cenário, outros agentes entram em cena, no caso, ocupando os imóveis das pessoas que já haviam recebido as chaves dos novos apartamentos em Triagem.

No entanto, assim como em outras favelas, existem certos pactos de confiança e determinadas lideranças responsáveis por, muitas vezes, aprovar ou não a entrada de novos moradores. Embora essas lideranças estejam enfraquecidas pelo conflito em Indiana, podemos observar certo papel de controle dos moradores com relação a novos vizinhos.

Outro aspecto importante de ser ressaltado são as diversas naturezas relativas às formas de propriedade e acesso à moradia. No caso de Indiana, podemos citar diversas formas de relação de

propriedade, como típico da maioria das favelas cariocas. Existem aqueles moradores que construíram seus próprios barracos há mais de cinquenta anos e fizeram parte da construção inicial da comunidade. Existem outros que vieram posteriormente e compraram casas ou lajes. Existem os moradores de aluguel – mais recentes e mais antigos, como uma senhora que mora há trinta anos de aluguel na mesma casa. E existem também os novos ocupantes, que são aqueles que passaram a ocupar os imóveis vazios deixados pelos moradores que foram para o Bairro Carioca e cujas casas não foram demolidas devido à liminar da Defensoria Pública.

Este universo de novos “ocupantes” é bastante diverso e cabe ser minimamente detalhado. Existem moradores de áreas próximas que viviam em condições de risco ou insalubridade, como no Borel, por exemplo. Além destes, alguns moradores que aceitaram a mudança para o Minha Casa Minha Vida retornaram ou colocaram parentes morando nas suas antigas casas. Há também o caso de pessoas da favela ou das proximidades que ocupam e depois alugam para terceiros. De qualquer forma, observamos uma posição dúbia dos moradores do local com relação aos ocupantes. Ora tratam como se fossem “aproveitadores”, ora os inserem como parte da comunidade, uma vez que também estão ali por necessidades extremas. Há também rumores e certo receio de que membros do tráfico de drogas do entorno estariam visando ocupar as casas que forem sendo esvaziadas. Este receio é compartilhado tanto pelos moradores quanto pela Prefeitura.

Sobre a questão do aluguel em favelas, há diversas considerações a serem feitas e uma bibliografia já bastante consolidada, especialmente respaldada em Abramo (2009). Segundo o autor, mais de um quarto de todas as transações imobiliárias nas favelas é de locações informais. E este número vem crescendo nos últimos anos. O excessivo adensamento das favelas, o crescimento do subemprego e a valorização imobiliária na cidade (inclusive nas favelas) podem ser citados como algumas das causas deste fenômeno. Este expressivo número de habitações de aluguel nas favelas atende, por um lado, à demanda da população que não tem capital para adquirir – mesmo que informalmente – um imóvel ou uma laje nas favelas mais centrais, onde muitas vezes já não há mais espaço para novas ocupações. E, por outro, aos moradores das favelas, que veem seu custo de vida aumentado sem um correspondente aumento nas oportunidades de emprego e salários, e por isso encontram na locação de parte de seu imóvel uma forma de acréscimo – ou muitas vezes fonte exclusiva – de renda para os proprietários.

Esta questão é, portanto, extremamente complexa. Utilizar-se de um terreno ou edificação da favela para especulação ou geração de renda não é algo que seja reconhecido pelo poder público, especialmente porque a regularização fundiária em favelas teria como objetivo principal equacionar a questão da moradia para aqueles que não tiveram outras oportunidades de acesso. No entanto, neste conjunto de pessoas – cada vez maior – que obtêm renda do aluguel em favelas, temos desde o morador da favela que precisa daquela pequena renda extra para complementar o

necessário para sua subsistência até pessoas que não moram na favela e, muitas vezes, vivem da renda desses e de outros imóveis.

Além disso, não podemos deixar de mencionar a questão extremamente frágil em que se encontram os locatários desses imóveis. Eles seriam a ponta mais frágil de todo o conjunto, pois, além de terem parte de seus parques recursos consumidos mensalmente no aluguel e estarem sujeitos de forma ainda mais agressiva aos processos de valorização dessas áreas e a consequente gentrificação, eles não têm garantias por parte das políticas públicas de que conseguirão outra moradia. O único recurso previsto nestes casos é o aluguel social pelo período de três meses, e em valores muito inferiores aos valores de mercado, destinando a esses moradores, muitas vezes, uma considerável piora na qualidade de vida e nos espaços da moradia.

Em Indiana ocorreu uma situação que nos chamou a atenção. No momento do cadastramento do ITERJ, nos deparamos com uma casa onde moravam de aluguel três famílias. Ao saber que estávamos realizando o cadastramento, o proprietário do imóvel apareceu e disse que iria expulsar os moradores no dia seguinte e colocar seus familiares para morar ali e receberem o documento.

Ou seja, é interessante observar como, muitas vezes, o que acreditamos estar sendo feito para ajudar aqueles moradores a terem seus direitos garantidos acaba se voltando contra os próprios moradores, especialmente àqueles que mais necessitam.

Outro exemplo foi o cadastramento dos moradores de Indiana em junho de 2014, feito em parceria com o ITERJ e a Defensoria, para ser usado como instrumento posterior de regularização fundiária. Pudemos perceber nas nossas entrevistas que uma série de outros cadastramentos e dinâmicas já haviam sido feitos (pela Prefeitura, por outras instituições) e que os moradores estavam cansados de tantos levantamentos e poucas soluções concretas para seus reais problemas. Neste sentido, além de ter sido extremamente difícil realizar o trabalho, o próprio cadastramento pode ter contribuído para gerar um desgaste ainda maior e uma desmobilização dos moradores.

Como me foi dito por um dos profissionais do ITERJ, no caso dos processos de regularização, muitas vezes o que fazemos é apenas dar um papel que reconhece uma situação que já é de fato. Não damos a propriedade do imóvel ao indivíduo, apenas reconhecemos uma propriedade que ele já tem. Por outro lado, o que poderia dar uma maior segurança ou garantia de permanência também se mostra um instrumento extremamente frágil e facilmente manipulado e modificado pelo poder público. Como, por exemplo, ocorreu no caso da Rocinha, onde, após as chuvas de 2010, o prefeito tentou remover justamente uma área que havia tido um processo de regularização (Laboriaux); ou no caso de Vila Autódromo, onde grande parte dos moradores possuía CDRU,²⁷ o que não impediu que as negociações, remoções e demolições acontecessem. Além disso, a regularização não altera a condição de

²⁷ Concessão de Direito Real de Uso por 99 anos.

vida daquelas famílias. Exceto por uma suposta sensação de segurança jurídica, as condições de insalubridade permanecem.

Por fim, é importante mencionar que os conflitos e as disputas não são estáticos. Há uma constante reorganização a partir de novos contextos e interesses tanto dentro da própria comunidade como de sua relação com os órgãos públicos. No caso de Indiana, por exemplo, o conflito inicialmente dividido entre a Associação de Moradores – que defendia os moradores que gostariam de ir para o PMCMV – e a Comissão de Moradores – que foi formada para defender aqueles que desejavam permanecer – tornou-se mais complexo quando uma das antigas lideranças da Comissão de Moradores foi eleita presidente da Associação de Moradores. Ao contrário de convergir interesses, o que se observou após esta mudança foi o acirramento dos conflitos internos e uma disputa de interesses e visões acerca do que deveria ser feito na comunidade dentro de dois grupos que agora lutavam pelo mesmo objetivo.

Por outro lado, a ameaça de remoção não é mais iminente, uma vez que, após os megaeventos de 2014 e 2016, o município e o estado do Rio de Janeiro encontram-se sem recursos para aportar em grandes processos tanto de remoção como de urbanização. A crise econômica e política enfrentada pelo país também faz com que a situação de Indiana permaneça por um lado “segura”, uma vez que sua remoção não está mais nos planos imediatos da Prefeitura, e por outro extremamente crítica, já que os moradores das áreas de risco não possuem alternativas a curto e médio prazo mediadas pelo governo.

RESISTIR

CAP. 2

No segundo capítulo, abordaremos nossa experiência com a favela Indiana. A partir da exposição e análise do trabalho conjunto realizado por alunos, professores e pesquisadores da FAU/UFRJ, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, o ITERJ, técnicos voluntários e os moradores de Indiana, buscaremos discutir os limites, contradições e potencialidades da ação no campo da arquitetura e do urbanismo em favelas e ocupações. Não buscamos aqui apenas olhar para o potencial de transformação do espaço físico, mas, especialmente, para o potencial de transformação da profissão arquitetura e urbanismo e do profissional arquiteto e urbanista.

REVELANDO CONTRADIÇÕES

As ocupações e favelas tornam flagrantes e evidentes as contradições da sociedade contemporânea capitalista neoliberal. Não tivessem os pobres ocupado edifícios ou terras ociosas, que, muitas vezes, ficaram por décadas aguardando a valorização do solo a partir dos mecanismos de especulação imobiliária, provavelmente os processos de acumulação por parte dos agentes do mercado imobiliário ocorreria mais intensamente e sem conflitos. Por outro lado, as ocupações e favelas são necessárias para a manutenção do sistema de exploração, garantindo mão de obra farta e barata. Além disso, a proliferação destas formas de moradia expõe os contrastes entre aqueles que possuem muito e aqueles que não possuem nada, trazendo diversas consequências negativas para o espaço urbano onde vivem.

Atuar nestes espaços, como pesquisador ou técnico, pressupõe um desafio de incorporar as contradições inerentes ao nosso sistema de desigualdade social, de conhecimento, de poder. B.S. Santos (2007) constrói seu conceito das epistemologias do sul a partir da defesa de que é importante olhar para esses espaços de exclusão como produtores e transformadores de sua própria história, sendo portanto fundamental dar voz aos vivenciadores desses espaços de modo a tentar construir uma visão menos manipuladora da realidade.

O debate travado por B.S. Santos (2007) e Latour (2004[1999]) sobre a ciência como instrumento de dominação e reprodução de

uma determinada lógica hegemônica atualiza uma importante discussão presente especialmente no final dos anos 1960, com pensadores como Jane Jacobs e Guy Debord, entre outros, que vão criticar a forma como pensamos e produzimos nossas cidades a partir de uma visão pautada por questões alheias às necessidades reais dos habitantes da cidade. No Brasil, tivemos um importante representante desta corrente de pensamento, Carlos Nelson Ferreira dos Santos, que vai direcionar grande parte de suas críticas à alienação da academia com relação à realidade. Muito embora seus estudos estejam cerca de vinte anos apartados de Latour, Morin e B.S. Santos, ao estudar estes autores podemos perceber o quanto as discussões de C.N.F. Santos permanecem atuais e sua releitura a partir destes novos pensadores nos faz atualizar e compreender a complexidade das questões levantadas pelo autor brasileiro a partir de sua forte experiência empírica.

C.N.F. Santos foi um arquiteto que, em determinado momento, passou a denominar-se *antropoteto*, na medida em que se aproximava da antropologia. A trajetória de Carlos Nelson possui algumas particularidades que certamente influenciaram na sua forma de ver e descrever o mundo. Sua inquietação inicial, ainda na Faculdade de Arquitetura, era o distanciamento das teorias e das análises realizadas no curso da realidade que acontecia no dia a dia das pessoas. Para atender a esta inquietação, o então estudante de arquitetura mergulhou no campo empírico, a partir de diversas experiências em favelas e – como ele próprio destaca – com

favelados, sendo o caso da favela de Brás de Pina o mais conhecido.²⁸

C.N.F. Santos (1980) descreve sua experiência no final dos anos 1960 em favelas como um ato de experimentação em que primeiro surge a necessidade de um contato concreto com a “vida real”, já que ele e alguns colegas de faculdade estavam cansados das teorias que falavam sobre uma realidade que aparentemente pouco conheciam, e posteriormente surge a necessidade de uma reflexão teórica e o acesso à bibliografia. Para ele, desta forma, conseguiram escapar “de muito ‘conhecimento’ deformante”.

Cansamos de redescobrir a roda, mas pelo menos conseguimos algo que fazia um veículo andar de verdade, em vez de meras genialidades de pranchetas ou de utopias ótimas para o dia em que tudo fosse propício e favorável. (C.N.F. Santos, 1980: 40)

C.N.F. Santos ressalta a relação contraditória com os moradores de favelas. Por um lado, o grupo de estudantes de arquitetura era desejado, pois afinal de contas eram “doutores”, detinham o saber técnico e certamente fortaleciam a luta pela permanência. Por outro lado, eram estranhos, gente de fora, e por isso geravam desconfiança.

À medida que ia me familiarizando com aquele ambiente, a princípio tão estranho, fui percebendo que

²⁸ Sobre esta experiência, ver C.N.F. Santos (1980 e 1981).

estava cheio de ordens e códigos. Foram se amontando dúvidas e se dissolvendo ideias feitas, trazidas de longe, de lugares que não pertencem a outro mundo senão o das formulações racionais e abrangentes, as tais que pretendiam dar conta da “realidade”. (C.N.F. Santos, 1980: 42)

A aproximação com a realidade nos afasta dos pensamentos e das teorias totalizantes. Ela revela a infinidade de nuances e detalhes específicos de cada realidade. Traz ao mesmo tempo consigo as contradições desta aproximação. É possível pensarmos as particularidades de cada caso ou é necessário que se criem algumas generalizações? Até que ponto a revelação da complexidade e das particularidades de uma determinada situação nos ajuda a entender outras ou até que ponto cria novos pré-conceitos e generalizações?

De observador de padrões e arranjos dos espaços públicos e privados e de candidato a interventor nas suas formas de produção e de consumo, fui me transmutando em observador das inter-relações sociais e das redes de significados. (C.N.F. Santos, 1980: 42)

Ao comparar a atuação dos antropólogos e arquitetos/urbanistas e, no seu questionamento do que seria um profissional híbrido – o arquiteto antropólogo ou o antropólogo arquiteto –, C.N.F. Santos (1980) destaca que a atuação do arquiteto possui uma implicação prática, um resultado concreto e factível. Seu produto é algo

palpável e, portanto, sujeito a críticas, segundo ele, na maioria das vezes realizadas justamente por aqueles cujas áreas de atuação são do campo do discurso e não da prática.

Os urbanistas foram profissionais que viram suas ideias, o mais das vezes carregadas de intenções revolucionárias e proposições humanistas, se materializarem em formações urbanas que espelhavam todas as injustiças e segregações do capitalismo de uma forma crua, eficiente e, às vezes, caricata no seu maniqueísmo. Miravam um objetivo e, talvez por uma crença ingênua demais nos seus poderes de transformação social que colocavam dentro de fronteiras erradas, acertavam o alvo oposto. Pior ainda, como o resultado final de seu trabalho era muito concreto, ficava lá, estigmatizando profissão e profissionais, como um verdadeiro libelo acusatório do qual se aproveitaram sem piedade críticos com outro tipo de formação (em particular cientistas sociais) que tinham “costas largas”, pois de sua ação jamais saíam resultados tão óbvios, fossem negativos ou positivos. (C.N.F. Santos, 1980: 46)

Assim como Latour (2011 [1991]) e B.S. Santos, C.N.F. Santos também critica de forma enfática o que seria uma visão idealizada da realidade, construída especialmente a partir do distanciamento entre prática e teoria. B.S. Santos (2002) diz que, se o sujeito e o objeto não são totalmente dissolúveis, a relação entre esses elementos não pode deixar de ser uma relação política. Ou seja, a ciência não pode ser neutra.

O pesquisador é ao mesmo tempo sujeito e objeto de sua pesquisa, na medida em que sua ação no campo acaba por transformar a realidade, assim como transforma a si mesmo em uma relação contínua e dialética. A própria presença do pesquisador interfere nos discursos daqueles que ele busca observar e compreender. Da mesma maneira, o seu próprio discurso passa a ser “contaminado” pela realidade e por suas próprias experiências pessoais e visões de mundo. Compreender que estamos imersos na própria realidade que buscamos analisar é passo primordial para entender a dinâmica de apropriação da realidade, ou de fragmentos desta realidade.

Da mesma forma, o objeto de estudo torna-se também sujeito da pesquisa, uma vez que transforma – intencionalmente ou não – as visões e os discursos sobre a realidade em que vive e que o pesquisador busca apreender. O discurso não é apenas revelador de uma realidade, ele também é parte de sua construção.

Como Latour (2011 [1991]) afirma, os elementos são sempre simultaneamente reais, sociais e narrados. Ou seja, além da materialidade, as relações sociais, os discursos e as representações estão presentes na constituição de todos os elementos.

A troca da “realidade” ilusória pela denúncia das “ilusões” do real quer dizer o quê? – Que, mesmo quando se trata de um elemento tão material e tão indispensável às atividades humanas como é o espaço, tudo depende de representações legitimadas por um determinado código social. (C.N.F. Santos, 1980: 51)

Sobre as diferentes conclusões que chegava em suas pesquisas, quando comparadas com a de outros pesquisadores sobre temas e métodos similares, C.N.F. Santos (1980: 52) diz:

Por uns tempos fiquei desconfiado do mau uso de métodos ou deste pecado mortal antropológico: o viés deformador da percepção. Depois descobri que não era isto e que não havia erro de lado nenhum, exceto quando é subestimado algo essencial para quem estude sociedades urbanas: o fato de que nossos objetos são sujeitos até demais. São tão “urbanizados” e “civilizados” como nós, estão submetidos a uma grande carga de informações e tendem a nos situar tão bem como nós a eles. Conhecem o campo em que os entendimentos são possíveis, dominam as regras da interação e dos limites de expressão e de codificação que tornam as interações sociais possíveis dentro do mesmo sistema urbano-capitalista que nos encompassa a todos. E procuram manipular o que podem.

No caso das populações pobres, a manipulação de discursos a fim de obter pequenos ganhos ou o atendimento a interesses próprios passa a ser também estratégia de sobrevivência. C.N.F. Santos (1980) nos mostra como a questão da manipulação entre pesquisador e pesquisado é complexa e ocorre em ambos os sentidos. À primeira vista, o pesquisado situa-se em posição inferior; já a pesquisa se situa no campo do ideal e não da prática de necessidades imediatas e cotidianas do pesquisado e, portanto, aquele que tem mais a ganhar é justamente o pesquisador. No

entanto, na interação entre pesquisador e pesquisado, muitas vezes podem sair elementos úteis às necessidades cotidianas, especialmente informações. O pesquisador muitas vezes fornece informações acerca do que o Estado ou do que determinada instituição pretende fazer ali. E como C.N.F. Santos (1980: 53) nos mostra: “Quando se trata de favelas e periferia então, o conhecimento passa a ser essencial ao desenho das estratégias de sobrevivência.” Em uma situação em que não se pode contar com a aplicação de leis e regras da sociedade, vale muito ter como aliado alguém de fora, especialmente se este alguém possui alguma possibilidade de interferência nas ações que irão atingir diretamente aquele morador ou sua comunidade.

Não ligar para os mecanismos viabilizadores da entrevista, ou da observação como sendo fontes básicas de informação, revelaria ingenuidade ou má intenção. Equivaleria a idealizar versões “rousseauianas” de bons-moradores ou a endossar os preconceitos relativos à marginalidade urbana. (C.N.F. Santos, 1980: 54)

Em nosso caso específico, a questão torna-se ainda mais complexa. Atuamos não apenas no campo empírico como pesquisadores, mas também como profissional arquiteto, professor e cidadão, defendendo aquilo em que acreditamos. Não nos propusemos neutros desde o início. E a intensa complexidade da vivência desta realidade transforma algumas de nossas próprias convicções, enquanto reforça outras. O afastamento da realidade não mais é possível, de fato nunca foi. A separação entre os papéis de profissional, pesquisador e cidadão mostra-se a cada dia inviável. O

desafio passa a ser trabalhar as contradições de todas estas visões – dentro da mesma pessoa, ou grupo de pessoas – e buscar compreender uma realidade que está sendo construída e transformada ao mesmo tempo que apreendida e estudada.

Os próprios interesses dessas diferentes personagens dentro do indivíduo em muitos momentos podem ser conflitantes. Por exemplo, para a pesquisadora, a identificação dos conflitos, os embates e as complexidades dos processos são profundamente enriquecedores. Por outro lado, ao estar lado a lado com pessoas reais que possuem necessidades imediatas, a parcela cidadã e profissional compreende que, quanto mais rápida e simples for a resolução dos problemas reais, melhor para todos.

No caso de Indiana, estas questões se tornam latentes. Vemos que o conflito instaurado na comunidade traz enormes prejuízos para a qualidade de vida cotidiana da população. Embora estejamos atuando primordialmente em defesa de um dos “lados” – os que desejam permanecer –, não podemos nos tornar insensíveis para as graves questões a que também estão submetidos os do “outro lado”.

A discussão sobre outra forma de pensamento também parte de uma crítica e revisão de nossas próprias ferramentas, tanto enquanto pesquisadores, como enquanto profissionais. Ao nos depararmos com uma realidade dinâmica como a das favelas e ocupações, percebemos que elas não dão conta de apreendê-la de forma efetiva. Vemo-nos realizando adaptações de instrumentos

pensados para outras realidades, outra temporalidade, outro contexto. E no máximo conseguimos chegar a uma série de aproximações.

Acreditamos que, nas favelas, ocupações e demais espaços construídos, de certa forma, à margem de algumas das regras (estratégias) da sociedade, e onde as táticas aparentemente predominam, as contradições entre uma visão externa e estática do mundo idealizado e o dinamismo do mundo real concreto se tornam mais evidentes.

Além disso, embora estejamos dentro da academia, discutindo e construindo ciência, a maior parte das pessoas da sociedade não se orienta a partir do conhecimento científico. Estas pessoas são também sujeitos produtores de conhecimento. Conhecimentos articulados às suas práticas, às suas vivências. No entanto, *“estes conhecimentos são considerados opiniões, superstições, saber subjetivos, sentidos comuns, destituídos de rigor e portanto não são contemplados dentro de nossas discussões epistemológicas”*²⁹. E esta é também uma forma de manutenção das estruturas de poder. Podemos dar voz apenas àqueles que considerarmos capazes de ter voz. Para B.S. Santos (2002: 265): *“Todas as práticas sociais envolvem conhecimento e, nesse sentido, são também práticas de saber.”*

²⁹ Transcrição de trecho da aula “Por que as epistemologias do sul?”, ministrada por Santos e disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ErVGilUQHjM&feature=player_embedded. Acesso em: 1º jul. 2014.

O autor nos traz ainda outra reflexão importante, mostrando que vivemos em um momento de “impossibilidades de radicalismo”, em que

*as ideias mais revolucionárias são absorvidas, domesticadas e, portanto, tudo que digo pode ser modificado. A modernidade ocidental tem uma voracidade que conseguiu domesticar o pensamento humano. Ao separar o conhecimento da sociedade, ensiná-lo nas universidades, separá-lo da realidade, domesticou a sociedade. Todo o sistema educativo está pautado nesta separação. Esta foi a grande inovação do século XX: permitir que haja pensamento revolucionário em instituições reacionárias.*³⁰

Ao tentar resolver a questão da habitação a partir de uma lógica imposta, nós arquitetos estamos reproduzindo a ideia de que aqueles habitantes pertencem a uma subclasse, e que uma nova forma de habitar lhes deve ser imposta para que enfim possam fazer parte da sociedade. Ao fazer isso, acentuamos uma diferenciação que não deveria existir. “*Enquanto coletivos, somos todos irmãos*” (Latour, 2011 [1991]: 112) e, enquanto indivíduos, somos todos diferentes.

³⁰ Transcrição de trecho da aula “Por que as epistemologias do sul?”, ministrada por Santos e disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ErVGilUQHjM&feature=player_embedded>. Acesso em: 1º jul. 2014.

O passado era a mistura bárbara; o futuro a distinção civilizadora. (...) Como as outras culturas ainda misturam as restrições da ciência às necessidades de sua sociedade, era preciso ajudá-las a sair desta confusão através da anulação de seu passado. Os modernizadores sabiam que ilhas de barbárie permanecem nos locais onde a eficácia técnica e o arbitrário social estão por demais misturados. (Latour, 2011 [1991]: 129)

B.S. Santos nos propõe a construção de uma reflexão a partir das epistemologias do sul. Mas não como um fim, e sim como um processo de transição. O autor reconhece que não há uma homogeneidade no que define como epistemologias do norte, mas constata que existem as correntes hegemônicas que dominam os saberes, e é contra estas que procura lutar. Para ele, deveriam existir tantas epistemologias quanto necessárias, ou uma epistemologia da pluralidade, mas que a diferença entre elas fosse uma diferença baseada em horizontalidades e não em verticalidades, como existe hoje. O objetivo das epistemologias do sul seria, portanto, o da sua inexistência no futuro, pois atua no sentido de romper com a dicotomia entre norte e sul, oprimidos e opressores. “*As epistemologias do sul são mais um exercício de desfamiliarização com aquilo que nos é familiar. E portanto procura através disso abrir uma janela para a experiência cognitiva do mundo. Diversidade de conhecimentos, sentidos, é esta diversidade cognitiva que começamos a pôr em causa coisas que colocamos*

como fatos.”³¹ Não é preciso fazer uma revolução para alterar o estado das coisas, mas sim alterar nossa forma de pensar sobre elas.

³¹ Transcrição de trecho da aula “Por que as epistemologias do sul?”, ministrada por Santos e disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ErVGilUQHjM&feature=player_embedded>. Acesso em: 1º jul. 2014.

CONSTRUINDO PONTES E REPENSANDO PROCESSOS

Os caminhos que nos levaram a uma aproximação intensa com a favela de Indiana vieram por vezes de forma inesperada e eventualmente foram sendo alimentados pelas leituras dos teóricos já citados e pela própria vivência com o objeto empírico. É importante ressaltar que Indiana não era a princípio um estudo de caso desta tese, mas ao longo dos últimos anos se transformou no eixo condutor e de conexão de toda a discussão teórica desenvolvida nesta pesquisa. O caso de Indiana foi alimentador e alimentado pelo desenvolvimento da pesquisa e da pesquisadora, assim como dos diferentes outros atores envolvidos neste processo.

Como defende B.S. Santos (2002), se o sujeito e o objeto não são totalmente dissolúveis, a relação entre esses elementos não pode deixar de ser uma relação política. Ou seja, a ciência não pode ser neutra. O pesquisador é ao mesmo tempo sujeito e objeto de sua pesquisa, na medida em que sua ação no campo acaba por transformar a realidade, assim como se transforma a si mesmo em uma relação contínua e dialética. A própria presença do pesquisador interfere nos discursos daqueles que ele busca observar e compreender. Da mesma maneira, o seu próprio discurso passa a ser “contaminado” pela realidade e por suas próprias experiências pessoais e visões de mundo. Compreender que estamos imersos na própria realidade que buscamos analisar é passo primordial para entender a dinâmica de apropriação da realidade, ou de fragmentos desta realidade.

Da mesma forma, o objeto de estudo torna-se também sujeito da pesquisa, uma vez que transforma – intencionalmente ou não – as visões e os discursos sobre a realidade em que vive e que o pesquisador busca apreender. O discurso não é apenas revelador de uma realidade, ele também é parte de sua construção.

No início de 2014, iniciamos nosso processo de aproximação com Indiana, que faz parte de um trabalho que consolidou uma ampliação na rede de atuação dos processos de resistência existentes no local. Não apenas através da participação da universidade (através de diferentes atores, como se verá adiante), mas também de técnicos voluntários independentes, outros órgãos do governo como o ITERJ.

Em fevereiro de 2014, a pedido da Defensora Pública Maria Lúcia Pontes,³² a professora e orientadora desta tese Luciana Andrade participou de uma visita com o objetivo de conhecer as condições de casas indicadas para demolição pela Defesa Civil, como parte do processo que visava impedir que novas demolições fossem realizadas na favela, mencionado anteriormente. A visita foi realizada com o acompanhamento de membros da Comissão de Moradores, pelo engenheiro José Simões, pela Defensora, por uma socióloga e por uma aluna de doutorado. Como produto, a professora Luciana Andrade e o engenheiro José Simões

elaboraram dois relatórios técnicos (em anexo), que foram posteriormente anexados ao processo.

Os relatórios destacam, entre outros aspectos, a incoerência entre as casas indicadas para demolição e as consideradas habitáveis por parte da Defesa Civil. A professora Luciana Andrade ressalta que existem diferentes níveis de risco e habitabilidade que deveriam ser cuidadosamente avaliados antes de se decidir por demolir casas. Luciana Andrade ressalta ainda que as favelas constituem uma resposta popular ao déficit habitacional e que qualquer demolição de moradia deve ser feita com muita consistência, para que não contribua para o aumento do déficit habitacional e piora da qualidade de vida de parte da população.

Uma das conclusões contida em ambos os relatórios foi a de que diversas casas apontadas para demolição não apresentavam risco estrutural ou condições de insalubridade evidente, e que mesmo as consideradas insalubres poderiam ter suas condições de ventilação e iluminação adequadas com obras de melhorias habitacionais, por um custo financeiro e social muito inferior aos custos de uma demolição completa.

A Defensora Pública e a Comissão de Moradores já alegavam que algumas destas casas estavam em boas condições e poderiam, portanto, servir como possibilidade de reassentamento para moradores que gostariam de permanecer em Indiana, mas que ocupavam áreas de risco real, como a Rua do Canal, por exemplo.

³² Então responsável por Indiana no processo de luta pela permanência e não demolição das casas em curso desde 2012, conforme explicitado no capítulo anterior.

A partir desses relatórios, iniciou-se uma parceria entre a universidade, a defensoria e os moradores, com o objetivo de auxiliar na permanência daqueles que desejassem continuar em Indiana. Em um primeiro momento, contatamos o grupo do Abricó – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ (EMAU-UFRJ)³³ –, que possuía interesse em trabalhar com questões práticas no campo da arquitetura, mais especificamente aproximando os saberes da universidade com os saberes da população com relação à construção civil.



Figura 10: Casas demolidas em Indiana.
Fonte: Acervo Abricó/EMAU/UFRJ.

Começamos então a esboçar como se dariam as atividades conjuntas em Indiana. Diversas possibilidades foram pensadas por nós; no entanto, em maio de 2014, a necessidade de um cadastramento dos moradores como parte de um processo de regularização fundiária coordenado pelo ITERJ a pedido da Defensoria Pública nos fez mudar o rumo inicial, para que pudéssemos auxiliar neste processo.

O objetivo seria, por um lado, agilizar o trabalho do ITERJ, que contava com poucos funcionários para a tarefa, e por outro ter a oportunidade de entrar em todas as casas de Indiana, nos aproximar dos moradores e conhecê-los melhor. Além do questionário do ITERJ, que deveria ser aplicado a todas as famílias, os alunos elaboraram algumas perguntas que nos ajudariam a conhecê-las melhor e também criar uma relação de confiança. Ao final do cadastramento, os alunos organizaram um evento de finalização, em que foi exibido o filme *Remoção* (Anderson Quack e Luiz Antonio Pilar) na entrada da comunidade e oferecido um lanche.

³³ Formado por alunos da faculdade de arquitetura, na época sob a coordenação da professora da FAU/UFRJ Maria Paula Albernaz em projeto de extensão com recursos da UFRJ. Atualmente a coordenadora é a professora Vera Tângari.



Figura 11: Exibição de filme em Indiana.
Fonte: Acervo da autora.

Sobre esta dinâmica inicial, é importante ressaltar alguns pontos. Em primeiro lugar, o caráter praticamente ativista que encontramos nos funcionários do ITERJ e do NUTH envolvidos. A Defensora Pública que esteve durante a maior parte do tempo à frente do processo de Indiana – Maria Lúcia Pontes – é, para além de sua função como servidora pública, uma pessoa profundamente engajada na defesa pelos direitos do acesso a terra e a moradia, tendo participado de diversos processos de resistência a remoções e dedicado tempo e energia muito acima das horas oficiais de

trabalho nesta luta. No caso de Indiana, por exemplo, a maior parte das reuniões e dinâmicas eram realizadas nos fins de semana ou à noite, para que os moradores que trabalham pudessem participar.

No caso do ITERJ, trata-se de um importantíssimo órgão para os processos de regularização fundiária criado em 1990,³⁴ que se encontra completamente enfraquecido, sem verba ou pessoal necessário para realizar o trabalho para o qual havia sido criado. O trabalho de regularização fundiária do ITERJ consiste resumidamente em um levantamento físico/territorial dos espaços informais e do cadastramento de cada um dos moradores, assim como das características socioeconômicas das famílias, para que tenha início então o processo de regularização ou reassentamento.

No entanto, em 2014 quando iniciamos nosso trabalho em Indiana, não havia equipe para realização de topografia, trabalho essencial para o levantamento físico, especialmente dos espaços informais, onde o relevo, a alta densidade e a rapidez com que as edificações são transformadas tornam o entendimento do espaço e sua representação de forma bidimensional um desafio. Naquele momento, para que fosse realizada a topografia, era necessária a realização de licitação para a contratação de empresas especializadas, processo que exige um tempo que na maioria dos

³⁴ O ITERJ é uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Habitação, dotada de personalidade jurídica de direito público, criado pela Lei n.º 1738, em 5 de novembro de 1990, e alterada pela Lei n.º 2696, de 19 de fevereiro de 1997. (Fonte: <<http://www.iterj.rj.gov.br>>. Acesso em: 22 fev. 2017).

casos não é condizente com a urgência das favelas ameaçadas de remoção ou em locais de risco.

Para que pudéssemos realizar o trabalho de cadastramento, portanto, foi necessário o apoio da universidade trabalhando em conjunto com alguns técnicos do ITERJ. Ficou bastante evidente para nós neste momento que havia pouco ou nenhum apoio institucional para que as ações que visam garantir o direito básico de moradia para todos os cidadãos acontecessem. Na verdade, elas só foram possíveis pelo empenho pessoal de cada um dos envolvidos – Defensora e sua equipe, funcionários do ITERJ, alunos e professores da universidade – na tentativa de realizar um trabalho sem as ferramentas, o tempo ou o conhecimento necessário.

O segundo ponto a ser destacado foi a tentativa de combinação entre a necessidade prática de obtenção de um cadastramento e os objetivos dos estudantes de compreensão do espaço e de construção de pontes e aproximação mais efetiva com a comunidade. Como o questionário de cadastramento do ITERJ era muito rígido e baseado apenas em dados quantitativos, os estudantes decidiram inserir algumas perguntas de caráter mais aberto e que possibilitassem um diálogo e um entendimento maior da situação de cada família.

As perguntas elaboradas pelos alunos do Abricó/EMAU para serem incluídas no questionário eram:

- 1) O que você faz?
- 2) O que você gosta de fazer?
- 3) Em uma atividade coletiva na comunidade, o que você gostaria de fazer?
- 4) Como você gostaria/de que forma poderia ajudar a resolver as questões da comunidade, fazendo algo que gosta?
- 5) Exibiremos um filme como encerramento da atividade aqui na comunidade. O que você acha de fazermos um lanche coletivo? Você participaria? Como você poderia contribuir?
- 6) Você quer ficar na Indiana? Aceitaria/gostaria de ir para outra casa dentro da comunidade?
- 7) O que você acha da Indiana?

Este questionário extra era apenas um guia, e servia para conduzir uma conversa informal. O objetivo das perguntas era, primeiramente, criar uma aproximação com os moradores, especialmente aqueles que compunham o grupo dos que desejavam sair de Indiana. Era importante para nós, naquele momento, compreender as motivações e a visão que aqueles

moradores possuíam da favela, já que nosso diálogo desde o início havia se estabelecido de forma mais intensa com o grupo de moradores que desejava permanecer em Indiana.

Tanto a ordem das perguntas como seu caráter aberto visavam abrir um canal de comunicação que permitisse aos moradores expor questões para além das que estávamos trabalhando até então. Nosso objetivo era aproveitar esta oportunidade de ir de casa em casa da comunidade para ouvir o máximo possível todos os moradores, independentemente de que lado do conflito eles se situavam.

Além das perguntas, os estudantes propuseram que uma dinâmica coletiva fosse realizada ao final do cadastramento. Em conjunto com os professores envolvidos, decidiram que seria exibido o filme *Remoção*, por tratar de questões que se relacionavam com a situação atual de Indiana. O objetivo de integração, no entanto, não se deu como esperado e poucos moradores além dos membros da comissão compareceram para assistir ao filme, embora o local escolhido para a instalação do telão tenha sido na entrada da comunidade.

Durante todo o planejamento para este processo, as expectativas eram as melhores possíveis; no entanto, na prática, diversos fatores contribuíram para que não conseguíssemos atingir nossos objetivos. O processo do cadastramento não ocorreu como planejado. Por um lado, os técnicos tiveram muitas dificuldades de fazer a identificação das casas sem uma topografia realizada

previamente. Por outro, a adesão dos estudantes foi muito menor do que esperávamos, o que ocorreu, entre outros fatores, em função do atraso nas entregas de diversas disciplinas devido ao atraso do calendário resultante de uma greve ocorrida em 2013. Além disso, pudemos observar uma desmobilização dos moradores e um conflito crescente entre aqueles que queriam ser reassentados e os que queriam permanecer na favela, que gerou algumas impossibilidades de cadastramento.



Figura 12: Croquis de Indiana elaborado durante o processo de cadastramento.
Fonte: Acervo Abricó/ EMAU/UFRJ.

Além disso, como o cadastramento era voluntário, ou seja, apenas os moradores que desejassem deveriam se cadastrar, acabamos cadastrando na maioria os moradores que desejavam permanecer em Indiana. Como consequência, nosso diálogo com os moradores que desejavam sair não se estabeleceu conforme esperávamos. Apesar disso, pudemos entrevistar alguns moradores que a princípio desejavam sair, mas estavam inseguros devido a todo o processo.

De qualquer modo, esta iniciativa foi compensada pelo estreitamento dos laços com a Comissão de Moradores e ajudou no entendimento da complexidade da situação à frente. A partir daí, outras atividades aconteceram, como um novo cadastramento, algumas reuniões e levantamentos da situação das casas e das condições previstas para demolição e das condições de risco das casas localizadas às margens do rio Maracanã. Nas reuniões, pudemos observar que existia uma expectativa dos moradores com relação à elaboração de um plano de urbanização para Indiana. Muitos mencionavam o caso de Vila Autódromo – que resiste até hoje a um processo similar de remoção e que teve um plano popular de urbanização elaborado com assessoria do NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ (Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e do

NEPHU/UFF (Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense) em 2011.³⁵

Para dar continuidade ao trabalho e atender as demandas dos moradores, decidimos criar uma disciplina eletiva dentro da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ. Já havia, neste momento, uma demanda por parte dos alunos do Abricó/EMAU/UFRJ para que fosse criada uma disciplina voltada para a prática da arquitetura em espaços onde os arquitetos usualmente estão ausentes. Portanto, no segundo semestre de 2014, criamos a disciplina Transformação do Espaço Construído, onde pudemos tratar de forma mais profunda e experimental o caso de Indiana.

³⁵ O plano popular de Vila Autódromo está disponível em: <<https://vivaavilaaudodromo.org/plano-popular-da-vila-autodromo>>. Acesso em: 9 fev. 2016.

TRANSFORMANDO O ESPAÇO CONSTRUÍDO

Para enfrentamento dos desafios de elaboração do plano de urbanização de Indiana, além de projeto de melhorias habitacionais para algumas de suas casas – ferramentas de auxílio na permanência dos moradores –, foi oferecida uma disciplina inserida na grade curricular da FAU/UFRJ no segundo semestre de 2014, aumentando o número de estudantes envolvidos e a carga horária disponível de professores e alunos. Por envolver, além de todos os atores já citados, alunos e a estrutura da FAU/UFRJ, pudemos, por um lado, mergulhar de forma ainda mais profunda neste caso; por outro lado, a complexidade e as contradições de um processo coletivo se tornaram ainda mais latentes.

É importante ressaltar que este trabalho só foi possível pela dedicação e empenho da prof.^a Paula Albernaz e dos alunos do Abricó, que há muito tempo já idealizavam uma disciplina eletiva em que pudessem aproximar a universidade e a população. Portanto, foi uma conjuntura específica, em que nossos interesses e ideais convergiram e puderam se materializar pela existência de um caso concreto.

O objetivo principal para os professores envolvidos era o de oferecer aos alunos um exercício que envolvesse um engajamento e uma relação direta com o campo prático e que possibilitasse uma abordagem transdisciplinar, expandindo o conhecimento técnico previsto na grade curricular.

Os alunos do Abricó/EMAU/UFRJ participaram tanto da elaboração do programa da disciplina quanto de suas atividades, aspectos fundamentais para o seu sucesso. Aulas teóricas apresentadas pelas professoras do curso e por convidados externos propiciaram uma base comum aos alunos e um contexto teórico, instigando discussões e o próprio trabalho prático – um plano de urbanização para Indiana. Com relação à dinâmica, destacaram-se as aulas iniciais expondo questões relativas ao universo da favela e particularmente Indiana, logo seguidas por reunião e visita à área, aproximando alunos e comunidade. Na sequência, a turma foi dividida em grupos e cada grupo propôs um plano geral preliminar para Indiana. Após a apresentação e discussão, chegou-se a um consenso para um plano comum.

Este processo de imersão e de troca com os alunos levantou uma série de questões que foram fundamentais para o desenvolvimento desta tese. Algo que nos chama muita atenção é como o planejamento, elemento fundamental e intrínseco à nossa profissão, não consegue dar conta de uma realidade tão dinâmica. Desde o planejamento da disciplina até o desenvolvimento dos projetos em sala, inúmeras modificações tiveram que ser feitas ao longo do semestre para que adequássemos nossas expectativas às dos alunos, dos moradores, às exigências da universidade e a algumas urgências que surgiram ao longo do processo.

Inicialmente havíamos planejado um escopo de aulas teóricas e práticas em sala, com o desenvolvimento em grupo de projetos alternativos de urbanização. Haveria três reuniões em Indiana,

sempre aos sábados. A primeira, logo na segunda semana da disciplina, para que os alunos pudessem conhecer a comunidade, os moradores pudessem falar sobre seus anseios e os técnicos que haviam atuado até então pudessem se apresentar. No meio do semestre, teríamos uma apresentação preliminar para os moradores e, ao final da disciplina, uma apresentação dos trabalhos desenvolvidos.

Logo na primeira semana já tivemos que mudar nossa programação, pois foi agendada uma audiência para tratar da liminar de demolições e a Defensora Pública nos pediu que fizéssemos um estudo rápido indicando as intenções do plano de urbanização. Portanto, os alunos se mobilizaram e se dividiram em grupos, cada grupo ficou responsável por uma parte da apresentação e as diretrizes foram definidas coletivamente na turma. Ao observar o engajamento da turma e o sucesso do trabalho coletivo, passamos a modificar a estrutura pensada e decidimos com a turma quais seriam os próximos passos da disciplina.

Outra modificação importante foi com relação à dinâmica de desenvolvimento. Os estudantes sentiram necessidade de estar mais presentes em Indiana, e decidimos então fazer a cada quinze dias uma aula em Indiana, onde eles poderiam conversar com moradores, esboçar os estudos desenvolvidos, conferir medidas e ter inspirações do local. Essas visitas frequentes têm sido fundamentais para o conhecimento da realidade de Indiana e para transmitir confiança aos moradores. No entanto, soubemos

também que têm gerado alguns conflitos, uma vez que os moradores que desejam sair veem nos estudantes e na universidade um empecilho à sua conquista da habitação pelo PMCMV. Esses conflitos não foram observados diretamente por nós, mas relatados pelos moradores da comissão.

Desde o início, mesmo partindo de um planejamento inicial, buscamos nos manter abertos e flexíveis às mudanças que poderiam ocorrer ao longo do percurso. Estávamos (professores e estudantes) cientes de que essas mudanças também faziam parte do processo de aprendizado e transformação mútua – dos indivíduos e da realidade –, e buscamos na medida do possível incorporá-las sempre que possível.

Esta abordagem de uma construção mais aberta e de certa forma imprevisível da construção do conhecimento científico e, especialmente, da atuação técnica na realidade complexa de uma favela carioca pode ser observada a partir do debate sobre a separação artificial das disciplinas, dos campos do conhecimento e da realidade híbrida defendido por Latour e B.S. Santos.

A discussão acerca do entendimento da realidade complexa não é nova e não teve origem nas ciências sociais, mas sim nas chamadas ciências “duras”, mais especificamente na física. Nos anos 1940, o matemático Norbert Wiener – considerado o criador da cibernética – vai dizer que nossos *“sistemas cibernéticos não nos defendem da entropia. Só de uma maneira interdisciplinar podem ser separados.*

Uma ciência disciplinar não tem controle sobre os efeitos perversos de seu desenvolvimento".³⁶

Este debate será retomado no campo da filosofia nos anos 1990 e encontrará forte resistência nos positivistas, deterministas, especialmente porque caminha para uma construção mais aberta da ciência, procura incorporar sua complexidade, mas principalmente porque defende a interdisciplinaridade como princípio, o que poderia significar o fim das disciplinas. B.S. Santos (2007) nos mostra que *"o contrário da disciplina não é apenas a interdisciplina, mas também pode ser a transdisciplina ou a indisciplina. Não basta juntar várias disciplinas (transdisciplina), mas é preciso pensar outras formas de conhecimento que estejam para além das disciplinas, que incorporem a complexidade. No entanto, as disciplinas continuam a dominar. Não por razões epistemológicas, mas por razões de inércia das instituições"*.³⁷

Apesar de nossa realidade ser multidimensional (econômica, política, sociológica, mitológica), buscamos compreendê-la a partir da segmentação, do entendimento de cada uma destas partes isoladamente (Morin, 1990). Latour (2011 [1991]) nos mostra que o

³⁶ Transcrição de trecho da aula "Por que as epistemologias do sul?", ministrada por Boaventura de Sousa Santos e disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ErVGilUQHjM&feature=player_embedded>. Acesso em: 1º jul. 2014.

³⁷ Transcrição de trecho da aula "Por que as epistemologias do sul?", ministrada por Boaventura de Sousa Santos e disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ErVGilUQHjM&feature=player_embedded>. Acesso em: 1º jul. 2014.

todo não é a soma das partes pura e simplesmente, ou seja, para que tenhamos uma compreensão real do nosso mundo, não basta conhecermos profundamente elementos isolados desta realidade. O todo e as partes são indissociáveis, e é impossível compreender um a partir do outro através do isolamento entre eles. Segundo Morin (1990), "o princípio da separação torna-nos talvez mais lúcidos sobre uma pequena parte separada do seu contexto, mas nos torna cegos ou míopes sobre a relação entre a parte e o seu contexto".

Latour (2011 [1991]) revela que somos seres híbridos, que nossa realidade é híbrida, ou seja, para cada elemento que a ciência tenta separar, classificar e segmentar, existe uma infinidade de fatores interferindo, transformando e compondo este elemento. E estes fatores não são fatores externos, são fatores intrínsecos da própria constituição de todas as coisas.

Nós mesmos somos híbridos, instalados precariamente no interior das instituições científicas, meio engenheiros, meio filósofos, um terço instruídos sem que o desejássemos; optamos por descrever as tramas onde quer que estas nos levem. Nosso meio de transporte é a noção de tradução ou de rede. Mais flexível que a noção de sistema, mais híbrida que a de estrutura, mais empírica que a de complexidade, a rede é o fio de Ariadne destas histórias confusas. (Latour, 2011 [1991]: 9)

Além disso, Latour (2011 [1991]) destaca que a Constituição Moderna separa o mundo dos humanos e o dos não-humanos. A partir de uma análise entre os estudos de Boyle e Hobbes, o autor nos mostra como há uma clara separação entre o poder científico, responsável por representar as “coisas”, e o poder político, responsável por representar as pessoas. Defende que esta cisão artificial, ao contrário de favorecer na busca por uma “verdade única”, como defendido pela ciência moderna, nos conduz a um falseamento das dinâmicas reais. A segmentação em áreas do conhecimento ou em partes do objeto fora de seu contexto não produz conhecimento da realidade, mas sim uma abstração, no máximo uma idealização desta realidade (Morin, 1990).

Ao incorporar diferentes atores, possibilitar um caminho aberto de construção coletiva da disciplina, trabalhar não apenas com um estudo de caso, mas de fato dentro de uma demanda real, com pessoas reais que faziam parte da construção das soluções possíveis, buscamos realizar um exercício de ampliação do nosso entendimento enquanto arquitetos e urbanistas e de nossa atuação dentro de um espaço que havia sido constituído justamente na ausência de nossas normas, regulações e padrões técnicos.

Este exercício, no entanto, não nos permitiu nos liberar completamente das amarras institucionais, culturais e simbólicas já enraizadas em nosso sistema. As contradições inerentes a este processo – e às nossas próprias convicções – se faziam presentes cotidianamente. Embora estivéssemos buscando trabalhar com a cooperação de diferentes disciplinas e áreas do conhecimento, por

exemplo, nos víamos engessados a uma estrutura curricular preexistente, a uma carga horária inferior ao que julgávamos necessário, à necessidade de um sistema de avaliação (mesmo que subjetivo), à dificuldade de diálogo e entendimento de outras áreas técnicas, e, especialmente, à nossa falta de habilidade de dialogar com os moradores de Indiana.

Esta dificuldade era visivelmente recíproca e ora evidenciava um sistema hierárquico falsamente construído, onde supostamente nós da universidade detínhamos o saber, ora criava conflitos na medida em que há uma falta de valorização por parte dos técnicos (professores e estudantes) do saber construído pelos moradores. Apesar de nossos esforços para incorporar, ouvir e inserir as ideias dos moradores acerca das possíveis – e desejadas – transformações nos seus espaços, muitas vezes optamos por referências externas (de outros arquitetos que trabalham em favelas, por exemplo) ou em uma interpretação de nossos próprios desejos na materialização de projetos, ideias e imagens para Indiana.

Estas limitações e contradições nos dizem mais sobre como nossa sociedade se organiza de forma a invisibilizar os interesses e desejos de parte da população através de uma hierarquização do conhecimento, do que sobre as intenções ou a índole dos estudantes, professores, técnicos e moradores envolvidos. Ou seja, por mais abertos que estivéssemos, por mais consciência, debate e desconstrução, o sistema no qual estamos inseridos muitas vezes impede que transformações reais de fato ocorram.

Estas considerações, no entanto, não devem invalidar os processos, e sim nos motivar a seguir buscando outras formas de construir coletivamente conhecimento, transformação física e social, e de ampliar o diálogo entre aqueles que supostamente deveriam ser diferentes.

EXPERIMENTANDO FERRAMENTAS, PROCESSOS E RESULTADOS

A disciplina Transformações do Espaço Construído teve por objetivo capacitar os alunos para atuar e refletir sobre espaços urbanos consolidados em assentamentos precários, introduzindo questões relacionadas à produção de habitação na cidade. Pretendia propiciar a troca entre a universidade e a sociedade, realizando um trabalho de aplicação prática, inserido em um contexto real e urgente.

Desde o início, procuramos ajustar as demandas de Indiana às limitações e exigências da universidade, além de colocar também no centro de nossos objetivos a formação crítica dos alunos para aquela realidade. Nosso objetivo, portanto, ia além do objeto empírico, no caso a favela Indiana, mas era importante estabelecer uma compreensão e diálogo com o contexto carioca relativo às favelas. Portanto, incluímos algumas aulas teóricas, que visavam trazer elementos que pudessem suscitar o debate mais global por parte dos alunos e introduzissem ferramentas para sua atuação no campo escolhido.

Dividimos a disciplina em três módulos: o primeiro tratava da aproximação e reconhecimento do local; o segundo tratava da elaboração de um plano de intervenção preliminar para Indiana e o terceiro previa o desenvolvimento de projetos que seriam definidos a partir do plano de intervenção.

Era importante para nós que a aproximação com Indiana fosse constante, e, para isso, propusemos que algumas aulas fossem realizadas na favela. Portanto, os alunos foram incentivados a não apenas ir a Indiana durante as etapas de reconhecimento e levantamento, mas a também elaborar os projetos no local. Apesar das limitações pela distância entre a faculdade e Indiana e os outros compromissos dos alunos com as demais disciplinas, acreditamos que oferecer esta possibilidade de pensar os projetos no local foi fundamental não apenas para um melhor entendimento de uma realidade complexa por parte dos alunos, mas por trazer uma visibilidade e criar confiança por parte dos moradores na nossa participação.

Além disso, o diálogo dos alunos com os demais atores envolvidos no processo, como o engenheiro José Simões e a Defensora Pública Maria Lúcia Pontes, foram incentivados. Os conhecimentos técnicos desses profissionais de outras áreas, além do seu claro engajamento no caso, foram fundamentais para trazer novos elementos aos alunos. Cabe ressaltar, por exemplo, que o projeto de remanejamento do rio proposto por José Simões – e apresentado anteriormente – foi utilizado por todos os alunos em seus projetos.

A primeira atividade prática dos alunos foi a elaboração de um mapa de problemas e potencialidades da favela, que visava fornecer as bases para o desenvolvimento do plano de intervenção. Diversas visitas e conversas com os moradores foram realizadas e, antes da entrega final deste produto, foi feita uma apresentação

em Indiana, onde os alunos convidaram os moradores a debater sobre as questões trazidas, acrescentando novas e descartando outras. Embora esta etapa tenha sido fundamental para o desenvolvimento do trabalho, a participação dos moradores na apresentação intermediária foi muito menor do que esperávamos. Realizamos a apresentação, assim como todas as demais dinâmicas ao longo da disciplina, na entrada da favela, mas, além da Comissão de Moradores – com quem já dialogávamos intensamente –, poucos moradores participaram. Além disso, apesar dos esforços dos alunos em produzir um material visual acessível, pudemos comprovar que a nossa forma de representar as ideias através de desenhos e nosso próprio vocabulário técnico criam barreiras que dificultam muito a participação de não arquitetos no processo. Discutiremos mais esta questão no capítulo 4 desta tese, mas é importante frisar que esta foi uma questão que permeou todo o nosso trabalho.

Após a definição dos problemas e potencialidades, a turma toda – composta por 22 alunos – definiu sete diretrizes que deveriam nortear o projeto. A partir destas diretrizes, a turma dividiu-se em grupos de quatro alunos e cada grupo desenvolveu um plano de intervenção para Indiana. Após esta etapa, novamente a turma se reuniu e elaboramos, a partir dos planos apresentados, um plano em comum de toda a turma. Este plano foi novamente apresentado em Indiana e aparentemente aprovado pelos moradores.



Figura 13: Plano geral elaborado pelos alunos.
Fonte: Acervo da autora.

Após a elaboração do plano de intervenção, a turma dividiu-se, de acordo com seus interesses, em quatro grupos. O primeiro grupo trabalhou o desenvolvimento de um plano de urbanização para a favela, cujas diretrizes iniciais haviam sido coletivamente decididas por toda a turma. Este plano levou em consideração os aspectos técnicos como os riscos apontados e discutidos com o engenheiro José Simões, a legislação existente revista de forma crítica, alguns

desenhos que já haviam sido elaborados por moradores, além de muitas vivências no local e debates com os moradores.

Um segundo grupo, subdividido em dois grupos, trabalhou em pequenos espaços livres remanescentes das demolições de casas já realizadas pela Prefeitura com o intuito de estabelecer ali espaços coletivos, de convívio. A escolha dos espaços foi feita pelos alunos, porém eles usaram como critérios a localização estratégica destes vazios e o uso já feito pelos moradores. Um terceiro grupo ficou responsável por escolher uma casa considerada insalubre e estudar soluções viáveis de melhorias habitacionais que garantissem ventilação e iluminação adequada, além de atender às necessidades da família. O quarto grupo ficou responsável por pensar projetos de novas habitações em um dos terrenos identificados pelos alunos na primeira etapa do trabalho como espaços para possíveis reassentamentos. Foi escolhido o terreno de um estacionamento irregular, adjacente à favela.

A ideia do trabalho, portanto, era a de construir um conjunto de experiências que pudessem servir como base para o desenvolvimento futuro da comunidade. A turma optou por trabalhar em diferentes escalas, desde o plano urbano até a unidade habitacional, como forma de aproximar-se e aprofundar-se na realidade estudada. A seguir, detalharemos um pouco mais cada experiência, destacando pontos importantes para o debate.

O grupo responsável pelo desenvolvimento das diretrizes gerais e elaboração de um plano de urbanização subdividiu-se em dois

grupos. O primeiro grupo trabalhou o projeto urbano e paisagístico que unia os dois lados da comunidade e previa a criação de um parque ao longo do rio Maracanã, nas áreas que seriam remanejadas devido ao risco de inundação apontado pelo engenheiro José Simões. Trabalharam a partir de algumas ideias que haviam sido previamente levantadas pelos moradores. Conversando com pessoas no local, os alunos descobriram que muitas crianças do Borel brincavam em Indiana, pois não havia espaços de lazer seguros no Borel, especialmente pelo intenso fluxo de veículos na rua que beira a favela.

A partir daí, os alunos pediram às crianças que usavam os espaços que desenhassem o que elas gostariam que tivesse em Indiana e solicitações bastante interessantes surgiram e foram incorporadas no projeto, como uma pista de skate, novos balanços e até um museu.

Foram pensadas também novas conexões entre Indiana e Borel, uma vez que as duas comunidades eram divididas pelo rio e por uma rua, e os moradores utilizavam caminhos improvisados – e inseguros – para cruzar estes dois lados diariamente.



Figura 14: Projeto urbano e paisagístico.
Fonte: Naiara Yumiko.

O segundo grupo trabalhou o remanejamento do comércio existente na entrada da comunidade. Este comércio está situado na beira do rio Maracanã, em uma das áreas consideradas pelo engenheiro José Simões e pelo levantamento da Defesa Civil e SMH como área de risco. Após o mapeamento do comércio existente e um levantamento preciso do local, os alunos propuseram um redesenho da rua principal de acesso e a instalação do comércio junto ao muro de um edifício formal existente. Além do comércio, este grupo pensou uma área para estacionamento de motos, bastante presentes no local, a limitação do acesso de veículos em

alguns trechos de forma a tornar mais seguro o caminhar dos moradores e a melhorar a qualidade do espaço público para as crianças, e a conexão entre as novas habitações propostas pelo grupo 4 e a área trabalhada.

Os dois grupos que trabalharam os espaços livres remanescentes das demolições lidaram com algumas questões muito relevantes. Em primeiro lugar, o simbolismo de transformar um ato de violência em potencial de transformação positiva. As demolições tiveram um impacto simbólico e concreto na vida de todos os moradores. Eles eram as marcas no espaço físico da ação da Prefeitura, encarada por muitos como uma forma violenta e que tinha como objetivo aumentar a precariedade da vida dos moradores.

No entanto, mesmo com um caráter simbólico negativo, assim como ocorre na maior parte dos espaços vazios em favelas, estes espaços foram rapidamente reapropriados pelos moradores, como por exemplo o uso como espaço para estender varais de roupas, áreas de permanência e convívio, utilização das empenas dos edifícios adjacentes para colocação de avisos e cartazes. O desafio maior dos alunos foi a negociação entre o espaço coletivo e as demandas particulares dos moradores dos edifícios em volta das áreas vazias. Muitas dessas áreas haviam sido apropriadas como extensão da unidade habitacional de algumas famílias, e os alunos não queriam simplesmente acabar com estas práticas, então procuraram formas de agrupar usos coletivos e usos individuais. Foram propostos pelos alunos, por exemplo, espaços para

pequenas áreas de cultivo de alimentos nestes espaços coletivos, em outro projeto os alunos consideraram a instalação de um varal para roupas, mantendo um uso já existente no local.



Figura 15: Trabalho de um dos grupos para os espaços das casas demolidas.
Fonte: Acervo da autora.

Também foi interessante a forma como os alunos trabalharam novas possibilidades para as casas do entorno imediato a partir das áreas livres criadas pela demolição. Novas aberturas para garantir uma melhor ventilação, mudança no acesso de uma das casas para melhorar a insolação, prejudicada por uma passarela de acesso ao andar superior, entre outros. A ideia foi a de modificar o mínimo possível os espaços, aproveitando-se as estruturas deixadas pelas demolições. Muita conversa com os moradores do entorno de cada um desses espaços forneceu ideias interessantes que foram incorporadas pelos alunos.

Além disso, os alunos enxergaram potenciais que ainda não haviam sido percebidos pelos moradores, como a utilização de um dos espaços livres como forma de conexão por cima do rio com a rua que divide Indiana e a favela do Borel. O projeto previa a construção de uma praça com diferentes níveis e, ao fim, uma passarela que ligava a antiga área demolida de Indiana à Rua São Miguel, aproveitando a topografia existente. Além de promover um acesso mais direto ao Borel e a equipamentos importantes como o CIEP, faz uma melhor conexão do interior da favela com a rua, aumentando a permeabilidade interna. Os alunos buscaram referência de projetos de fácil execução e que trouxessem flexibilidade. A ideia era que estas experiências pudessem servir como inspiração para outros espaços vazios na favela, criando pequenas áreas coletivas dentro de um espaço extremamente adensado.

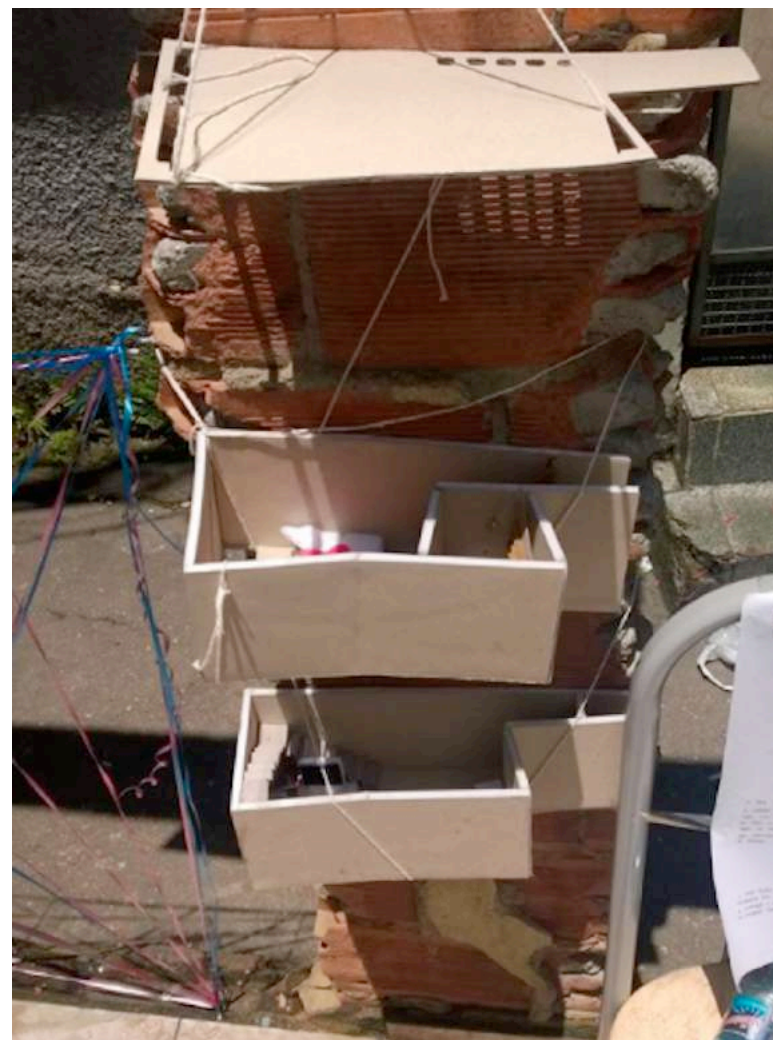


Figura 16: Maquete da casa trabalhada pelo grupo de melhorias habitacionais elaborada para apresentação final em Indiana.

Fonte: Foto de João Pestana.

O grupo que trabalhou com melhorias habitacionais enfrentou um grande desafio no que tange aos projetos em favelas: como garantir ventilação e iluminação adequadas em um contexto de elevado adensamento, edifícios ocupados por diversas famílias, com plantas que se sobrepõem em uma lógica difícil inclusive de ser representada. O primeiro desafio, portanto, foi a representação técnica da unidade escolhida. Os alunos precisaram entender, através de paredes tortas, que não se alinham com os andares superiores, limites não claramente definidos entre uma propriedade e outra, o espaço disponível para o projeto. Além disso, precisaram investigar as necessidades específicas da família que habitava a unidade a ser intervinda, assim como a dos vizinhos, que impactariam nas modificações propostas.

As soluções, aparentemente simples, exigiram um enorme esforço dos alunos, que fizeram diversas visitas extras à favela com o intuito de confirmar, compreender melhor e ajustar interpretações. Foi necessário, inclusive, negociar com a vizinha de cima o remanejamento de um canil para que fosse possível a execução de aberturas nas lajes que propiciassem ventilação e iluminação à casa, rodeada por todos os lados por outras construções e por isso com poucas possibilidades de aberturas laterais. Além disso, os alunos propuseram um remanejamento interno para possibilitar a inclusão de um banheiro, uma vez que o imóvel não possuía este cômodo. As soluções técnicas para realização do esgotamento sanitário também tiveram que ser pensadas pelos alunos, e para isso foi fundamental o auxílio dos moradores acostumados a pensar soluções criativas para sanar problemas técnicos.

Por último, o grupo que trabalhou com novas habitações tinha o desafio de compreender as estruturas socioespaciais dos moradores da Rua do Canal, onde haveria a maior parte dos reassentamentos, de forma a não reproduzir a lógica padronizada do Minha Casa Minha Vida que tanto criticaram durante a disciplina e da qual os moradores buscavam fugir. Foi necessário um levantamento do número de moradores a serem reassentados, o que era extremamente difícil. Não bastava identificar as casas em risco – o que sem uma planta atualizada da favela já era bastante complexo –, era necessário saber quais daqueles moradores desejavam permanecer em Indiana, pois a turma tomou como pressuposto desde o início não desconsiderar o desejo de aceitar o Minha Casa Minha Vida de parte dos moradores.

Esta pergunta aparentemente simples – você deseja permanecer em Indiana? – se mostrou extremamente complexa. Ficou claro que a divisão aparentemente binária da comunidade não era tão clara assim. Além daqueles efetivamente envolvidos nas comissões que defendiam os que desejavam sair e os que desejavam ficar, poucos moradores tinham uma posição definitiva sobre esta questão. Muitos moradores relataram que, caso melhorias fossem feitas em Indiana, optariam por permanecer, outros diziam que aceitariam ser transferidos para outra casa em Indiana.

Era muito difícil, portanto, chegar a um número exato de moradores que desejavam permanecer em Indiana e que desejavam sair. Além disso, a mobilidade interna da comunidade não se estagnava durante o processo. Casas vazias eram ocupadas

por novos moradores, muitas vezes oriundos de outras favelas, moradores de aluguel eram expulsos e novos passavam a habitar, famílias cresciam ou diminuía.

A transformação socioespacial da favela era constante e muito mais rápida do que poderíamos apreender. Por fim, os alunos trabalharam com números estimativos, tentando pensar no número máximo de habitações no terreno escolhido, atendendo às exigências mínimas de habitabilidade. Outra questão bastante complexa desta abordagem era o terreno trabalhado. O terreno escolhido foi um estacionamento irregular adjacente à favela, cujo “dono”³⁸ era conhecido dos moradores e por quem eles nutriam certo respeito. Por esta questão, a opção por usar este terreno se mostrou controversa e não foi bem aceita por alguns moradores. Além disso, as questões jurídicas referentes à posse do terreno não estavam claras.

Durante o desenvolvimento da disciplina, diversas aulas foram realizadas na própria comunidade, o que foi fundamental para uma maior aproximação e compreensão da realidade estudada. Para a conclusão da disciplina, os alunos elaboraram um evento, onde os trabalhos foram expostos de forma criativa. Diversas dinâmicas foram pensadas para a apresentação final de forma a envolver os moradores, melhor apresentar os trabalhos e gerar uma discussão mais produtiva. Mas nem todas puderam ser implementadas.

³⁸ Não podemos afirmar se a propriedade do terreno era regularizada e se aquele era o proprietário de fato.

De fato, a mobilização dos moradores nesta apresentação final ficou aquém do que esperávamos, o que nos mostra que há ainda um longo caminho a ser percorrido no intuito de aproximar universidade e favela. De qualquer forma, serviu para que os alunos pudessem explorar outras formas de expor e discutir seus trabalhos e gerou o interesse de que novos caminhos fossem traçados em 2015. Além disso, gerou curiosidade dos moradores que passavam pelo local e deixou um produto concreto para os moradores (os projetos, maquetes e intervenções realizadas pelos alunos para a apresentação).

O caráter empírico da disciplina também agregou complexidade e trouxe responsabilidade para os alunos naquilo que propunham. Muito diferente da maior parte das disciplinas oferecidas na FAU/UFRJ e provavelmente em outros cursos de universidades públicas e privadas, os alunos tiveram que se conscientizar de que cada ato criativo no papel gerava uma expectativa real para aquela população.

Um evento na comunidade finalizou o curso com os produtos sendo apresentados e expostos aos moradores, atividades lúdicas com crianças e um almoço de confraternização preparado por uma das moradoras. Mesmo considerando a experiência enriquecedora e com produção de material de interesse na luta pela permanência dos moradores, aspectos deixaram a desejar, como por exemplo a aproximação entre alunos e comunidade, provavelmente devido à rigidez da estrutura disciplinar explicitada anteriormente, à in experiência de alunos e professores no diálogo efetivo com a

prática (a despeito do empenho de todos), às limitações técnicas e à resistência por parte dos moradores como rebatimento do seu conflito interno.

Simultaneamente à elaboração dos projetos, ações de apoio à Defensoria Pública foram sendo desenvolvidas com a participação dos professores e alunos do Abricó. Uma audiência pública foi agendada para agosto de 2014, no âmbito do processo da ação cível colocada pela Defensoria para suspender na favela Indiana a demolição das casas, cujos moradores haviam acordado com a Prefeitura pelo reassentamento. Nesta ocasião, o plano de urbanização elaborado pelos alunos foi apresentado como parte do processo. Nenhum acordo foi fechado entre as partes neste momento, mas os trabalhos dos alunos reforçaram a importância em favor da urbanização.

A juíza deliberou pela demolição das casas que ficassem desocupadas na favela Indiana, porém, a pedido da Defensora, exigiu-se a apresentação pela Prefeitura de um plano de demolição das residências em um prazo de quinze dias. A Prefeitura demorou mais de dois meses para apresentar o plano, que foi ainda considerado inadequado para a aprovação das demolições, pela sua imprecisão e incompletude, de acordo com parecer elaborado por professores da FAU/UFRJ, com a parceria do engenheiro José Simões e do ITERJ.

A experiência de unir os saberes e desejos dos moradores com a criatividade e a vontade de aprender dos alunos do curso de



Figura 17: Atividade de encerramento da eletiva em Indiana.

Fonte: Foto Luciana Andrade.

graduação gerou resultados e discussões bastante interessantes no que tange ao campo de experimentações no espaço urbano. Podemos dizer que se buscava ali também a construção de uma aproximação entre os espaços existentes, o cotidiano dos moradores e outras possibilidades de apropriação do espaço.

Este processo nos permitiu, entre outras coisas, experimentar uma forma de pensar e praticar arquitetura e urbanismo mais pautada na realidade do que centrada na ação do arquiteto, como criador

de formas e indutor de experiências. Foram também fundamentais para nosso crescimento profissional e enquanto cidadãos os desafios enfrentados devido à nossa falta de recursos, às impossibilidades de diálogos e entendimento muitas vezes entre moradores e alunos, à nossa falta de conhecimento empírico tanto das formas de relação cotidianas daquelas pessoas quanto das regras impostas pelo poder público durante todo o processo.

Conforme B.S. Santos (2002) defende na sociologia das ausências e das emergências, não buscávamos uma ação que compreendesse uma totalidade e nem apreender partes da realidade como sendo constitutivas deste todo. Buscávamos na verdade ampliar nosso espectro de experiências de conhecimento, trabalho, reconhecimento e democracia, em uma tentativa de construção coletiva de uma transformação que não poderíamos saber ainda qual seria.

APROXIMAÇÕES CONTÍNUAS

O fim da disciplina eletiva marcou na realidade o início de uma nova construção de aproximação com Indiana. Durante o ano de 2015, o Abricó conduziu, em parceria com os moradores e sob orientação dos professores Paula Albernaz e Fernando Minto, atividades que visavam a elaboração de um plano participativo de urbanização.

Durante todo o debate de 2014 e da luta ao lado do NUTH/Defensoria Pública contra as remoções e demolições planejadas pela Prefeitura, ficou claro que era necessário um plano que identificasse claramente quais as áreas de risco da favela e indicasse possibilidades de reassentamento no local, além de melhorias nas condições do espaço urbano de forma geral.

No entanto, embora estivéssemos determinados a realizar o plano, estava claro que se tratava de um exercício e de mais uma ferramenta de luta e conscientização, uma vez que a Prefeitura já havia deixado claro que não havia verba ou qualquer previsão de que Indiana fosse inserida em algum programa de urbanização de favelas.

A primeira etapa deste novo processo foi a criação de dinâmicas que levassem a uma compreensão das potencialidades e problemas do local. O objetivo desta etapa era, além de um mapeamento e levantamento de dados e demandas dos moradores, reforçar o processo de aproximação entre os alunos e os moradores.

A primeira atividade proposta foi a elaboração de mapas e identificação de pontos positivos e negativos na comunidade a partir do ponto de vista de cada morador. Os moradores foram convidados a desenhar e escrever sobre suas vivências, problemas e sobre a visão de como queriam que fosse o lugar onde vivem.



Fonte: Abricó/EMAU/UFRJ.

A partir desta primeira reunião, os alunos do Abricó elaboraram pictogramas representativos dos principais pontos levantados pelos moradores. Foi agendado um dia para que houvesse uma caminhada pela comunidade, durante a qual os moradores iriam colar os pictogramas nos lugares em que identificavam um problema ou ponto positivo. Antes da caminhada, os alunos fizeram uma dinâmica em que os moradores deveriam tentar identificar o que cada pictograma representava. O objetivo era verificar se aqueles desenhos eram de fato representativos e compreensíveis. Como os moradores rapidamente identificaram cada um deles, ficou claro que seria possível prosseguir com a dinâmica.

Os moradores dividiram-se em grupos e cada grupo foi acompanhado de dois alunos, que ficaram responsáveis por indicar no mapa a localização dos pontos em que os pictogramas iam sendo colados à medida que caminhavam. Estes mapas posteriormente foram unidos e geraram um mapa de potencialidades.

Além das dinâmicas propostas para o desenvolvimento do plano de urbanização participativo, uma série de outras ações foram construídas a partir da parceria entre a FAU/UFRJ e os moradores de Indiana com o intuito de estreitar laços e promover resultados práticos para demandas específicas.

Uma dessas ações foi uma feira para doação de materiais de construção na comunidade. A ideia partiu de uma das reuniões

entre o Abricó e os moradores e tinha como objetivo arrecadar materiais que pudessem ser utilizados na construção de espaços coletivos nas áreas remanescentes das demolições.



Figura 20: Dinâmica dos diagramas.
Fonte: Abricó/EMAU/UFRJ.



Figura 21: Cartaz da feira de doação de materiais organizada pelo Abricó.
Fonte: Abricó/EMAU/UFRJ.

Apesar da demanda ter surgido coletivamente, houve pouca divulgação dentro da comunidade e a adesão não aconteceu como esperado. Por fim, os materiais que puderam ser arrecadados foram utilizados pelos moradores para pequenos reparos nas ruas e calçadas.

Além da feira, uma nova exibição de filme – intitulada “Cinemão” pelo Abricó – aconteceu em maio de 2015. O filme escolhido pelo Abricó foi *O menino e o mundo*, de Alê Abreu, por tratar de

questões que poderiam ser discutidas com os moradores e porque talvez as crianças pudessem se identificar com o personagem principal, morador de favela. O filme é uma animação brasileira que conta a história de um menino pobre abandonado pelo pai, que vai para outra cidade em busca de trabalho.

No entanto, apesar de ter tido uma grande adesão, especialmente de crianças, o filme não suscitou a discussão imaginada pelos alunos. A impressão dos alunos do Abricó foi a de que não houve de fato uma identificação com a história e que as crianças esperavam outro tipo de filme, mais ligado ao entretenimento do que a um debate.



Figura 22: Cartazes elaborados pelo Abricó.
Fonte: Abricó/EMAU/UFRJ.

Em outubro de 2015, em conjunto com a Associação e a Comissão de Moradores, foi organizada uma ação de dia das crianças em Indiana. Além de atividades como oficina de desenhos, os alunos levaram uma maquete da favela. As crianças foram convidadas a identificar suas casas e pintá-las na maquete como desejassem. A dinâmica foi um sucesso e as crianças ficaram muito envolvidas em identificar suas casas, mostrando que outras ferramentas para o desenvolvimento de discussões acerca do espaço habitado podem e devem ser utilizadas.



Figura 23: Dinâmica do Dia das Crianças.
Fonte: Abricó/EMAU/UFRJ.



Figura 24: Dinâmica do Dia das Crianças.
Fonte: Abricó/EMAU/UFRJ.

Além do trabalho do AbriCÓ, é importante destacar a elaboração de dois trabalhos finais de graduação envolvendo Indiana. O primeiro deles, de autoria da aluna Paula Miranda e sob minha orientação e co-orientação da professora Luciana Andrade,³⁹ foi elaborado no ano de 2014 e teve como objeto de intervenção um edifício abandonado onde funcionava um supermercado da rede Carrefour, situado no entorno de Indiana.

Embora a intervenção não fosse precisamente na favela, durante o processo de aproximação com o objeto e entendimento do entorno, ficou claro para a autora que a presença deste edifício vazio ao lado da favela ameaçada de remoção e que possui parte de seus moradores em área de risco se constituía num enorme potencial para se repensar o reassentamento em áreas distantes e em novos edifícios que na maior parte das vezes desconsideram as dinâmicas preexistentes nos espaços de origem dos moradores reassentados.

A partir daí, Paula iniciou um processo de entendimento dos espaços e das relações em Indiana com o objetivo de reproduzir dentro do edifício do Carrefour outra lógica de cidade que dialogasse com os moradores e com a qual pudessem se relacionar. Este trabalho, apesar de ter iniciado antes da eletiva e dos trabalhos mencionados anteriormente, cruzou em diversos momentos com o trabalho desenvolvido pelo AbriCÓ, ITERJ e Defensoria. Além da participação direta da Paula em visitas,

³⁹ Orientadora desta tese.

relatórios, dinâmicas e na disciplina eletiva, seu projeto e levantamentos foram extremamente úteis na elaboração dos projetos da eletiva. Em 2015, o projeto foi premiado no Concurso Nacional de Trabalhos Finais de Graduação Opera Prima.⁴⁰



Figura 25: Trabalho Final de Graduação Paula Miranda

Fonte: Paula Miranda

⁴⁰ O resultado e parte do trabalho estão disponíveis em: <<https://arcoweb.com.br/projetodesign/especiais/confira-os-projetos-premiados-e-finalistas-desta-edicao>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

Além deste, em 2015 a ex-aluna da disciplina eletiva Naiara Yumiko desenvolveu seu trabalho final de graduação em Indiana. O trabalho, orientado pelo professor Vinicius Mattos, tinha como objetivo desenvolver um projeto de urbanização para Indiana por meio de uma metodologia participativa. A aproximação desenvolvida durante a disciplina eletiva em 2014 foi fundamental para que a aluna desenvolvesse seu trabalho. Além disso, a troca entre a aluna e o trabalho realizado pelo Abricó durante o ano de 2015 fortaleceram-se mutuamente. Muitas das dinâmicas coletivas propostas tiveram a participação da Naiara, que por sua vez utilizou este processo para o desenvolvimento de seu trabalho.

É importante ressaltar que este Plano Popular é não só um documento de contestação às alegações (pois não existem documentos que comprovem) da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro sobre a obrigatoriedade de remoção de toda a comunidade, por estar em área de risco, e a realocação em edifícios do programa Minha Casa, Minha Vida – localizados em outra área da cidade, carente da infraestrutura já consolidada existente no bairro ao qual Indiana pertence; mas também a proposição de uma alternativa metodológica na prática de desenho urbano e articulações sócio-político-financeiras. (Yumiko, 2015)

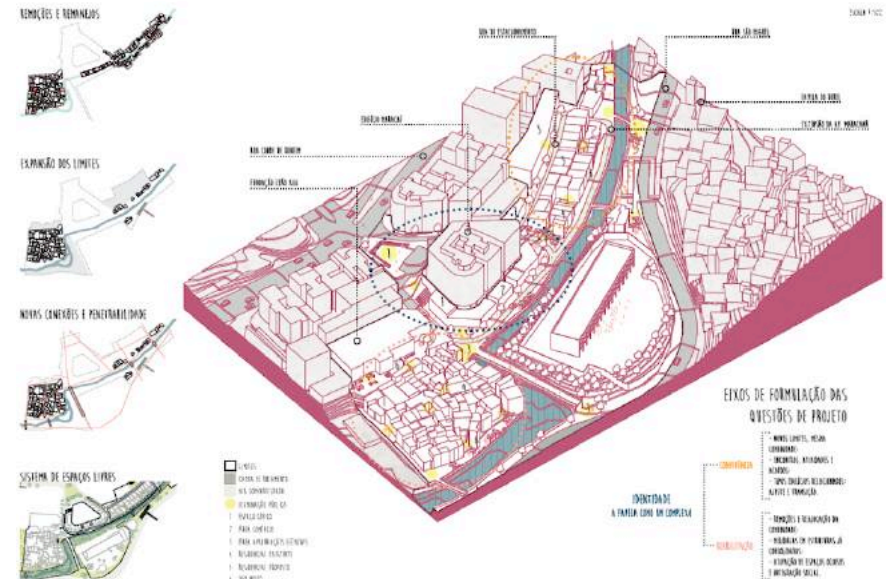


Figura 26: Trabalho Final de Graduação Naiara Yumiko
Fonte: Naiara Yumiko

Estes dois trabalhos representam, portanto, outras abordagens e desdobramentos das ações de aproximação e de formas de atuação em Indiana.

Além dos trabalhos citados, em agosto de 2015 o grupo formado pelos professores já mencionados e o Abricó, da FAU/UFRJ, emitiu um parecer técnico (em anexo) acerca da viabilidade de acordo de demolição das casas para uma nova audiência pública de conciliação, marcada para setembro de 2015. No parecer, foram

explicitados problemas decorrentes da demolição das casas sem um prévio planejamento. A audiência, no entanto, não ocorreu, pois a Prefeitura não compareceu. O processo então seguiu para uma sentença, tendo obtido o apoio do Ministério Público através do reconhecimento da importância em se tratar de aspectos urbanísticos e de executar a regularização. A sentença foi dada em setembro de 2016 e, embora tenha sido favorável ao pedido de que as demolições das casas fossem interrompidas, deixou em aberto a possibilidade de um futuro novo projeto de remoção total de Indiana e não pôde garantir a urbanização desejada pelos moradores.

Cabe ressaltar, nesta mais recente atuação, a opinião do NUTH/Defensoria sobre a importância da assessoria técnica da FAU/UFRJ para a comunidade e a sua intenção de posterior ingresso com Ação Civil Pública para reclamar a regularização urbanística e fundiária de Indiana, contando com a ajuda dos estudos feitos pelo meio acadêmico.

A aproximação da FAU/UFRJ com Indiana abriu diversos caminhos, tanto para o exercício dos alunos quanto para ações práticas que pudessem beneficiar os moradores. No entanto, embora todo este processo tenha sido extremamente enriquecedor para o grupo e tenha contado com a dedicação e participação de alunos e moradores, o plano de urbanização idealizado não foi concluído. Especialmente durante o ano de 2015, diversos conflitos internos contribuíram para a desmobilização de parte dos alunos e moradores.

Atualmente, o Abricó trabalha na elaboração de um caderno que consolide todo o material produzido nestes três anos de trabalho e que tenha como objetivo servir de ferramenta para a luta dos moradores.

CONFLITOS, CRISE DE REPRESENTATIVIDADE E IMPACTOS NA PARCERIA COM A UNIVERSIDADE

Desde nossa primeira aproximação com Indiana, havia um claro conflito interno entre o grupo de moradores que gostaria de permanecer e o grupo de moradores que aceitou o Minha Casa Minha Vida, conforme abordado anteriormente. Nos últimos anos, novos conflitos surgiram a partir de reorganizações internas, novas demandas e inclusive da própria participação de diferentes atores – como a Faculdade de Arquitetura e a Defensoria –, demonstrando que a luta não é homogênea nem estática. A categorização do conflito em lados – os que querem sair *versus* os que querem ficar, por exemplo – apenas prejudica o seu entendimento. Tanto os interesses individuais, quanto as demandas coletivas se alteram de acordo com inúmeros fatores.

Destacamos inicialmente a redivisão da comunidade a partir da eleição de um novo presidente da Associação de Moradores. No início dos conflitos oriundos do processo de remoção de Indiana, o então presidente da Associação de Moradores colocava-se favorável às ações da Prefeitura de oferta de casas do PMCMV e demolição das casas vazias. Em vista disso, um grupo de moradores que desejava permanecer em suas casas buscou a defensoria pública e lá recebeu a orientação de formar uma Comissão de Moradores, que ficaria responsável por representar aqueles que desejavam entrar com o processo que impedia as demolições e lutar pela permanência de Indiana. Neste momento, o conflito

interno de Indiana era representado de um lado pela Comissão de Moradores e de outro pela Associação de Moradores.

Em 2015, houve nova eleição para presidência da Associação de Moradores, onde foi eleito um antigo membro da Comissão de Moradores e que esteve presente na luta pela permanência de Indiana desde o início do processo. No entanto, ao invés de diminuir os conflitos internos, aparentemente os conflitos vêm se acirrando desde então. A natureza desses conflitos não é objeto deste estudo, mas cabe ressaltar que, embora lutassem pelos mesmos objetivos, havia muitas divergências entre a atual Associação de Moradores e a Comissão de Moradores. Estas divergências e problemas de comunicação tiveram um impacto não apenas nas relações internas da comunidade como nas ações promovidas pela FAU/UFRJ. Um das principais divergências atualmente está relacionada à utilização dos espaços vazios oriundos das demolições realizadas pela Prefeitura em 2012.

Conforme explicado no início deste capítulo, houve um entendimento por parte dos alunos do Abricó e de alguns moradores que participaram do processo de aproximação e diagnóstico de que estes espaços vazios constituíam potenciais áreas para criação de pequenas praças e espaços de uso coletivo dentro da comunidade. Havia inclusive projetos elaborados durante a disciplina eletiva para esses espaços. No entanto, atualmente há construções de novas habitações nesses espaços.

Segundo os alunos do Abricó, essas construções teriam o aval da Associação de Moradores. Além disso, os moradores que ocupam essas novas habitações não são moradores de áreas de risco dentro de Indiana, como a Rua do Canal, por exemplo. Desde o início do processo levado a cabo pelo NUTH/Defensoria e posteriormente contando com o apoio técnico da universidade e dos técnicos já mencionados, estava claro que seria necessário o reassentamento de algumas famílias que se encontram em locais de risco – especialmente risco de inundação – na Rua do Canal.

A ideia sugerida pela Defensora Maria Lúcia Pontes, e posteriormente corroborada pelos técnicos e Comissão de Moradores, era a de utilização das casas em boas condições daqueles que gostariam de ir para o conjunto do PMCMV para que fossem realizados estes reassentamentos, de forma que os moradores que desejassem permanecer em Indiana pudessem habitar áreas seguras. Além disso, havia sido objeto do projeto dos alunos da disciplina eletiva a identificação de possíveis áreas para a construção de novas habitações dentro ou no entorno imediato de Indiana.

Tanto o projeto de utilização dos espaços vazios como espaços coletivos quanto a escolha das áreas para reassentamento foram desconsiderados nas dinâmicas de expansão da favela. O mais grave, no entanto, parece ser o fato de que os moradores em situação de risco permanecem em suas casas. E que, mesmo com a participação de técnicos e da universidade, Indiana permanece expandindo-se sem um acompanhamento técnico.

Esses aspectos sugerem, por um lado, que a legitimação das ações da FAU/UFRJ no que tange às transformações nos espaços informais enfrenta obstáculos maiores do que apenas o comprometimento de um grupo de alunos e professores. Por outro, fica evidente que a escala e os tempos das demandas por crescimento são incompatíveis com o processo técnico e político vigente.

Existem, no entanto, inúmeras formas de se olhar para esta questão. Não podemos ignorar as relações de poder e hierarquia que se estabelecem nas favelas e como estas impactam na sua configuração socioespacial. Boatos de que o tráfico estaria determinando quais pessoas iriam morar nas novas casas ou de que a Associação de Moradores estaria se beneficiando de alguma forma sugerem, mais do que a veracidade destas acusações, que há inúmeros fatores e interesses em jogo quando se trata das novas construções na favela. De fato temos de um lado pessoas que necessitam de moradia, de outros espaços vazios que, apesar de não serem espaços privados, também não podem ser considerados públicos no sentido de pertencerem ao poder público. Os agentes que se tornam responsáveis por estas construções, especialmente na atual configuração de inserção mercadológica das favelas (Abramo, 2009), podem ser movidos por interesses não muito divergentes dos interesses do mercado imobiliário, que objetiva lucro e poder por meio do controle territorial de determinados espaços da cidade.

A partir de outra ótica, temos um novo conjunto de moradores que poderiam se unir à luta dos antigos moradores. De fato, parte dos novos moradores participou das dinâmicas promovidas pelo Abricó durante os anos de 2015 e 2016, aumentando substancialmente o número de pessoas envolvidas nas ações. Esta participação, no entanto, gerou alguns conflitos com os antigos moradores, que por algumas vezes alegavam que os novos moradores não conheciam de fato a realidade de Indiana.

Como Latour (2011 [1991]) afirma, os elementos são sempre simultaneamente reais, sociais e narrados. Ou seja, além da materialidade, as relações sociais, os discursos e as representações estão presentes na constituição de todos os elementos.

A troca da “realidade” ilusória pela denúncia das “ilusões” do real quer dizer o quê? – Que, mesmo quando se trata de um elemento tão material e tão indispensável às atividades humanas como é o espaço, tudo depende de representações legitimadas por um determinado código social. (C.N.F. Santos, 1980: 51)

Sobre as diferentes conclusões que chegava em suas pesquisas, quando comparadas com as de outros pesquisadores sobre temas e métodos similares, C.N.F. Santos (1980: 52) diz:

Por uns tempos fiquei desconfiado do mau uso de métodos ou deste pecado mortal antropológico: o viés deformador da percepção. Depois descobri que não era isto e que não havia erro de lado nenhum, exceto

quando é subestimado algo essencial para quem estude sociedades urbanas: o fato de que nossos objetos são sujeitos até demais. São tão “urbanizados” e “civilizados” como nós, estão submetidos a uma grande carga de informações e tendem a nos situar tão bem como nós a eles. Conhecem o campo em que os entendimentos são possíveis, dominam as regras da interação e dos limites de expressão e de codificação que tornam as interações sociais possíveis dentro do mesmo sistema urbano-capitalista que nos encompassa a todos. E procuram manipular o que podem.

No caso das populações pobres, a manipulação de discursos a fim de obter pequenos ganhos ou o atendimento a interesses próprios passa a ser também estratégia de sobrevivência. C.N.F. Santos (1980) nos mostra como a questão da manipulação entre pesquisador e pesquisado é complexa e ocorre em ambos os sentidos. À primeira vista, o pesquisado situa-se em posição inferior. Já a pesquisa se situa no campo do ideal e não da prática de necessidades imediatas e cotidianas do pesquisado e, portanto, aquele que tem mais a ganhar é justamente o pesquisador. No entanto, na interação entre pesquisador e pesquisado, muitas vezes podem sair elementos úteis às necessidades cotidianas, especialmente informações. O pesquisador muitas vezes fornece informações acerca do que o Estado ou do que determinada instituição pretende fazer ali. E como C.N.F. Santos (1980: 53) nos mostra: “Quando se trata de favelas e periferia, então, o conhecimento passa a ser essencial ao desenho das estratégias de sobrevivência.” Em uma situação onde não se pode contar com a

aplicação de leis e regras da sociedade, vale muito ter como aliado alguém de fora, especialmente se este alguém possui alguma possibilidade de interferência nas ações que irão atingir diretamente aquele morador ou sua comunidade.

Não ligar para os mecanismos viabilizadores da entrevista, ou da observação como sendo fontes básicas de informação, revelaria ingenuidade ou má-intenção. Equivaleria a idealizar versões “rousseaunianas” de bons-moradores ou a endossar os preconceitos relativos à marginalidade urbana. (C.N.F. Santos, 1980: 54)

Portanto, é importante compreender que, dentro de uma ação conjunta, haverá sempre uma sobreposição de interesses que, em determinado momento, poderão transformar-se em conflitos. Ao invés de buscar atuar fora do conflito, supor-se imparcial e pensar as ações coletivas como fundamentalmente horizontais, é importante incorporar a complexidade e não subestimar os interesses, o conhecimento e a capacidade de ação, organização e proposição dos moradores das favelas e ocupações.

EXPANDIR

CAP. 3

Neste capítulo, buscamos expandir nosso campo de análise, incorporando o universo das ocupações da cidade de Berlim, Alemanha. A partir do diálogo entre as duas realidades – Berlim e Rio de Janeiro –, estabelecemos o olhar para as ocupações e favelas como espaços de transformação política, social e espacial.

BERLIM COMO PALCO DE LUTAS URBANAS

A história recente de desigualdade no acesso à habitação em muitas cidades do mundo está conectada com as constantes transformações promovidas por uma lógica capitalista de urbanização e seus ciclos de destruição e acumulação, que tem condenado repetidamente na história das cidades muitas pessoas à procura de alternativas informais de moradia e abrigo (Harvey, 2006 e 2011 [2000]). Embora sujeita às mesmas forças do sistema capitalista neoliberal, a cidade de Berlim, capital da Alemanha, possui uma série de particularidades na sua história que se rebatem na forma como suas lutas urbanas, em especial relativas à moradia, se estabeleceram.

Berlim é a capital e maior cidade da Alemanha e possui uma população de aproximadamente 3,3 milhões de habitantes. Apesar de ser a capital de um dos países mais ricos do mundo,⁴¹ é considerada uma cidade com baixo custo de vida, baixa remuneração e alta taxa de desemprego em comparação com as demais cidades da Alemanha. A taxa de desemprego em janeiro de 2016 era de 10,7%, enquanto a média nacional era de 6,7%,⁴² um valor alto mesmo em comparação com o Rio de Janeiro, que em 2015 teve uma taxa de desemprego de 8,5%.⁴³

⁴¹ A Alemanha é o 18º país com maior PIB do mundo e o 7º mais rico da Europa. Fonte: <<https://www.gfmag.com>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

⁴² Fonte: <<https://ec.europa.eu>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

⁴³ Fonte: IBGE.

No entanto, é importante compreender que, assim como nas demais cidades alemãs, há uma diversidade de políticas públicas que garantem que os habitantes da cidade tenham acesso aos direitos básicos necessários à sua subsistência. Embora inserida no sistema capitalista e na lógica de mercado vigente na maior parte das cidades, Berlim ainda se situa sob a égide do Estado de bem-estar social, que garante, por exemplo, que os cidadãos berlinenses que não possuam renda considerada suficiente ou estejam desempregados recebam ajuda financeira do governo, subsídio para aluguel de apartamento, plano de saúde, entre outros benefícios.

É importante, portanto, compreender as peculiaridades de Berlim no contexto europeu e alemão, uma vez que, conforme veremos, trata-se de uma cidade que passou por profundas transformações e que durante muitas décadas foi considerada uma cidade pobre dentro do cenário dos países do norte da Europa. No entanto, não podemos esquecer que em muitos aspectos se trata de um lugar que difere radicalmente das cidades brasileiras no que tange às condições de vida da população pobre. Apesar disso, também está submetido ao jogo do capitalismo e tem uma parcela da população que resiste a esse sistema competitivo buscando formas alternativas de organização social, sustentadas essencialmente na solidariedade.

Schneider (2014) destaca que dificilmente outra cidade no mundo passou por tantas transformações nos últimos 100 anos como Berlim, considerada metrópole mundial nos anos 1920,

posteriormente transformada na capital do Terceiro Reich, passando por duas guerras mundiais e finalmente se tornando uma cidade dividida por um muro por mais de duas décadas. Em meio a todas estas transformações, diversos rastros de espaços destruídos e abandonados criaram as bases para diferentes processos de apropriação do espaço e de luta urbana, como o caso das ocupações.

No final do século XIX, Berlim enfrentou uma grave crise habitacional, com mais de 15 mil de seus habitantes sem moradia. Segundo Vasudam (2015), dos anos 1880 até o início da Primeira Guerra Mundial em 1914, a população berlinense dobrou, passando de 2 para quase 4 milhões de habitantes. Assim como em diversas cidades europeias do período, a presença de indústrias e um elevado adensamento populacional eram marcantes.

Neste contexto, diversas pessoas desprovidas de acesso a habitação buscaram formas alternativas de garantir sua moradia. A co-habitação, o aluguel de camas ou quartos, tornou-se prática comum neste período, além de ocupações de terras e edifícios. A primeira ocupação de edifício em Berlim ocorreu em abril de 1872, e, além deste, diversos assentamentos precários eram construídos no entorno da cidade, especialmente nas regiões onde hoje se situam os bairros de Kreuzberg e Neukölln, mesmos bairros que receberiam diversas ocupações de edifícios em 1989 e 1990.

Após a Primeira Guerra Mundial, a grave crise habitacional e econômica gerou uma série de lutas populares, especialmente por

habitação. Neste período já eram utilizadas como formas de protesto ocupações organizadas de edifícios, além de greves de aluguel. Além disso, estudiosos na Alemanha defendiam que as lutas cotidianas dos pobres, por comida, casa ou trabalho, tinham uma significância política, que geravam uma sensação de pertencimento e noção de comunidade.

*A luta cotidiana por habitação dos berlinenses não era, em outras palavras, um subproduto de uma estrutura econômica global, mas era, na verdade, elemento central nos debates pelo significado e identidade de Berlim como uma metrópole moderna.*⁴⁴ (Vasudam, 2015: s/p)

O forte movimento de resistência dos moradores durante o período conhecido como República de Weimar⁴⁵ (1919-1933), no entanto, teve um fim abrupto com a ascensão nazista ao poder. Apenas anos após o fim da Segunda Guerra, uma nova política habitacional voltou a ser discutida na Alemanha.

⁴⁴ No original: “The everyday struggles of Berliners over housing were not, in other words, an epiphenomenon of wider economic structures but were, in fact, central to the debates over the meaning and identity of Berlin as a modern metropolis.” Tradução da autora.

⁴⁵ A República de Weimar é o período democrático entre o fim da Primeira Guerra Mundial em 1919 e a criação do Terceiro Reich, em 1933.

Após a Segunda Guerra, com a vasta destruição da cidade, diversos projetos de reconstrução foram elaborados, muitos deles enfrentando forte resistência da população, conforme discutiremos adiante. É importante ressaltar que, além da destruição e das crises econômica e habitacional oriundas da guerra, a cidade de Berlim possui a particularidade de estar dividida entre o lado capitalista ocidental – controlado por EUA, Inglaterra e França – e o lado socialista oriental – controlado pela então União Soviética. Esta divisão e sua posterior reunificação marcaram diversos aspectos das lutas urbanas na cidade.



Figura 27: Mapa de Berlim dividida.

Fonte: <<http://www.fatoscuriososdahistoria.com/2014/11/muro-berlim-curiosidades.html>>.

Embora os autores estudados foquem no movimento de ocupações da Berlim Ocidental, Vasudam (2015) destaca que, nos anos 1960, um grande número de pessoas sem teto realizavam o que o autor denominou “ocupação silenciosa” de apartamentos em Berlim Oriental em resposta à crise habitacional no período. Por não se configurarem em um movimento, e por terem ocorrido de forma pontual e silenciosa, há pouca informação sobre as ocupações deste período.

Em Berlim Ocidental, o isolamento do resto do mundo capitalista⁴⁶ fez com que a cidade “se mantivesse relativamente imune às pressões globais para reestruturação econômica que impactavam os governos dos demais países ocidentais durante as décadas de 1960, 1970 e 1980” (Seldin, 2015: 80). No período em que a cidade se encontrava dividida, diversas empresas – entre elas importantes bancos como o Deutsche Bank e o Commerzbank e outras como Allianz, AEG e Siemens – transferiram suas sedes para outras cidades alemãs, não apenas trazendo um cenário de fábricas e galpões abandonados, como deixando grande parte da população berlinense desempregada.

Por outro lado, Berlim era vista como a vitrine dos dois sistemas – capitalista e socialista – em conflito durante a Guerra Fria, e portanto diversos projetos de transformação urbana foram pensados para os dois lados da cidade. Neste contexto, foi proposta a demolição das antigas *Mietskasernen* e a criação de novas

⁴⁶ Berlim Ocidental situava-se dentro da Alemanha Oriental, possuindo apenas uma ligação por terra e pelo aeroporto Tempelhof.

parte da antiga Berlim Oriental, envolvendo um total de 183 edifícios ocupados em ambos os lados do muro (Vasudam, 2015).

De 1990 até os dias atuais, houve apenas cerca de 100 novas ocupações, devido a um aumento da repressão local às ocupações. É importante ressaltar ainda que a maior parte das ocupações que existem atualmente em Berlim foi legalizada no início dos anos 1990 (Vasudam, 2015).



Figura 29: Köpi, edifício ocupado em 1990 em Kreuzberg.

Fonte: <<http://www.berlin-besetzt.de>>.



Figura 30: New Yorck im Bethanien, hospital desativado ocupado em 2005.

Fonte: <<http://www.berlin-besetzt.de>>.

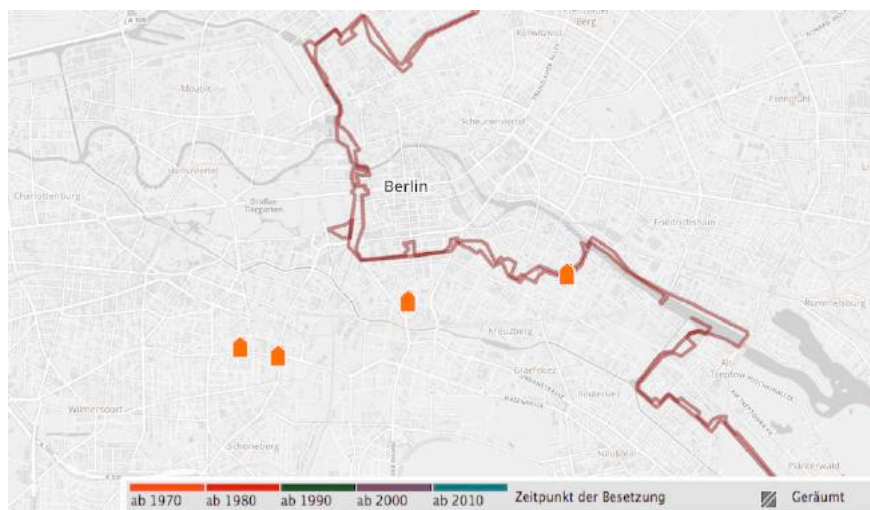


Figura 31: Mapa de ocupações em Berlim em 1978.

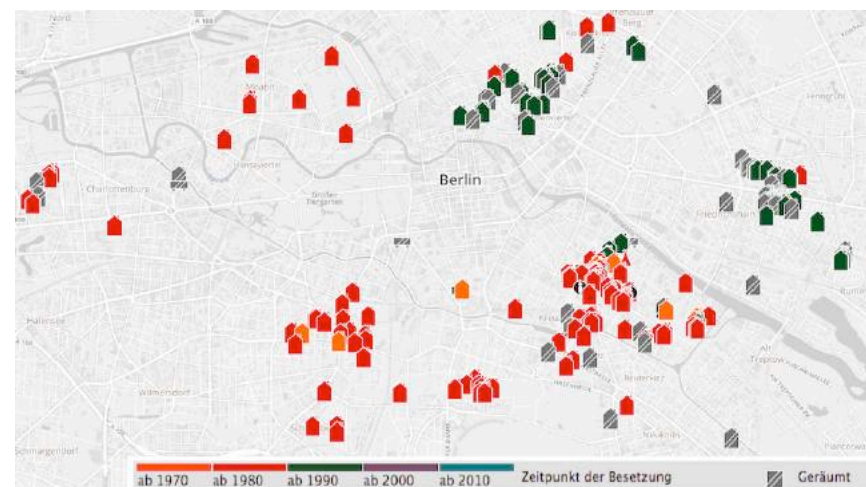


Figura 33: Mapa de ocupações em Berlim em 1990.

Fonte: <<http://www.berlin-besetzt.de>>.

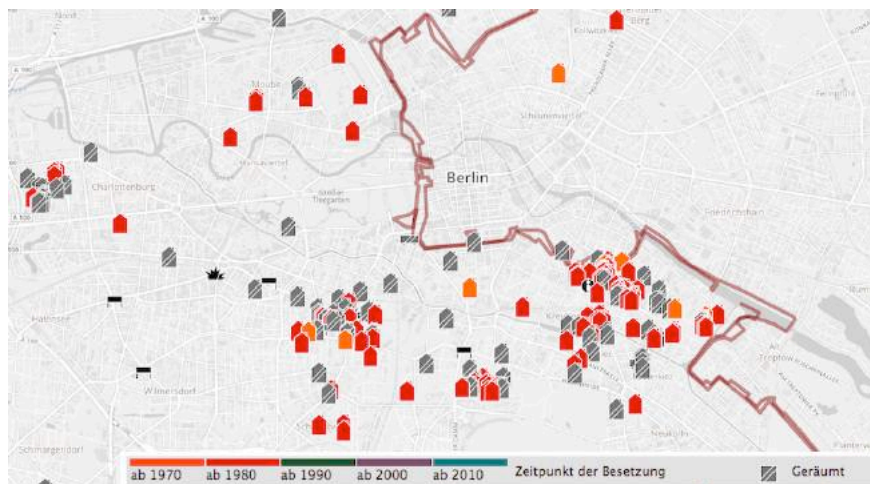


Figura 32: Mapa de ocupações em Berlim em 1981.

Fonte: <<http://www.berlin-besetzt.de>>.

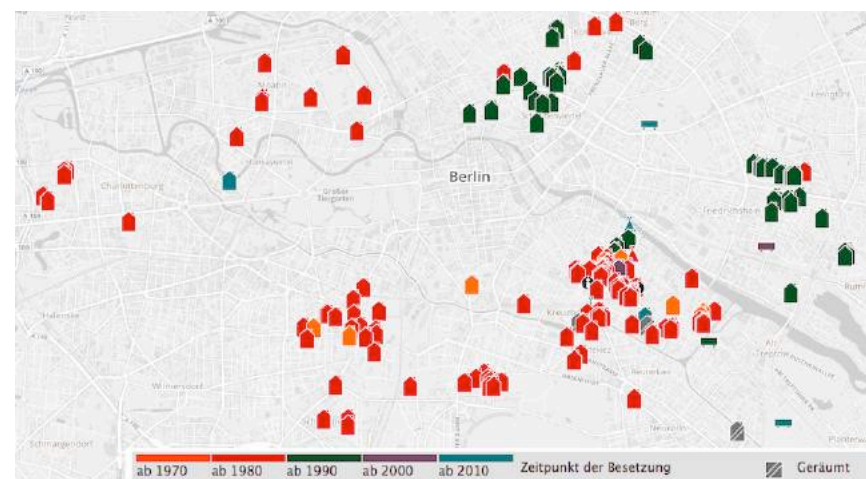


Figura 34: Mapa de ocupações em Berlim em 2017.

Fonte: <<http://www.berlin-besetzt.de>>.

A partir dos anos 2000, novos grupos têm passado a conformar o cenário de lutas e ocupações berlinenses, como os refugiados e imigrantes ilegais e movimentos de moradores que resistem ao aumento de aluguéis, como o Kotti&Co,⁴⁷ que luta contra a expulsão da população imigrante, especialmente turca, do bairro de Kreuzberg, mais especialmente no entorno da Kottbusser Tor, produto de um processo de gentrificação recente e estudado por Holm (2013).

No caso da participação da população de refugiados, destaca-se a ocupação de uma escola em 2012 como parte de um protesto que lutava contra a condição dos refugiados, especialmente vindos da África. Falaremos mais adiante sobre esta ocupação, mas cabe ressaltar que nos últimos anos há uma mudança no perfil das ocupações berlinenses. Os antigos ocupantes que propunham outros modos de vida e uma crítica à sociedade capitalista foram duramente reprimidos ou de certa forma silenciados a partir dos processos de legalização que ocorreram especialmente nos anos 1990, conforme explicitado. Por outro lado, o contexto de aumento da população refugiada e de processos crescentes de gentrificação que expulsam especialmente a população mais vulnerável traz novos atores para a luta pela moradia e pelo direito à cidade.



Figura 35: Protesto na ocupação da escola Gerhart-Hauptmann.

Fonte: Documentário *Nine Days on the Roof*. Disponível em: <<http://oplatz.net>>.

Embora, conforme explicitado, utilizemos o caso berlinense para dar foco a alguns elementos importantes na luta por moradia no Brasil, é necessário destacarmos algumas diferenças significativas entre as duas realidades, além das socioeconômicas mencionadas anteriormente. Em primeiro lugar, a grande maioria da população berlinense é de locatários e não proprietários de apartamentos. Até os anos 2000, cerca de 85% das casas em Berlim eram alugadas;

⁴⁷ <https://kottiundco.net/english/>.

35% destas pertenciam ao governo, que controlava os preços do aluguel.⁴⁸

Na última década, observa-se uma mudança neste cenário, com o corte de subsídios habitacionais do governo, o acréscimo de novas construções pela iniciativa privada e o aumento da população, especialmente imigrantes. Ainda assim, a Alemanha é o único país da Europa em que o número de habitantes que moram de aluguel é superior aos proprietários.⁴⁹

A relativa segurança dos moradores, especialmente no que diz respeito ao controle nos valores dos aluguéis, é um dos fatores que faz com que não haja durante décadas o desenvolvimento do ideal da casa própria, como acontece no Brasil. A forte regulação dos valores de aluguel é uma característica da política alemã, que possui uma série de leis que garantem que os aluguéis só podem ser aumentados gradativamente a partir de um sistema comparativo (*Vergleichsmietensystem*), uma espécie de tabela que define o valor do aluguel de acordo com a dimensão e características internas do imóvel, como tipo de aquecimento, materiais de revestimento, número de cômodos (Bernt e Holm, 2002).

⁴⁸ Fonte: Palestra de Andrej Holm durante o encontro anual do Squatting Europe Collective em Barcelona, 2015.

⁴⁹ Fonte: The State of Housing in the EU 2015. Disponível em: <<http://www.housingeurope.eu>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

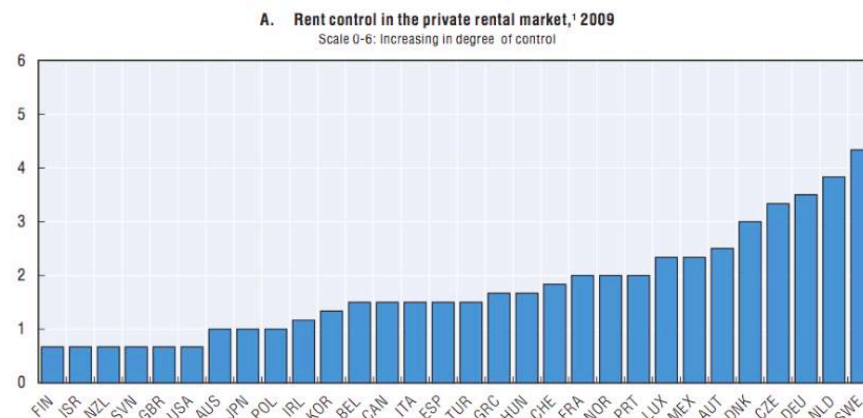


Figura 36: Gráfico do controle de aluguéis em diferentes países da Europa.
Fonte: <<https://qz.com>>.

Esta política de controle, no entanto, está focada nos aluguéis existentes e prevê pouco ou nenhum controle sobre o preço das habitações renovadas e dos novos contratos de locação. Bernt e Holm (2002) demonstram como, especialmente nos últimos anos, esta política de proteção aos antigos locatários tem gerado um processo de intensa gentrificação em algumas áreas da cidade, especialmente nos bairros da antiga Berlim Oriental, como Prenzlauerberg e Friedrichshain, que por terem permanecido degradados e vazios foram incorporados pelo mercado imobiliário e alugados por valores muito superiores aos de imóveis em condições semelhantes em outros bairros centrais da cidade.

Os autores demonstram como em um sistema regulado pelo mercado, mesmo em um contexto de forte controle por parte do

governo, processos de gentrificação e expulsão da população residente podem acontecer. Para eles, a diferença é que, em Estados com forte regulamentação, esses processos podem ser retardados e enfraquecidos.

Um segundo ponto a ser destacado diz respeito ao acesso aos serviços e sua distribuição no território berlinense. Muito embora haja disputas, valorização de determinadas áreas de forma a atender ao mercado imobiliário assim como na maioria das cidades capitalistas, ao contrário do que ocorre no Brasil, o Estado foi eficiente em garantir que os serviços básicos fossem igualmente distribuídos por toda a cidade. A cidade de Berlim é dividida em distritos, cada um com certa autonomia, e em cada distrito a presença de transporte público, equipamentos de saúde, educação, entre outros, é obrigatória. O transporte público eficiente da cidade garante, por exemplo, que se chegue da periferia ao centro em cerca de trinta minutos.

Este aspecto se rebate numa qualidade do espaço urbano por toda a cidade e numa certa homogeneidade de oportunidades e serviços. Cabe ressaltar ainda que, ao contrário do Rio de Janeiro, a cidade não possui um centro de negócios claramente definido, para onde se desloca toda a população trabalhadora todos os dias. Embora exista um bairro denominado centro (*Mitte*) e uma região um pouco mais abrangente onde se concentram as principais empresas, as oportunidades de trabalho e empresas se distribuem pelo restante da cidade, conforme podemos observar no mapa abaixo com as ofertas de emprego das duzentas maiores empresas

de Berlim. O recente crescimento das empresas do tipo startup também faz com que as oportunidades de trabalho sejam pulverizadas por toda cidade.

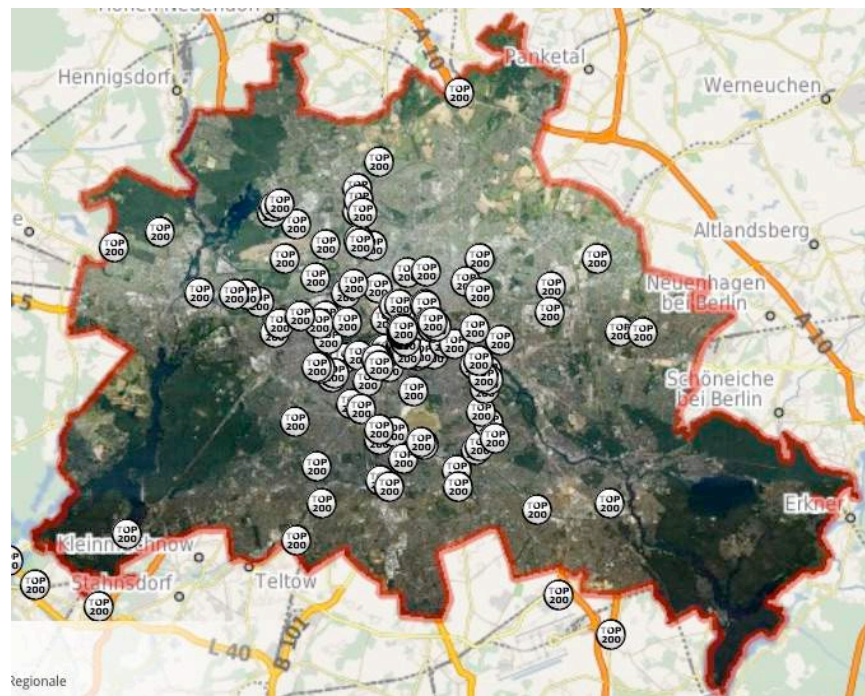


Figura 37: Mapa de ofertas de emprego em Berlim.

Fonte: <<http://www.businesslocationcenter.de>>.

O terceiro ponto que iremos ressaltar se refere à participação cidadã e ao seu efetivo poder de transformação política. Vasudam (2015) afirma que os ocupantes e as ocupações não foram apenas incidentes na história da Alemanha Ocidental, mas tiveram um papel crucial na abertura de novas formas de realizar política e solidariedade, criando uma rede de apoio que ia além dos ativistas, envolvendo milhares de cidadãos berlinenses. De forma geral, a cena de ocupações em Berlim caracterizava-se por sua diversidade e por reunir grupos marginalizados da sociedade, como homossexuais, hippies, punks, anarquistas, imigrantes e jovens estudantes.

Além destes, o contexto do déficit habitacional em Berlim é muito menos grave do que o do Rio de Janeiro e da maioria das grandes cidades brasileiras. A cidade, assim como a maioria das cidades europeias, possui um crescimento demográfico pequeno se comparado à nossa realidade.

Portanto, em diversos aspectos, a luta pela moradia na realidade berlinense parte de uma posição muito mais privilegiada e de menos desigualdade social do que no Brasil. Embora, conforme já mencionado, crises habitacionais e econômicas e pobreza e falta de acesso à moradia tenham, assim como no Brasil, feito parte da realidade berlinense ao longo da história, é importante compreender que o contexto da luta na cidade alemã e nas cidades brasileiras é de muitas formas completamente diferente. No entanto, ao invés de encarmos estas diferenças como barreiras

ao diálogo entre as duas realidades, as vemos como possibilidades de trazer novos olhares.

No caso brasileiro, a urgência do acesso à moradia digna devido à extrema precariedade da população pobre urbana faz com que muitas vezes a luta e a organização política fiquem em segundo plano. Isto, aliado à pouca participação cidadã de forma geral e ao pouco poder efetivo de influência nas políticas públicas da população que de fato participa das lutas urbanas, faz com que a transformação da realidade a partir das lutas se torne muito mais difícil e, em muitos casos, inviável. Desta forma, pode ser bastante interessante olhar para uma realidade em que é possível identificar mudanças significativas nas políticas públicas, na configuração dos espaços e na mentalidade da população a partir de uma luta política organizada utilizando as ocupações como ferramenta.

OCUPAÇÃO COMO TÁTICA DE TRANSFORMAÇÃO (OU PRESERVAÇÃO) URBANA

Ocupações podem ser usadas ou observadas como intervenções urbanas (Martínez, 2013) e ferramentas de transformação do espaço construído. Esta transformação pode se dar no âmbito do espaço urbano e também do objeto/unidade habitacional. Pode servir como elemento de preservação e resistência a um modelo de transformação urbana imposto, ou como inovação, no sentido de se pensar novos usos e formas de apropriação de espaços preexistentes.

Dentro desta perspectiva, um quadro desenvolvido em Berlim nos parece bastante interessante de ser analisado: a utilização das ocupações como uma estratégia de preservação do conjunto arquitetônico da cidade ou da sua paisagem no final dos anos 1970 e início dos 1980. Puijt (2013) classifica esta forma de ocupação como “Conservational Squatting” (ocupação para conservação, em uma tradução livre), e destaca que não apenas o componente moradia estava presente, mas também uma consciência urbana e um claro objetivo de prevenir um determinado modelo de desenvolvimento urbano que desconsiderava as preexistências.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, cerca de 50% das habitações em Berlim haviam sido destruídas. A necessidade de uma rápida reconstrução gerou uma produção padronizada modernista extensa, que em muitos casos não leva em consideração as preocupações da gênese da arquitetura moderna.

Além disso, o contexto da Guerra Fria materializava-se simbolicamente em Berlim, capital dividida em uma parte Ocidental (capitalista) e Oriental (socialista), tornando-se uma espécie de vitrine das principais demonstrações de poder de um e outro regimes (Schneider, 2014).

A competição imagética que permeava os dois lados podia ser percebida especialmente na arquitetura, que refletia a rivalidade ideológica dos blocos mundiais. Cada sistema político buscou expressar seu poder através da reforma parcial do espaço construído, bem como através de um incentivo ao turismo cultural com foco em novos projetos urbanos emblemáticos, como o Hansaviertel no Oeste e a avenida Stalinallee no Leste. (Seldin, 2015: 79)



Figura 38: Große Frankfurterstr (futura Stalinallee) logo após a Segunda Guerra Mundial.

Fonte: Rottin (2015)

A Interbau 1957, a primeira Exposição Internacional de Arquitetura após a Segunda Guerra Mundial, serviu como um catalisador da regeneração urbana de Berlim Ocidental a partir do final dos anos 1950 (Eskinazi, 2011). A cidade adotou uma política de renovação urbana que favorecia a demolição das antigas *Mietskasernen*⁵⁰ e dava ênfase à construção de novas habitações.

⁵⁰ As *Mietskasernen* representaram os problemas urbanos de Berlim no século XIX. A oportunidade da guerra para demoli-las fazia parte do processo que resultou na própria emergência da arquitetura moderna (Eskinazi, 2011).



Figura 39: Stalinallee nos anos 1960.

Fonte: <<https://ourmisternixon.wordpress.com>>.

Distritos históricos marcados pela diversidade de usos e moradores foram substituídos por espaços modernos e monofuncionais. Essa política conhecida como “clear-cut” ou “area renovation” previa a demolição de blocos de edifício de moradores pobres e a construção de novos e modernos edifícios, atendendo aos interesses do capital imobiliário e dos proprietários. Os planos de reconstrução de uma nova Berlim ajustavam-se perfeitamente à dualidade da cidade dividida pós-guerra. A competição por qual

seria o novo modelo de cidade acirrava ainda mais as diferenças entre o lado capitalista e o comunista (Vasudam, 2015).

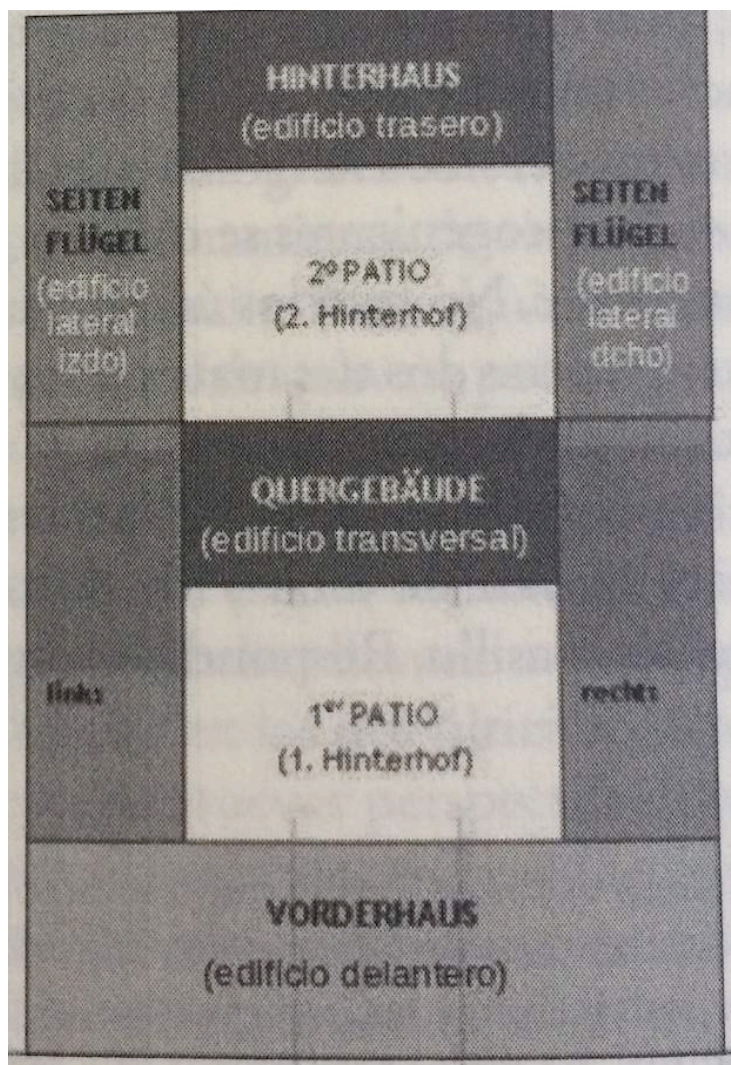


Figura 40: Estrutura típica das *Mietskasernen*.
Fonte: Muriel (2012).



Figura 41: Habitação em *Mietskasern*.
Fonte: <<https://prezi.com>>.

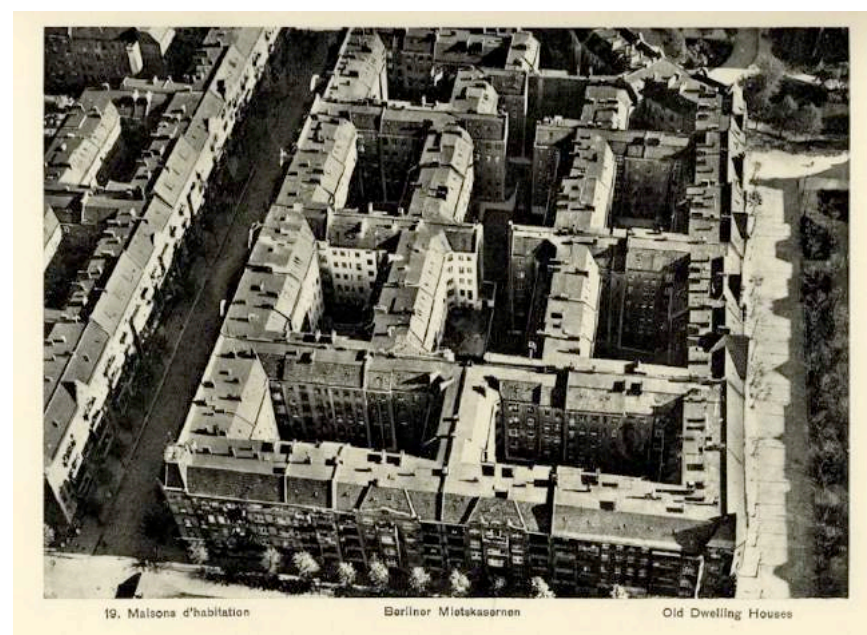


Figura 42: *Mietskasernen* em Berlim.
Fonte: <<http://www.skyscrapercity.com>>.

Como consequência das políticas que focavam em novas habitações ao invés de reformar o conjunto edificado existente, muitos edifícios que poderiam ter sido reformados e reutilizados nos anos 1960 estavam no início dos anos 1970 tão danificados que os custos para reforma se tornaram proibitivos (Vasudam, 2015). Neste contexto, emerge uma radicalização de grupos de arquitetos e urbanistas na Alemanha Ocidental que acreditavam ser fundamental proteger a estrutura existente da cidade. Arquitetos, urbanistas e estudantes conduziram uma série de protestos contra a “modernização” proposta pelo governo e clamando por mais participação popular nas decisões acerca do desenvolvimento da cidade. Neste período, passam a surgir novos movimentos sociais mais conectados às questões urbanas.

Para muitos, a questão habitacional não estava mais limitada à crítica à renovação urbana modernista, mas (...) estava focada em resistir à lógica de acumulação capitalista e ao curso oficial do desenvolvimento urbano que dela dependia.⁵¹ (Vasudam, 2015: s/p)

A luta era contra os especuladores, contra um modelo de cidade que, além de expulsar os moradores antigos, simbolizava a completa transformação da estrutura urbana da cidade. Para além

da preservação do conjunto arquitetônico e da estrutura urbana, estes grupos buscavam formas de preservação da função social daquele espaço, resistindo aos processos de gentrificação. Forçando, por exemplo, que uma população pobre permaneça residindo naquela área, mesmo quando os proprietários ou governo querem convertê-la em área de mercado (Pruijt, 2013).

No final dos anos 1970, grupos organizados passaram a ocupar e renovar edifícios ou apartamentos vazios. O objetivo era, em primeiro lugar, chamar a atenção para o estado de degradação dos edifícios e, em segundo, gerar aceitação na sociedade. Este movimento não apenas garantiu o apoio da sociedade e a legalização de diversas ocupações, como influenciou a política urbana, culminando na política de “renovação urbana cuidadosa” (*behutsame Stadterneuerung*), da qual falaremos mais adiante.

Em 1982, foi criado o programa “self-helping housing”, que deu apoio financeiro para que algumas ocupações legalizadas pudessem ser renovadas (Holm, 2013). Como exemplo, há a Regenhofenfabrik,⁵² uma antiga fábrica que havia sido ocupada em 1979 e no início dos anos 1980 recebeu auxílio do governo para, através de autogestão, reformar o edifício. O acordo era de que o governo financiaria 75% das obras e os moradores arcariam com 25%, fosse através de seu próprio trabalho ou contratando

⁵¹ No original: “For many, the ‘housing question’ was no longer limited to a critique of modernist urban renewal but (...) was predicated on resisting the logics of capitalist accumulation and the official course of urban development upon which it depend.” Tradução da autora.

⁵² <http://www.regenhofenfabrik.de/>.

terceiros. Segundo uma moradora,⁵³ quase todo o trabalho foi realizado pelos moradores, exceto a instalação do sistema de aquecimento que, por exigir competência técnica específica, foi feito por uma empresa especializada.



Figura 43: Ocupação Regenbogenfabrik, 1979.

Fonte: <<http://www.berlin-besetzt.de>>.

⁵³ Estas informações foram obtidas durante uma visita realizada por mim e conduzida por uma das moradoras e fundadoras da ocupação no dia 2 de junho de 2015.

Neste período, o grupo S036 cunhou o termo *Instandbesetzungen*, uma combinação entre os termos *Instandsetzung* (manutenção) e *Besetzung* (ocupação). O lema defendido por eles e rapidamente adotado por outros grupos era “lieber instan(be)setzen als kaputt besitzen” (melhor ocupar e preservar do que possuir e destruir), em oposição à ação dos proprietários que deixavam seus imóveis vazios e deteriorados aguardando os planos de renovação previstos pelo governo. Esta abordagem criava um novo comprometimento de recuperar e manter os imóveis ocupados (Vasudam, 2015). Cabe ressaltar, conforme destacado anteriormente, que a maior parte da população berlinesa é de locatários e não proprietários.



In our district, hundreds of apartments are empty and falling apart. Cheap apartments are demolished because landlords no longer put them up for rent. This is against the law. On the 3rd and 4th of February, the citizen's initiative S036 wants to restore the lawful condition of rental accommodation. Starting at 10 o'clock we will occupy and restore one apartment in Luebbener Straße and another on Goerlitzer Straße.

(Pamphlet, 1979; SO 36 Bürgerinitiative, Kreuzberg Museum, Archiv)

Figura 44: Cartaz de 1979 do grupo S036.

Fonte: Vasudam (2015).

Nestas experiências citadas, as ocupações são utilizadas intencionalmente como instrumento de luta pela preservação de uma estrutura urbana frente a um projeto de cidade imposto. No Brasil, embora a necessidade por moradia seja quase sempre o principal aspecto nos processos de resistência materializados nas ocupações de favelas e edifícios, há muitas outras lutas embutidas, como por exemplo a luta pela permanência e melhoria das condições da favela, mantendo sua estrutura urbana.

De acordo com Silva (2001), podemos encontrar registros de propostas para permanência e melhoria das favelas desde os anos 1920. Embora os interesses e a ação do governo tenham oscilado basicamente entre políticas de remoção e políticas de tolerância, a história de luta dos moradores de favelas por permanecer e melhorar a condição de seus espaços urbanos gerou importantes mudanças no sentido de inserir o espaço urbano da favela como elemento de estudo e debate, tanto na academia como na atuação dos técnicos. Embora seja importante reconhecer que a maior parte dos projetos e programas de urbanização de favelas tenha se voltado a não preservar ou respeitar a estrutura da favela, mas substituir ou impor uma estrutura da dita cidade formal, é importante reconhecer que há uma luta pelo reconhecimento e afirmação desses espaços.

Em Indiana, a luta inicialmente era contra o remanejamento de parte dos moradores para outro espaço, com outra ordem urbana, outra vizinhança, outras relações. A discussão do remanejamento das favelas para conjuntos habitacionais vai muito além da

discussão sobre localização e oportunidades. É também uma discussão de modelo de cidade e relações socioespaciais. A mudança para a unidade do Programa Minha Casa Minha Vida representa para muitos moradores a perda da possibilidade de uso da laje como forma de expansão para renda ou transformação familiar, a perda da possibilidade de utilização de sua moradia como espaço de comércio ou serviço, a mudança da estrutura socioespacial estabelecida através de décadas e, muitas vezes, a sujeição a outras ordens e hierarquias desconhecidas.

Portanto, mesmo que os moradores inicialmente não defendam declaradamente a permanência de uma determinada estrutura urbana, é importante identificarmos que nos discursos ela é, muitas vezes, pano de fundo na luta pela permanência. No caso de Indiana, por exemplo, o que começou como uma luta contra as demolições e remoções acabou se transformando – a partir da parceria e do diálogo com outros atores, como visto no capítulo anterior – numa luta por um projeto de urbanização da favela. E, especialmente, por um projeto de urbanização realizado coletivamente e que tivesse os moradores como protagonistas e suas demandas como prioridade.

Outra abordagem relativa à utilização das ocupações como ferramenta de transformação do espaço é a partir das mudanças nas estruturas internas de edifícios ou áreas da cidade ocupados para se adequar a novas funções e, muitas vezes, a uma reinterpretação dos espaços de moradia. A apropriação física e o domínio dos processos de transformação do espaço construído

transformaram as ocupações em espaços de experimentação, onde a materialidade dos espaços pensados refletia formas alternativas de vida naquele momento. A luta e a libertação contra as políticas autoritárias materializavam-se de forma bastante emblemática e simbólica nas ocupações. *“Nós não apenas ocupávamos edifícios, eles argumentavam, ‘nós ocupávamos a essência dos edifícios’”*⁵⁴ [ocupantes de Freiburg citados em Haller (1981: 11) apud Vasudam (2015: s/p)].

Segundo Vasudam (2015), a existência de espaços coletivos é tão importante quanto a ocupação em si. Paredes são derrubadas para a criação de cozinhas comunitárias, bibliotecas e espaços para reunião (fundamentais em processos autogestionados). Além de prover habitação, os ocupantes criavam ainda espaços de convívio social que incluíam cafés alternativos, espaços para workshops, cinemas comunitários, centros de juventude. Com isso, as ocupações serviam também como espaços de conexão do bairro e de conexão entre diferentes grupos marginalizados.

Portanto, as ocupações não discutiam apenas o modelo capitalista excludente de acesso à moradia. Propunham outras formas de habitar, outras formas de trabalhar e outras formas de socializar. E tudo isso pressupunha espaços adequados a tais fins. Construídos, pensados e transformados coletivamente.

⁵⁴ No original: *“We didn’t just occupy buildings, they argued, ‘we occupied the substance of buildings’.”* Tradução da autora.

Na experiência berlinense, podemos destacar ainda, no período que se seguiu à queda do muro em 1989, um movimento de ocupação e reutilização de edifícios abandonados e degradados especialmente na parte oriental da cidade para experimentações no que se refere a espaços de moradia e produção de cultura.

Estas ocupações eram prioritariamente de jovens e artistas que faziam o caminho inverso da maioria dos moradores de Berlim Oriental que rumavam para a Berlim Ocidental após a queda do regime socialista. Estes jovens e artistas transformaram galpões, lojas e edifícios abandonados em clubes noturnos, galerias de arte, *“espaços de experimentação urbana e produção alternativa de cultura e entretenimento”* (Seldin, 2015: 86).

Essas ocupações e os novos usos destinados acontecem em um momento em que a situação legal e o status de propriedade dos imóveis, especialmente em Berlim Oriental, eram indefinidos e o controle público ainda não era forte. Além disso, já havia em Berlim Ocidental uma forte cultura alternativa, com pessoas que buscavam outras experiências e formas de vida (Schneider, 2014).

Um exemplo importante deste movimento foi a ocupação cultural e residencial do edifício conhecido como Kunsthaus Tacheles, em 1989/1990. O antigo centro comercial construído no início do século XX, que havia passado por diversos usos e foi bombardeado na guerra, estava previsto para ser demolido em fevereiro de 1990. Antes disso, no entanto, foi ocupado por um coletivo de artistas oriundos de Berlim Oriental, que o utilizou como moradia, espaço

de produção e experimentações artísticas, festas e eventos, além de comércio, como um pequeno café que garantia renda para o coletivo.⁵⁵

Neste movimento, os artistas e jovens buscavam essencialmente espaços vazios e degradados e utilizavam a possibilidade de grandes estruturas, como antigas fábricas, galpões e grandes edifícios não residenciais, para explorar criativamente os espaços internos. Em um primeiro momento, artistas, jovens e estudantes buscam os espaços degradados e abandonados como forma de experimentar livremente outras possibilidades de se relacionar com o espaço e de produzir arte. No entanto, aos poucos este estilo de vida “underground” passa a se transformar em um atrativo, em uma marca, e, ao exemplo do que aconteceu em outras cidades como Nova York, o próprio processo de construção de uma contracultura acabou por gerar uma valorização desses espaços, que acabaria por expulsar antigos moradores e em determinados momentos os próprios ocupantes (Seldin, 2015).

Podemos identificar a contradição intrínseca na valorização dos espaços produzida em alguns casos de ocupações, especialmente quando as ocupações vêm acompanhadas de novos usos em espaços degradados e reestruturação ou reformas nos edifícios. A melhoria do espaço urbano provocada não apenas pela presença de novos atores e usos, como também pela melhoria concreta dos espaços construídos e a utilização de recursos como exposições

temporárias, shows etc., acaba por agregar valor a esses espaços, tornando-os alvo da especulação imobiliária que por fim acaba por expulsar, muitas vezes, os próprios moradores locais.

Embora no caso brasileiro o estigma associado às favelas e ocupações na maioria das vezes impeça que este processo de valorização do entorno aconteça, é possível traçar algumas analogias e destacar elementos que possam nos auxiliar num outro entendimento do papel desses espaços nas dinâmicas constitutivas da cidade.

No caso das favelas, a transformação dos espaços de forma a adequarem-se às necessidades dos moradores é um processo constante e que na maioria das vezes foge às normas técnicas. Se, por um lado, a ausência de normas técnicas pode se traduzir em espaços insalubres ou sem habitabilidade adequada, por outro a não necessidade de se respeitar padrões e normas, e especialmente a ausência de técnicos que muitas vezes impõem sua visão de espaço para estas áreas, pode gerar situações, lugares e usos muitas vezes improváveis (Canedo, 2012).

Nas ocupações de edifícios no Rio de Janeiro, estes aspectos se tornam ainda mais visíveis. Na maioria dos casos, imóveis abandonados há décadas, degradando não apenas a condição física do edifício, como seu entorno, são ocupados por grupos de pessoas – geralmente em situação de pobreza ou pobreza extrema, com poucas ou nenhuma alternativa de moradia. Estes edifícios são, muitas vezes, antigos galpões industriais ou edifícios de escritórios,

⁵⁵ A ocupação foi completamente removida em 2013. Para saber mais, ver Seldin (2015).

que precisam então ser readequados para as necessidades de moradia dos ocupantes. Com poucos recursos e, em geral, sem nenhum apoio ou financiamento público, os moradores constroem como podem divisórias delimitando os espaços de cada família, cozinhas comunitárias, espaços para reuniões do coletivo, recompõem o sistema de água quando não há, entre outros.

Mesmo no caso da ocupação de edifícios originalmente residenciais, é muito comum a readequação e redivisão dos espaços internos para a nova configuração e, especialmente, quantidade de moradores. Um exemplo é a Ocupação Colonial, edifício histórico situado na Lapa, Centro do Rio de Janeiro. Embora fosse um edifício residencial e, portanto, sua disposição interna fosse adequada aos espaços de moradias, diversas modificações foram feitas pelos ocupantes, especialmente no último andar.

O último andar do edifício onde se situa a Ocupação Colonial era originalmente composto por pequenos quartos destinados aos empregados.⁵⁶ Os quartos foram gradualmente ocupados por famílias e readequados à suas necessidades.⁵⁷ Todas as unidades

⁵⁶ A construção do edifício, de 1930, provavelmente foi destinada a moradores de outro perfil socioeconômico, dadas as características do imóvel e do entorno no período.

⁵⁷ A Ocupação Colonial possui particularidades que não serão abordadas nesta tese, mas é importante ressaltar que se trata de um edifício em que os moradores inicialmente pagavam aluguel a uma proprietária que, ao falecer, não deixou herdeiros e a situação jurídica indefinida acabou por gerar um processo de reivindicação de posse e regularização fundiária acompanhado pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

construíram cozinha e banheiro e avançaram a fachada existente até o limite da fachada do andar inferior, como podemos observar neste corte esquemático.

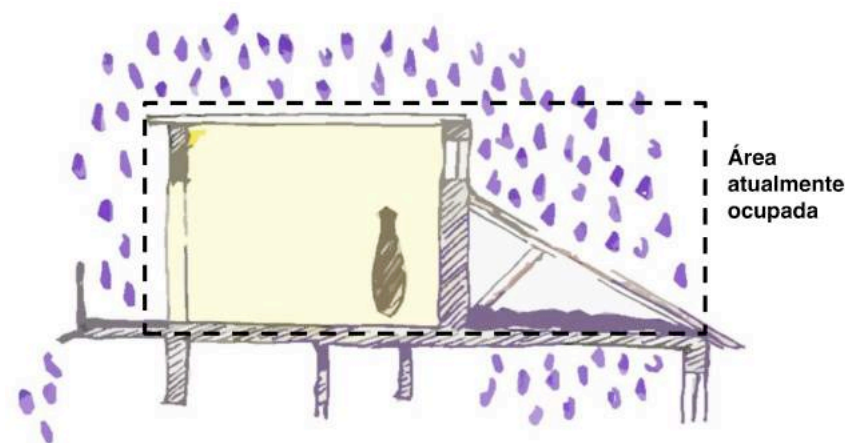


Figura 45: Corte esquemático indicando a ampliação do último pavimento
Fonte: Desenho Thiago Lamenha

Essas transformações geraram diversos conflitos, especialmente com o patrimônio histórico, uma vez que o imóvel pertence ao corredor cultural (Lei 1139 de 1987), sendo um bem preservado pelo patrimônio histórico e cultural. Embora os moradores possuam todos os requisitos para obter a regularização fundiária do imóvel, a Secretaria do Patrimônio exigiu a demolição do acréscimo do último pavimento, aplicando uma multa diária aos moradores,

sem demonstrar qualquer conhecimento de que esta demolição significa a inviabilidade de moradia digna para quinze famílias.



Figura 47: Fachada do edifício Colonial modificada pelos moradores
 Fonte: Thiago Lamenha

Cabe discutir como uma visão rígida e pautada por uma cultura técnica construída muitas vezes pode engessar e se transformar em um empecilho para as práticas e o modo de vida efêmero da população. Neste caso específico, estamos tratando da única habitação dessas famílias e a questões ligadas a necessidades e não apenas ao desejo. Neste sentido, a percepção do patrimônio como algo imutável e alheio às transformações e necessidades da sociedade pode contribuir para um acirramento dos conflitos entre pobres e ricos, especialmente quando observamos uma maior flexibilidade com as questões do patrimônio quando se trata de

empreendimentos ligados àqueles que detêm maior poder na cidade.

É possível, portanto, afirmar que, embora não haja valorização mercadológica dos espaços ocupados no Brasil, há constante transformação no espaço construído realizada pelos próprios moradores, e que segue, na maioria das vezes, a lógica das necessidades coletivas daquele grupo, mesmo que muitas vezes permeadas de interesses, estruturas hierárquicas de poder diversas e referências nos padrões de habitação ditos “formais”.

Mais do que olhar para estes espaços como soluções para problemas espaciais e/ou sociais, vemos como potenciais para experimentação de outras formas de se relacionar com o espaço construído. Repensar os espaços de moradia, usos temporários, usos sobrepostos, espaços flexíveis, processos de negociação de vizinhança para transformação coletiva de espaços individuais. São muitos os elementos presentes nesta realidade que poderiam ser utilizados como ferramentas de intervenção e compreensão dos espaços urbanos, especialmente no caso de favelas e ocupações.

OCUPAÇÃO COMO UMA REINTERPRETAÇÃO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS E SOCIOECONÔMICAS

As ocupações, favelas e outras alternativas autopromovidas para moradia são uma resposta aos processos de exclusão de parte dos moradores da cidade. Esses processos em geral estão relacionados a um projeto de cidade que se rebate, muitas vezes, nas políticas públicas habitacionais e urbanas. E, da mesma forma com que podemos identificar que a existência dessas alternativas está relacionada às políticas, também podemos observar em muitos casos como as ocupações podem influenciar ou transformar as políticas existentes.

Esta relação de dicotomia entre políticas públicas e ocupações assume aspectos bastante distintos nas realidades brasileira e alemã. O contexto socioeconômico, a participação da sociedade civil e a organização dos movimentos de resistência têm profunda relação com a forma como esta relação se dará.

No entanto, podemos afirmar que, em ambas as realidades, políticas urbanas que propõem grandes projetos de renovação urbana estão muitas vezes relacionadas a processos de remoções e movimentos de resistência, como as ocupações e as favelas (Holm, 2013). É neste momento que os conflitos tensionam aqueles que estavam proposital ou casualmente alheios às ações diretas do governo, que, ao se tornarem alvo, passam a resistir, ceder ou agir.

Em Berlim Ocidental, Holm (2013) mostra que o surgimento das ocupações não apenas esteve historicamente relacionado a momentos de mudanças nos modelos de renovação urbana, como influenciou fortemente as políticas públicas, especialmente a partir dos anos 1980. Em 1963, foi criado o Primeiro Programa de Renovação Urbana de Berlim, pelo então prefeito Willy Brandt. O programa previa a demolição de 10 mil unidades habitacionais e a reconstrução de novas habitações através de Associações Habitacionais, utilizando o Fundo para o Programa de Desenvolvimento Social. Este programa foi feito sem a participação dos moradores e simbolizou a demolição de um conjunto edificado histórico que não seria reconstruído. Em paralelo, Berlim vivia um momento complicado, pois muitas empresas estavam deixando a cidade por conta da divisão e do isolamento de Berlim Ocidental dentro da Alemanha Oriental.

A crise econômica do pós-guerra, com a existência de edifícios vazios e em ruínas, e a proposta de demolir edifícios históricos que haviam resistido à destruição da guerra geraram um forte movimento de descontentamento e uma série de críticas que culminariam, por um lado, na onda de ocupações do final dos anos 1970, discutida no item anterior, e por outro em uma discussão de planejamento urbano que geraria a política conhecida como “renovação urbana cuidadosa” (*behutsame Stadterneuerung*) nos anos 1980 (Holm, 2013).

As diversas ocupações ocorridas neste período, realizadas em muitos casos por grupos de jovens arquitetos e urbanistas, tinham

como objetivo ressaltar a existência de um grande número de imóveis vagos e criticar a política que promovia a demolição de um conjunto arquitetônico existente para a construção de novas unidades. Esta é uma discussão que de fato ocorria em diversas outras cidades capitalistas do mundo ocidental, especialmente em uma crítica a um modelo modernista de desenvolvimento que havia prevalecido nas décadas anteriores. O que faz deste um caso peculiar é a utilização das ocupações como um instrumento de luta e pressão para transformação política, ao mesmo tempo em que resolvia o problema imediato do acesso à moradia para os que necessitavam. Segundo Holm (2013), havia cerca de 27 mil imóveis vagos em Berlim Ocidental neste período, embora houvesse uma demanda de moradia para 80 mil famílias.

Essas ocupações, influenciadas pelos ideais libertários e comunitários dos anos 1960 e 1970, eram também, ao mesmo tempo, uma espécie de experimentação de novos instrumentos de renovação urbana. Lutavam contra a forma autoritária de renovação urbana imposta pelo modelo de desenvolvimento defendido pelo governo. Através de acordos coletivos, modernização gradual, autogestão e ajuda mútua, apresentavam outras formas de relacionar desenvolvimento urbano e relações sociais.

O período do final dos anos 1970 em Berlim é marcado, portanto, por um aumento das tensões e discussões acerca do planejamento urbano e por uma transformação que culminaram na política de renovação urbana cuidadosa. Esta política previa três tipos de

“precaução”: precaução na construção, que envolvia preservar o conjunto edificado, modernizando por partes; precaução social, que envolvia preservar a composição da estrutura social sempre que possível e possibilitar aos inquilinos de áreas a serem renovadas a permanência em suas casas; e precaução na política de planejamento, envolvendo a participação dos cidadãos nas atividades de renovação (Holm, 2013).

Como já dito, neste período, diversas ocupações foram legalizadas e obtiveram fundos para renovação dos edifícios, através do programa de autoajuda. Esta legalização, no entanto, serviu como forma de controlar ou “pacificar” a resistência de parte da população do modelo de desenvolvimento vigente (Holm e Kuhn, 2011). Parte dos integrantes do movimento de ocupações recusou-se a fazer acordos, que foram rapidamente criminalizados e marginalizados, ficando conhecidos como os “non-negotiators” (aqueles que não negociam). Segundo Holm e Kuhn (2011), a legalização das habitações significou, em última instância, o fim de qualquer dimensão política das ocupações para além da política habitacional. Ou seja, a luta em torno de políticas urbanas e de uma discussão acerca do modelo de desenvolvimento da cidade foi abafada por uma discussão apenas de acesso formal à moradia.

O período que se seguiu à queda do muro, conhecido como *die Wende* (“a Virada”), foi marcado por um acelerado processo de transformação do espaço urbano berlinense. Além da reconstrução

de diversos espaços vazios deixados pela presença do muro,⁵⁸ a vitória do sistema capitalista e do consequente “modo de vida ocidental” fez com que diversos símbolos da antiga cidade socialista fossem demolidos.

Além disso, a política habitacional adotada, priorizando novas construções na periferia da cidade, criava as bases para as ocupações dos edifícios urbanos. Cerca de 25 mil imóveis estavam vagos, a maioria no centro. A maior parte das ocupações desse período eram de edifícios do período *Gründerzeit*⁵⁹ em áreas centrais. Entre dezembro de 1989 (imediatamente após a queda do muro) e abril de 1990, cerca de setenta edifícios foram ocupados nos bairros de Mitte e Prenzlauerberg, na parte oriental da cidade (Holm e Kuhn, 2011).

Nos anos 1990, uma nova política – *die Berliner Linie* (a linha berlinense) – prometia tolerância zero com as ocupações. A partir da implementação desta política, a polícia deveria desocupar qualquer nova ocupação dentro de 24 horas. A remoção de duas ocupações em novembro de 1990 deu início a um violento conflito entre a polícia e o movimento de ocupações. Diversos protestos

que resultaram em prisões e ações violentas da polícia se seguiram a este período.

Após o endurecimento da lei contra as ocupações, diversos ocupantes aceitaram ser legalizados e os poucos que resistiram foram confinados à clandestinidade (Vasudam, 2015).

Os anos 2000 presenciaram uma renovação dos movimentos de esquerda libertários, que haviam sido duramente reprimidos nos anos 1990. A intensa participação popular em protestos contra projetos de construção de novos edifícios e contra a remoção de ocupações habitacionais e artísticas, como foi o caso do Media Spree⁶⁰ e da ocupação 59 Yorckstraße,⁶¹ demonstra que existe uma demanda popular contra o modelo de desenvolvimento urbano em voga em Berlim e em diversas outras cidades do mundo, como no caso do Rio de Janeiro.

Estes exemplos nos mostram que existe uma relação entre os movimentos de ocupação e as políticas de planejamento urbano e habitação existentes. A tensão e a resistência provocam mudanças não só na realidade urbana das ocupações, como nas próprias políticas. É importante destacar que, quanto mais força política e

⁵⁸ O muro era na verdade uma sequência de três muros e entre eles havia uma faixa conhecida informalmente como “zona da morte”, que em alguns trechos chegava a 100 metros de largura. Após 1989, alguns desses espaços foram transformados em parques e praças e muitos foram edificadas, como é o caso da Potsdamerplatz.

⁵⁹ Por volta de 1900, um período de acelerada industrialização da Alemanha.

⁶⁰ Sobre o Media Spree e os protestos intitulados “afunda Media Spree”, ver Seldin (2015).

⁶¹ A ocupação 59 Yorckstraße em Kreuzberg foi removida em 2005 e alguns dias depois os antigos moradores e outros simpatizantes do movimento ocuparam o hospital desativado Bethanien. Após disputas judiciais, os ocupantes conseguiram legalizar sua permanência e a ocupação existe até hoje.

social os movimentos de resistência têm, maior a probabilidade de influenciarem e modificarem as políticas. E, conforme observamos no caso das legalizações, muitas vezes a transformação da política pode ser feita de forma a enfraquecer a resistência, ao incorporá-la ou cooptá-la.

Além disso, ao chamar a atenção para a existência de edifícios e terrenos vazios em áreas valorizadas da cidade, os ocupantes questionam a ideologia neoliberal e atacam o centro dos processos de acumulação de capital contemporâneo, a especulação de terra, de edifícios.

No Rio de Janeiro, podemos encarar as ocupações e favelas como aplicações práticas de direitos presentes na Constituição e no Estatuto das Cidades. E, mais do que isso, como uma forma de evidenciar as contradições das políticas habitacionais que têm sido direcionadas para atender a determinados grupos sociais, que não aqueles que compõem de fato o déficit habitacional e que necessitam de moradia.

O Programa Minha Casa Minha Vida representa uma lógica de produção da cidade que desloca a população pobre de acordo com os interesses das camadas dominantes. Entendemos que este tratamento da questão da moradia popular a partir de uma perspectiva de construção de novas unidades na periferia cada vez mais distante, em paralelo a outras estratégias de moradia presentes há décadas na cidade, como favelas e ocupações, é

também um impulsionador desses movimentos de resistência e ação.

Um dos impactos evidentes da luta dos movimentos sociais brasileiros é a inclusão do PMCMV Entidades, já comentado anteriormente. Lago (2011) destaca que a presença de produção de moradia com a participação de movimentos sociais acostumados a atuar politicamente em diferentes esferas e demandas em lugares onde a autoprodução está presente historicamente altera as dinâmicas locais e sugere que a *“concentração de experiências numa mesma região pode ser uma das condições para que os coletivos envolvidos ampliem o universo de suas ações, incorporando novas demandas para além da casa com infraestrutura básica”* (Lago, 2011: 3).

Lago (2011) ressalta que os movimentos sociais assumem novas funções e a participar de outros conflitos à medida que passam a ser, além de agentes políticos, empreendedores imobiliários. Deste novo rearranjo, surgem outros conflitos e a demanda por novas estratégias que possibilitem que o empreendedorismo funcione como instrumento da luta política.

Além disso, os movimentos sociais de luta pela moradia enfrentam problemas como o baixo volume de investimento do governo voltado para esta modalidade de produção da habitação, em comparação ao ofertado ao mercado imobiliário. E enfrentam também a disputa por terra urbanizada com esses agentes do mercado imobiliário, uma vez que os atuais programas de

habitação não vêm acompanhados de uma reforma urbana que garanta o acesso à terra urbanizada pelas camadas mais pobres da população.

O resultado desta disputa é que os poucos empreendimentos autogestionados existentes se situam nas fronteiras da cidade. “*Em termos locacionais, podemos entender a conquista da moradia digna pelos movimentos sociais como a conquista da periferia*” (Lago, 2011: 3). Apesar disso, é importante destacar que alguns movimentos sociais, como o MNLM, permaneceram com os ideais do Fórum Nacional de Reforma Urbana, mantendo o foco da luta na importância da localização e da propriedade coletiva.⁶²

As disputas pelo território, pelo acesso à moradia e serviços e mais ainda pela autonomia de construção coletiva e independente da forma de habitar a cidade, se dão muitas vezes de forma injusta e desigual, especialmente na realidade brasileira. No entanto, é a partir desses movimentos de luta e resistência, seja ela organizada ou um somatório de iniciativas individuais rebeldes, que se faz possível a pressão que pode alterar as políticas públicas.

⁶² “O Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR) é uma articulação nacional que reúne movimentos populares, sociais, ONGs, associações de classe e instituições de pesquisa com a finalidade de lutar pelo direito à cidade, modificando o processo de segregação social e espacial para construirmos cidades verdadeiramente justas, inclusivas e democráticas.” Fonte: <<http://forumreformaurbana.org.br>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

Resistir às remoções em curso, portanto, não se trata apenas de garantir a moradia daquelas pessoas, mas sim resistir a um projeto de cidade que lida com a valorização e a desvalorização dos espaços urbanos como forma de atender a interesses muito específicos. A retirada de favelas atende aos interesses especulativos de duas formas bastante evidentes. Valoriza imediatamente o entorno, uma vez que o estigma de violência da favela⁶³ ainda não foi superado, e cria novos terrenos na cidade disponíveis para o mercado imobiliário.

Uma possibilidade de romper este ciclo está em pensarmos em outras formas de habitar. Em ampliar a discussão da moradia para além do teto, do abrigo. E também em ampliar a discussão de centro e centralidade, localidade, de pensar para além da oferta de trabalho, serviços e lazer. Lefebvre (1994) e Harvey (2011[2000]) nos mostraram o poder do espaço urbano na questão da moradia. A potência da cidade como espaço do encontro e do confronto. Mas o que vemos ser construído nestas ocupações muitas vezes vai além deste debate. Os confrontos, a necessidade, a criatividade geram ali um caldeirão em ebulição onde novas formas de viver e se relacionar são cotidianamente reinventadas.

E, ao invés de buscarmos transformar essas relações em outras dentro dos moldes da sociedade capitalista, devemos olhar para essas experiências como inspiração para superar a forma de vida individualista do capitalismo neoliberal. Será necessária uma

⁶³ Sobre o estigma da favela como espaço de violência, ver Perlman (1977).

ruptura? Como sair deste ciclo perverso do nosso sistema? Como não absorver o direito à cidade e à moradia como uma pré-condição para inserir estas pessoas na lógica de exploração da força de trabalho e concentração de renda e poder?

Vasudam (2015) vê o movimento de ocupações como um ato coletivo de *“world-making”* (“fazer mundo”, em uma tradução livre), por meio de um entendimento alternativo da vida na cidade. Para ele, as práticas dos ocupantes configuram-se como um urbanismo radical transformador (*“radical makeshift urbanism”*). Enxergar a possibilidade de transformação urbana existente nas ocupações pode ser um caminho de experimentação e mudança de paradigma para os habitantes da cidade, especialmente para os urbanistas brasileiros.

OCUPAÇÃO COMO CONSTRUÇÃO ALTERNATIVA DE CIDADE E MORADIA

Ao olharmos tanto para o movimento social de luta pela moradia no Brasil, como para o movimento de ocupações na Europa, veremos de forma bastante geral uma discussão acerca do modelo capitalista neoliberal de desenvolvimento. No entanto, em ambas as realidades nem sempre uma ocupação vem precedida de um movimento organizado com um posicionamento político claro e definido. Ainda assim, acreditamos que mesmo as iniciativas individuais ou coletivas pressupõem a ideia de outra forma de se relacionar com a moradia e com o sistema. A simples não aceitação de uma imposição da forma e do local de moradia para parte da população já simboliza um ato político de rebeldia e de afirmação da autonomia do indivíduo – ou grupo – nas decisões relativas à sua própria vida.

Em Berlim, a história das ocupações está relacionada aos movimentos antiautoritarismo do final dos anos 1960,⁶⁴ levado a cabo especialmente por jovens que questionavam as gerações anteriores na sua relação de omissão ou de ação favorável ao

⁶⁴ Cabe lembrar que, no período no final dos anos 1960, havia diversos movimentos e indivíduos questionando o *status quo* e pensando outras formas de vida em comunidade, outra constituição familiar. No campo do urbanismo, é nesse momento que autores como Jane Jacobs e John Turner estão discutindo as formas de apropriação da cidade, a diversidade, o reconhecimento da informalidade como solução criativa para problemas criados pelo sistema capitalista em vigor.

nazismo e à guerra. Este grupo também era marcado por fortes críticas às políticas governamentais voltadas ao planejamento urbano e à questão da habitação. Portanto, há uma ideologia fortemente impregnada ao movimento, que está de certa forma presente até hoje (Vasudam, 2015 e Holm, 2013). Embora Pruijt (2013) nos mostre que a questão habitacional em Berlim é também relacionada à exclusão e à pobreza, o movimento de ocupações não é exclusivamente das camadas mais pobres.

Segundo Vasudam (2015), a história oficial esconde a porção radical e de lutas do final dos anos 1960 e início dos 1970, e nos deixa com uma visão simplista e propositadamente superficial que sugere o surgimento de uma sociedade mais comprometida com os princípios de democracia e justiça. A parte da história marcada por um aumento da violência e do extremismo e, por outro lado, pela invenção de formas alternativas de ativismo político e social – como as ocupações – é convenientemente esquecida.

Dos ensinamentos e dos acontecimentos às experiências de vida e de trabalho coletivos, o repertório de ação adotado pelo movimento estudantil e pela oposição extraparlamentar no final da década de 1960 estendeu-se para além das expressões apelativas e simbólicas de consenso e dissenso. Essas novas técnicas de protesto eram antecipatórias. Eles prefiguraram ativamente a

*sociedade alternativa que eles imaginavam.*⁶⁵
(Vasudam, 2015: s/p)

Ainda para o autor, o movimento de ocupações dos anos 1970 em Berlim Ocidental foi fundamental para produzir uma visão alternativa de cidade como “*o espaço de ação política e revolta defendido por Harvey (2012)*” (Vasudam, 2015: s/p). Vasudam nos mostra como a espacialização do movimento possibilitou a experimentação de formas alternativas de vida coletiva. Para os ocupantes, a necessidade de adequação do espaço construído ia além da habitação, e envolvia a criação de espaços de convivência e ação política que acabaram por fortalecer o movimento.

Além de pensar nos espaços coletivos de uso cotidiano para a habitação, como cozinhas comunitárias e bibliotecas, os ocupantes começaram a construir outros espaços com funções complementares como cafés, pubs e livrarias voltados ao público e que tinham como objetivo criar laços com a vizinhança e gerar renda para a manutenção das ocupações. Além disso, a criação de centros de ajuda a grupos minoritários e espaços para encontros políticos foi fundamental para o fortalecimento do movimento. Para além das questões de acesso à habitação, essas lutas visavam

⁶⁵ No original: “*From teach-ins and happenings to experiments in communal living and working, the action repertoire adopted by the student movement and the extraparlimentary opposition in the late 1960s extended beyond appellative and symbolic expressions of contention and dissent. These new protest techniques were anticipatory. They actively prefigured the alternative society that they imagined.*” Tradução da autora.

uma transformação radical da vida cotidiana. Baseados nos situacionistas,⁶⁶ a experimentação e as práticas da cidade eram elementos fundamentais para a construção deste novo espaço urbano comum (Vasudam, 2015).

As ocupações em Berlim também estavam associadas aos movimentos feministas, punks e outros grupos que buscavam espaços “livres” onde pudessem exercitar seus ideais. Um exemplo foi a Hexenhaus (casa das bruxas), ocupação dos anos 1970 realizada por um grupo de mulheres ligado ao movimento de lésbicas.

As ocupações serviram também como espaço para a instalação de centros voltados às mulheres, como o Centro Feminista de Saúde da Mulher (Feministische Frauengesundheitszentrum). Segundo Vasudam, o movimento de ocupações teve um papel fundamental na articulação de novas identidades e o futuro desenvolvimento do movimento feminista da Alemanha Ocidental.

Portanto, para além de movimentos de resistência ao processo de exclusão a que eram submetidos grande parte dos trabalhadores e, especialmente, os jovens berlinenses, o movimento de ocupações representava a possibilidade de se repensar outros modos de vida, de organização, através de ideais de autogestão, cooperação e solidariedade. *“Para os ocupantes, a cidade de Berlim representava*

⁶⁶ Os situacionistas foram um grupo que na década de 1960 defendia a participação efetiva na cidade, em oposição à alienação e espetacularização existente (Jacques, 2003).

*tanto o lado do protesto político quanto de reapropriação criativa”*⁶⁷ (Vasudam, 2015: s/p).

Pruijt (2013) afirma que as ocupações não se destinam apenas a satisfazer as necessidades de habitação. Trata-se de um movimento urbano que se opõe ao sistema político e econômico dominante. Mesmo que o engajamento comece pela necessidade de moradia, muitos se envolvem posteriormente em outras lutas e passam a atuar mais fortemente como atores políticos. Termos como democracia radical e globalização alternativa são frequentemente utilizados no debate acerca das ocupações.

*Para muitos, esta onda de ocupações representava um novo movimento urbano, caracterizado pelo desenvolvimento de práticas em torno de formas coletivas de autodeterminação, lutas contra a precariedade da moradia e um comprometimento mais amplo com questões globais e métodos apartidários de engajamento político.*⁶⁸ (Vasudam, 2015: s/p)

⁶⁷ No original: “For squatters, the city of Berlin came to represent both a side of political protest and creative re-appropriation.” Tradução da autora.

⁶⁸ No original: “For many, this wave of squatting represented a “new urban movement” characterised by the development of practices around collective forms of self-determination, struggles against housing precarity and a broader commitment to alter-global concerns and extra-parliamentary modes of political engagement.” Tradução da autora.

Ainda assim, Pruijt (2013) afirma que não podemos excluir o componente da necessidade por moradia. Ele é o ponto de partida comum a todos esses movimentos. Independente da ideologia e do nível de precariedade da moradia anterior, a opção por uma ocupação vem sempre a partir de uma necessidade de habitação.

Mais recentemente, podemos destacar o surgimento de outro tipo de ocupação e luta pela moradia em Berlim, que se relaciona tanto com uma mudança no perfil demográfico da cidade, quanto com o impacto dos processos de gentrificação ocorridos de forma intensa na última década (Holm, 2013).

A luta relacionada à moradia atualmente em Berlim está mais conectada às populações vulneráveis, como refugiados e imigrantes, do que a grupos de classe média que buscam uma forma alternativa de vida.

Um exemplo importante é a ocupação de uma escola por um grupo de refugiados⁶⁹ em 2012. A ocupação teve início após uma série de protestos coordenados pelo movimento intitulado Berlin Refugee Movement. Os protestos reuniram refugiados de diversas partes da Alemanha, que marcharam em direção à capital e realizaram um

⁶⁹ Cabe ressaltar que estes refugiados já vivem na Alemanha há alguns anos e são provenientes em sua maioria de países africanos. Não fazem parte, portanto, dos recentes movimentos migratórios que se estima terem trazido para Berlim quase 1 milhão de pessoas em 2015 devido, especialmente, à guerra na Síria.

acampamento em 6 de outubro de 2012 em uma praça do bairro de Kreuzberg – a Oranienplatz.⁷⁰

Os protestos lutavam contra o chamado *Residenzpflicht*, que obrigava os refugiados a viverem nos chamados “*lagers*” (campos de refugiados), geralmente situados fora dos grandes centros urbanos e com controle constante por parte do governo. Os refugiados exigiam, entre outras pautas, a possibilidade de autonomia na escolha do lugar de moradia e a garantia de espaços autogestionados.

Com a chegada do inverno, o grupo acampado – composto por diversas famílias, inclusive com crianças – procurou um edifício para ocupar e encontrou uma antiga escola vazia, a Gerhart-Hauptmann Schule, a alguns quarteirões do acampamento. Dois anos depois, cerca de 300 pessoas moravam na ocupação. Em junho de 2014, cerca de 900 policiais e alguns membros do governo iniciaram um processo de remoção, pressionando as famílias residentes a aceitarem o remanejamento para acampamentos de refugiados no entorno da cidade. Após intensa negociação e forte pressão, 208 pessoas aceitaram sair da escola ocupada, porém 50 ocupantes e alguns ativistas permaneceram.

Neste momento, já havia um grande número de cidadãos berlinenses apoiando a ocupação. Após a saída das 208 famílias, a

⁷⁰ Todo o relato desta ocupação foi obtido a partir de vídeos e textos no site oficial do movimento (<http://oplatz.net>) e do filme *Nine Days on the Roof* também disponível no site citado.

polícia ameaçou entrar no edifício ocupado e remover à força os moradores restantes. Os ocupantes e ativistas decidiram então ir para o telhado da escola e ameaçaram se jogar caso a polícia entrasse no edifício.

Durante nove dias, os ocupantes protestaram no telhado contando com o apoio de centenas de pessoas que se manifestavam a favor da ocupação. Ao final, um acordo foi realizado determinando que metade da escola seria dada para os refugiados para que construíssem um centro de apoio a refugiados. Desde então, a ocupação enfrenta uma batalha judicial para que o acordo seja cumprido e ainda enfrenta ameaças de remoção por parte do governo local.



Figura 47: Refugiados protestam no telhado da escola ocupada.
 Fonte: Oliver Feldhaus | <http://oplatz.net>.

O que nos chama a atenção neste caso é, em primeiro lugar, a incorporação de demandas muito além das relacionadas apenas a habitação. A exigência de se construir um espaço que receba os refugiados, mas que seja coordenado pelos próprios refugiados, nos mostra que existe uma luta desta população para se inserir na cidade, mas a partir de uma construção autônoma e independente.

Outro aspecto relevante é a participação dos cidadãos berlinenses na luta dos refugiados. Tanto por parte dos ativistas que atuam diretamente nesta e em outras ocupações e formas de protesto, como também por parte das centenas de pessoas que permaneceram do lado de fora da escola ocupada durante os nove dias em que os refugiados permaneceram no telhado.

Portanto, é importante ressaltar que tanto nos períodos anteriores em que ondas de ocupações ocorreram em Berlim, quanto atualmente, o debate relacionado ao acesso à moradia digna e ao direito à cidade está presente. No entanto, há uma discussão mais profunda, que compreende esses espaços como possibilidades de construção de outra ordem de cidade. Uma discussão que coloca o protagonismo das decisões nas mãos dos refugiados, dos pobres, daqueles que são de alguma forma excluídos do modelo hegemônico de vida em sociedade. A necessidade de habitação funciona, muitas vezes, como pano de fundo ou como mais um elemento em um debate mais amplo de cidade, cidadania e sociedade.

No Brasil, por outro lado, a necessidade por habitação é latente, tendo em vista o nosso déficit de mais de 5 milhões de moradias.⁷¹ E muitas vezes a precariedade e a urgência por habitação digna agregam complexidade aos debates sobre as formas de lutar e os objetivos reais da luta. No entanto, em maior ou menor escala, a luta por um sistema mais justo, de inclusão, se faz presente. Mas não apenas isso. Ao optar, como melhor alternativa, por uma ocupação ou uma favela, onde muitas vezes os problemas deverão ser resolvidos coletivamente, onde a autogestão se faz presente por escolha ou por necessidade, cria-se a oportunidade de se repensar o estilo de vida individualista e alienado da sociedade capitalista.

É importante destacar, no entanto, que as práticas e a lógica capitalista muitas vezes estão presentes nas ocupações de edifícios e favelas, especialmente na realidade brasileira. Como nos mostra C.N.F. Santos (1981), a população das favelas constantemente se utiliza de estratégias do capitalismo e está de certa forma inserida no sistema.

Embora as práticas de produção e reprodução dos espaços dentro das favelas estejam cada vez mais inseridas em uma lógica mercadológica do sistema capitalista (Abramo, 2009), a ausência de um padrão regulatório formal oficial faz com que as práticas

cotidianas de negociação, ajuste e improvisação possibilitem a criação de um modo de vida mais coletivo.

Para Vasudam (2015), as ocupações são espaços onde se pode imaginar e vivenciar mundos alternativos, onde se pode expressar solidariedade, explorar novas identidades e intimidades, experimentar e compartilhar sentimentos e viver autonomamente.

Embora as dinâmicas cotidianas dos moradores de favelas e ocupações no Brasil sejam marcadas por uma série de fatores negativos, como a precariedade, falta de salubridade e acesso aos mais básicos serviços e necessidades – a maior parte deles oriundos da exclusão intencional desta parcela da população dos direitos a que todos os cidadãos deveriam ter acesso – por necessidade, por luta ou por opção, sua forma de vida, em alguns aspectos, pode se aproximar das formas de vida ditas “alternativas” dos jovens libertários berlinenses.

Mais do que uma ação previamente ideológica, vemos nas ocupações e favelas cariocas um terreno fértil para experimentação, resistência e fortalecimento de outras formas de se relacionar, de lidar com os espaços, com a natureza. Estas formas já estão lá, presentes, é preciso olhar para elas, valorizá-las e compreender o potencial transformador latente.

⁷¹ Fonte: <<http://www.fjp.mg.gov.br>>.

Neste capítulo aproximamos nossa discussão acerca das ocupações berlinenses com a realidade brasileira e, especialmente, com nosso estudo de caso, a favela Indiana. Partimos de uma distinção entre dois tipos de reação – *ativa* e *reativa* – e em seguida discutimos as transformações necessárias em nossas ferramentas, processos e abordagem para a construção e luta pelo direito a uma outra cidade.

REAÇÃO ATIVA E REAÇÃO REATIVA

Na nossa pesquisa, procuramos analisar universos distintos como as ocupações de edifícios e favelas no Rio de Janeiro e as ocupações berlinenses. Conforme explicitado, olhamos para estes fenômenos como processos de resistência a um sistema capitalista neoliberal de produção das cidades que desconsidera uma parcela desta população, especialmente no que tange a direitos básicos como o acesso a moradia digna.

No entanto, identificamos que, dentro desse universo complexo e diverso, há diferentes formas de reação e consequentemente diferentes desdobramentos e abordagens para cada caso.

Holston (2013) vê nas periferias brasileiras a construção de uma cidadania resistente, insurgente. Ele considera os espaços de moradia construídos pelos pobres urbanos espaços de reação e criação. Da mesma forma, observamos as favelas e ocupações cariocas também como espaços de reação com um potencial de criação. C.N.F. Santos (1980), por outro lado, vê no morador da favela alguém que está inserido no sistema capitalista, ainda que de forma subordinada. A reação ao sistema nas favelas existe por uma espécie de confronto que sua paisagem e morfologia estabelecem com a paisagem e morfologia do capital.

Conforme observamos no capítulo anterior, as ocupações berlinenses geralmente estão inseridas de forma bastante clara em lutas organizadas, seja pelo direito a habitação, pela preservação

de uma determinada estrutura urbana ou por outra forma de vida em sociedade. A ideologia e a organização não apenas estão presentes, como moldam e definem a maior parte dessas ações. O próprio ato de ocupar é um ato político definido *a priori* como um movimento de rebeldia e luta contra o sistema.

Da mesma maneira, as ocupações residenciais politizadas⁷² no Brasil surgem como denúncia do não cumprimento da função social da propriedade e do direito a moradia. Assim como nos casos berlinenses, podemos observar, especialmente nas ocupações de edifícios organizadas por movimentos sociais, uma forte organização política e a discussão de pautas mais globais com posicionamento político mais definido, mesmo quando a demanda principal é o direito a moradia.

Para diferenciar esses tipos de reação, estabelecemos dois conceitos distintos: a **reação ativa**, que corresponde às ocupações politizadas berlinenses e cariocas, e a **reação reativa**, que corresponde às favelas e a algumas ocupações que não são precedidas de movimentos organizados.⁷³

O termo reação ativa remete a uma ação intencional e planejada contra um determinado agente ou sistema. O caráter ativo configura-se também em um momento de ação; no caso das ocupações, o momento em que se ocupa um edifício. E,

⁷² Como exemplo de ocupações não politizadas, ver Martins (2014), entre outros.

⁷³ Essas formulações foram desenvolvidas em discussão com a prof.^a Luciana Andrade, orientadora desta tese.

normalmente, a uma ação intencional e pontual, corresponde-se uma reação que tende a ser igualmente ativa e pontual. Ou seja, a reação ativa suscita também outra reação ativa por parte do governo, do mercado imobiliário ou de quem quer que seja o agente ou sistema que se busca confrontar.

O termo reação reativa traz consigo uma redundância proposital. Reativo significa também aquele que produz reação. A etimologia da palavra “reativo” remete a uma noção de temporalidade, o prefixo “re-” refere-se ao depois. Neste sentido, observamos os fenômenos das favelas e algumas ocupações como um processo de reação, porém uma reação não pontual, contínua, que implica uma noção de tempo e que não surge intencionalmente contra um sistema ou um agente específico.

Entendemos as ocupações berlinenses e as ocupações politizadas brasileiras, portanto, como resistências **ativas** às pressões e imposições do mercado imobiliário, mercado de trabalho, políticas públicas e cidadania diferenciada. A luta tanto nas ocupações berlinenses como em muitas ocupações de edifícios – representada por movimentos sociais, como o MNLM por exemplo – no Rio de Janeiro é contra um modelo de cidade que privilegia as áreas centrais e infraestrutura da cidade como espaços das elites e desloca os pobres urbanos cada vez mais para periferias e/ou áreas de risco.⁷⁴

⁷⁴ Sobre ocupações de edifícios ociosos no Rio de Janeiro, ver Bueno (2008), Mello (2014), entre outros.

Desta forma, a ocupação serve não apenas para garantir moradia para aquele grupo, mas especialmente como tática de pressão, luta e apropriação de espaços que antes estavam sob o controle do Estado ou das elites. A ocupação de edifícios vazios tem como objetivo também ressaltar a incoerência das ações do planejamento urbano da cidade, que promove os espaços periféricos como locais de moradia para os pobres, sem garantir oportunidades de trabalho e serviços, enquanto diversos imóveis e terrenos situados em áreas infraestrutura da cidade permanecem vazios e ociosos, muitas vezes funcionando como elemento de especulação imobiliária.

No caso da Ocupação Manoel Congo no Rio de Janeiro, por exemplo, todo o processo desde escolha do edifício até ocupação foi organizado pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM). A ocupação situa-se na Cinelândia, importante parte do centro da cidade em termos de cultura, trabalho, meios de transporte e serviços. Além do aspecto prático e funcional desta localização, há um aspecto simbólico importante, por ser um local de importância histórica e que após um período de degradação havia sido retomado pelo município como espaço a ser revitalizado. Segundo Mello (2014: 73):

Esta localização foi escolhida, segundo a coordenação do Movimento, como uma forma de contestar as áreas onde o Estado tradicionalmente produz habitação popular, isto é, nas periferias das cidades, onde a infraestrutura e serviços são precários, quando existem. Ocupando um edifício no coração do centro

da cidade do Rio de Janeiro, o Movimento obriga as pessoas que passam por ali, inclusive os próprios vereadores, seus vizinhos, a se depararem com a questão da falta de “moradia digna” para os pobres. Na visão estratégica da coordenação do MNLM-RJ, mais do que acessar uma moradia, aquela Ocupação tem um papel político de evidenciar o conflito da desigualdade de acesso à cidade entre os trabalhadores subalternos e as classes média e alta.

É possível identificar neste relato que os objetivos políticos do Movimento são evidentes e, mais do que simplesmente fazer um protesto, a ocupação de edifícios visa explicitar uma possibilidade de solução e revelar que o projeto de habitação para os pobres urbanos é um projeto político com objetivos de manter esta população afastada dos benefícios da cidade, reproduzindo assim sua condição de pobreza e exclusão.

É importante ressaltar que nem todas as ocupações no Rio de Janeiro precedem de uma organização e envolvimento com os movimentos sociais, e, além disso, nem todos os ocupantes têm previamente um envolvimento político com os movimentos. No caso da Ocupação Manoel Congo, por exemplo, o MNLM definiu três áreas da cidade e um ano antes da ocupação do edifício seus militantes iniciaram um processo de organização e mobilização dos futuros ocupantes. Estas áreas foram definidas a partir de locais de onde alguns militantes eram originários, porém grande parte dos futuros ocupantes não era militante de nenhum movimento social até então (Mello, 2014).

A escolha do edifício deu-se através de levantamentos e pesquisas em parceria com o Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e do Instituto de Terras e Cartografias do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), demonstrando que havia algum respaldo de órgãos públicos na luta do movimento. No entanto, Mello (2014) ressalta, assim como observamos na nossa experiência em Indiana, que o envolvimento desses órgãos se devia ao engajamento político pessoal dos presidentes e alguns funcionários. Ou seja, a estrutura política no Brasil possibilita canais e meios de respaldo à luta pela moradia. No entanto, estes são meios frágeis e geralmente condicionados ao engajamento dos funcionários responsáveis, o que em muitos casos inviabiliza muitas dessas ações. Além disso, como os processos de ocupação e regularização são muito longos, é comum que a mudança de funcionários gere atrasos ou em alguns casos interrupções em processos já em andamento.

Segundo Mello (2014), o MNLM atuava em três frentes nos momentos prévios à ocupação. O primeiro trabalhava a organização, mobilização e definição dos futuros moradores. O segundo realizava a pesquisa e busca pelo edifício mais adequado. A terceira, denominada “brigada de apoio”, realizava o planejamento do ato da ocupação em si, realizando o reconhecimento da área, verificação de infraestrutura no edifício, monitoramento de vigilância. Fica claro, neste caso, que há uma ação extremamente organizada e planejada previamente.

Além disso, é importante destacar que a organização interna dessas ocupações visa ser autogestionária, ou seja, após a ocupação realizada a ideia é que os moradores permaneçam organizados de forma independente do movimento social e que se dividam nas tarefas de limpeza, segurança e manutenção. Esta organização já começa a ser trabalhada e definida antes mesmo de a ocupação ser realizada, mas é importante que se consolide posteriormente.

A ideia da autogestão é uma das pautas dos movimentos sociais de luta pela moradia. Ela vai ao encontro das necessidades dos moradores, que, na maioria dos casos, não tem como arcar com os custos de um porteiro, profissional de limpeza, entre outros, mas é especialmente importante para a proposta político-ideológica do MNLM-RJ, que visa, *“através da gestão coletivizada, estimular a reciprocidade na relação entre os moradores, em oposição à maioria das relações no mundo capitalista regidas pelo mercado”* (Mello, 2014: 109). É uma luta do movimento social que acredita em uma ação coletiva imbuída de um ideal de *“bem-estar urbano construído coletivamente”* (Lago, 2011: 3) em todas as etapas da produção da moradia, desde a escolha do terreno, a construção da moradia e a gestão dos serviços.

Lago (2011) destaca que a presença de produção de moradia com a participação de movimentos sociais acostumados a atuar politicamente em diferentes esferas e demandas em locais onde a autoprodução está presente historicamente altera as dinâmicas locais e sugere que a *“concentração de experiências numa mesma região pode ser uma das condições para que os coletivos envolvidos*

ampliem o universo de suas ações, incorporando novas demandas para além da casa com infraestrutura básica” (Lago, 2011: 3).

São também pensadas, portanto, ações de geração de renda e produção cultural, a partir da compreensão de que o acesso à moradia digna deve ser considerado em sua inserção urbana e dentre um conjunto de elementos que possibilitem uma melhora nas condições de vida dos pobres urbanos. No caso da Ocupação Manoel Congo, foi criada uma cooperativa intitulada Cooperativa Liga Urbana, que possui três núcleos de ação: gastronomia, construção civil e cultura. A ideia de se criar uma cooperativa autogestionária visa também fugir do modelo de exploração do trabalhador vigente no sistema capitalista. Outra observação interessante é que, segundo Mello (2014), essas cooperativas são entendidas como braços jurídicos do movimento, e, em alguns casos em que o movimento obteve financiamento público para construção de habitações, estas cooperativas foram contratadas para executar a construção.

Como podemos observar, há uma ação organizada e intencional que visa uma ação transformadora não apenas das políticas públicas, mas também dos indivíduos envolvidos, trabalhando na capacitação, envolvimento e organização de moradores de áreas precárias. Estas ações vão muito além do acesso à moradia, e discutem modelo de trabalho e renda, distribuição territorial, acesso a cultura e educação como formas de se repensar a inserção dos pobres urbanos na cidade.

Uma diferença importante das ocupações brasileiras organizadas por movimentos sociais e as ocupações berlinenses é que nos casos brasileiros, de forma geral, os moradores do edifício ocupado não serão apenas os militantes dos movimentos que organizam e pensam a ocupação. A existência do movimento organizado serve como suporte e unificação e, muitas vezes, parte dela a intenção do ato de ocupar, assim como a definição de quem serão os ocupantes, do edifício a ser ocupado, como e quando.

Diferentemente, nas ocupações berlinenses estudadas, de forma geral há uma auto-organização de um grupo, e os indivíduos deste grupo é que serão os moradores das ocupações. Conforme explicitamos anteriormente, há momentos na história em que ocorrem ondas de ocupações em Berlim, como logo após a queda do muro, por exemplo. No entanto, não há um movimento nacional de luta pela moradia que unifique as demandas e estratégias das ocupações. Por outro lado, há uma forte participação cidadã e um apoio de parte da sociedade a estas ações em diferentes momentos da história das ocupações berlinenses.

Podemos identificar outra estrutura de resistência em favelas, como Indiana, por exemplo, onde não há muitas vezes uma organização e uma formulação político-ideológica clara *a priori*. Chamamos esses processos de **reação reativa**, onde observamos um somatório de ações individuais determinadas por um contexto de exclusão e forma como o Estado se faz presente tanto na oferta de oportunidades quanto no controle da terra que determinam a existência e o desenvolvimento desses espaços.

Observamos que a necessidade por moradia inserida no contexto urbano, na maior parte dos casos, é o principal motivador das ocupações e desenvolvimento das favelas. Não há, necessariamente, um questionamento explícito do sistema capitalista ou da forma como a moradia é produzida e distribuída na cidade.

Contudo há algo de totalmente irreverente na favela, especialmente na (re)construção do espaço físico. Enquanto as ocupações se adequam a uma formatação do espaço urbano da cidade tradicional e existente, as favelas se desenvolvem muitas vezes criando outras lógicas de relação espaço-sociedade, como exploramos no segundo capítulo desta tese.

Mesmo que sem uma formulação ideológica claramente definida, concordamos com Holston (2013) quando o autor defende que a experiência nos conflitos de terra e a autoconstrução são ao mesmo tempo elementos de reforço da exclusão política e cidadã dessas pessoas, e catalisadores de uma construção do que ele define como uma nova cidadania urbana, ou a cidadania insurgente, entendida aqui também como uma ampliação da sua participação política e consciente.

Holston nos mostra que os trabalhadores expulsos dos centros urbanos não apenas sobrevivem, mas criam condições de melhorias no seu novo espaço urbano ao longo de décadas, fazendo com que a sua perspectiva política e histórica nos espaços de moradia se torne extremamente potente e resistente. Assim

como C.N.F. Santos (1981) defende que, ao contrário de estarem aliados e serem apenas agentes passivos dos processos de exclusão e segregação, os pobres trabalhadores se reconstroem e reorganizam de acordo com seus interesses.

Apesar disso, é importante ressaltar que a realidade das favelas na contemporaneidade é marcada por uma série de estratégias que muitas vezes reproduzem as mesmas lógicas capitalistas que impulsionaram sua existência. Grande parte dos moradores das favelas atualmente não é de “proprietários”, como Holston (2013) indica em sua pesquisa realizada nos anos 1980, por exemplo. O número de moradores que alugam casas ou cômodos nas favelas vem crescendo nas últimas décadas, especialmente nas favelas mais consolidadas das grandes cidades como o Rio de Janeiro.

Abramo (2009) realizou um estudo sobre a informalidade no mercado imobiliário das favelas e as práticas de certa forma capitalistas realizadas por moradores, ex-moradores e indivíduos ou grupos de indivíduos que observaram no fortalecimento das lutas pelos direitos de propriedade dos moradores de áreas originalmente ilegais uma oportunidade de benefício próprio. Não iremos examinar a fundo essas dinâmicas nesta tese, mas é relevante para nossa pesquisa entender que o contexto atual no que se refere aos moradores de favelas é heterogêneo e em constante transformação, onde interesses, estratégias e ordens de poder diversas atuam no sentido de transformar o espaço e a ação política.

Tomando como exemplo o caso de Indiana, o entendimento de que foi formado ali um coletivo politizado pelas práticas e vivências urbanas no conflito de acesso a terra e a moradia não nos parece dar conta da realidade. Claro que essas práticas históricas – não apenas em Indiana, mas por exemplo novos moradores oriundos de outras favelas – têm um papel importante ao colocar aqueles indivíduos em uma determinada posição político-social do conflito. No entanto, a partir da nossa atuação, pudemos perceber que foi apenas quando houve uma ameaça concreta à favela que os moradores se uniram em uma luta política comum. Curiosamente foi também neste mesmo momento que eles se dividiram, no conflito abordado no primeiro capítulo, entre aqueles que desejavam permanecer e os que desejavam sair de Indiana.

Sugerimos, portanto, que há um processo de resistência e de reação que ocorre nas favelas que normalmente está diretamente relacionado a uma ação concreta de desestabilização. A reação reativa significa que os espaços da favela, por exemplo, se desenvolvem de certa forma sem uma definição *a priori* do que seria a luta desses moradores; seu surgimento e desenvolvimento estão mais fortemente ligados à necessidade de moradia, à qual vão se somando outras necessidades como lazer, relações sociais e serviços. Essas necessidades são supridas pelos próprios moradores, muitas vezes, na ausência de uma ação do Estado.

No caso das ocupações de edifícios, há uma ação que muitas vezes precede uma ameaça concreta. Ela está inserida em um contexto de ameaça e exclusão, porém ela parte mais da identificação de

uma oportunidade – um edifício vago, por exemplo – e uma ação coordenada e com viés claramente político.

Não estamos afirmando, no entanto, que todas as favelas são reações reativas e todas as ocupações são reações ativas. Podemos encarar esta distinção também como uma questão temporal. Em um determinado momento, a luta pode assumir uma dimensão ativa, como foi o caso de Indiana quando houve a ameaça de remoção. Apesar de não se tratar de um enfrentamento do sistema capitalista propriamente consciente, o aspecto ativo da reação manifesta-se quando os moradores se mobilizam contra uma estratégia para maximizar os lucros do mercado imobiliário.

Tampouco pretendemos definir que uma ação é mais eficaz que a outra. No caso da reação ativa, por exemplo, embora haja uma consciência política e ideológica clara, pela própria natureza da ação de ocupação, a ameaça de remoção torna-se muito mais rápida e muitas vezes efetiva. No caso das reações reativas, por permanecerem de certa forma invisíveis ao longo do tempo – devido aos aspectos já discutidos anteriormente, como por exemplo os próprios interesses das classes dominantes –, muitas vezes os processos de remoção podem se tornar muito mais difíceis.

É importante ressaltar também que, no caso do Rio de Janeiro, muitos moradores de ocupações são antigos moradores de favelas. Além disso, cada vez mais moradores de favelas vêm se inserindo em movimentos sociais e expandindo suas lutas para além do

âmbito das necessidades individuais ou do seu coletivo, mas tendo uma atuação político-ideológica mais objetiva.

OUTROS TEMPOS, OUTRAS FERRAMENTAS, OUTROS ATORES, OUTROS PROCESSOS

Imaginemos ainda que estamos nos empenhando em transformar o mundo. Na qualidade de habilidosos arquitetos inclinados à rebeldia, temos que pensar estratégica e taticamente acerca do mudar e de onde mudar, sobre como mudar o que e com que ferramentas. (Harvey, 2011 [2000]: 305)

Durante o trabalho de parceria com Indiana, nos deparamos constantemente com nossos limites e desafios enquanto técnicos, professores, pesquisadores e estudantes diante de uma atuação mais próxima da realidade. Estes limites vão além da nossa falta de prática em processos participativos ou em uma arquitetura mais ativista. Eles estão intimamente relacionados à relação entre a produção do espaço e a reprodução de lógicas de dominação naturalizadas em nosso sistema.

Esta reprodução se reflete diretamente nas nossas ferramentas, tempos e processos. Como defende Ferro (1979), nossas ferramentas, especialmente a do desenho, servem como instrumento de alienação daqueles que efetivamente constroem os espaços por meio de uma separação entre aquele que pensa a cidade e aquele que a executa.

Entre a mão que faz e seu objetivo se insere o desenho do projetista. Aliás, esta é a primeira missão do desenho sob o capital: separar a mão do seu objetivo próprio, o

fazer do feito. A separação da força de trabalho do produto do seu trabalho, a mola da exploração, se repercute, engendra seu eco, no andamento material de produção. O afastamento do trabalhador e dos meios de produção se prolonga no afastamento do momento produtivo; sua lógica específica, e seu resultado. (Ferro, 2002: s/p)

No caso das favelas, como Indiana, a ferramenta do desenho torna-se ao mesmo tempo elemento de opressão e de diálogo, conforme pudemos observar na experiência conduzida durante a disciplina eletiva em 2014 discutida no segundo capítulo desta tese. Se, por um lado, os moradores tinham maior conhecimento e entendimento tanto da configuração urbana da favela como daquilo que desejavam como transformação e melhoria, por outro compreendiam a força de um desenho entendido como “Plano de Urbanização” como elemento de pressão à Prefeitura e como elemento de diálogo entre técnicos e moradores e entre os diferentes grupos de moradores.

Apesar das contradições entre o planejamento e a realidade dinâmica das favelas, o desenho se apresentava também como um produto concreto que simbolizava desejo e poder daqueles moradores. No entanto, o desenho demandado era um desenho elaborado coletivamente, e não um desenho imposto. O desenho/modelo imposto de vida, aqui representado pelo conjunto Minha Casa Minha Vida, havia sido rechaçado por parte dos moradores.

Nossa dificuldade de diálogo com os agentes reais da transformação dos espaços informais relaciona-se diretamente com nossa formação, que separa os que pensam dos que constroem e que entende planejamento e projeto como uma construção exclusivamente técnica e que exclui os usuários dos espaços do processo. Portanto, a desconstrução – no sentido da filosofia de Deleuze, Guattari e Derrida – de tudo aquilo que pensávamos saber foi diária, e o esforço para reorganizar e reconstruir coletivamente outras ordens de ações foi enorme.

Nosso primeiro desafio aconteceu já na primeira reunião para apresentação dos alunos aos moradores, antes mesmo da disciplina eletiva se constituir como realidade. No primeiro semestre de 2014, estivemos em Indiana, acompanhados pela Defensora Pública Maria Lúcia Pontes, para apresentar os alunos do Abricó que passariam a se engajar no projeto. Naquele momento, não sabíamos ainda muito bem o que seria feito na comunidade e nossa ideia foi ouvir e propor uma atividade para os próximos dias que envolvesse as crianças e de onde pudéssemos construir nossa aproximação com os moradores.

Toda a proposta havia sido bastante discutida entre os alunos, com o auxílio do arquiteto Valdo Felinto,⁷⁵ e estávamos bastante seguros de que seria uma experiência importante. No entanto, após a apresentação, sentimos certa frustração dos moradores –

⁷⁵ Diretor da Casa do Sonho – Clínica de Arquitetura Preventiva, participou do Instituto Tibá entre 1987 e 2007 e foi consultor do Instituto Kairós entre 2002 e 2014.

que depois nos foi confirmada pela Defensora Pública –, pois eles esperavam que fôssemos fazer um projeto de urbanização da comunidade. Até então pensávamos que este trabalho deveria ser feito de forma lenta e gradual, com a participação ativa dos moradores e bastante debate. No entanto, havia uma demanda e uma expectativa urgente dos moradores com relação à nossa presença. Muito dessa demanda vinha do conhecimento da experiência do plano alternativo de urbanização para a favela Vila Autódromo,⁷⁶ que foi fundamental nas negociações e no apoio popular que garantiram o prolongamento da permanência dos moradores no local.⁷⁷

Neste momento, nos demos conta de que os tempos do projeto, da universidade, do poder público, não são condizentes com as urgências dos moradores que transformam seu espaço cotidianamente. Portanto, atuar em favelas ou ocupações é atuar em um espaço fluido e em constante transformação. A transformação do espaço construído não se dá em um espaço estático, mas sim em um espaço que se transforma em uma velocidade muito maior do que as nossas ferramentas podem dar conta. Por outro lado, os moradores que conheciam e viviam aqueles espaços todos os dias dominavam de forma natural aquelas transformações. Era preciso, portanto, atuar na urgência, garantindo qualidade no trabalho proposto e ampliando o diálogo

⁷⁶ Disponível em: <<https://vivaavilaautodromo.org>>. Acesso em: 1º fev. 2017.

⁷⁷ Sobre isso, ver Azevedo e Faulhaber (2015).

entre universidade e campo, pois para nós esta era a única forma de funcionar.

Neste sentido, o processo de aproximação com Indiana foi um processo de experimentação. Assim como acreditamos que as transformações cotidianas feitas pelos próprios moradores também se tratam de experimentações. Não havia um objetivo concreto ou possibilidade de elaboração de um plano rígido de ação, uma vez que nem os moradores ou os técnicos envolvidos sabiam exatamente quais as demandas que surgiriam ao longo do processo. O único elemento imutável durante todo o trabalho foi a tentativa de auxiliar os moradores em sua luta pela permanência em Indiana e melhorias de seu espaço urbano por meio de um processo participativo e coletivo.

Outro aspecto que ficou latente no desenvolvimento deste trabalho é a contradição de um processo participativo e nossa pouca – ou nenhuma – preparação para ouvir os não técnicos a respeito de propostas e soluções para seus problemas cotidianos. Pudemos perceber que, embora haja um esforço muito grande por parte dos alunos e dos professores, temos uma habilidade muito maior em ouvir e incorporar a visão dos moradores quando se trata da identificação dos problemas da comunidade. Mas para a proposição de soluções ainda continuamos muito centrados em nossas referências em outros arquitetos/urbanistas e pouco na experiência e vivência dos não arquitetos construtores de seu espaço. No caso de Indiana, assim como de várias favelas, os moradores têm ideias muito concretas sobre o que fazer para

melhorar sua comunidade. As soluções vão desde grandes intervenções, como uma laje sobre o rio para área de lazer, até pequenas mudanças que impactam diretamente no cotidiano dessas pessoas, como a construção de um guarda-corpo em uma passagem improvisada sobre o rio e a substituição de postes que atrapalham a circulação em alguns becos.

O problema é que muitas dessas soluções vão de encontro a algumas questões que aprendemos na universidade e/ou com importantes pensadores das cidades. No entanto, não se trata do diálogo entre aqueles que dominam o saber e os que não dominam, mas sim dos conflitos entre formas de saber diferenciadas, uma mais pautada na experiência e na urgência do que a outra. O desafio está em como articular essas diferentes visões de mundo, entendendo que, como técnicos, temos algum conhecimento específico, porém como moradores eles têm muito a nos ensinar sobre suas práticas cotidianas. Esta conciliação não é simples. Por diversas vezes ao longo do trabalho nos questionamos com relação às nossas próprias certezas enquanto arquitetos e urbanistas. Por outro lado, os moradores também tiveram que questionar suas certezas e repensar suas próprias lógicas.

A discussão sobre outra forma de enxergar e atuar na realidade das favelas e ocupações passa também, portanto, por uma crítica e revisão de nossas próprias ferramentas, tanto enquanto pesquisadores, como enquanto profissionais. Ao nos depararmos com uma realidade dinâmica como a das favelas e ocupações, percebemos que elas não dão conta de apreendê-la de forma

efetiva. Vemo-nos realizando adaptações de instrumentos pensados para outras realidades, outra temporalidade, outro contexto. E no máximo conseguimos chegar a uma série de aproximações.⁷⁸

Acreditamos que, nas favelas, ocupações e demais espaços construídos, de certa forma à margem de algumas das regras (estratégias) da sociedade, e onde as táticas aparentemente predominam, tornam-se mais evidentes as contradições entre uma visão externa e estática do mundo idealizado e o dinamismo do mundo real concreto.

Muitas das ações do poder público e de técnicos acerca das formas alternativas de habitação por parte da população pobre partem de uma lógica de que, ao colocá-las sob a mesma égide e sob as mesmas regras do restante da cidade, seus habitantes e seu habitat irão evoluir e atingir o status de “urbanizado” ou poderíamos dizer “civilizado”. Esta visão reforça a segregação tanto social quanto espacial, na medida em que coloca em diferentes níveis de evolução determinados grupos da sociedade.

A própria forma como o governo, respaldado por parte da sociedade, assume as soluções do problema da moradia no Brasil revela uma visão “domesticadora” do pobre. O Programa Minha Casa Minha Vida, a exemplo dos inúmeros conjuntos do BNH e outros programas, não leva em consideração a complexidade da

moradia da população que se pretende atender. Não considera, por exemplo, as dinâmicas de crescimento das famílias ou a necessidade de uso da moradia como local de trabalho. Andrade e Leitão (2006) desenvolveram um estudo sobre as transformações realizadas em conjuntos habitacionais para atender às necessidades dos moradores reassentados, no qual fica claro que não apenas os projetos para os conjuntos habitacionais não haviam levado em consideração as práticas e desejos dos moradores, como também que estes não iriam simplesmente se submeter aos limites do espaço físico e adequar suas práticas cotidianas à nova configuração espacial imposta. Ao contrário disso, o que se vê é um constante processo de transformação que desafia os limites da construção técnica e em alguns casos coloca em risco a integridade física dos moradores.

⁷⁸ C.N.F. Santos (1980) trabalhou as limitações e contradições do trabalho dos arquitetos em favelas.



Figura 48: Conjunto habitacional Vila Kennedy em 1964 e em 2016.
Fonte: www.g1.com.br.

Para além da crítica às ações dos moradores no intuito de transformar seus espaços físicos, é crucial a crítica aos projetos e especialmente aos processos de formulação e desenvolvimento dos espaços de moradia promovidos pelo governo ou por atores privados. A forma por muitas vezes ousada com que os moradores interferem nas construções evidencia a potência da cidadania insurgente defendida por Holston (2013), demonstrando que o domínio do espaço físico adquirido através de décadas de autoconstrução não será facilmente reprimido pelo Estado ou pela elite.

Nos casos estudados em Berlim, embora aparentemente haja uma rigidez e um controle muito maior sobre as intervenções nas edificações, podemos observar também uma flexibilização e reinterpretção dos espaços internos das habitações de forma a melhor se adequar a diferentes grupos sociais, atividades e configurações familiares. Vasudam (2015) nos mostra que as ocupações berlinenses tiveram um papel fundamental para acolher determinados grupos sociais discriminados e excluídos não necessariamente pela sua classe social, mas muitas vezes por gênero, ideologia, crença.

Não apenas a disposição tradicional de moradia não se adequava, muitas vezes, às necessidades individuais dos moradores, como também a própria existência de um coletivo autogestionado demandava a criação de espaços de uso coletivo, como salas para assembleias, cozinha e lavanderia coletiva e outras estruturas que dessem suporte ao estilo de vida de cada grupo.

Outra questão importante, já mencionada anteriormente, foi a criação de espaços de geração de renda e produção cultural, que serviam tanto para garantir a sustentabilidade das ocupações e possibilitar obras de manutenção, por exemplo, como também para expandir a ação e divulgação dos ideais das ocupações. Diversas ocupações berlinenses possuem espaços como pequenos cinemas ou teatros onde são exibidos filmes e organizados festivais que tratem de temas afins aos discutidos e idealizados pelos moradores. Outras ocupações possuem pequenos cafés, onde por exemplo se oferecem alimentos orgânicos ou veganos, mostrando que os ideais destes moradores vão além da questão da moradia, há um forte questionamento do sistema capitalista, da estrutura do patriarcado, da sociedade heteronormativa, que tende a permear grande parte dessas ocupações e se reflete não apenas nas funções das ocupações como também na forma como os espaços são adaptados para receber essas funções.

Cabe ressaltar que muitas das transformações nas ocupações foram feitas sem a presença ou acompanhamento de um arquiteto. A menos em casos em que era necessário um conhecimento técnico maior ou havia a demanda de algum técnico que assinasse o projeto, especialmente quando as reformas possuíam financiamento do governo. As modificações, no entanto, são mais sutis do que as realizadas nas ocupações de edifícios no Brasil e mais ainda se comparadas às transformações das favelas e conjuntos habitacionais brasileiros.

Mas, assim como nos casos brasileiros, há outro elemento importante para discussão relativo à dimensão temporal do desenvolvimento desses espaços. Assim como nas favelas e nas ocupações brasileiras, as transformações nas ocupações berlinenses são graduais, resultado de disputas e conflitos internos e, em alguns momentos, com agentes externos. A transformação do espaço não está condicionada a um planejamento prévio rígido tanto no caso das ocupações berlinenses e brasileiras, quanto, especialmente, nas favelas.

Como demonstrado anteriormente, no caso de algumas ocupações há um nível de planejamento preliminar, que envolve a decisão sobre o número de famílias e suas principais demandas de acordo com o porte do edifício escolhido para ser ocupado. No entanto, a transformação real do espaço em espaço de moradia para aquele grupo de pessoas só poderá ser definida após a ocupação. E sua definição, ao contrário do sistema tradicional em que há um técnico – arquiteto, por exemplo – que determina como os espaços físicos serão adequados para dar suporte às necessidades de quem habitará o espaço, acontece de forma coletiva, muitas vezes a partir de muitos conflitos.

Já no caso das favelas, os elementos planejamento e tempo tornam-se ainda mais complexos. Afirmar que não existe planejamento nas favelas seria uma imprecisão e uma visão superficial e homogênea do desenvolvimento das favelas. Conforme Silva (2005) demonstra, há uma diversidade de formas pelas quais as favelas cariocas surgiram e se desenvolveram, e

muitas delas estiveram atreladas a projetos de parcelamento do solo irregulares ou abandonados, entre outras estratégias que demonstram que a ideia de desenvolvimento puramente orgânico e espontâneo das favelas não é uma representação acurada da realidade.

No entanto, a velocidade de transformação do espaço das favelas claramente desafia a noção de tempo de planejamento e projeto adotada por arquitetos e urbanistas. Podemos observar isso nos levantamentos espaciais realizados em favelas, por exemplo, sejam eles através de topografia, foto aérea ou outras ferramentas. O tempo de expansão e transformação do espaço físico das favelas e ocupações é muito mais ágil do que o tempo de elaboração de levantamentos e desenhos de pranchetas dos arquitetos. No caso de Indiana, por exemplo, no período de dois anos em que trabalhamos no desenvolvimento de projetos, levantamentos e relatórios, uma série de mudanças físicas ocorreram no espaço, de forma que nossos levantamentos do início de 2014 já não serviam como base para os projetos desenvolvidos em 2015.

A visão linear do tempo presente na prática do planejamento urbano não apenas não é condizente com a realidade dinâmica dos espaços estudados, como serve como instrumento de imposição e dominação. A linearidade do tempo implica a ideia de evolução, progresso. Os pré-modernos (Latour, 2011 [1991]), ou os não cidadãos (B.S. Santos, 1991), estariam apenas em um estágio anterior aos modernos ou aos países desenvolvidos do “norte”. Com o tempo e a evolução segundo as lógicas desses modelos

dominantes, um dia atingiriam este outro nível. Ou seja, a tentativa de imposição de um modelo físico predefinido e o entendimento de uma estrutura temporal de evolução se reflete no campo da atuação de técnicos nas favelas e ocupações de forma a reforçar a segregação existente e impor um determinado modo de vida a esses habitantes da cidade.

Em um contraponto à visão linear do tempo, Latour (2011 [1991]) propõe o tempo como uma espiral. Nesta outra abordagem, passado, presente e futuro podem coexistir em alguns momentos. Segundo o autor, o que nos define é a troca, o acúmulo, a coexistência de diferentes tempos em toda e qualquer prática social existente. Mais do que revelarmos o passado e imaginarmos o futuro, o que nos importa são os elementos que cada indivíduo ou grupo social seleciona desses diferentes tempos.

Certamente temos um futuro e um passado, mas o futuro se parece com um círculo em expansão em todas as direções, e o passado não se encontra ultrapassado, mas retomado, repetido, envolvido, protegido, re combinado, reinterpretado e refeito. Alguns elementos que pareciam estar distantes se seguirmos a espiral podem estar muito próximo quando comparamos os anéis. Inversamente, elementos bastante contemporâneos quando olhamos a linha tornam-se muito distantes se percorremos um raio. (...) Nós nunca avançamos nem recuamos. Sempre selecionamos ativamente elementos pertencentes a tempos diferentes. Ainda podemos selecionar. É a

seleção que faz o tempo, e não o tempo que faz a seleção. (Latour, 2011 [1991]: 74, 75)

B.S. Santos (2002), por outro lado, também propõe uma reflexão acerca das nossas relações entre passado, presente e futuro. Atualmente vivemos em um presente curto e fugaz, temos à frente um futuro infinito e para trás um passado enorme.

Proponho uma racionalidade cosmopolita que, nesta fase de transição, terá que seguir a trajetória inversa: expandir o presente e contrair o futuro. Só assim será possível criar o espaço-tempo necessário para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está em curso no mundo hoje. (...) Para expandir o presente, proponho uma sociologia das ausências; para contrair o futuro, uma sociologia das emergências. (...) Enquanto a sociologia das ausências expande o domínio das experiências sociais já disponíveis, a sociologia das emergências expande o domínio das experiências sociais possíveis. (B.S. Santos, 2002: 239, 258).

Para ele, quanto maior a diversidade de saberes e experiências, mais o presente se expande e o futuro se contrai. A diversidade de experiências pressupõe a existência de conflitos e diálogos. O autor propõe a troca de saberes e experiências entre técnicos e população, diferentes formas de trabalho e produção, diferentes sistemas de classificação social, diferentes meios de comunicação.

O reconhecimento e a expansão da diversidade e da multiplicidade disponíveis e possíveis trazem dois problemas. O primeiro é o da

fragmentação da realidade e o segundo, derivado do primeiro, é o da “impossibilidade de conferir sentido à transformação social” (B.S. Santos, 2002: 261).

Para a razão indolente,⁷⁹ este problema foi resolvido através da ideia de totalidade, e de que todas as partes dessa diversidade estão relacionadas e submetidas ao todo, e ao conceito linear do tempo, onde a história tem um sentido e uma direção, a ideia de progresso. Ou seja, propõe respostas universais para problemas universais, mesmo considerando a existência da diversidade.

Do ponto de vista da razão cosmopolita que aqui proponho, a tarefa diante de nós não é tanto a de identificar novas totalidades, ou de adotar outros sentidos para a transformação social, como de propor novas formas de pensar essas totalidades e de conceber esses sentidos. (B.S. Santos, 2002: 261)

B.S. Santos propõe um processo de tradução como alternativa a uma teoria geral, totalizante. Este processo deve buscar acrescentar visões de mundo, conceitos de desenvolvimento nas discussões sobre os conhecimentos. Essa ideia parte da visão de que todas as culturas são incompletas e o diálogo entre diferentes culturas e diferentes formas de ver o mundo pode enriquecer ambas. O autor parte do princípio oposto ao da teoria geral, do

⁷⁹ O autor denomina *razão indolente* o modelo de racionalidade ocidental hegemônico. Ele propõe um novo modelo, que denomina *razão cosmopolita* (B.S. Santos, 2002).

universalismo. Defende o universalismo negativo, onde é impossível concebermos a completude cultural.

A tradução é o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências. Trata-se de um procedimento que não atribui a nenhum conjunto de experiências nem o estatuto de totalidade exclusiva nem o estatuto de parte homogênea. As experiências do mundo são vistas em momentos diferentes do trabalho de tradução como totalidades ou partes e como realidades que se não esgotam nessas totalidades ou partes. Por exemplo, ver o subalterno tanto dentro como fora da relação de subalternidade. (B.S. Santos, 2002: 262)

À medida que o trabalho se desenvolve, percebemos cada vez mais que é necessário encontrarmos formas de pensar junto com os moradores, de incorporar o dinamismo em nossos processos, de buscar pensar a partir de uma lógica mais aberta e livre. Como disse C.N.F. Santos sobre sua experiência em Brás de Pina,

De fato, fomos vendo que o mais fascinante resultado do que fazíamos era o que acontecia a partir daí e totalmente fora de nosso controle. Quanto mais inventávamos sofisticadas maquinações sobre o espaço, a economia e os comportamentos sociais, mais éramos superados pelos processos do dia a dia

individual e coletivo dos moradores. (C.N.F. Santos, 1980: 42)

Esse dinamismo não é exclusivo das populações mais pobres. No entanto, quando há necessidades latentes e um cotidiano que impõe decisões dia a dia, ele se torna mais forte. E talvez um dos caminhos seja buscar aprender com ele, afinal de contas os pobres já sabem como lidar com o imprevisível há tempos, nós é que procuramos a segurança do estático e do previsível.

PELO DIREITO A UMA OUTRA CIDADE

Mais do que a luta pelo direito à cidade existente, ou seja, a partir do desejo de inclusão de parte da população que se vê ou é vista como excluída, propomos que as ocupações e favelas podem ser utilizadas como táticas de luta pela construção de uma outra cidade. O que observamos, tanto nos casos berlinenses como nos cariocas, é que muitas vezes a resistência não apenas se dá em oposição a uma determinada ação por parte do governo, por exemplo, mas também se trata de uma resistência pela autonomia e pelo direito de escolha e de voz nas decisões relativas à moradia e à cidade.

Portanto, para pensarmos nestes processos de resistência e luta, é fundamental compreendermos os diferentes níveis de desigualdade em cada contexto, e também observar que há um enorme potencial de discussão e debate sobre a cidade. Esta discussão está presente não apenas quando movimentos sociais e coletivos se organizam com demandas claras e objetivas, mas também nas práticas cotidianas de grupos de pessoas que muitas vezes não estão agindo no intuito de produzir determinadas discussões, mas sim de melhorar sua qualidade de vida dentro de um sistema precário e frágil.

O que argumentamos, no entanto, é a existência de um potencial transformador, e não de uma transformação oriunda dos processos tratados. Ou seja, não basta reconhecermos que há ali elementos transformadores, mas na verdade agir coletivamente no intuito de

potencializar determinados aspectos inerentes ao invés de sufocá-los reproduzindo lógicas de dominação e manutenção das desigualdades e segregação socioespacial.

Assim como podemos observar o potencial transformador desses espaços, também devemos destacar e atentar para o potencial de manutenção de um sistema impositivo e homogeneizante das cidades, que tem favorecido historicamente as elites mundiais. No caso das favelas cariocas, sua própria existência foi fomentada e tolerada pelas elites e pelo poder público durante diferentes momentos da história justamente por servir aos interesses dos grupos mais poderosos da cidade, como por exemplo reserva de mão de obra barata, contribuindo para a manutenção dos privilégios desses grupos em detrimento da população pobre.

Também é importante ressaltar novamente as práticas capitalistas e análogas às práticas hegemônicas que ocorrem especialmente nos casos do que chamamos de resistência reativa. No caso de Indiana, por exemplo, podemos citar as estratégias utilizadas durante o conflito entre parte da população que aceitou as unidades do PMCMV e a parte que gostaria de permanecer.

Durante nosso levantamento, pudemos identificar que diversas casas da favela eram alugadas e os “proprietários”⁸⁰ muitas vezes

⁸⁰ Não há de fato propriedade regular ainda em Indiana, porém, como prática comum em diversas favelas da cidade, existe um mercado informal em que documentos de compra e venda não oficiais são realizados para registrar o

não eram moradores da favela. Havia o caso, por exemplo, de ex-moradores que haviam se mudado para áreas formais da cidade ou para favelas vizinhas para morar com familiares, porém mantinham a posse da casa em Indiana para garantir o recebimento de unidade do PMCMV oferecido pela Prefeitura. Em outro caso, durante o cadastramento que realizamos em conjunto com o ITERJ identificamos um edifício de três andares onde co-habitavam diversas pessoas. Ao saber que estava sendo realizado o cadastramento, o proprietário do imóvel – que não morava ali – solicitou que fosse ele o cadastrado, afinal de contas ele era o proprietário e aqueles moradores eram apenas os locatários. O funcionário do ITERJ, então, explicou a ele que a regularização só poderia ser feita para pessoas que morassem na habitação e que não possuísem outros imóveis, uma vez que a concessão de usucapião está condicionada ao direito de moradia e à função social da propriedade. O proprietário avisou então que iria expulsar os atuais moradores e colocar ali seus filhos, que viriam a ser os moradores cadastrados.

Neste momento percebemos que, na tentativa de auxiliar os moradores de Indiana a garantirem seu direito a moradia, podíamos em alguns casos contribuir para a precarização ainda maior da vida de alguns moradores, especialmente os que moram de aluguel e se encontram, portanto, em situação mais vulnerável. É importante destacar também o problema da habitação encarada

comércio dos imóveis. Esses documentos, embora não sejam legais, muitas vezes são aceitos em processos de regularização fundiária.

como produto e da associação do direito à moradia com o direito à propriedade privada (Mello, 2014).

Outro caso representativo desta discussão foi o de um morador que originalmente era proprietário de um imóvel situado no interior da favela e que, devido a um problema na perna, tinha dificuldade de locomoção. Como o seu imóvel possuía escadas e situava-se em uma área de mais difícil acesso da favela, ele optou por alugá-lo a outra pessoa e com o valor recebido alugar um imóvel na entrada da favela, onde estabeleceu um comércio e sua moradia. Durante o processo de cadastramento, o morador foi informado que ele não poderia ter nenhum dos dois imóveis regularizados, pois não residia no seu imóvel e o local onde ele residia, além de ser alugado, situava-se em área de risco – à beira do rio. Neste caso específico, a utilização de mecanismos de obtenção de renda através da unidade habitacional serve-se não para especulação imobiliária, mas para garantia de uma condição melhor de moradia. No entanto, além de criarem empecilhos para os processos legais de regularização fundiária, as estratégias informais abrem precedentes para que outros se utilizem de mecanismos similares para se beneficiar de políticas públicas com objetivos outros que não o de direito a moradia.

Portanto, é extremamente importante inserir a discussão relativa ao ideal da propriedade privada e suas alternativas como a propriedade coletiva e a Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia, por exemplo, como forma de prevenir a reprodução do modelo injusto de distribuição de terra e habitação vigente.

No caso de Berlim, por outro lado, conforme já discutido, a questão da propriedade privada não é – pelo menos ainda – um elemento central, uma vez que a maior parte da população berlinense é de locatários e a associação da moradia com um bem a ser adquirido não é tão evidente como no caso brasileiro. Diversos elementos contribuem para essa lógica, sendo um dos mais importantes o controle do Estado nos valores dos aluguéis e nas leis que protegem o locatário, trazendo maior segurança para este setor da população.

Ainda assim, Berlim possui uma longa história de práticas de resistência adotada pelos habitantes da cidade nos momentos de crise e insegurança habitacional. Vasudam (2015) argumenta que este cenário faz parte de uma visão alternativa da cidade como espaço de ação e luta. No Brasil, apesar do contexto em muitos aspectos distinto do caso alemão, a história de luta e práticas de resistência relativas à habitação também se faz presente e se intensifica em momentos de crise e repressão. Seja nos próprios processos de construção e desenvolvimento de alternativas de moradia como as favelas e ocupações, sejam nos diversos movimentos de resistência a remoções forçadas ou à imposição de formas de habitar pautadas numa política segregacionista e excludente, a classe trabalhadora pobre brasileira participou ativamente da construção, através da luta cotidiana, de sua cidade.

As práticas informais de solução para a questão habitacional de certa forma delinearam o desenvolvimento urbano da cidade. Embora no Brasil haja uma enorme resistência por parte dos

governos em incorporar em suas políticas as lutas dos movimentos sociais ao longo da história, movimentos e grupos de indivíduos construíram ao longo das décadas outro espaço urbano, de forma tão intensa e complexa que hoje já não é mais possível negá-lo.

A história de Berlim – ainda que de forma menos grave do que no Brasil – também é marcada por processos de exclusão, remoções forçadas, remanejamento de populações “indesejadas”, políticas urbanas que forçam a classe trabalhadora a ser cada vez mais deslocada para a periferia da cidade (Vasudam, 2015). E, assim como no Brasil, seus moradores resistiram e criaram estratégias de sobrevivência, ou melhor, estratégias para assumir o controle sobre suas vidas e suas ações em face da força excludente do modelo capitalista de cidades vigente na maior parte das grandes cidades atualmente. É com este cenário de fundo, de lutas, resistência e criatividade, que emerge o movimento de ocupações em Berlim. É também a partir de um cenário de exclusão e resistência que surgem os movimentos de ocupações e resistência a remoções no Brasil.

As diferenças e nuances de cada realidade, conforme dito anteriormente, estão relacionadas às distintas políticas públicas existentes nos dois países, ao acesso mais ou menos desigual aos meios de transporte, serviços e oportunidades, à possibilidade de participação social efetiva, ao acesso à cidadania, à diferença de nível entre a desigualdade socioespacial, entre outros aspectos constitutivos do contexto geral do Brasil e da Alemanha. Não acreditamos ser útil para a nossa discussão uma comparação entre

essas duas realidades de maneira simplista. O que buscamos, no entanto, é encontrar elementos em comum que possam servir de inspiração e que possam modificar o nosso olhar para a realidade brasileira, indo além da relação entre pobreza, escassez e desigualdade social. Por isso, talvez, torne-se relevante a utilização de outro contexto em que de forma geral o acesso à oportunidade seja mais igualitário e o papel do Estado no sentido de prover as necessidades básicas da população seja mais efetivo. Observar que mesmo nesta realidade há estratégias de resistência e movimentos de luta pela moradia nos indica que há aspectos para além do acesso ao abrigo pura e simplesmente, ou ao direito à cidade existente.

No Rio de Janeiro ou em Berlim, assim como na maioria das grandes cidades do mundo, a história recente de desigualdade no acesso à habitação está conectada com as constantes transformações promovidas por uma lógica capitalista de urbanização e seus ciclos de destruição e acumulação, que têm condenado repetidamente na história das cidades muitas pessoas à procura de meios informais de moradia e abrigo (Harvey, 2006 e 2011 [2000]).

Esta é uma história, argumenta-se, de sobrevivência e necessidade, mas também de protesto, resistência e ocupação que transformou espaços construídos em instrumentos de

autoajuda e reapropriação. (Vasudam, 2015: s/p)⁸¹

Como C.N.F. Santos (1981) nos mostra, os pobres e excluídos urbanos assumem o protagonismo em suas vidas, criando suas próprias alternativas e, mesmo quando não possuem um viés ideológico claramente definido, evidenciam as contradições e limitações do sistema capitalista de produção das cidades. Muito além das manifestações e discussões acadêmicas acerca das perversidades desse sistema, a ação dessas pessoas nos mostra alternativas práticas e criativas que podem e devem ser incorporadas na discussão de que tipo de cidade se quer construir.

Mundialmente, o fenômeno da informalidade assume proporções cada vez maiores (Davis, 2006), e junto com ele obviamente uma série de problemas como a precariedade dos assentamentos urbanos, a falta de acesso a serviços e oportunidades, entre outros. A informalidade é uma estratégia decorrente das perversidades do sistema capitalista de desenvolvimento. No entanto, há que se observar atentamente que, dentro desses universos de estratégias – de certa forma “livres” –, podemos encontrar uma diversidade de elementos de inspiração, formas de convivência e acordos coletivos que muitas vezes estão espacializados no território.

⁸¹ No original: “This is a history, it is argued, of survival and necessity but also one of protest, resistance and occupation that transformed the built form into an instrument of self-help and re-appropriation.” Tradução da autora.

Dizemos de certa forma livres, pois não pretendemos ignorar as instâncias de poder e hierarquia que também se estabelecem nos espaços da informalidade. Desde o tráfico de drogas, milícias, aos movimentos sociais organizados, a construção desses espaços não é isenta de ordem e imposições. Porém, acreditamos que em cada um desses espaços se encontram elementos de resistência e ação criativa que, além de sobreviver, buscam formas de construir um espaço urbano que se dá através do diálogo, do conflito e da construção e transformação cotidiana das relações. Este processo não se dá, no entanto, isento de contradições.

Tomando o caso da favela Indiana como elemento de discussão, pudemos observar durante nossa aproximação que, se por um lado a luta pela resistência ao modelo de desenvolvimento urbano proposto pelo governo estava evidente no desejo de permanência na comunidade, por outro este movimento não foi unânime e representou a divisão dos moradores em dois grupos opostos: os que desejavam permanecer e os que desejavam sair de Indiana e receber um apartamento do Programa Minha Casa Minha Vida. A divisão em dois lados não deve, no entanto, ser vista de forma simplista e superficial como tendo de um lado aqueles que aprovam o modelo imposto pelo governo e de outro aqueles que defendem outra forma de desenvolvimento urbano. A aproximação com a realidade nos mostra que mesmo esta dualidade é construída e desconstruída cotidianamente e que há muitas nuances e muitas complexidades dentro de cada um dos grupos.

Embora as lideranças dos dois grupos opostos tenham tido que se identificar com um ou outro discurso de forma a unificar as demandas, o contato cotidiano com diversos moradores nos mostrou que o que movia cada um para um lado ou para outro estava muito mais relacionado com particularidades e interesses pessoais do que com uma visão de conjunto uniforme. Da mesma maneira, em cada um dos grupos observamos estratégias no intuito de se beneficiar de um ou outro caso. Havia denúncias de moradores que aceitavam unidades do PMCMV, mas deixavam algum parente morando na casa em Indiana com o objetivo de adquirir mais uma unidade. Em outros casos, moradores que alugavam seus apartamentos para terceiros ameaçavam expulsar os moradores quando eram informados de que o processo de regularização fundiária só é possível quando o ocupante mora no local a ser regularizado. Solicitações de regularização de espaços coletivos, como a antiga sede da Associação de Moradores, em nome de um morador também eram recorrentes.

Essas aparentes contradições e particularidades não devem, no entanto, ser vistas de forma maniqueísta como estratégias perversas guiadas pelos próprios moradores. Em todos os casos, há uma justificativa dada por esses moradores para suas demandas, e muitas delas decorrem da extrema precariedade e vulnerabilidade a que estes sempre estiveram sujeitos.

Neste sentido, há que se colocar na equação os desejos e necessidades individuais e os coletivos. E em uma situação de conflito interno, como no caso de Indiana, isto se torna mais difícil.

A Prefeitura vem se beneficiando e fomentando este conflito nos últimos anos, criando inclusive elementos que acirram a divisão interna da comunidade.

Durante o trabalho de aproximação da FAU/UFRJ com Indiana, fomos rapidamente vistos como estando de um determinado lado do conflito – o lado dos que desejavam permanecer na comunidade. Isso se deu, pois de fato nossa atuação inicial surgiu a partir da demanda da Defensora Pública que representava a Comissão dos Moradores que desejava permanecer e, neste sentido, nosso trabalho foi o de auxiliar, através de relatórios técnicos e planos de urbanização, a defesa de permanência desses moradores. Tanto os membros da FAU/UFRJ envolvidos quanto a Defensoria e parceiros, no entanto, não se posicionaram contra aqueles que desejavam sair da comunidade. Reconhecemos que há também uma clara ideia das razões pelas quais aqueles moradores desejavam sair de Indiana, fossem elas pessoais ou relativas às condições insalubres a que estavam sujeitos. De qualquer forma, eram demandas legítimas e não necessariamente opostas ao desejo de permanência de parte dos moradores. Quem criou esta oposição foi a Prefeitura, ao condicionar a entrega dos apartamentos do Minha Casa Minha Vida à demolição das casas.

Há que se observar, portanto, que em um primeiro momento o surgimento e o desenvolvimento de Indiana se deram em um contexto de falta de alternativas formais viáveis para aqueles moradores. A partir daí o espaço urbano foi sendo cotidianamente construído a partir de concessões, decisões coletivas, imposições

de determinados grupos ou do espaço físico, além de imposições do governo. A prática do direito à cidade se dá aí, neste processo de construção e transformação, mas também no momento presente, em que a ameaça de remoção força os moradores a assumirem a luta pela resistência ou a luta pela busca de outras condições – no caso, a aquisição de uma unidade do Programa Minha Casa Minha Vida.

Da maneira como enxergamos, atualmente ambos os lados estão em luta. E esta luta não é necessariamente por objetivos opostos. No cerne da questão está a luta pela autonomia, a luta pela decisão acerca de sua própria mobilidade. A prática do direito à cidade como direito às suas próprias escolhas dentro da cidade. De um lado ou de outro, trata-se da luta pelo reconhecimento desses moradores como cidadãos e, como tais, com voz e direito, seja de ficar e lutar por uma favela melhor, seja de sair e ter o direito a uma habitação dentro dos moldes propostos pelo governo. De uma forma ou de outra, a luta dessas pessoas também não se encerra aí. Garantindo a permanência ou o acesso ao Minha Casa Minha Vida, há que se permanecer na luta cotidiana por acesso a melhores condições nesses espaços, pela inserção urbana de fato desta população. E esta luta pode se dar de forma coletiva e organizada, ou pode se dar nas pequenas resistências do dia a dia praticadas há tanto tempo pelos pobres urbanos nas nossas cidades.

Quando começamos a trabalhar com a favela Indiana, uma das coisas que chamou a atenção é que já havia entre os moradores uma discussão urbanística sobre o que fazer e onde fazer. Já existia

e formas de viver possíveis. A luta é por se inserir, mas não por se adequar. Os termos são ditados por aqueles que são livres, donos de sua própria história. Conforme afirma Holston (2013), a segregação de grupos de pessoas mobiliza a insurgência desses cidadãos. É a partir da situação de não pertencimento que se constrói a possibilidade de outra forma de pertencer e conectar-se.

É uma insurgência que começa com a luta pelo direito a uma vida cotidiana na cidade merecedora da dignidade de cidadão. Do mesmo modo, suas demandas por uma nova formulação de cidadania são concebidas em termos de moradia, propriedade, encanamento, creches, segurança e outros aspectos da vida cotidiana. (...) Esses são os cidadãos que, no processo de construir seus espaços residenciais, não apenas constroem uma grande e nova cidade como, sobre essa fundação, a constituem como uma pólis com uma diferente ordem de cidadania. (Holston, 2013: 401)

O espaço da favela, das ocupações, pode ser visto, portanto, como um potencial espaço para a construção do utopismo dialético de Harvey (2011 [2000]). Para que nos tornemos “arquitetos rebeldes” na construção deste outro espaço urbano, de troca e de imaginação, precisamos trabalhar na construção de possibilidades políticas materializadas no espaço.

CAMINHOS

CONCLUSÃO

POR UMA OUTRA CIDADE

Em Berlim, observamos que muitas vezes as ocupações surgem como uma ação de resistência e possuem em sua maioria um viés claramente ideológico e político. Em muitos casos, a ideia da coletividade, de se pensar outras formas de viver, de se relacionar, da relação entre trabalho-moradia-lazer, se faz presente *a priori*. O que não significa que a necessidade por moradia não exista; como nos mostra Pruijt (2013), ela está sempre presente.

Já no Brasil, pela falta de políticas públicas efetivas voltadas para resolver o acesso à moradia, pelas enormes desigualdades sociais e por uma imensa parcela da população viver à margem dos direitos básicos que garantem a cidadania, a necessidade por moradia é muito mais urgente, emergencial. Embora, como discutimos nesta tese, exista a participação dos movimentos sociais em uma luta organizada que envolve diversos aspectos da transformação social urbana, em muitos casos a necessidade por moradia vem antes de qualquer pensamento ideológico. As ocupações e favelas muitas vezes não se apresentam como uma escolha de fato, mas como uma alternativa encontrada onde não há muitas opções. Não se trata, portanto, de uma escolha por uma vida coletiva, por outra forma de morar; trata-se muitas vezes, inicialmente, de sanar uma necessidade básica pelo abrigo, proximidade do trabalho, da família.

No entanto, pela marginalidade desses espaços com relação às regras impostas e criadas na nossa sociedade, faz-se necessário

criar novas regras cotidianamente. A vida coletiva acaba por se fazer necessária, mas nem por isso menos conflituosa. Os ideais de solidariedade, autonomia, liberdade e comunidade que se constroem vêm, muitas vezes, a partir da exclusão.

Independente de esta forma de vida alternativa vir antes ou depois, da necessidade se sobrepor ou não à ideologia, o fato é que se constroem dinâmicas coletivas, alternativas fora do sistema formal do capitalismo neoliberal. Segundo Martínez (2013), as ocupações são alternativas anticapitalistas, mesmo quando não se propõem a ser. A complexidade no Brasil é que, embora os movimentos sociais já saibam disso há muito tempo e utilizem esta ferramenta conscientemente como forma de luta, nem sempre os indivíduos que estão inseridos na luta de fato desejam outras formas de viver. Por outro lado, podemos observar também em nossos estudos de caso brasileiros que a luta pela permanência é também uma luta pela liberdade e autonomia de decisão. O discurso inflamado dos moradores que lutam por permanecer é o de que ninguém vai decidir por eles seu próprio destino.

De qualquer forma, acreditamos que possa estar ali, nas ocupações brasileiras, berlinenses e em todas as outras, as pequenas iniciativas de resistência e de repensar o sistema capitalista excludente, que juntas podem se fortalecer. São nos momentos e nos espaços de tensão e conflitos que as mudanças ocorrem. O encontro como confronto cotidiano de ideias e práticas está presente no espaço urbano (Lefebvre, 1994) e potencializado nas experiências coletivas de habitação.

O que podemos observar com o caso de Indiana, e tantos outros (não apenas de favelas e outras formas de habitar a cidade), é que seja como forma de resistência organizada, através dos movimentos de luta pela moradia e outras organizações coletivas, seja a partir de iniciativas individuais, os pobres da cidade encontraram formas de utilizar espaços vagos e sem interesse para o poder público ou para o mercado imobiliário, garantindo de certa forma o seu direito de habitação e sua inserção urbana.

No entanto, se por um lado a ação dos pobres pela moradia parece resolver a questão da grande massa excluída dos processos formais de acesso à habitação e à cidade, por outro acaba por gerar problemas mais complexos e de grande impacto social. A possibilidade de localização dos trabalhadores em áreas bem localizadas da cidade, mesmo que em condições de insalubridade, contribui para o barateamento da mão de obra e a precarização da qualidade de vida desses indivíduos (Maricato, 2009). Além disso, a criação de guetos de pobreza, onde o Estado está ausente, favorece a segregação socioespacial e a violência urbana, tanto dos habitantes desses guetos, sujeitos a poderes paralelos como a milícia e o tráfico, quanto dos demais habitantes da cidade, que também se restringem aos seus guetos de riqueza (condomínios, shoppings etc.). Assim, buscam-se os espaços dos iguais, e vai se tornando cada vez mais restrito o convívio entre os diferentes, responsável pela diversidade da cidade.

Portanto, a luta pela permanência na moradia construída representa uma luta pelo direito à cidade, uma espécie de

resistência ao processo cruel de “desenvolvimento” capitalista neoliberal. Ela representa as táticas dos habitantes mediante as estratégias rígidas da sociedade (C.N.F. Santos, 1988). Em uma sociedade onde as regras (estratégias) são normalmente impostas de cima para baixo, surgem ações de baixo para cima que permitem que a vida continue acontecendo à sua maneira (táticas) (Certeau, 1994 [1980] e C.N.F. Santos, 1988).

Holm (2013) faz um paralelo do movimento das ocupações com o rizoma de Deleuze e Guattari (1977), mostrando que é um movimento não linear, caracterizado por rupturas, reconstruções e alianças, com a abertura de novas possibilidades de expressão. O movimento se cria no conflito. O conflito potencializa a transformação. E não há conflito maior do que a luta pelo abrigo, pela identidade, pelo morar no seu sentido mais amplo. É uma resistência, uma reação. O potencial transformador dessa reação pode ser mais forte quanto mais forte for a força que o oprime. Resistência que se transforma em ação.

É a luta pelo direito à cidade, mas a uma outra cidade. Uma cidade mais igualitária, com menor segregação socioespacial, uma cidade não mercantilizada. Não se limita ao direito à centralidade, a se estar próximo aos serviços e oportunidades, trata-se de autonomia, direito a mobilidade, direito a experimentação. A inclusão dos pobres da cidade no sistema deve ser pensada de forma a, a partir deles e suas vivências, revolucionar-se a cidade, e não garantir apenas o acesso àqueles que não o têm. É por uma outra cidade, por um outro urbanismo, por uma outra forma de relacionar-se,

que seja construída cotidianamente por seus cidadãos. É pela valorização das conquistas, pelo reconhecimento das dinâmicas, pela possibilidade de se reinventar coletivamente.

ESPAÇOS DE EXPERIMENTAÇÃO

Tanto no caso das ocupações berlinenses, quanto no caso das favelas e ocupações cariocas, podemos observar que novas formas de se relacionar com o ambiente construído se estabelecem. Seja a partir de um questionamento das estruturas sociais existentes, que se rebatem no espaço físico construído, seja pela ausência de técnicos como arquitetos e urbanistas, isto é, simplesmente pela forma de construção e transformação cotidiana e gradual, atendendo às necessidades dos habitantes na medida em que elas surgem e realizadas muitas vezes a partir de negociações e concessões.

O pensamento acerca da adequação do espaço físico para moradia vai além da habitação em si. Para os ocupantes, a existência de espaços coletivos é tão importante quanto a ocupação em si. Isso porque o movimento, além de basear-se em outras formas de viver, fortalece-se na união dos moradores, destes com a vizinhança e entre outros movimentos.

Inseridos nos movimentos pela moradia, estavam uma série de movimentos de defesa de minorias como homossexuais, mulheres, imigrantes, punks, anarquistas. O espaço das ocupações era também a materialização de um local onde grupos de excluídos pudessem se unir e fortalecer. A participação desses grupos de ocupantes em coletivos que lutavam por outros diferentes direitos fazia com que o movimento não se tratasse apenas do acesso à

moradia, mas de uma criação de um “*urbanismo alternativo*” (Vasudam, 2015: s/p).

A forma como essas ocupações se relacionavam entre si impactava e se relacionava com o mercado capitalista de provisão habitacional, assim como com as políticas de habitação promovidas pelo governo. “*A geografia material das ocupações estava intrinsecamente conectada, portanto, a uma luta mais abrangente para re-imaginar a vida na cidade como um projeto político compartilhado*”⁸² (Vasudam, 2015: s/p).

No caso das favelas no Rio de Janeiro, a experimentação no espaço físico vem muitas vezes da falta de participação de técnicos na construção desses espaços. Conforme ressalta Farias (2010), a forma da favela é resultado de modos de organização e ações ao longo do tempo. Jacques (2001) fala de uma estética própria das favelas, a partir de uma analogia com elementos da biologia como o rizoma e outros como fragmentos e labirintos, demonstrando que a formação e o crescimento nas favelas seguem, muitas vezes, lógicas próprias.

O caráter de experimentação não se estabelece apenas na formação dos espaços da favela. Conforme observado na nossa experiência em Indiana, a associação de técnicos comprometidos e o estabelecimento de dinâmicas participativas podem gerar

⁸² No original: “*The material geographies of squatting were inextricably tied, therefore, to a broader struggle to re-imagine city life as a shared political project.*” Tradução da autora.

processos criativos de transformação do espaço físico, que levem em conta o dinamismo das favelas, sua morfologia diferenciada e as relações socioespaciais estabelecidas ao longo do tempo.

No caso de Indiana, cabe ressaltar, por exemplo, que a escolha por transformar os espaços resultantes das demolições realizadas pela Prefeitura em espaços públicos é uma maneira de aproveitar uma ação de certa forma violenta e com um simbolismo negativo para os moradores em espaços positivos de reconstrução e reapropriação por parte dos moradores.

Entendemos, portanto, que as ocupações e favelas podem ser vistas e utilizadas como espaços de resistência criativa, onde há potencial latente para a construção de outras formas de relações socioespaciais. É importante, contudo, termos em mente que o potencial criativo desses espaços pode ser também utilizado como forma de inserção na lógica mercadológica de valorização dos espaços que, em nossa sociedade capitalista, acaba por beneficiar as elites e eventualmente expulsar os pobres através de processos de gentrificação ou remoção intencional.

Seldin (2015) ressalta os riscos de se associar resistência e criação dentro de um sistema em que a imagem da criatividade pode ser facilmente absorvida em nome do lucro. A autora demonstra como a dinâmica de resistência e construção de uma contracultura crítica em Berlim, representada também pelas ocupações de edifícios, tem sido nos últimos anos utilizada como ferramenta de valorização e marketing urbano. Este processo de valorização tem

expulsado os moradores iniciais, esvaziando o potencial político-transformador das ações dos ocupantes a partir de uma apropriação pela lógica de mercantilização das cidades.

Da mesma forma, ao trabalharmos com favelas e ocupações no Brasil, precisamos ter em mente que esses espaços e seus moradores estão também inseridos no sistema e podem utilizá-lo de forma a garantir certos benefícios individuais e coletivos.

No próprio caso citado anteriormente, dos projetos para espaços públicos nas áreas remanescentes das demolições realizadas pela Prefeitura, fica claro que muitas vezes existem outras lógicas e outras forças que se sobrepõem ao desejo de construção de um outro espaço, uma outra cidade. Ao invés de permanecerem como espaços vazios para serem apropriados como praças, locais de convívio e troca, nos locais onde a Prefeitura realizou demolições foram construídas novas edificações para receber novos moradores.

Embora haja diversos conflitos acerca de quem de fato se beneficiou dessas ações, é claro que existe também uma demanda para habitação que, conforme demonstramos, não é suprida nem pelo mercado formal nem pelas políticas habitacionais. Portanto, a discussão acerca das diferentes possibilidades de uso e transformação dos espaços nas favelas geralmente esbarra na velocidade com que a demanda por novas habitações surge. E também nas dinâmicas de disputa de forças e poder que se estabelecem nestes lugares.

Portanto, entendemos que há nesses espaços um potencial de transformação e de experimentação espacial, mas é preciso considerar os contextos, as forças e interesses que agem sobre esses espaços e especialmente repensar nossas ferramentas e táticas.

POR OUTRO ARQUITETO E OUTRA ARQUITETURA

Conforme observamos, se pretendemos, enquanto arquitetos e urbanistas, participar desta construção coletiva de uma outra forma de nos relacionar com o espaço, é necessário que repensemos nossas ferramentas, nossos processos e nossa própria função.

Nesta discussão, cabe ressaltar a importância do debate acerca do papel autoral do arquiteto. Historicamente, esta profissão esteve ligada à arte, e com isso à própria concepção de monumento e de criação. Ao atuar em uma realidade onde os espaços muitas vezes foram modificados pelos próprios moradores para adequá-los às suas necessidades, cria-se um conflito que nos convida à reflexão sobre o próprio papel do arquiteto e urbanista na cidade.

A visão deste arquiteto criador gera um distanciamento do profissional que realiza os projetos da prática das cidades ou do conhecimento profundo da realidade social onde pretende intervir. Harvey (2011 [2000]) destaca o papel do arquiteto não apenas como conformador e transformador dos espaços físicos, mas também como agente que confere significados humanos, estéticos e simbólicos aos espaços. No entanto, o autor ressalta que esta imagem do arquiteto pode também se rebater numa metáfora do arquiteto que existiria em todos nós, ou seja, no entendimento de que cada indivíduo produz, reproduz, transforma e dá significado aos espaços da cidade.

Não obstante, o arquiteto pode (e na verdade deve) desejar, pensar e sonhar a diferença. E, além da imaginação especulativa que necessariamente emprega, ela ou ele tem à disposição alguns recursos especiais de crítica, recursos a partir dos quais gerar visões alternativas a respeito do que poderia ser possível. Um desses recursos é a parte da tradição do pensamento utópico. “A partir de onde aprendemos” pode então assumir a mesma importância, se não maior, que “o que podemos ver da posição a partir da qual vemos”. (Harvey, 2011 [2000]: 311)

Um possível caminho pode ser a partir de uma aproximação com as demandas e ações práticas, especialmente ainda durante a faculdade. Nossa experiência em Indiana nos mostrou que os estudantes de arquitetura ainda em formação estão muito mais abertos e possuem menos barreiras e pré-conceitos do que os técnicos com muitos anos de profissão e que tiveram uma formação mais rígida e pautada na visão do arquiteto como agente transformador do espaço e da sociedade.

Ao oferecermos a disciplina eletiva para lidar com a situação de Indiana, não sabíamos se haveria alunos interessados, além do grupo do Abricó/EMAU que já estava envolvido com o projeto. No entanto, o interesse dos alunos na eletiva foi tanto que foi necessário aumentar o número de vagas, inicialmente de 12 alunos, para 20 e, ao final, 22 alunos inscritos. A renovação do

interesse dos alunos pelo universo das favelas e pela possibilidade de pensar e experimentar arquitetura como uma espécie de ativismo social nos demonstrou que existe demanda não apenas da sociedade por profissionais mais comprometidos, mas especialmente por parte dos alunos de trabalhar com aspectos práticos e pensar coletivamente soluções para problemas reais. É importante ressaltar que, no mesmo momento que oferecemos esta eletiva, pelo menos mais uma disciplina eletiva que trabalhava o tema das favelas e da participação social no projeto foi oferecida e teve igualmente uma forte adesão por parte dos alunos.⁸³

Podemos, por exemplo, olhar para os jovens arquitetos e estudantes de arquitetura berlinenses dos anos 1980 que se utilizaram das ocupações de edifícios como ferramenta ao mesmo tempo de resistência contra uma política de renovação urbana e de construção de outras formas de se relacionar com o espaço da moradia, como uma alternativa para um arquiteto ativista ou para o urbanista alternativo de Vasudam (2015). Os alunos que participaram do trabalho com Indiana possuíam, talvez, em comum com os ocupantes berlinenses, ao mesmo tempo uma visão crítica da sua formação como arquitetos, mas também uma crença no potencial transformador desta profissão.

Durante nosso trabalho em Indiana, elaboramos diversos desenhos, laudos técnicos, projetos e outros elementos que na verdade serviram muito mais como forma de pressão para que o poder

público atuasse de maneira distinta do que vinha fazendo, do que de fato como elementos concretos de transformação do espaço físico da favela. A exemplo do que foi o plano popular de Vila Autódromo, os planos desenvolvidos para Indiana foram ferramentas de luta, sem de fato serem executados. Em primeiro lugar, pois não havia verba destinada a qualquer projeto de urbanização ou melhorias em Indiana. Mas, além disso, pois as transformações e forças que atuam nos espaços das favelas são muitas vezes muito mais rápidas e eficientes do que nossas ferramentas. Um exemplo disso foram os projetos realizados pelos alunos para as áreas remanescentes das demolições das casas da região conhecida como miolo. Era consenso entre os alunos e entre os moradores que participaram do processo que estes espaços deveriam ser aproveitados como pequenos espaços públicos, aproveitando a possibilidade de desadensamento e, com isso, aumento da salubridade das casas vizinhas. Foram realizados projetos para três desses espaços, apresentados aos moradores e incorporados no imaginário de alguns deles. No entanto, hoje, pouco mais de um ano depois de encerrada a disciplina eletiva, estão sendo construídas novas edificações nestes espaços. A necessidade por moradia, aliada a uma lógica de utilização da casa como produto a ser comercializado, constitui-se, muitas vezes, em forças maiores do que o desejo de parte dos moradores ou a opinião de técnicos sobre a qualidade urbana dos espaços.

É fundamental que deixemos as pranchetas e os desenhos um pouco de lado e comecemos a vivenciar as questões urbanas de forma real e mais próxima. Compreender que a ação concreta pode

⁸³ Trata-se da disciplina intitulada “Projeto de Urbanização Alternativa”, ministrada pelos professores Pablo Bennetti e Solange Carvalho.

ser uma importante ferramenta de diálogo, aproximação e transformação mútua. A prática pode e deve, como afirma C.N.F. Santos (1980), ajudar a fugir das distorções e contradições das nossas ideias projetadas e preconcebidas. Precisamos, mais do que emprestar nossos saberes aos pobres urbanos que já constroem seus espaços há décadas, aprender a ouvir, dialogar e utilizar as nossas ferramentas como instrumentos de luta coletiva.

CONTEXTO EM TRANSFORMAÇÃO

Por fim, é importante mencionar que, no período após as eleições de 2014, e especialmente após o processo de impeachment que retirou a presidenta eleita Dilma Rousseff em maio de 2015, uma série de transformações vem ocorrendo no Brasil de forma a acentuar o projeto capitalista neoliberal de cidade, trazendo consequências para as lutas urbanas, especialmente na luta pela habitação tratada nesta pesquisa.

Na nossa tese, apresentamos uma série de críticas às políticas públicas conduzidas tanto a nível federal quanto estadual e municipal, como o Programa Minha Casa Minha Vida, por exemplo. Destacamos que, embora tenha sido uma vitória dos movimentos sociais, o PMCMV Entidades possuiu um investimento ínfimo se comparado ao restante do programa e não questionou o processo excludente de produção de moradia e cidade. No entanto, desde 2015, temos observado um agravamento nos problemas apontados previamente a partir de uma ação mais intensa por parte do novo governo no sentido de mercantilizar a habitação e restringir cada vez mais a possibilidade de acesso da população mais pobre.

As mudanças promovidas pelo atual presidente Michel Temer no PMCMV visam claramente focar ainda mais no acesso ao financiamento habitacional por parte das faixas 2 e 3 – famílias com renda entre R\$ 4.000,00 e R\$ 9.000,00 –, embora as faixas 1 e 1,5 – renda familiar até R\$ 2.600,00 – representem mais de 80% do

déficit habitacional brasileiro.⁸⁴ Estão previstas para 2017 610 mil novas unidades, sendo que, destas, 400 mil serão para as faixas 2 e 3, e 210 mil para as faixas 1 e 1,5. Além disso, apenas 35 mil unidades estão previstas para o PMCMV Entidades.⁸⁵ Cabe ressaltar que em 2014, ainda na presidência de Dilma Rousseff, as faixas de renda 1 e 1,5 responderiam por metade de todas as novas construções do PMCMV, representando 500 mil unidades para cada até 2018.⁸⁶



Figura 50: Metas para o PMCMV em 2017.

Fonte: <<http://www2.planalto.gov.br>>.

⁸⁴ Fonte: Déficit Habitacional no Brasil 2013-2014 elaborado pela Fundação João Pinheiro. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

⁸⁵ Fonte: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2017/02/entenda-as-novas-regras-do-minha-casa-minha-vida>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

⁸⁶ Fonte: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2016/03/minha-casa-minha-vida-chega-a-3a-fase-com-2-milhoes-de-novas-moradias-ate-2018>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

Além disso, em nossa tese, discutimos a importância da participação da universidade em questões concretas da sociedade, demonstrando a partir do caso de Indiana a relevância do trabalho coletivo entre a Faculdade de Arquitetura, os demais técnicos envolvidos e os moradores. No entanto, não apenas o caráter público da universidade vem sendo sistematicamente questionado

pelo atual governo, como diversas medidas no sentido de precarizar as condições do ensino, dos professores e dos alunos nos indicam que trabalhos como os realizados em Indiana se tornarão cada vez mais difíceis. É importante lembrar que boa parte do trabalho de Indiana se desenvolveu a partir de um projeto de extensão que contava com o apoio financeiro do Ministério de Educação e Cultura (MEC) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Assim como diversos programas de financiamento de pesquisa vêm recebendo cortes, é possível imaginar que, no contexto de congelamento dos gastos aprovado pela PEC 241/2016,⁸⁷ este tipo de projeto se torne inviável em um futuro próximo.

É fundamental, portanto, compreender o contexto em que a pesquisa foi desenvolvida. O contexto de crise econômica e instabilidade política que tem se agravado nos últimos anos tem impactos especialmente na população mais vulnerável, da qual esta pesquisa trata basicamente. No caso do Rio de Janeiro pós-Olimpíadas, as questões tornam-se ainda mais graves.

O estado do Rio de Janeiro encontra-se numa enorme crise financeira e política. Após os megaeventos (Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016), além de estar falido, seus principais governantes e construtoras estão sendo investigados por corrupção e crimes eleitorais. O ex-governador Sérgio Cabral está preso por corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas, e seu sucessor Luiz

⁸⁷ Proposta de Emenda à Constituição que fixa o limite de gastos do governo pelos próximos vinte anos. Fonte: <<http://www.camara.gov.br>>.

Fernando Pezão teve seu mandato cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ) em fevereiro de 2017 por abuso de poder político e econômico.⁸⁸

Este contexto pode representar, por um lado, a precarização da vida dos cariocas de forma geral, mas por outro lado gera uma diminuição na pressão do governo para as remoções e demolições em favelas. De fato, as últimas informações da Prefeitura sobre Indiana destacam que, por ser considerada uma favela de baixo risco em laudo recente da Geo-Rio, ela não será mais removida neste momento. A sentença proferida em outubro de 2016 deferiu o pedido da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro de impedimento das demolições em Indiana, o que representa mais uma garantia de permanência para os moradores. Esta sentença, no entanto, foi considerada dúbia por parte da Defensora responsável pelo caso, Maria Lúcia Pontes.

Conforme detalhado no recurso apresentado pela Defensora em novembro de 2016 e em anexo, a sentença prevê a “proibição das demolições que permaneceram no local, geminada ou não, **sem que antes apresente estudo técnico prévio**” e a “retirada do entulho que permanecem (sic) no local (...) **devendo o local retornar ao estado anterior às construções clandestinas**”. O argumento da Defensora é de que esta ressalva de que mediante apresentação de estudo técnico prévio as demolições poderiam ser

⁸⁸ O processo de cassação ainda será julgado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que determinará ou não o afastamento e a inelegibilidade por 8 anos do governador e seu vice Francisco Dornelles.

retomadas deixa os moradores em situação de vulnerabilidade e a ameaça de remoção permanece. Maria Lúcia Pontes ressalta ainda que não há definição clara do que seria exatamente este estudo técnico, o que dá margem para interpretações que podem levar à continuidade das remoções. Além disso, a Defensora solicita em seu recurso que seja retirada a obrigação de retornar o local ao estado anterior às construções clandestinas, por não haver qualquer registro oficial de qual seria este estado, dando margem a novas remoções e intervenções indesejadas pelos moradores.

Não é possível determinar qual será de fato o impacto dessas transformações na vida dos moradores de Indiana e demais moradores de periferias, favelas e ocupações da cidade. No entanto, é importante compreender que nos últimos anos a política e a economia brasileira têm exercido outros tipos de pressão e fechado cada vez mais os poucos canais de abertura existentes, e que esta mudança de contexto demandará, provavelmente, uma transformação nas lutas pelo direito a esta outra cidade.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Pedro (ed.) (2003) *A cidade da informalidade: o desafio das cidades latino-americanas*. Rio de Janeiro: 7 Letras.

ABRAMO, Pedro (ed.) (2009) *Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras*. Porto Alegre: ANTAC.

ABREU, Maurício de A. (2008 [1987]) *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP.

ABREU, Maurício de A. (1994) *Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro*. In: Espaço e Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos. ano XIV, n. 37, p. 34-46.

ABREU, Maurício de A.; Vaz, Lilian Fessler (1991) *Sobre as origens da favela*. In: IV Encontro Nacional da ANPUR (Salvador), p. 481-491.

AFFONSO, Elenira Arakilian (2010) *Teia de relações da ocupação do edifício Prestes Maia*. São Paulo: FAU/USP. (Dissertação de mestrado).

ALBERNAZ, Paula; CANEDO, Juliana; MINTO, Fernando (2016) *Transferência dialógica de saberes para melhoria habitacional: Urbanização da Comunidade Indiana na cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: II Congresso Internacional de Habitação Coletiva Sustentável.

ANDRADE, Luciana da Silva (2002) *A constituição de espaços públicos em favelas*. Rio de Janeiro: PPGG/ IGEO/ UFRJ. (Tese de doutorado).

ANDRADE, Luciana da Silva (2013a) *Tantos tetos e tantos sem teto: relato analítico de uma experiência de readequação de edifícios públicos ocupados*. In: Reverso de um espetáculo urbano: desafios e perspectivas para uma arquitetura habitacional popular. 1. ed. Rio de Janeiro: Casa 8, p. 57-72.

ANDRADE, Luciana da Silva (2013b) *Para além da arquitetura possível nas favelas cariocas*. In: Reverso de um espetáculo urbano: desafios e perspectivas para uma arquitetura habitacional popular. 1. ed. Rio de Janeiro: Casa 8, p. 11-120.

ANDRADE, Luciana da Silva; LEITÃO, Gerônimo (2006) *Transformação na Paisagem Urbana: favelização de conjuntos habitacionais*. In: Rachel Coutinho Marques da Silva. (Org.). *A Cidade pelo Averso: desafios do urbanismo contemporâneo*. 1ed. Rio de Janeiro: Viana e Mosley, p. 113-132.

ANDRADE, Luciana da Silva; LEITÃO, Gerônimo; CARRIÇO, Pâmela; JACOMO, Vyrna (2013) *Modos de morar no Rio de Janeiro: a luta cotidiana dos moradores pelo direito à cidade*. In: Reverso de um espetáculo urbano: desafios e perspectivas para uma arquitetura habitacional popular. 1. ed. Rio de Janeiro: Casa 8, p. 21-56.

AZEVEDO, Lena; FAULHABER, Lucas (2015) *SMH 2016 – Remoções no Rio de Janeiro Olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula.

BERNT, Matthias; HOLM, Andrej (2002) *Gentrification in East Germany: The Case of Prenzlauer Berg*. In: Deutsche Zeitschrift für Kommunalwissenschaften, Berlim: DIFU, 41. (Disponível em: <<http://www.difu.de/publikationen/citizens-and-local-government.html>>-5>. Acesso em: 8 jun. 2015).

BLOCH, Janaina Aliano (2007) *O direito à moradia. Um estudo dos movimentos de luta pela moradia no centro de São Paulo*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de Sociologia/ USP. (Dissertação de mestrado).

BONDUKI, Nabil Georges (1991) *O Direito de Morar na Zona Central*. Habitação Urgente - Folheto Habi/SEHAB, São Paulo, v. mai, n. nº 06.

BONDUKI, Nabil Georges (1992) *Habitação e Autogestão*. Rio de Janeiro: FASE.

BONDUKI, Nabil Georges (1999) *Do Cortiço A Moradia Digna: Uma Questão de Vontade Política*. São Paulo: Urbs, n. 11.

BONDUKI, Nabil Georges (org.) (2001a) *Habitação na Área Central*. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo - serviço gráfico da CMSP, v. 1.

BONDUKI, Nabil Georges (2001b) *Origens da Habitação Social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade.

BONDUKI, Nabil Georges (2005) *Política habitacional del regime militar al gobierno Lula: desafíos y impasses*. In: Ciudad y Territorio, Estudios Territoriales, v. XXXVII.

BOULOS, Guilherme (2017) *O psicanalista das massas*. (Disponível em: <<http://apublica.org/2017/02/o-psicanalista-das-massas/>>. Acesso em: 26 fev. 2017).

BRETTIN, Michael (2015) *Berlin 1945: World War II: Photos of the Aftermath*. Nova York: LLC.

BUENO, Leonardo Brasil (2008) *Forma e sentido da resistência na cidade do Rio de Janeiro: a luta da ocupação Quilombo das Guerreiras*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. (Dissertação de mestrado).

CAMPOS, A. (2005) *Do quilombo à favela: a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CANEDO, Juliana (2012) *Intervenções urbanas em favelas - o arquiteto no processo coletivo de construção e transformação das cidades*. Rio de Janeiro: PROURB/FAU/UFRJ. (Dissertação de mestrado).

CARDOSO, Adauto Lucio (2007) *Habitação Social nas Metrôpoles Brasileiras: Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX*. Porto Alegre: ANTAC.

CATTANEO, Claudio; MARTÍNEZ, Miguel (org.) (2014) *The Squatters' Movement in Europe: Commons and Autonomy as Alternatives to Capitalism*. Londres: Pluto Press.

CERTEAU, Michel de (1994 [1980]) *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Editora Vozes.

CORR, Anders (1999) *No trespassing. Squatting, rent strikes and land struggles world- wide*. South End Press, Cambridge, MA.

DAVIS, Mike (2006) *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo.

ECKARDT, Frank (2005) *In Search for Meaning: Berlin as National Capital and Global City*. In: Journal of Contemporary European Studies, vol 13, n2, p189-201.

ECKARDT, Frank (2011) *Cuerpos Extraños en el Management Urbano? La Conexión Institucional y Temática del programa "Soziale Stadt"*. In: Revista Invi, Vol 26, n72, p187-205.

ESKINAZI, Mara (2011) *A Interbau 1957 em Berlim: diferentes formas de habitar na cidade moderna*. (Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.129/3746>>. Acesso em: 22 fev. 2017).

FARIAS, Jacira S. (2010) *A Forma da Informalidade*. Rio de Janeiro: Proureb/FAU/UFRJ. (Dissertação de Mestrado).

FARIAS, Jacira S.; CANEDO, Juliana (2014) *Políticas Públicas e Precarização da Moradia*. São Bernardo do Campo: I Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas (Urbfavelas).

FERREIRA, José Sette Whitaker (coord.) (2012) *Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos*. São Paulo: LABHAB/ FUPAM.

FERRO, Sergio (1979) *O Canteiro e o Desenho*. São Paulo: Projeto Editores Associados.

FERRO, Sergio (2002) *Arquitetura e luta de classes: uma entrevista com Sérgio Ferro*. (Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/entrevista8EntrevSFerro.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2016).

HARVEY, David (2011 [2000]) *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola.

HARVEY, David (2006) *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola.

HOLM, Andrej (2013) *Berlin's Gentrification Mainstream*. In: HOLM, Andrej/BERNT, Matthias (org.): *The Berlin Reader. A Compendium on Urban Change and Activism*. Bielefeld: p171-189.

HOLM, Andrej; KUHN, Armin (2011) *Squatting and Urban Renewal: The Interaction of Squatter Movements and Strategies of Urban Restructuring in Berlin*. In: International Journal of Urban and Regional Research, 35, p. 644-658.

HOLSTON, James (2013) *Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

JACOBS, Jane (2009 [1961]) *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes.

JACQUES, Paola B. (2001) *A Estética da Ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

JACQUES, Paola B. (org.) (2003) *Apologia da Deriva – Escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

JACQUES, Paola B. (2005) *Errâncias urbanas: a arte de andar pela cidade. Caminhos alternativos à espetacularização das cidades*. Porto Alegre: ARQTEXT0 (UFRGS).

LAGO, Luciana C. (2011) *O associativismo produtivo na periferia urbana: novos conflitos em pauta*. Caxambu: 35º Encontro Anual da Anpocs.

LATOUR, Bruno (2011 [1991]) *Jamais Fomos Modernos*. São Paulo, editora 34.

LATOUR, Bruno (2004 [1999]) *Políticas da Natureza: como fazer ciência na democracia*. São Paulo, EDUSC.

LEFEBVRE, Henri (2001 [1968]) *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.

LEFEBVRE, Henri (1994) *The production of space*. Oxford: Blackwell.

MARICATO, Ermínia (1982) *Autoconstrução, a arquitetura possível*. In: MARICATO, Ermínia (org). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, p. 71-93.

MARICATO, Ermínia (2009) *Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação*. In: Caderno Metrôpoles. Vol 11, nº 22, p. 33-52.

MARTÍNEZ, Miguel (2013) *Introduction*. In: Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Struggles. Squatting Europe Kollektive (org). NY: Autonomedia. pp. 11-17.

MARTÍNEZ, Miguel; AZOZOMOX; GIL, Javier (2014) *Unavoidable Dilemmas: Squatters Dealing with the Law*. In: CATTANEO, Claudio; MARTÍNEZ, Miguel (org.) *The Squatters' Movement in Europe: Commons and Autonomy as Alternatives to Capitalism*. Londres: Pluto Press, p. 211-236.

MARTINS, Maíra Machado (2014) *Os 'Condomínios Populares' da Avenida Brasil: uma nova resposta a antigas questões sobre habitação informal no Rio de Janeiro*. In: 38º Encontro Anual da Anpocs, 2014, Caxambu - M.G.

MELLO, Irene de Q. (2014) *Trajetórias, cotidianos e utopias de uma ocupação no Centro do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. (Dissertação de Mestrado).

MINISTÉRIO DAS CIDADES (2008) *Déficit Habitacional no Brasil 2008*. Fundação João Pinheiro, Governo Minas Gerais.

MONTEIRO, João Carlos (2011) *Habitação Social na Área Central do Rio de Janeiro: Reflexões Críticas a partir do Programa Nova Alternativas*. Rio de Janeiro: DPUR/FAU/UFRJ. (Dissertação de mestrado).

MORIN, Edgard (1990) *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget.

MORIN, Edgard (2003 [1999]) *A cabeça bem-feita*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

MURIEL, Ireke S. (2012) *Habitar tras el Muro: la cuestión de la vivienda en el este de Berlín*. Barcelona: Icaria.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCOSSIA, Liliana da (2010) *Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.

PERLMAN, Janice (1977) *O Mito da Marginalidade*. São Paulo: Paz e Terra.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, Secretaria Municipal de Habitação (2003) *Novas Alternativas: Projetos e Propostas Habitacionais para o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Borrelli.

PRUIJT, Hans (2013) *Squatting in europe*. In *Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Struggles*. Squatting Europe Collective (org.). NY: Autonomedia. pp. 17-60.

RAMOS, Maria Helena Rauta (org.) (2002). *Metamorfoses sociais e políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A.

ROSSI, Aldo (1997) *A Arquitetura da Cidade*. Lisboa: Edições Cosmos.

ROYER, Luciana de Oliveira (2009) *Financeirização da Política Habitacional: Limites e Perspectivas*. São Paulo: FAU/USP. (Tese de Doutorado).

SANTOS, Boaventura de Sousa (1984) O Estado, o Direito e a Questão Urbana. In: FALCÃO, Joaquim de A. (org.), *Conflito de Direito de Propriedade: Invasões Urbanas*. Rio de Janeiro: Comp. Editora Forense, 1-78.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1991a) *Subjectividade, Cidadania e Emancipação*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 32, jun, p. 135-191

SANTOS, Boaventura de Sousa (1991b) *Una cartografía simbólica de las representaciones sociales: Prolegómenos a una concepción posmoderna del derecho*. Revista Nueva Sociedad, 116, dez, p. 18-38.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2001) *Los nuevos movimientos sociales*. Revista OSAL, set, p. 177-188.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2002) *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, out, p. 237-280.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2003) *Poderá o direito ser emancipatório*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 65, mai, p. 3-76.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2004) *Desigualdad, Exclusión y Globalización: hacia construcción multicultural de la igualdad y la diferencia*. Revista de Interculturalidad, 1, out, p. 9-44.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2007) *Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia dos saberes*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 78, out, p. 3-46.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (1981 [1979]) *Velhas Novidades nos Modos de Urbanização Brasileiros*. In: VALLADARES, Licia do Prado. *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro: Zahar.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (1980) Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo? In: VELHO, Gilberto (coord.). *O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Campus.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (1981) *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (1986) *Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo*. Revista Projeto 86: Ensaio e Pesquisa, abril, p. 59-63.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (1988) *A Cidade como um Jogo de Cartas*. São Paulo: Projeto FINEP/IBAM.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; VOGEL, Arno (1985) *Quando a rua vira casa: apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. São Paulo: Projeto FINEP/IBAM.

SANTOS, Milton (2004 [1982]) *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo, Edusp.

SCHNEIDER, Peter (2014) *Berlin Now: the city after the Wall*. London: Penguin Books.

SECRETARIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2012) *Plano Estadual de Habitação - PEHIS-RJ*. Rio de Janeiro.

SELDIN, Claudia (2015) *Da Capital de cultura à cidade criativa: resistências e paradigmas urbanos sob a inspiração de Berlim*. Rio de Janeiro: PROURB/FAU/UFRJ. (Tese de Doutorado).

SENNETT, Richard (1999) *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.

SILVA, Maria Lais Pereira da (2001) *Olhando a História para Entender o que é Realmente Novo no Presente*. Salvador: Fórum Habitar 2000.

SILVA, Maria Lais Pereira da (2005) *Favelas Cariocas*. Rio de Janeiro: Contraponto.

TOPALOV, Christian (1991) *Os saberes sobre a cidade: tempos de crise?* Salvador: IV Encontro Nacional da Anpur.

TOPALOV, Christian (1996) *Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX*. In: RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert. *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Letra Capital.

TURNER, John (1976) *Housing by People*. London: Marion Boyars

VASUDAM, Alexander (2015) *Metropolitan Preoccupations: the Spatial Politics of Squatting in Berlin*. Oxford: John Wiley & Sons.

VAZ, Lilian Fessler (1994) *Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos - a modernização da moradia no Rio de Janeiro*. *Análise Social*, vol 127, p. 581-597.

VAZ, Lilian Fessler; SILVEIRA, Carmen Beatriz (1998) *Transformações e Permanências na área central do Rio de Janeiro*. *Revista Arquitetura*, IAB/RJ, junho 1998, ano 29, nº 81, p. 4-9.

VAZ, Lilian Fessler; SILVEIRA, Carmen Beatriz (2006) *A Lapa boêmia na cidade do Rio de Janeiro: um processo de regeneração cultural? Projetos, intervenções e dinâmicas do lugar*. In: *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. Rio de Janeiro: Manole.

VERÍSSIMO, Antônio Augusto (2010) *Habitação, Emprego e Mobilidade: subsídios para o debate sobre a localização da HIS na cidade do Rio de Janeiro*. (Disponível em: <<http://abeiradourbanismo.blogspot.com.br/2012/02/habitacao-emprego-e-mobilidade.html>>. Acesso em: 24 out. 2012).

YUMIKO, Naiara (2015) *Favela Indiana: Planejamento Popular Participativo*. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ. (Trabalho final de graduação).

SITES INTERNET

<http://oplatz.net>

www.cargocollective.movementmagazine

<https://www.cidades.gov.br>

<http://www.fjp.mg.gov.br/>

<http://www.berlin-besetzt.de>

http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/entrevista8EntrevSFerro.pdf

<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2017/02/entenda-as-novas-regras-da-minha-casa-minha-vida>

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>

<http://www.berlin.de/en/business-and-economy/labor-market/3921388-4011071-fachkraefte.en.html>

<http://www.housingeurope.eu/resource-468/the-state-of-housing-in-the-eu-2015>

<https://www.destatis.de/DE/Startseite.html?nsc=true&https=1>

<https://kottiundco.net/>

<http://www.regenbogenfabrik.de>

<http://wirbleibenalle.org>

1. Relatório Técnico Prof. Luciana Andrade



Grupo de Pesquisas Cidade, Habitação e Educação
<http://plsql1.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0202604GNX8IPZ>

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM URBANISMO
 FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO



UFRJ

FAVELA INDIANA

TIJUCA | RIO DE JANEIRO | RJ

relatório preliminar da visita técnica
 CONDIÇÕES URBANÍSTICAS E ARQUITETÔNICAS

Data da visita: 05 de Fevereiro de 2014

FUNDAMENTOS:

O presente relatório parte do pressuposto de que a moradia só pode ser considerada no seu contexto urbano, o que significa reconhecer que se trata muito mais do que um mero abrigo. A vida nas cidades e metrópoles requer a articulação da casa com os serviços urbanos essenciais, bem como com outros serviços e atividades relativos ao lazer e à cultura, aqui entendida com respeito à diversidade das suas manifestações. Vale destacar também que a inserção urbana e a mistura social são importantes numa política habitacional - social, econômica e ambientalmente - adequada.

Além disto, cabe lembrar os números do déficit habitacional e a projeção da demanda futura, requerem que toda e qualquer demolição de moradia deve ser feita com muita consistência, sob pena de se ampliar o déficit e a segregação socioespacial, o que agrava os problemas urbanos e ao invés de resolvê-los ou, pelo menos, caminhar no sentido de seu equacionamento.

Cabe ressaltar que a favela tem sido, historicamente, uma importante resposta popular ao déficit habitacional. No Rio de Janeiro pouco mais de 20% da população vive nestas localidades. Vale lembrar que já na década de 1960, em decorrência das políticas de remoção radicais levadas à cabo, John Turner, um destacado urbanista inglês, ficou conhecido por reconhecer nas favelas soluções, apontando a importância da localização na produção da moradia. Além disto, vários pesquisadores brasileiros mundialmente conceituados, dentre os quais Carlos Nelson Ferreira dos Santos e, mais recentemente, Paola Berenstein-Jacques, ressaltaram a qualidade e a adequação potencial dos espaços urbanísticos gerados pela arquitetura popular.

Em vários sentidos muito já se avançou no reconhecimento da legitimidade da favela e outros assentamentos populares, como ocorreu em programas recentes de urbanização, sendo o Programa Favela Bairro e o chamado PAC-Favelas alguns dos mais conhecidos. Entretanto, a

articulação entre tráfico de drogas, violência e favela tem sido sustentada para fortalecer argumentos em defesa de sua remoção. Entretanto estes argumentos se revelam completamente equivocados, uma vez que outros padrões habitacionais não estão imune ao problema que tem outras causas que não a morfologia urbana. Isto é ratificado pela violência já instalada em condomínios do programa Minha Casa, Minha Vida (ver, por exemplo, http://www.youtube.com/watch?v=kPLPgde4z84&feature=youtu.be_gdata).

A VISITA

A Favela Indicana ocupa uma área pequena na rua São Miguel, tendo sido quase totalmente percorrida por um grupo constituído por moradores da comunidade, por uma socióloga, pesquisadora da UERJ, por uma aluna de doutorado do PROURB UFRJ, pela Defensora Maria Lucia Pontes e por mim, autora deste relatório. A comunidade tem pouco mais de 400 moradias, segundo a planta cadastral, anexa ao relatório desenvolvido pela Secretaria de Defesa Civil do Município do Rio de Janeiro, (Boletim de Ocorrência nº 22265/13).

O objetivo era conhecer as condições de casas indicadas para a demolição ou consideradas sem condições de habitabilidade pelo relatório desenvolvido pela Defesa Civil, citado anteriormente, uma vez que considerei importante não ficar restrita à visita às pouco mais de 20 casas consideradas habitáveis. Deste modo, este relatório complementa o desenvolvido pelo Engenheiro Civil José Simões para o NUTH.

Uma primeira observação a ser realizada sobre diz respeito à inexistência de um plano de intervenção que sustente o cadastramento das moradias a serem demolidas ou não, na área definida com *non aedificanti*, e aptas ou não à moradia, na área *aedificanti*. Há vários graus de risco e habitabilidade, que devem ser avaliados a partir de documentos de análise geral que busquem o conhecimento da área para estabelecer um plano de intervenção. O relatório da Defesa Civil apresenta uma análise fragmentada, que apresenta o todo como colagem das partes.

Cabe observar também a inconsistência das informações da planta cadastral, uma vez que o números marcados não correspondem, em alguns casos, aos imóveis indicados. Esta situação foi identificada particularmente em trecho da área que os moradores denominam como "Canal". A constatação se deu a partir do confronto dos dados fornecidos pela prefeitura - registradas na planta e na relação dos nomes dos chefes das famílias - com a informação dos moradores presentes.

Em relação à definição de habitabilidade ou risco, não foi possível nesta primeira visita, verificar coerência entre as indicações do relatório da Defesa Civil e as casas observadas. Entretanto, se observou algumas incompatibilidades entre localização, aspecto e indicação das moradias a remover ou não e habitáveis ou não. Isto requer aprofundamento uma vez que a realização da visita ao interior de duas casas com designações diferentes colocou em questão a indicação de demolição para aquela que apresenta condições aparentes superiores (trata-se da moradia indicada como smh nº82). Há portanto inconsistências, que devem ser verificadas.

AVALIAÇÃO e INDICAÇÕES:

Indiana, tal como outras favelas, apresenta forma urbana que recompõe parte do tecido urbano desconfigurado por diferentes ações edilícias baseadas na desconsideração do espaço público urbano. Deste modo, sua permanência enriquece a morfologia urbana e contribui para a diversidade socioespacial.

Há a necessidade de implementação de um plano de urbanização que aprofunde o conhecimento do lugar e estabeleça melhorias urbanísticas e arquitetônicas. Isto deve se dar com a participação dos moradores, o que garante não só a sustentabilidade das intervenções, pelo consequente engajamento dos moradores para a criação de soluções adequadas, como também promove um universo de trocas de saberes. Isto é particularmente importante para ações de melhorias habitacionais que mitigariam ou eliminariam algumas das inadequações da habitabilidade identificadas no relatório da Defesa Civil.

Uma vez que foi iniciado um processo fragmentado de avaliação dos imóveis, é recomendado que seja feita, urgentemente, uma organização espacializada das famílias que lutam pela permanência e daquelas que pretendem mudar para um apartamento do PMCMV. Este mapa deve ser cruzado com um mapa consistente de inadequações e riscos de modo a estimar a quantidade mudanças voluntárias e alocações possíveis das famílias que estão em risco nas casas remanescentes.

Deste modo, cabe realizar uma versão atualizada e corrigida planta cadastral com a identificação das famílias moradoras. Ela deve ser complementada com indicação compatível com a legenda adotada na relação das casas à demolir, a permanecer, com habitabilidade adequada ou inadequada.

É preocupante a estratégia da demolição de unidades situadas entre outras, sem a existência de um plano consistente que justifique esta ação do ponto de vista urbanístico, bem como, quando pertinente, o processo de demolição deve ser realizado de maneira cuidadosa para não comprometer imóveis vizinhos com habitabilidade adequada.

Em resumo, é pertinente e urgente a realização de projeto social e de urbanização para Indiana, tendo o direito à habitação e à cidade como pressuposto e considerando que a ação pública não deve agir de modo a aumentar os números do déficit habitacional e da demanda futura registrados em documentos como o Plano Nacional de Habitação e o Plano Estadual de Habitação do Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 2014.

Prof. Dr. Luciana da Silva Andrade
Arquiteta Urbanista, registro no CAU nº A15965-4
Coordenadora do CiHabE

Membro permanente do corpo docente do PROURB
Professora Associada FAU UFRJ

cv: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=N051504>

2. Relatório Técnico Eng. José Simões

Rio de Janeiro, 06 de Fevereiro de 2014.

Ilma. Sra.

Dra. Maria Lúcia de Pontes

Defensora Pública do Núcleo de Terras e Habitação

Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Rua São José, nº 35 – 13º andar

Centro – Rio de Janeiro – RJ.

Ref.:RELATÓRIO DA VISTORIA TÉCNICA, REALIZADA NA COMUNIDADE INDIANA, COM O OBJETIVO DE ANALISAR A CONDIÇÃO DE HABITABILIDADE DE 24 CASAS PREVIAMENTE RELACIONADAS PELA SUBSECRETARIA DA DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.

Data da vistoria: 05 de Fevereiro de 2014

Participaram da vistoria:

SR. MARCIO – Subsecretário da Subsecretaria da Defesa Civil

ENGº LUIS – da Subsecretaria da Defesa Civil

Senhora Defensora Pública,

No dia 05 de fevereiro de 2014 realizamos uma vistoria na Comunidade Indiana, mais especificamente **com o objetivo de analisarmos as condições de habitabilidade em 24 casas**, previamente relacionadas pela Subsecretaria de Defesa Civil do Município do Rio de Janeiro, localizadas no interior da Comunidade e com numeração referenciada pela Secretaria Municipal de Habitação.

Previamente desejo esclarecer que o conceito de habitabilidade envolve muitos fatores para serem analisados, tais como: elementos estruturais do imóvel, elementos formadores da sua arquitetura, vãos de ventilação, instalações sanitárias, instalações elétricas, condições de acesso ao imóvel e outros (malha urbana viário local, equipamentos comunitários, etc).

No presente trabalho nos detivemos principalmente em analisar a parte estrutural de cada imóvel, com única ressalva

para a moradia de nº SMH 141, a qual citaremos obedecendo a ordem de vistoria, **por entendermos que o elemento estrutural representa o principal fator de segurança a integridade física das famílias que irão habitar cada imóvel** e por acreditar que elementos como a dimensão e disposição arquitetônica de cada cômodo da edificação, assim como a ventilação dos mesmos e também suas instalações serão analisadas pela competente equipe técnica da SMH e que esta Secretaria saberá destinar a cada família o imóvel mais adequado as suas necessidades de espaço, assim como orientá-las em melhorias, com relação a pequenas obras de abertura de vãos para ventilação e melhorias nas instalações prediais e ressaltando ainda que tais obras embora não representem um custo elevado poderão também, neste ponto, contar com a importante colaboração da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

A seguir relacionamos os imóveis vistoriados com a devida numeração dada pela SMH e o primeiro nome do atual morador:

SMH nº 13 – Geferson

A estrutura não apresenta indícios de risco iminente.

SMH nº 16 – José Guilherme

A estrutura não apresenta indícios de risco iminente.

SMH nº 18 – Geozani de Paula

A estrutura não apresenta indícios de risco iminente.

SMH nº 18A – Camila de Paula

A estrutura não apresenta indícios de risco iminente.

SMH nº 20 – Felipe

A estrutura não apresenta indícios de risco iminente.

SMH nº 29 – Géssica

A estrutura não apresenta indícios de risco iminente.

SMH nº 32 – Janeide

A estrutura não apresenta indícios de risco iminente.

SMH nº 35 – Irenaldo

A estrutura não apresenta indícios de risco iminente.

Obs.: o Sr. Irenaldo é marido da Sra. Janeide e a casa nº 35 é de outra pessoa, não identificada, conforme nos disse a Sra. Janeide, portanto, embora esteja relacionado o nome do Sr. Irenaldo na casa nº 35, o ocupante da mesma não foi identificado.

SMH nº 38 – Terezinha

A estrutura não apresenta indícios de risco iminente.

SMH nº 53 – Raimunda

A estrutura não apresenta indícios de risco iminente.

SMH nº 54A – Francisco

A estrutura não apresenta indícios de risco iminente.

SMH nº 55 – Conceição

A estrutura não apresenta indícios de risco iminente.

SMH nº 56 – Silvana

A estrutura não apresenta indícios de risco iminente.

SMH nº 60 – José Severino

A estrutura não apresenta indícios de risco iminente.

SMH nº 65 – Antonio

A estrutura não apresenta indícios de risco iminente.

Obs.: esta casa possui apenas um cômodo, um banheiro pequeno e uma pia, além de não ter laje, sendo coberto por telhado de telhas de amianto e seu acesso ser através de uma escada, constituindo-se, portanto, em um bom exemplo para a escolha adequada do futuro morador na qual suas necessidades possam ser atendidas por estas dependências, reforçando, com essas observações, o que foi dito no terceiro parágrafo do presente laudo.

SMH nº 90 – Luciana

A estrutura não apresenta indícios de risco iminente.

SMH nº 107 – Maria Tibúrcio

Por infortunação da Sra. Graziela, que nos acompanhou na vistoria, **a Sra. Maria Tibúrcio desistiu de mudar.**

A casa não foi analisada.

SMH nº 110 – Dulcinéia

A estrutura não apresenta indícios de risco iminente.

SMH nº 111 – Juliana

A estrutura não apresenta indícios de risco iminente.

Obs.: apesar da análise acima, a casa necessita de muitas obras, por esse motivo sugiro que seja feito um levantamento dessas obras antes de se reassentar uma nova família nessa casa. E como não tivemos acesso também ao interior da casa nº 112, sugiro que se observe o mesmo critério antes do reassentamento de uma nova família também nessa casa.

SMH nº 112 – Anália (mãe da Juliana)

A estrutura não apresenta indícios de risco iminente.

SMH nº 114A – Danieli

A estrutura não apresenta indícios de risco iminente.

SMH nº 141 – Mário

A estrutura não apresenta indícios de risco iminente, porém por se constituir em um único cômodo, muito pequeno, onde cabe apenas uma cama, e num banheiro que fica do lado de fora do quarto, sem ter nem cozinha, nem instalações mínimas para ser caracterizada como uma moradia, concluímos que a mesma **não tem condições de habitabilidade**, podendo ser utilizado apenas para um pequeno comércio.

SMH nº 158 – Silvano

A estrutura não apresenta indícios de risco iminente.

SMH nº 160 – Maria Felix

A estrutura não apresenta indícios de risco iminente.

Com a casa de nº 160 concluímos as 24 casas previamente relacionadas, mas além dessas vistoriamos mas três casas conforme relatado abaixo:

SMH nº 138 – Maria do Amparo

A estrutura não apresenta indícios de risco iminente, porém a moradia, conforme dito pelo Sr. Leonardo é muito abafado e muito quente e ainda que em dias de chuva, além de termos observado mofo nas paredes da cozinha e no teto do banheiro, pouca ventilação.

Concluo pela necessidade de uma análise por um arquiteto(a) para estudar-se a possibilidade de aproveitamento da referida casa.

SMH nº 179 – Vanusa

A estrutura não apresenta indícios de risco iminente.

O pai da Sra. Vanusa se ofereceu para fazer a pintura que for necessária após sua filha ser reassentada no apartamento prometido pela Prefeitura.

A casa se encontra em boas condições de habitabilidade e sugeriu-se reassentar na mesma a Dona Isabel, uma antiga moradora da comunidade, portadora de necessidades especiais por não enxergar.

SMH nº 82 – Graziela

Nesta casa, em particular, não fomos acompanhados pela Defesa Civil.

A estrutura não apresenta indícios de risco iminente.

A Sra. Graziela nos informou que sua casa foi considerada sem condições de habitabilidade em função da rede de esgotos sanitários que em dias de chuva inundam a sua residência, além de diariamente causar mau cheiro em suas dependências, por esse motivo decidimos analisar mais detalhadamente sua casa e o acesso a mesma onde existe a rede de esgotos.

Com relação a casa observamos que além de apresentar uma estrutura sem nenhum indício de risco iminente, que foi nosso principal foco em todas as vistorias realizadas, observamos também tratar-se de uma das casas a que estão em melhor estado de conservação por nós vistoriadas na presente data.

Com relação a rede de esgotos, motivo das reclamações da Sra. Graziela, e que são externas a casa, entramos no local onde existe a rede de esgotos, em frente a casa, e pudemos observar o seguintes dados técnicos.

1º - as dimensões existentes na rede de esgotos apresentam um dimensionamento com capacidade para o esgotamento sanitário suficiente para atender a demanda local;

2º - os níveis de escoamento da rede de esgotos são suficientes para atender sua finalidade.

Em vista do observado acima, e com base na experiência que adquiri projetando e executando obras de rede de esgotos sanitários em favelas no período de dois anos e meio que trabalhei na SMH, concluí que a solução do problema é bastante simples, necessitando apenas da desobstrução da referida rede de esgotos e da vedação da mesma em alguns trechos, e, por se tratar de um problema afeto ao Órgão Governamental competente, nada tendo a haver com o morador ou a moradia de nº 82, e considerando as condições da referida casa, podemos afirmar que **esta casa tem todas as condições de habitabilidade**.

José Simões

Engº Civil CREA-RJ 35.770-D

3. Relatório Defesa Civil



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos
Subsecretaria de Defesa Civil



2ª via



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos
Subsecretaria de Defesa Civil



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos
Subsecretaria de Defesa Civil



BOLETIM DE OCORRÊNCIA nº 22265 /13

Solicitante: David - GBP

Tipo de Ocorrência: Vistoria Técnica

Endereço: Rua São Miguel s/n - Várias na Comunidade Indiana

Bairro: Tijuca

Vistoria - Descrição restrita a uma análise técnica visual

Trata-se de vistoria realizada em conjunto com técnicos da Secretaria Municipal de Habitação e Subprefeitura da Tijuca, em construções de alvenaria de um a quatro pavimentos edificadas sem o embasamento técnico de profissional habilitado, que integram a Comunidade Indiana, onde moradores da área de risco, estão sendo removidos através do Programa Minha Casa Minha e já foram previamente cadastradas pela SMH.

A vistoria, restrita a uma análise técnica visual, foi dividida em duas partes, análise das moradias construídas em área não edificante, às margens do Rio Maracanã, em área considerada de maior risco e as moradias construídas irregularmente no trecho fora dessa área, sendo verificada as condições estruturais e consequentemente as que são passíveis de remoção e demolição, conforme descrição a seguir:

a) Moradias construídas em área não edificante, às margens do Rio Maracanã.

1) SMH 117 – moradora: Julia Luciano – edificação com três pavimentos. No segundo andar morava a filha que já foi transferida para Triagem, estando a mãe em concordância com a remoção, devendo essa edificação, após a entrega das chaves da nova moradia, ser demolida imediatamente;

2) SMH 127 – moradora: Joelma Claudia Alves – edificação com três pavimentos. Os moradores concordam com a remoção, devendo essa edificação, após a entrega das chaves da nova moradia, ser demolida imediatamente. Nessa edificação constam os seguintes cadastros cujos moradores já foram removidos: SMH 125, SMH 126, SMH 128, SMH 129 e SMH 130. 3) SMH 131 – A moradora Andréa Claudia de Lima Poubel de Oliveira ainda permanece no local;

4) SMH 133 – morador: Severino do Ramo Dias de Moura (pavimento térreo) – edificação com dois pavimentos, cujo segundo pavimento encontra-se invadido. Caso haja concordância dos moradores com a remoção, essa edificação deverá ser demolida imediatamente;

5) SMH 134 – moradora: Celina Maria da Conceição Silva – edificação com dois pavimentos. Os moradores concordam com a remoção, devendo essa edificação, após a entrega das chaves da nova moradia, ser demolida imediatamente;

6) SMH 138 – edificação com dois pavimentos. A moradora do térreo, Maria do Amparo da Silva Ramos e a moradora do 2º pavimento - Andreia da Silva Ramos (SMH) concordam com a remoção, devendo essa edificação, após a entrega das chaves da nova moradia, ser demolida imediatamente;

7) SMH 140 – moradora: Luzinete Valentim da Silva – edificação com três pavimentos. Os moradores concordam com a remoção, devendo essa edificação, após a entrega das chaves da nova moradia, ser demolida imediatamente;

8) SMH 143 – moradora: Arnaldo João de Souza – edificação com um pavimento. Os moradores concordam com a remoção, devendo essa edificação, após a entrega das chaves da nova moradia, ser demolida imediatamente;

9) SMH 144 – moradora: Maria de Azevedo de Oliveira – edificação com dois pavimentos. Os moradores concordam com a remoção, devendo essa edificação, após a entrega das chaves da nova moradia, ser demolida imediatamente;

10) SMH 175 – morador: Wallace Alves dos Santos – edificação com quatro pavimentos. Os moradores concordam com a remoção, devendo essa edificação, após a entrega das chaves da nova moradia, ser demolida imediatamente;

11) SMH 194 – moradora: Maria Aparecida Batista – edificação com um pavimento. Os moradores concordam com a remoção, devendo essa edificação, após a entrega das chaves da nova moradia, ser demolida imediatamente;

12) SMH 201 – morador: Vanio Alves Pego – edificação com dois pavimentos. O segundo pavimento foi invadido, após a saída do morador anterior que foi atendido pelo programa MCMV. Com a remoção dos moradores, a edificação deverá ser demolida imediatamente;

13) SMH 206 – moradora: Maria Jose das Neves, 14) SMH 209 – moradora: Gilka Moreira Pio e 15) SMH 211 – moradora: Justina Maria de Lima, edificação com três pavimentos, conhecida na comunidade como "Grayskull". O segundo pavimento encontra-se vazio, entretanto, os demais pavimentos encontram-se habitados e os moradores concordam com a remoção.

(continuação pág. 1)

16) SMH 215 – moradora: Antonia da Conceição – edificação com dois pavimentos e terraço. Os moradores concordam com a remoção, devendo essa edificação, após a entrega das chaves da nova moradia, ser demolida imediatamente;

17) SMH 291 – moradora: Adriana Monteiro Santiago – casa no segundo pavimento, com laje teto pré-fabricada, sem telhado, a margem do Rio Maracanã. Caso haja concordância da moradora com a remoção, essa edificação deverá ser demolida imediatamente;

18) SMH 295 – moradora: Kilza Aparecida da Silva – edificação com dois pavimentos. No pavimento superior mora a filha da Sra Kilza. Caso haja concordância dos moradores com a remoção, essa edificação deverá ser demolida imediatamente;

19) SMH 299 – moradora: Ângela Maria da Rocha – edificação com dois pavimentos. Caso haja concordância da moradora com a remoção, essa edificação em péssimo estado de conservação e em condições imprópria ao uso e habitabilidade, deverá ser demolida imediatamente;

20) SMH 303 – moradora: Cristiane Santos da Silva – edificação com dois pavimentos. Os moradores concordam com a remoção, devendo essa edificação, após a entrega das chaves da nova moradia, ser demolida imediatamente;

21) SMH 306 – moradora: Marcelle da Silva Candeias – edificação com dois pavimentos. Os moradores concordam com a remoção, devendo essa edificação, após a entrega das chaves da nova moradia, ser demolida imediatamente;

22) SMH 307 – moradora: Luzia Maria Souza da Silva) – edificação com três pavimentos. Os moradores concordam com a remoção, devendo essa edificação, após a entrega das chaves da nova moradia, ser demolida imediatamente;

23) SMH 309 – moradora: Antonia Julia de Oliveira, 26) SMH 314 – moradora: Cléa Eunice de Oliveira e 27) SMH 315 – morador: Luis Cláudio de Oliveira – edificação com três pavimentos. Os moradores concordam com a remoção, devendo essa edificação, após a entrega das chaves da nova moradia, ser demolida imediatamente;

24) SMH 310 – moradora: Patrícia Rocha Saraiva e 25) SMH 311 – morador: Ednaldo Santos Lima – edificação com dois pavimentos. Os moradores concordam com a remoção, devendo essa edificação, após a entrega das chaves da nova moradia, ser demolida imediatamente;

(continuação pág. 2)



(continuação pág. 3)

28) SMH 316 – moradora: Ana Paula Batista Flor dos Santos) – edificação com três pavimentos. Os moradores concordam com a remoção, devendo essa edificação, após a entrega das chaves da nova moradia, ser demolida imediatamente;

29) SMH 319 – moradora: Josefa Marta da Silva Pereira e SMH 318 – morador: Everaldo – edificação com dois pavimentos. Os moradores concordam com a remoção, devendo essa edificação, após a entrega das chaves da nova moradia, ser demolida imediatamente;

30) SMH 323 – morador: Francisco Ednilson Alves de Mesquita (2º pavimento) e 31) SMH 325 – morador: Andrea Cristina de Oliveira da Costa (pavimento térreo) – edificação com dois pavimentos. No segundo pavimento constata-se que a laje teto apresenta ferragens expostas na cozinha e banheiro. Caso haja concordância dos moradores com a remoção, essa edificação em péssimo estado de conservação, deverá ser demolida imediatamente;

32) SMH 328 – moradora: Jaqueline Santos da Cruz e 33) SMH 330 – moradora: Raquel Santos da Cruz, edificação com três pavimentos. Os moradores concordam com a remoção, devendo essa edificação, após a entrega das chaves da nova moradia, ser demolida imediatamente;

34) SMH 333 – morador: Josenaldo Xavier da Rocha – edificação com um pavimento (edícula composta por quarto e corredor de acesso). Caso haja concordância do morador com a remoção, essa edificação deverá ser demolida imediatamente;

35) SMH 335 – moradora: Vitória da Silva Alves (Rua São Miguel nº 507 fundos) – edificação com dois pavimentos. Os moradores concordam com a remoção, devendo essa edificação, após a entrega das chaves da nova moradia, ser demolida imediatamente;

36) SMH 337 e 37) SMH 337 A – moradores: Marcelo Monteiro de Amorim e Kátia dos Santos, respectivamente) – edificação com três pavimentos. Os moradores concordam com a remoção, devendo essa edificação, após a entrega das chaves da nova moradia, ser demolida imediatamente;

38) SMH 344 – moradora: Ozana da Silva Vieira e 39) SMH 345 – morador: Francisco Rodrigues Freire Junior – edificação com dois pavimentos. Os moradores concordam com a remoção, devendo essa edificação, após a entrega das chaves da nova moradia, ser demolida imediatamente;



(continuação pág. 4)

40) SMH 394 – moradora: Valdecir Alves dos Santos – edificação com um pavimento que estava fechada, entretanto caso haja concordância na remoção, essa edificação poderá ser demolida;

41) SMH 409 – moradora: Tereza Firmino de Lucena (Rua São Miguel 507 A) – um pavimento, sem telhado, com laje apresentando infiltrações generalizadas e deformação acentuada. Os moradores concordam com a remoção, devendo essa edificação, após a entrega das chaves da nova moradia, ser demolida imediatamente;

b) Moradias construídas fora da área não edificante, das margens do Rio Maracanã, mas que não apresentam condições de uso e habitabilidade.

1) SMH 25 – moradora: Aline Monique da Silva – edificação com dois pavimentos. Essa edificação, no momento da vistoria, não apresentava indícios de risco iminente de desabamento, entretanto, apresentava condições insalubres à habitabilidade como por exemplo, infiltrações acentuadas, ausência de ventilação, rachaduras e etc

2) SMH 33 – moradora: Maria de Lourdes Moura Dias. Edificação com três pavimentos, em péssimo estado de conservação, sem condição de uso e habitabilidade,

3) SMH 37 – moradora: Maria Izaura da Conceição – edificação com quatro pavimentos. Essa edificação apresentava condições insalubres à habitabilidade como por exemplo, infiltrações acentuadas, ausência de ventilação, rachaduras e etc;

4) SMH 66 – moradora: Adeilda Gomes Barbosa – edificação com três pavimentos. Os moradores concordam com a remoção. Essa edificação conforme manchas nas paredes, encontra-se em área suscetível a alagamento;

5) SMH 72 – morador: José Euclides de Araújo, deficiente físico – edificação com três pavimentos. Os moradores dois pavimentos superiores já foram assistidos pela SMH. A moradia apresenta péssimo estado de conservação, insalubre, sem condição de uso e habitabilidade.



(continuação pág. 5)

6) SMH 76 – moradora: Rita Nair da Silva – edificação com dois pavimentos, sendo que a Sra Rita mora no segundo pavimento que estava fechado, entretanto, a exemplo das moradias com os cadastro SMH 77, SMH 77A, SMH 82 e SMH 66, essa encontra-se em área suscetível a alagamento;

7) SMH 77 – moradora: Misiene Bercot e SMH 77 A – moradora: Michele Bercot – edificação com três pavimentos. Os moradores concordam com a remoção. Essa edificação conforme manchas nas paredes, encontra-se em área suscetível a alagamento;

8) SMH 82 – moradora: Grasiela Gomes da Silva – edificação com três pavimentos. Os moradores concordam com a remoção. Essa edificação apresentava condições insalubres à habitabilidade e conforme manchas nas paredes, em área suscetível a alagamento;

9) SMH 84 – moradora: Maria Lúcia dos Santos – edificação com um pavimento. Os moradores concordam com a remoção. Essa edificação apresentava condições insalubres à habitabilidade como por exemplo, infiltrações acentuadas, ausência de ventilação, rachaduras e etc.;

10) SMH 85 A – moradora: Caroline Alves Soares – edificação com três pavimentos. Os moradores concordam com a remoção. Essa edificação apresentava condições insalubres à habitabilidade como, por exemplo, infiltrações acentuadas, ausência de ventilação, rachaduras e etc.;

11) SMH 103 – morador: Geisel Alcântara da Silva – edificação com três pavimentos. Houve corte na laje pré-fabricada para acessar o último pavimento, fato que aliado aos demais vícios e erros construtivos existentes na edificação, não recomendamos o seu uso e habitabilidade e sim a sua demolição, visto que os moradores concordam com a remoção.

12) SMH 108 – morador: Edilson Severino da Silva. Edificação com dois pavimentos em péssimo estado de conservação, sem condição de uso e habitabilidade, com risco agravado pela demolição realizada na edificação vizinha. Deverá ser demolida;

13) SMH 141 – morador: Mario Carlos dos Santos – edificação com dois pavimentos sendo uma edícula no térreo e banheiro no 2º pavimento. O morador concorda com a remoção. Essa edificação, no momento da vistoria, não apresentava indícios de risco iminente de desabamento, entretanto, não apresenta condições de habitabilidade;

(continuação pág. 6)

14) SMH 156 – moradora: Maria Inácia Gonçalves – edificação com dois pavimentos. Essa edificação, no momento da vistoria, não apresentava indícios de risco iminente de desabamento, entretanto, apresentava condições insalubres à habitabilidade como por exemplo, infiltrações acentuadas, ausência de ventilação e etc.

15) SMH 164 – moradora: Terezinha de Jesus Andrade e SMH 166 – moradora: Neide Gomes Azevedo da Silva. Edificação com três pavimentos em péssimo estado de conservação, sem condição de uso e habitabilidade;

16) SMH 168 – moradora: Iracema Batista Flor. Edificação com dois pavimentos, em péssimo estado de conservação, sem condição de uso e habitabilidade,

17) SMH 171 – moradora: Maria do Socorro Lopes Souza. Edificação com dois pavimentos em péssimo estado de conservação, sem condição de uso e habitabilidade;

18) SMH 173 – moradora: Maria Eliane dos Santos. Edificação com três pavimentos em péssimo estado de conservação, sem condição de uso e habitabilidade;

c) Moradias construídas em área não edificante, às margens do Rio Maracanã, cujos moradores não concordam com a remoção ou existe comércio no térreo.

1) SMH 7 A – moradora: Viviane de Souza – edificação com três pavimentos, com loja na parte frontal (Bar do Raimundo) e moradias nos pavimentos superiores. A moradora do 3º pavimento (SMH 7 - moradora: Valéria Felismina Chagas) não concorda na remoção o que inviabiliza a demolição;

2) SMH 188 – moradora: Mariana Almeida Costa – edificação com três pavimentos. Não é possível a demolição dessa edificação, pois a mesma está engastada na estrutura da edificação vizinha, (SMH 186 - Cláudia, SMH 185 - Aline Silva da Costa e SMH 187 - Maria Ozilene Ribeiro);

3) SMH 213 – moradora: Monica Edith Rodrigues de Carvalho – edificação com três pavimentos, encontra-se invadida parcialmente no térreo, o que inviabiliza a demolição;

(continuação pág. 7)

4) SMH 235 – morador: Jose Felix Barbosa, 6) SMH 244 – moradora: Maria das Graças Gomes, – edificações com dois pavimentos, com lojas no térreo e moradias nos pavimentos superiores que estavam fechadas, entretanto, caso haja concordância dos moradores na remoção, essas moradias poderão ser demolida, permanecendo os comércios no térreo até novo pronunciamento;

5) SMH 238 – morador: Carlos Andre Alves de Arruda – edificação com dois pavimentos. O pavimento superior está desocupado e no pavimento térreo funciona um comércio "Bar do Mano". A residência do segundo pavimento poderá ser demolida, pois, mesmo que o proprietário do comércio no térreo não concorde, a demolição poderá ser efetivada, permanecendo o comércio até novo pronunciamento;

7) SMH 267 A – moradora: Andréia Dias Gonçalves e 8) SMH 268 – moradora: Andressa Pereira Luiz da Silva – edificação com dois pavimentos, com loja no térreo. Os moradores concordam com a remoção, devendo essa edificação, após a entrega das chaves da nova moradia, ter a residência do segundo pavimento demolida, pois, mesmo que o proprietário do comércio no térreo não concorde, a demolição poderá ser realizada, permanecendo o comércio até novo pronunciamento.

9) SMH 271 – moradora: Mirian Costa Rodrigues, concorda – edificação com três pavimentos. O morador do 2º e 3º pavimentos (SMH 270 - Reginaldo Luiz), com acesso independente, não concorda com a remoção, o que inviabiliza, no momento, a demolição dessa edificação;

10) SMH 334 – morador: Francisco Edison Pereira Lima (houve troca de titularidade) – edificação com dois pavimentos. O morador do pavimento superior (SMH 331 – morador: João Martins dos Santos) não concorda com a remoção, o que inviabiliza, no momento, a demolição dessa edificação;

11) SMH 338 – morador: Douglas Alves dos Santos) – edificação com dois pavimentos. Os moradores concordam com a remoção, devendo essa edificação, após a entrega das chaves da nova moradia, ter a residência do segundo pavimento demolida, pois, mesmo que o proprietário do comércio no térreo não concorde, a demolição poderá ser realizada, permanecendo o comércio até novo pronunciamento;

(continuação pág. 8)

12) SMH 369 – morador: Paulo Renato de Souza Lima – edificação com dois pavimentos, telhado em telhas de fibrocimento, sendo o segundo pavimento residencial e o pavimento térreo um bar. Caso haja concordância do morador com a remoção, essa edificação deverá ter a residência do segundo pavimentos demolido, pois, mesmo que o proprietário do comércio no térreo não concorde, a demolição poderá ser realizada, permanecendo o comércio até novo pronunciamento;

13) SMH 376 A – moradora: Adriana Rogéria de Souza – edificação com dois pavimentos com comércio no térreo e residência no 2º pavimento. Os moradores concordam com a remoção, devendo essa edificação, após a entrega das chaves da nova moradia, ter a residência do segundo pavimento demolida, pois, mesmo que a proprietária do comércio no térreo não concorde, a demolição poderá ser realizada, permanecendo o comércio até novo pronunciamento.

14) SMH 393 A – moradora: Deise Cristiane Silva Tavares – edificação com dois pavimentos, com loja no térreo (Salão da Glória) com acesso pela Rua São Miguel e moradia no pavimento superior com acesso pela passarela. Os moradores concordam com a remoção, devendo essa edificação, após a entrega das chaves da nova moradia, ter a residência do segundo pavimento demolida, pois, mesmo que a proprietária do comércio no térreo não concorde, a demolição poderá ser realizada, permanecendo o comércio até novo pronunciamento.

15) SMH 408 – moradora: Ane Carla Gomes de Oliveira Batista – edificação com três pavimentos, sendo o terceiro uma construção paralisada, o segundo pavimento residencial e o pavimento térreo um bar, com acesso pela Rua São Miguel nº 503. Caso haja concordância da moradora com a remoção, essa edificação deverá ter a residência do segundo e terceiro pavimentos demolida, pois, mesmo que o proprietário do comércio no térreo não concorde, a demolição poderá ser realizada, permanecendo o comércio até novo pronunciamento.

16) SMH 410 – moradora: Patrícia Dias de Lucena (Rua São Miguel 507 B) – três pavimentos, com comércio no térreo (Paloma Bar). Os moradores concordam com a remoção, devendo essa edificação, após a entrega das chaves da nova moradia, ter a residência dos pavimentos demolida, pois, mesmo que o proprietário do comércio no térreo não concorde, a demolição poderá ser realizada, permanecendo o comércio até novo pronunciamento.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos
Subsecretaria de Defesa Civil



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos
Subsecretaria de Defesa Civil



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos
Subsecretaria de Defesa Civil



(continuação pág. 9)

d) Moradias construídas fora da área não edificante, das margens do Rio Maracanã, que não apresentam no momento da vistoria, patologias que indiquem risco iminente de desabamento.

1) SMH 13 - morador: Geferson Moreira de Lima - edificação com dois pavimentos, bifamiliar. Essa edificação, no momento da vistoria, não apresentava indícios de risco iminente de desabamento;

2) SMH 16 - morador: Jose Guilherme Filgueira Insua. Edificação com três pavimentos, no momento da vistoria, não apresentava indícios de risco iminente de desabamento;

3) SMH 18 - moradora: Gezane de Paula Carvalho e 4) SMH 18 A - morador: Camila de Paula - edificação com dois pavimentos, bifamiliar com acesso único e comum as duas moradias. Essa edificação, embora em mau estado de conservação, não apresenta, no momento da vistoria, indícios de risco iminente de desabamento;

5) SMH 20 - morador: Felipe Mikael dos Santos Costa. Edificação com três pavimentos, no momento da vistoria, não apresentava indícios de risco iminente de desabamento;

6) SMH 29 - moradora: Jéssica Martins Correa - edificação com três pavimentos. Os moradores concordam com a remoção. Essa edificação, no momento da vistoria, não apresentava indícios de risco iminente de desabamento;

7) SMH 32 - moradora: Janeide Pereira da Silva Rocha e SMH 35 - morador: Irenaldo Xavier da Rocha - edificação com dois pavimentos, bifamiliar. Essa edificação, no momento da vistoria, não apresentava indícios de risco iminente de desabamento;

8) SMH 38 - moradora: Terezinha de Jesus Berçot - edificação com três pavimentos. Os moradores concordam com a remoção. Essa edificação, no momento da vistoria, não apresentava indícios de risco iminente de desabamento;

9) SMH 53 - morador: Raimunda Paula dos Santos - edificação com dois pavimentos e terraço. Essa edificação, no momento da vistoria, não apresentava indícios de risco iminente de desabamento;

(continuação pág. 10)

10) SMH 54 A - morador: Francisco Mesquita Melo - edificação com dois pavimentos e telhado telhas de fibrocimento. Essa edificação, no momento da vistoria, não apresentava indícios de risco iminente de desabamento;

11) SMH 55 - moradora: Conceição do Carmo Ramos da Silva e 12) SMH 56 - moradora: Silvana Ramos da Silva - edificação com dois pavimentos. Essa edificação, no momento da vistoria, não apresentava indícios de risco iminente de desabamento;

13) SMH 60 - morador: Jose Severino Pereira - edificação com três pavimentos e terraço. Essa edificação, no momento da vistoria, não apresentava indícios de risco iminente de desabamento;

14) SMH 65 - morador: Antonio Batista da Silva Neto. Edificação com dois pavimentos. O Sr Antonio mora no pavimento superior, cuja moradia tem telhado é composto por telhas de fibrocimento, sem laje e, no momento da vistoria, não apresentava indícios de risco iminente de desabamento;

15) SMH 90 - moradora: Luciana Azevedo da Silva - edificação com três pavimentos. Os moradores concordam com a remoção. Essa edificação, no momento da vistoria, não apresentava indícios de risco iminente de desabamento;

16) SMH 107 - moradora: Maria Tiburcio - edificação com dois pavimentos. Os moradores concordam com a remoção. Essa edificação, no momento da vistoria, não apresentava indícios de risco iminente de desabamento;

17) SMH 110 - moradora: Dulcinea da Silva Pereira - edificação com três pavimentos. Os moradores concordam com a remoção. Essa edificação, no momento da vistoria, não apresentava indícios de risco iminente de desabamento;

18) SMH 111 - moradora: Juliana de Araujo e 19) SMH 112 - moradora: Amália Lucia e Figueira - edificação com dois pavimentos. Os moradores concordam com a remoção. Essa edificação, no momento da vistoria não apresentava indícios de risco iminente de desabamento;

20) SMH 114 A - moradora: Daniele Silva do Nascimento - edificação com dois pavimentos. Os moradores do segundo andar já foram transferidos para Triagem. Essa edificação, no momento da vistoria não apresentava indícios de risco iminente de desabamento;

(continuação pág. 11)

21) SMH 158 - morador: Silvano Severino Gomes da Silva - edificação com três pavimentos. O Sr. Silvano mora no térreo (quarto, banheiro e cozinha) os moradores dos pavimentos superiores já foram assistidos pela SMH. Essa edificação, no momento da vistoria, não apresentava indícios de risco iminente de desabamento;

22) SMH 160 - moradora: Maria Félix da Silva - edificação com três pavimentos. Os moradores concordam com a remoção. Essa edificação, no momento da vistoria, não apresentava indícios de risco iminente de desabamento;

23) SMH 179 - moradora: Rosiane Marcelli da Silva - edificação com três pavimentos. Apenas a moradora do térreo concorda na remoção, os moradores do 2º pavimento (SMH 221 - Edna Maria Gandina) e do 3º pavimento (SMH 222 - Maria Inácia de Arruda) não concordam com a remoção o que inviabiliza a demolição. Essa edificação, no momento da vistoria, não apresentava indícios de risco iminente de desabamento;

Em tempo: Em 05/02/2014, foi realizada visita na Comunidade com representantes da Defensoria Pública do Núcleo de Terras e Habitação, Dr Alexandre Angeli de Araújo, Dra Maria Lucia, e o engenheiro José Simões), ficando o presente Boletim de Ocorrência atualizado.

Providências: A SMH, a Subprefeitura e a Defensoria Pública do Núcleo de Terras e Habitação para ciência, A/C Dr Alexandre Angeli de Araújo, para ciência e providências cabíveis.

Data das Vistorias: 07/12/2013 e 05/02/2014.

Vistoriante:

Engº Luis André Moreira Alves
S/SUBDEC - Mat. 11/151.563-4
CREA-RJ 1991100133

4. Parecer sobre o Plano de Demolições



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

Rio de Janeiro, 05 de setembro de 2015.

Ilma. Sra.
Dra. Maria Lúcia de Pontes
Defensora Pública do Núcleo de Terras e Habitação
Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Ref.: INDIANA – PARECER ACERCA DA VIABILIDADE DE ACORDO DE DEMOLIÇÃO NA COMUNIDADE INDIANA

Senhora Defensora Pública,

Em resposta à solicitação feita pela Vossa Excelência através do Ofício nº 614 /2015, referente a parecer acerca das exigências para realização de Plano de Demolição de Residências na Comunidade Indiana, cujas famílias concordaram com a remoção para o Empreendimento Bairro Carioca, apresentamos os comentários a seguir.

Resalta-se que destacamos no presente documento: (a) os problemas decorrentes da demolição das casas sem um prévio planejamento; (b) as justificativas para elaboração de um Plano de Urbanização e Recuperação da Área Atingida na Comunidade Indiana anteriormente às demolições das casas com atenção para diferentes aspectos, garantindo moradia digna para os moradores, conforme compromisso assumido pela PCRJ.

Os professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – FAU/UFRJ Maria Paula Albermaz, Luciana da Silva Andrade e Fernando César Negrini Minto contaram com a parceria dos alunos do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ (Abricó – EMAU/UFRJ), da doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo arquiteta Juliana Canedo – integrantes da assessoria técnica da UFRJ fornecida ao processo de regularização urbanística e fundiária da Comunidade Indiana - na elaboração do documento encaminhado à Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

1. Problemas decorrentes da demolição de casas na Comunidade Indiana sem prévio planejamento

a) Reocupação informal

Pela falta de nova destinação para áreas onde antes havia casas que foram demolidas, é comum que os espaços livres voltem a ser reocupados, sendo reerguidas casas onde podem ter um ou mais domicílios, deste modo podendo corresponder até mesmo a um maior adensamento com a construção informal.

Esta situação é observada em históricos de ocupação de diversas favelas da cidade do Rio de Janeiro e, recentemente, nas áreas com casas demolidas na própria Comunidade Indiana.

Pelas características do território, a demolição de casas sem um prévio planejamento urbano popular e participativo para o espaço terá como resultante uma rápida reocupação com fins especulativos, os quais podem não contemplar os anseios e necessidades dos atuais moradores.

Além do exemplo da Indiana, podemos evidenciar esse problema da demolição com ausência de planejamento anterior com o caso da Avenida Central, no Morro do Alemão. Nas obras do PAC, para alinhamento e alargamento da via, foram demolidas diversas casas e nos terrenos não se previa nenhuma ocupação nem uso. Hoje já se podem ver novas construções informais sendo iniciadas.

b) Reciprocidade da estrutura

As estruturas das casas nas favelas são interdependentes. O conjunto vai ao longo do tempo configurando um sistema estrutural coeso. Assim, a demolição de uma casa em risco pode trazer danos físicos à outra casa, mesmo sendo a segunda uma construção sólida, bem estabelecida.

Podem ser observados dois tipos de risco às residências associados a uma demolição de casa contígua: o risco geotécnico, relacionado às condições do terreno no qual se localiza a casa demolida, com perigo de deslizamentos, inundações; o risco tecnológico, referente às ameaças estruturais, como desabamentos, rachaduras, cisalhamento, flambagem.

Há exemplos de casas que foram estruturalmente prejudicadas pela demolição de casa contígua em favelas, assim como se verificam rachaduras pós-demolição em casas na própria Comunidade Indiana.

c) Insalubridade, insegurança e problemas ambientais

O desmonte de uma estrutura sem a devida preocupação com a destinação dos RDC (Resíduos de Demolição e Construção) pode causar sérios problemas de insalubridade, insegurança e poluição ambiental. O risco de vetores de doenças já frequente em



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

favelas agrava-se. Áreas com RDC estão sujeitas a se tornarem locais de acúmulo de lixo e menos seguras.

O rio Maracanã, que fica ao lado da Comunidade Indiana tem diversos problemas causados pelo despejo de resíduos. Em demolições que aconteceram dentro da Comunidade Indiana, os escombros não retirados foram muitas vezes despejados indevidamente no rio Maracanã. ou então, em outros casos, sequer foram retirados de dentro da Comunidade.

2. Justificativas para elaboração prévia do Plano de Urbanização e Recuperação das Áreas Atingidas

a) Déficit habitacional e função social da cidade

O Município do Rio de Janeiro, como a maioria das cidades brasileiras ressentem da falta de moradias para uma camada significativa de sua população. Neste sentido, o poder público vem instituindo políticas habitacionais que busquem minimizar essa situação, sem, no entanto, conseguir revertê-la.

Há uma grande heterogeneidade de padrão construtivo nas casas de favelas equivalendo a diferentes condições de habitabilidade. As casas de melhor padrão construtivo correspondem muitas vezes no investimento em material e mão de obra por parte dos seus moradores em um longo período de tempo.

Neste contexto, parece injustificável o desmonte de uma área estruturada e consolidada através da demolição de suas casas, contribuindo para inutilização de uma área de moradia da cidade, como previsto nos instrumentos de política urbana. Além disso, a demolição das habitações existentes historicamente tem mostrado na cidade do Rio de Janeiro que pode ter como consequência a emigração das famílias antes residentes para outras áreas com piores índices de habitabilidade, tendendo até mesmo, em agravamento do processo de favelização em outras áreas da cidade. Essas áreas também não trazem ao indivíduo oferta de serviços, de transportes, de educação ou de saúde. São, então, áreas destituídas dos requisitos mínimos correspondentes ao conceito de direito a moradia.

Caso se prove necessário demolir habitações específicas na Comunidade Indiana, é indispensável um Plano de Urbanização e Recuperação das Áreas Atingidas prévio com a nova destinação de cada espaço livre remanescente das demolições.

b) Infraestrutura, equipamento e serviços urbanos

A precariedade das moradias nas favelas em grande parte resulta da ausência de infraestrutura urbana. A melhoria das condições de habitabilidade das favelas não prescinde de obras de urbanização. Para que tal ocorra, é sempre necessário abrir espaços livres para permitir colocação de redes de infraestrutura, como demonstram projetos de urbanização de favelas já executados.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

Somente na elaboração de um Plano de Urbanização da Comunidade Indiana será possível conhecer as alternativas para implantação de infraestrutura e a respectiva necessidade de áreas livres no seu território.

A demolição de casas na Comunidade Indiana é uma oportunidade de abertura de espaços livres que poderão ser utilizados para viabilizar a colocação de infraestrutura e equipamentos, provendo a área das adequadas condições de moradia, e dos serviços urbanos que garantam o exercício pleno da cidadania.

c) Espaços de sociabilidade, afetos e circulação

Nas favelas é comum o problema da falta de áreas livres para o convívio e circulação decorrente do adensamento resultante do aproveitamento máximo dos terrenos ocupados pela população de baixa renda em áreas que apresentam em geral localização privilegiada em termos do mercado de trabalho da cidade, acessibilidade e equipamentos urbanos.

A demolição de casas na Comunidade Indiana se apresenta como uma oportunidade para melhoria das condições de circulação e convívio na Comunidade Indiana, favorecendo aspectos relacionados à segurança, afetos e sociabilidade com o aumento de áreas livres coletivas.

Somente na elaboração de um Plano de Urbanização e Recuperação das Áreas Atingidas da Comunidade Indiana participativo será possível conhecer as necessidades e demandas para criação de espaços coletivos no seu território.

d) Desadensamento, aeração e iluminação

A malha configurada na Comunidade Indiana, como em outras favelas da cidade do Rio de Janeiro, embora criativa na busca de acessibilidade através do traçado de suas vias sinuosas e aumento das alternativas de ocupação, configura espaços - que por seu caráter espontâneo e não calculado - se constituem em áreas insalubres de moradia, com pouca ventilação e/ou pouco iluminados.

Problemas de desadensamento, aeração e iluminação podem ser resolvidos com simples intervenções pontuais e pouco custosas, tanto economicamente como socialmente, cuja oportunidade se apresenta na desocupação de algumas casas na Comunidade. No entanto, mostra-se imprescindível estudar junto com os moradores essas alternativas, e propô-las em um Plano de Urbanização e Recuperação das Áreas Atingidas da Indiana.

e) Rotas e destinação dos resíduos de demolição e construção

Se for, de fato, imprescindível o desmonte de uma estrutura na favela, faz-se necessário também prever a determinação de rotas de acesso - espaços provisórios para a passagem do maquinário e de acumulação de materiais e destruição dos resíduos de demolição e construção. Neste sentido, a demolição de casas na Comunidade Indiana prescinde de um Plano de Urbanização e Recuperação das Áreas Atingidas que contemple as rotas de acesso do maquinário, baias de acumulação de materiais e destinação de resíduos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

f) Plano Diretor e políticas urbanas

O Estatuto da Cidade, lei federal aprovada no ano de 2001 que "estabelece normas que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem estar dos cidadãos", cita, em seu terceiro capítulo, a criação de planos diretores municipais - instrumentos básicos da política de desenvolvimento e expansão urbana e que visam garantir o cumprimento da função social da propriedade. Estes, em sua elaboração e fiscalização de implementação, devem contar com a participação popular através da "promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade".

O Estatuto prevê, em seu quarto capítulo, que a gestão da cidade deve ser feita de forma participativa e democrática, sendo garantida por instrumentos como "debates, audiências e consultas pública" e a "iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano". Prevê, ainda, que "os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas incluirão obrigatória e significativa participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania".

No Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro mais especificamente, temos, em seu Art. 2º, a garantia de que "a política urbana será formulada e implementada com base nos seguintes princípios:

(...)

IV - universalização do acesso à infraestrutura e os serviços urbanos;

V - democracia participativa, de forma a se promover ampla participação social;"

Desta forma, nota-se que a realização de um plano de demolição sem um plano de urbanização participativo e popular entra em desacordo tanto com a Constituição Federal, ao negar o Estatuto da Cidade, como com o Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro, por negar aos moradores participação no processo.

5. Recurso acerca decisão judicial sobre as demolições



DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 2ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital -
Estado do Rio de Janeiro

Autos do Processo nº: **0402292-65.2012.8.19.0001**

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através do NÚCLEO DE TERRAS E HABITAÇÃO da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, inconformados com a r. sentença de fls. 1392/1397 integrada pela decisão de fls.1437, interpor o presente recurso de **APELAÇÃO**, conforme razões que seguem.

O Núcleo de Terras e Habitação foi intimado tacitamente da r. decisão de fls. 1437, no dia 20/10/2016, sendo certo que os dias 2, 14 e 15/11 não tiveram expediente forense, excluindo-se da contagem do prazo por não serem dias úteis conjuntamente aos sábados e domingos.

Assim, considerando a contagem em dobro do prazo em favor da Defensoria, o prazo finda no dia 08/12/2016, portanto tempestivo o presente recurso.

Requer-se seja o presente Recurso recebido exclusivamente no efeito devolutivo, eis que houve tutela provisória concedida e tornada definitiva na sentença.

REQUEREM seja este recurso encaminhado à apreciação do Egrégio Tribunal de Justiça, onde esperam e confiam que seja acolhido e provido.



DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RAZÕES DE APELAÇÃO

Apelante: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Apelado: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

EGRÉGIO TRIBUNAL,
COLEDA CÂMARA,

TEMPESTIVIDADE

A Defensoria Pública, que possui as prerrogativas da intimação pessoal e do prazo em dobro para os atos processuais, foi intimada tacitamente pelo portal do TJ/RJ no dia 20/10/16, sendo certo que nos dias 02, 14 e 15 de novembro não tiveram expediente forense, excluindo os mesmos da contagem do prazo, em conjunto com os sábados e domingos, sendo o termo *a quo* para apresentar o recurso o dia 08/12/16.

Assim tempestiva a interposição do recurso nesta data.

BREVE RESUMO

Trata-se de Ação Civil Pública proposta pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, através deste Núcleo de Terras e Habitação, em face do Município do Rio de Janeiro, com abrangência territorial no que tange aos limites subjetivos da lide na



DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Neste contexto de violação ao direito de informação e moradia das famílias e não obtendo solução administrativa, ingressou a Defensoria Pública com ACP com pedido de antecipação de tutela para impedir demolições das casas dos moradores e os seguintes pedidos:

1) proceder o Réu à retirada de todos os entulhos existentes (e que viessem a ser, eventualmente, produzidos) decorrentes de demolição pelo poder público municipal, no prazo de 48 horas, garantindo o acompanhamento de eventuais interessados, sob pena de multa diária no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser revertida ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS (art. 8º, VIII da Lei 11.124/05).

2) abstenção do Réu de praticar qualquer ato tendente à demolição de imóveis geminados e/ou justapostos, sob pena de multa de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para cada edificação, acessão ou benfeitoria, a ser destinada ao possuidor do imóvel eventualmente atingido, devendo o MRJ ser intimado pessoalmente e por OJA, caso necessário, na pessoa do responsável da operação ilegal que porventura estiver no local;

3) apresentar ao juízo a documentação que comprove o cumprimento dos requisitos legais, essenciais à validade do ato, com relação às demolições já efetuadas, sob pena de ser impedido de praticar qualquer outro ato de demolição no local;

4) se abster de praticar qualquer ato tendente à demolição de qualquer imóvel existente na comunidade sem que comprove previamente o cumprimento dos requisitos legais, essenciais à validade do ato e à segurança dos moradores, sob pena de multa diária no valor de R\$



DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

100.000,00 (cem mil reais), a ser revertida ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS (art. 8º, VIII da Lei 11.124/05);

5) expedição de ofício ao CREA solicitando a realização de vistoria no local, a fim de que sejam verificadas as condições ambientais e de segurança decorrentes das demolições ilegais e apuração das responsabilidades em face do que dispõe à Lei 5.194/66, A NR-18 e o Código de Ética Profissional aprovado pela Resolução 1002 do CONFEA;

6) Que o Réu apresente todos os procedimentos administrativos que justifiquem e esclareçam a ação municipal na Comunidade, bem como a cópia do cadastramento das famílias e do contrato de aquisição das unidades habitacionais junto ao Programa “Minha Casa Minha Vida” firmado com a intermediação da Secretaria de Habitação do Município.

Às fls. 577/578 foi deferida parcialmente a liminar nos seguintes termos:

“(…)

Ante ao exposto, presente os requisitos legais, defiro a liminar requerida para determinar a suspensão da intervenção pública em apreço, até que a administração demonstre, sem sombra de dúvida, o regular atendimento ao ordenamento jurídico vigente, devendo, ainda, realizar audiência pública na comunidade na eventualidade de existência efetiva de projeto urbano específico para melhoria da mesma. Deverá, de igual modo, providenciar a retirada dos entulhos existentes no local bem como promover os atos necessários para que os imóveis já desocupados não apresentem riscos aos moradores, seja mediante a colação de tapumes e limpeza, seja com o efetivo policiamento no local. Resta consignado que a presente decisão não impede, por óbvio, a



DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

100.000,00 (cem mil reais), a ser revertida ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS (art. 8º, VIII da Lei 11.124/05);

5) expedição de ofício ao CREA solicitando a realização de vistoria no local, a fim de que sejam verificadas as condições ambientais e de segurança decorrentes das demolições ilegais e apuração das responsabilidades em face do que dispõe à Lei 5.194/66, A NR-18 e o Código de Ética Profissional aprovado pela Resolução 1002 do CONFEA;

6) Que o Réu apresente todos os procedimentos administrativos que justifiquem e esclareçam a ação municipal na Comunidade, bem como a cópia do cadastramento das famílias e do contrato de aquisição das unidades habitacionais junto ao Programa “Minha Casa Minha Vida” firmado com a intermediação da Secretaria de Habitação do Município.

Às fls. 577/578 foi deferida parcialmente a liminar nos seguintes termos:

“(…)

Ante ao exposto, presente os requisitos legais, defiro a liminar requerida para determinar a suspensão da intervenção pública em apreço, até que a administração demonstre, sem sombra de dúvida, o regular atendimento ao ordenamento jurídico vigente, devendo, ainda, **realizar audiência pública na comunidade na eventualidade de existência efetiva de projeto urbano específico para melhoria da mesma**. Deverá, de igual modo, providenciar a retirada dos entulhos existentes no local bem como promover os atos necessários para que os imóveis já desocupados não apresentem riscos aos moradores, seja mediante a colação de tapumes e limpeza, seja com o efetivo policiamento no local. Resta consignado que a presente decisão não impede, por óbvio, a



DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

intervenção pública necessária para as áreas de risco, desde que devidamente comprovada a sua necessidade e observado o regramento legal.

Intime-se com urgência a parte ré, restando desde já estipulada a multa diária para hipótese de descumprimento, em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Expeça-se mandado de intimação em face do responsável pela obra no local, para ciência dos termos da presente decisão, suspendendo de imediato as suas atividades. Dê-se ciência ao MP. Após, transcorrido o prazo da defesa, dê-se vista à parte autora.

(…)

Grifos atuais

A contestação de fls. 589/597, alegou em síntese que o Município estava reassentando as pessoas que moram na Comunidade por ser a área sujeita a enchentes, de risco à saúde e à vida dos seus moradores, cadastrando as pessoas e oferecendo 3 (três) alternativas: a) adesão ao PMCMV; b) indenização; c) compra assistida.

Manifestação do MP em fls. 625, anexando laudo da Geo-Rio onde se afirma ser a Comunidade de “baixo risco”.

Realizada audiência especial, as partes requereram a suspensão do processo comprometendo-se o Réu a apresentar projeto para as demolições das residências, cujas famílias concordaram com a remoção, projeto a ser analisado pela parte Autora para possibilitar a formulação de acordo (fls. 1134).

O Município juntou documentos em fls. 1142/1151, que restou contestado pela Defensoria com os laudos da equipe da FAU/UFRJ, ITERJ – Instituto de Terras e Cartografia do ERJ, e engenheiro colaborador (fls. 1162/1165).

Nova audiência especial sem formulação de acordo (fls. 1229).



DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Manifestação do MP em fls. 1362/1364 concluindo que a “**o ato administrativo produzido pelo município de intervenção na Comunidade é ilegal e inválido**” e que “**nenhum acordo de saída do local e demolição das residências deve ser firmado com os moradores, até que o Município demonstre qual a natureza de sua intervenção na Comunidade Indiana**”.

Alegações finais da DP em fls. 1371/1375, requerendo a confirmação dos efeitos da decisão de antecipação de tutela, e o julgamento de procedência dos pedidos formulados na petição inicial.

Às fls. 1392/1397 foi proferida a sentença, nos seguintes termos:

“(…)

A presente demanda tem como objeto principal a regularidade das demolições ocorridas na comunidade denominada de INDIANA, bem como, a retirada dos entulhos decorrentes das referidas demolições, diante das evidentes consequências decorrentes da realização de obras, sem as devidas cautelas, sem a observância das posturas municipais existentes.

Tem a finalidade também de impedir a demolição das casas geminadas de forma a comprometer a segurança dos moradores. Isto porque, alguns moradores destas casas aceitaram tacitamente a desocupação e outros não.

“(…)

O problema da moradia em nosso país é crônico, e se assevera a cada ano que passa em razão da crescente demanda nas grandes cidades e da insuficiência de políticas públicas neste sentido.



DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

No caso específico dos autos, as provas até o momento produzidas demonstram que o município tentou desocupar o local, e em razão da resistência de alguns moradores, o objetivo foi esquecido, como tantos outros.

“(…)

Desnecessário mencionar que a desocupação se iniciou de forma desvairada, sem estudo prévio ou qualquer cronograma neste sentido. Sabe-se das dificuldades e resistência dos moradores quanto à desocupação das casas, no entanto, na fosse o descaso, a falta de planejamento e continuidade das ações sociais, o panorama atual desta demanda já teria sido revertido.

Isto porque, ao contrário do mencionado na contestação, a decisão judicial não impede a realização das supostas políticas públicas para a localidade, a decisão judicial se destina a evitar tragédias ou o descumprimento dos direitos sociais mínimos dos moradores da região.

Como já mencionado, nada de efetivamente concreto foi demonstrado nos autos pelo réu.

O Poder Judiciário em sua função de agente transformador social, assim como, toda a sociedade torce pela desocupação do local e pelo reassentamento de forma digna de seus moradores, no entanto, deve garantir que seja realizado de forma segura e legal, já que a ocupação e o número crescente de moradores nas comunidades é, principalmente, fruto falta de controle do poder executivo, falta de fiscalização e de políticas públicas destinadas



DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ao problema habitacional nas grandes cidades, como já foi dito acima.

(...)

Neste sentido, outra solução não nos autos, senão a procedência dos pedidos, tornando definitiva a liminar deferida.

Isto posto JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para condenar o réu nas obrigações consistentes na proibição de demolição das casas que permaneceram no local, geminada ou não, sem que antes apresente estudo técnico prévio.

Condeno também na obrigação da fazer consistente na retirada do entulho que permanecem no local, eximindo-se das obrigações, já cumpridas, devendo o local retornar ao estado anterior às construções clandestinas.

Em consequência JULGO EXTINTO O PROCESSO com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil.

As obrigações serão executadas na forma do artigo 536 do NCPC, razão pela qual, antes das determinações das demais sanções legais existentes, e considerando as diversas distorções quanto ao cumprimento integral da decisão, determino expedição de mandado de verificação, a ser cumprido por oficial de justiça.

Torno definitiva a decisão de antecipação dos efeitos da tutela.



DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Aguarde-se o processamento da apelação interposta nos autos em apenso. Caso interposta apelação desta sentença para o processamento em conjunto.

Caso contrário, os autos deverão ser desapensados para o regular processamento da apelação interposta.

Ciência às partes e ao MP.

P.J

Rio de Janeiro, 12/07/2016.

Grifos atuais

Apesar do julgamento procedente da ação, que tem no polo ativo a Defensoria Pública representando a Comunidade Indiana, alguns pontos restaram conflitantes com o pedido autoral e outros não foram analisar alguns dos pedidos e arbitrar os honorários em favor do Centro de Estudos Jurídicos da Defensoria.

Assim, **ingressou a Defensoria com embargos de terceiros, sendo certo que o Município também embargou, sendo os recursos aceitos e rejeitados pela julgadora** (fls. 1426 e 1420 e 1437).

Eis em síntese apertada os fatos processuais que ensejam o presente recurso de apelação, eis que ainda que tenha julgado procedente o pedido autoral, extrapolou os limites da lide, quando permite demolições, **desde que o Município “antes apresente estudo técnico prévio” e ainda determina que o local retorne “ao estado anterior às construções clandestinas”** devendo nestes pontos serem contidas.”



DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ademais, apesar procedência da ACP que pressupõe o deferimento de todos os pedidos formulados na inicial, a ilustre julgadora também deixou de dispor de requerimentos importantes, bem como de condenar o Município nos honorários, como se passa a demonstrar.

MÉRITO- DAS RAZÕES PARA REFORMA DA R. SENTENÇA

PROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER

IMPOSSIBILIDADE DE DEMOLIÇÃO DE CASAS APENAS COM APRESENTAÇÃO DE “ESTUDO TÉCNICO PRÉVIO” SEM ASSEGURAR-SE O CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA

Exas., ainda que o MM Juízo *a quo* tenha julgado procedente o pedido, certo é que se excedeu ao determinar no dispositivo que, possam as casas serem demolidas desde que o Réu “antes apresente estudo técnico prévio.”

Permissa vênia, o pedido da ação somente poderia beneficiar aos substituídos processuais, e nunca implicar na supressão de um direito, permitindo-se depois de uma extensa dilação probatória, onde a Julgadora reconhece que “**diversos foram as dilações de prazo para que apresentassem os documentos pertinentes, os estudos e todas em vão**”, que ainda assim, possam as casas objeto da lide serem demolidas com apresentação de um “estudo técnico prévio” (sic).

A ACP foi proposta exatamente para resguardar os moradores da comunidade de remoções arbitrárias, sem processo administrativo ou judicial democrático, desrespeitando a Lei Orgânica Municipal, que proíbe remoção arbitrária e a Constituição Federal que coloca o direito a moradia no rol dos direitos fundamentais, pelo que buscaram socorro no Poder Judiciário para que o Município se abstinhasse de demolir as casas naquela situação. Portanto, possibilitar ao Município que possa demolir casas mediante apresentação de “estudo técnico



DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

prévio”, coloca os moradores na situação anterior de violação ao direito a informação, a moradia, a ampla defesa e o contraditório, insculpidos no art. 6º. e 5º, LV da Constituição da República, que determinam processo administrativo e judicial no qual seja oportunizado o poder de reação dos moradores atingidos, e não mera submissão exclusivamente a um laudo produzido pelos réus.

É, portanto, absolutamente contraditório a possibilidade de julgar-se procedente o pedido de obrigação de não fazer - qual seja não demolir as casas - e ao mesmo tempo, permitir-se que as mesmas possam ser demolidas após apresentado um “estudo técnico prévio” sem fazer menção a processo administrativo e contraditório, o que motivou o ingresso de embargos.

O que seria esse estudo técnico prévio? Quem apresentaria tal estudo?

Tal possibilidade merece ser imediatamente extirpada da decisão, sob pena de esvaziar completamente a procedência do pedido.

Aventar a possibilidade de demolição nestes autos desde que apresentado “estudo técnico prévio”, é desconsiderar o presente processo, que discutiu a questão amplamente, produzindo atos jurídicos perfeitos e eventual coisa julgada, insculpidos nos incisos XXXVI do art. 5º da Constituição Federal, uma vez que, foi mais do que oportunizada a possibilidade do Município apresentar estudos que demonstrassem a necessidade de demolição das moradias, fato incontroverso, sendo certo dizer que, se não juntou os estudos e os processos administrativos nas oportunidades, deve ser reconhecida a preclusão de tal direito, e a consequente comprovação da ilegalidade de seus atos, o que restou reconhecido pelo i. Parquet às fls. 1362/1364.

Infraconstitucionalmente, o que se depreende da decisão ora combatida, é permitir a reabertura de toda a discussão processual desde que apresentado o que denominou “estudo técnico prévio”, ignorando por completo o instituto da preclusão, previsto no art. 507 do Código de Processo Civil, in verbis:

Art. 507. É vedado à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão.



DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Assim, requer-se o recebimento do presente recurso para que se ajuste a r. sentença, o que se buscou sem sorte nos embargos de declaração, e exclua-se a possibilidade de qualquer demolição, em nome dos **arts. 141 e 492 do Código de Processo Civil**, *in verbis*:

Art. 141. O juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito a lei exige iniciativa da parte.

Art. 492. É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.

Ademais, essa inovação trazida pela sentença, e nunca requerida por qualquer das partes, surpreendeu a todos os atores processuais, com uma nova forma de procedência temporária, ou demolição condicionada, nunca sequer cogitada, que não se confunde com a ressalva existente na Lei Orgânica Municipal, que admite a remoção em casos de risco comprovado, mediante a instauração de processo administrativo democrático e com reassentamento na própria comunidade, art. 429 da Lei Orgânica Municipal, ferindo-se de morte o **art. 10 do Código de Processo Civil**:

Art. 10. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

Por fim, não é demais dizer que a parte apelante sequer sabe o que seria um “estudo técnico prévio”, eis que se trata de um conceito jurídico absolutamente indeterminado. Afinal, quem apresentaria tal estudo? E o mais grave, não há qualquer menção na decisão da necessidade do Município instaurar um procedimento que respeite o contraditório (poder de



DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

reação) dos moradores a tal instrumento inovador trazido pela sentença. Neste sentido, foi ferido de morte o **art. 489, I a IV do Código de Processo Civil**, *in verbis*:

Art. 489. São elementos essenciais da sentença:

§ 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;

II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;

III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;

Grifos atuais

IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

Toda a cautela do recorrente em resguardar os Princípios Constitucionais do Devido Processo Legal, assegurando o Contraditório e poder de reação dos moradores da Comunidade Indiana, tem como proteção principal o **Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e o Direito à Moradia**, previstos constitucionalmente no **art. 5º caput e art. 6º da Constituição Federal**, como amplamente explanado na inicial, e reconhecido em sentença que sedimentou como incontroverso, inclusive, o Direito de Moradia e impossibilidade de demolições.



DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ademais, a moradia é considerada direito fundamental em diversos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, como o Protocolo de San Salvador (Sistema Interamericano de Proteção Internacional dos Direitos Humanos) e o art. 11º e seguintes do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ONU), este último ratificado pelo Decreto 591 de 6 de julho de 1992, tendo a r. sentença reconhecido tal direito, mas inovado em estabelecer sua fragilidade diante do que chamou de “estudo técnico prévio”, o que não pode de forma nenhuma prevalecer, eis que afronta Princípios Constitucionais.

Destarte, postula-se pela reforma da r. sentença, para que se exclua qualquer possibilidade de demolição ilegal sem processo administrativo, nos termos do art. 429 da Lei Orgânica Municipal ou processo judicial, eis que julgada procedente o pedido, suprimindo-se portanto na parte dispositiva a expressão “sem que antes apresente estudo técnico prévio”

PROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER A RETIRADA DOS ENTULHOS QUE PERMANECEM NO LOCAL

IMPOSSIBILIDADE DE DEFINIÇÃO DO “ESTADO ANTERIOR ÀS CONSTRUÇÕES CLANDESTINAS”

A ilustre julgadora condenou o Município na obrigação de fazer consistente na retirada dos entulhos, pedido formulado na inicial, contudo, inovou em determinar que deverá “o local retornar ao estado anterior às construções clandestinas”.

Acontece que, esta parte dispositiva da sentença também inova, dispondo o que não foi pedido pelas partes, ainda trazendo dois termos indefinidos, qual sejam, “estado anterior” e “construções clandestinas”, o que motivou tanto a Defensoria quanto o Município a ingressarem com embargos de declaração (fls.1426 e 1420).



DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O pedido autoral apenas apresentou requerimento de retirada dos entulhos produzidos pelo Réu com as demolições executadas na Comunidade, não sendo apresentado nenhum laudo do estado da Comunidade naquele momento, tão pouco definindo as construções clandestinas ou não clandestinas.

Tal requisito trazido na sentença torna a obrigação de fazer impossível de ser cumprida pelo Município, como o próprio alega nos embargos de declaração (fls. 1420)

Neste sentido, a procedência do pedido autoral nesta parte também restou esvaziada, o que precisa ser corrigido, devendo ser mantida apenas a obrigação do Réu retirar os entulhos produzidos pelas demolições executadas na Comunidade.

DEMAIS PEDIDOS AUTORAIS:

- seja condenado o Réu a apresentar todos os procedimentos administrativos que justifiquem e esclareçam a ação do Município na Comunidade, bem como a cópia do cadastramento das famílias e do contrato de aquisição das unidades habitacionais junto ao Programa “Minha Casa Minha Vida” firmado com a intermediação do Secretário de Habitação do Município.

O Município, ora apelado, não juntou nenhum documento ou processo administrativo que justifique sua ação, motivo pelo qual pode ter sido excluído da sentença, contudo, se este foi o motivo de não constar no dispositivo da sentença deveria ter ficado expresso.

Acontece que, o pedido para que o Município entregasse cópia do cadastramento das famílias e seus respectivos processos administrativos, com os contratos realizados com a Caixa Econômica Federal deve prevalecer e é de suma importância para que os atos administrativos praticados sejam apurados, visto se tratar de políticas públicas e gastos públicos, com a possibilidade de responsabilização dos agentes envolvidos, tema relevante na atualidade.



DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- seja o réu condenado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes a serem revertidos em favor do Centro de Estudos Jurídicos da Defensoria Pública Geral do Estado (CEJUR-DPGE);

DESCONTINUIDADE DE MULTA EM SENTENÇA –

INEFETIVIDADE DO PROCESSO

Por fim, dentre os ajustes que merecem sofrer a r. sentença, encontra-se a necessidade de manutenção da multa diária imposta ao Município que não cumpriu tutela provisória, confirmada em sentença.

E isto porque, a tutela provisória – confirmada em sentença – qual seja a retirada dos entulhos da comunidade trata-se de obrigação de fazer, que durante toda a instrução processual foi sancionada com multa diária, mas que contraditoriamente foi descontinuada, com fulcro no art. 536 do CPC, impondo-se o que se denominou como um “mandado de verificação”, para fins de dar-se coercibilidade à obrigação de fazer imposta.

Perceba-se, porém, que a multa nunca foi excluída, mas tão-somente descontinuada. Inclusive, foi a própria sentença que em sua fundamentação reconheceu que a “multa diária aplicada de longe se mostra como a mais satisfatória”. Ademais, reconhece que “o descaso das autoridades quanto às determinações judiciais extrapolaram e muito o limite do aceitável.”

Porém, não parece fazer sentido a não imposição de multa diária, a qual até pode subsistir, em concomitância, com o mandado de verificação determinado em sentença.

Portanto, é em nome da efetividade do processo, Princípio Constitucional, implicitamente previsto no art. 5º, inciso LIV da Constituição Federal, e infraconstitucionalmente previsto no art. 536, § 1º do CPC, que se requer a continuidade da multa diária imposta, eis que é a forma de efetivar-se o processo executivo.



DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nas palavras de Luiz Guilherme Marinoni¹: “o direito à sentença deve ser visto como direito ao provimento e aos meios executivos capazes de dar efetividade ao direito substancial, o que significa o direito à efetividade em sentido estrito”.

Ademais, é bom lembrar que se está diante de Ação Civil Pública, para a qual há ordenamento processual específico, somente se utilizando o Código de Processo Civil, subsidiariamente. Ainda que se reconheça que são muito aproximadas as regras do CPC com o art. 83 e 84 do Código de Defesa do Consumidor, que compõem o microsistema processual coletivo, deve-se dar mais atenção aos processos coletivos que merecem efetividade redobrada por envolverem muito de “membros ausentes” que desejam a efetividade da decisão. Neste feito estamos falando de 500 famílias!

Assim, deve-se aplicar o art. 83 e 84 do Código de Defesa do Consumidor, observando-se que no microsistema coletivo não há a possibilidade de exclusão da multa, o que deve prevalecer em fase do microsistema processual individual. Confira-se:

Art. 83. Para a defesa dos direitos e interesses protegidos por este código são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela.

Parágrafo único. (Vetado).

Art. 84. Na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

§ 1º A conversão da obrigação em perdas e danos somente será admissível se por elas optar o autor ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.

§ 2º A indenização por perdas e danos se fará sem prejuízo da multa (art. 287, do Código de Processo Civil).

§ 3º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação prévia, citado o réu.

¹ O direito à efetividade da tutela jurisdicional na perspectiva da teoria dos direitos fundamentais. Revista de Direito Processual Civil. Curitiba: Gênesis, 2003, p. 303.



DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

§ 4º O juiz poderá, na hipótese do § 3º ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando prazo razoável para o cumprimento do preceito.

§ 5º Para a tutela específica ou para a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz determinar as medidas necessárias, tais como busca e apreensão, remoção de coisas e pessoas, desfazimento de obra, impedimento de atividade nociva, além de requisição de força policial.

A manutenção da multa imposta faz-se necessária para que se tenha coercibilidade na execução, em especial por tratar-se de ação coletiva. Ademais, sua descontinuidade deveria ser fundamentada, seja com fatos, seja com fundamentos jurídicos, o que não aconteceu.

Neste ponto, postula o apelante pelo restabelecimento da multa, em nome do Princípio da efetividade do processo, implicitamente previsto no art. 5º, inciso LIV da Constituição Federal, e infraconstitucionalmente previsto no art. 536, § 1º do CPC.

PREQUESTIONAMENTO

Como visto acima, verifica-se evidente violação aos dispositivos constantes de Leis Federais e, mormente art. 5º caput e incisos XXXVI, LIV e LV, art. 6º e 93, IX da CF; o art. XXV da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; o art. 11º e seguintes do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ONU), este último ratificado pelo Decreto 591 de 6 de julho de 1992; os arts. 10, 141, 489, incisos I a IV, 492, 507 e art. 536, § 1º do Código de Processo Civil e art. 83 e 84 do Código de Defesa do Consumidor, fazendo-se necessário o pronunciamento deste E. Tribunal sobre tais matérias, o que ora se requer, expressamente, para sua eventual apreciação em sede de recurso especial e/ou extraordinário.

PEDIDO

Diante do exposto e tudo o mais que Vossas Excelências acrescentarem ao tema, mercê dos doutos ensinamentos dos membros desta Eg.



DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Corte, requer-se o provimento do recurso, com a **reforma parcial da r. sentença**, para:

- 1) excluir qualquer possibilidade de demolição das casas da comunidade, em especial sem assegurar-se contraditório e reação da comunidade, excluindo do dispositivo da sentença a parte “sem que antes apresente estudo técnico prévio”;
- 2) seja excluída da condenação de obrigação de fazer a retirada dos entulhos a expressão “devendo o local retornar ao estado anterior às construções clandestinas”, por absoluta impossibilidade de definição de tal estado.
- 3) seja incluída a manutenção da multa diária por descumprimento da obrigação de fazer imposta.
- 4) Deve ser ainda condenado o Apelado na obrigação de entregar cópias integral dos procedimentos administrativos de cadastramento das famílias e inclusão no programa MCMV, bem como dos contratos realizados com seu intermédio junto a Caixa Econômica Federal com estas famílias.
- 5) Seja ainda condenado nas verbas honorárias sucumbenciais.

Termos em que,
espera deferimento.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2016.

Maria Lúcia de Pontes
Defensora Pública
Mat.: 836.286-5